



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA

Gabriel Cruz Queiroz

**A elaboração dos conceitos e teorias do subdesenvolvimento e desenvolvimento: a
trajetória político-intelectual de Celso Furtado (1949 – 1964)**

GOIÂNIA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA
DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação e quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ [X] Dissertação ☐ [] Tese ☐ [] Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Gabriel Cruz Queiroz

3. Título do trabalho

A elaboração dos conceitos e teorias do subdesenvolvimento e desenvolvimento: a trajetória político-intelectual de Celso Furtado (1949-1964)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: **a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Cruz Queiroz, Discente**, em 13/09/2024, às 06:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Do Valle, Professor do Magistério Superior**, em 13/09/2024, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=4822300 informando o código verificador **4822300** e o código CRC **47014F0F**.

GABRIEL CRUZ QUEIROZ

A elaboração dos conceitos e teorias do subdesenvolvimento e desenvolvimento: a trajetória político-intelectual de Celso Furtado (1949 – 1964)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de Pesquisa: Ideias, saberes e escritas da (e na) História

Orientador: Dr. Ulisses do Valle

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Queiroz, Gabriel Cruz

A elaboração dos conceitos e teorias do subdesenvolvimento e desenvolvimento: a trajetória político-intelectual de Celso Furtado (1949 – 1964) [manuscrito] / Gabriel Cruz Queiroz. - 2024.
175 f.

Orientador: Prof. Dr. Ulisses do Valle.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2024.

Bibliografia.

1. Celso Furtado. 2. Subdesenvolvimento. 3. Desenvolvimento. I. Valle, Ulisses do, orient. II. Título.

CDU 33(09)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **032/2024** da sessão de Defesa de **Dissertação** de **GABRIEL CRUZ QUEIROZ**, que confere o título de **Mestre(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro**, a partir da(s) **09h30min**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada “**A elaboração dos conceitos e teorias do subdesenvolvimento e desenvolvimento: a trajetória políticointelectual de Celso Furtado (1949-1964)**”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Ulisses do Valle (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Vera Alves Cepêda (UFSCAR)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Cristiano Pereira Alencar Arrais (PPGH/UFG)**, membro titular interno.

Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Ulisses do Valle**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Nicolini**, **Vice-Coordenador de Pós-Graduação**, em 26/09/2024, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Professor do Magistério Superior**, em 26/09/2024, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Do Valle, Professor do Magistério Superior**, em 26/09/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_org_ao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4857519** e o código CRC **C9FEB120**.

Referência: Processo nº 23070.041589/2024-53

SEI nº 4857519

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é estabelecer uma conexão entre a formação dos conceitos e teorias do subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado, com a sua trajetória como técnico-acadêmico e político durante o período entre os anos de 1949 e 1964. A hipótese que elaborei no texto parte da estratificação de significados dos conceitos nas obras de Furtado, explicitando os ajustes que foram se incorporando aos mesmos durante o período analisado. Subdesenvolvimento foi um conceito trabalhado por Celso ao longo de quase toda a sua produção, e que, para além de possibilitar uma compreensão da história da formação econômica do Brasil, foi utilizado como elemento de um discurso político que resultou em políticas econômicas em um período da história brasileira marcada pela presença da ideologia desenvolvimentista no debate nacional.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento, Desenvolvimento, Celso Furtado.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to establish a connection between the formation of concepts and theories of underdevelopment and development in the work of Celso Furtado, with his trajectory as a technical-academic and politician during the period between 1949 and 1964. The hypothesis I elaborate in text starts from the stratification of meanings of concepts in Furtado's works, explaining the adjustments that were incorporated into them during the period analyzed. Underdevelopment was a concept worked on by Celso throughout almost all of his production, and which, in addition to enabling an understanding of the history of Brazil's economic formation, was used as an element of a political discourse that resulted in economic policies in a period of Brazilian history marked by the presence of developmentalist ideology in the national debate.

Keywords: Underdevelopment, Development, Celso Furtado, Brazil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha esposa, Natalia, por *tudo o amor que houve nesta vida*. Sua presença em minha vida transborda em cada página deste trabalho. Te amo!

Agradeço aos meus familiares por todo o apoio nesse período. Aos meus irmãos, Raoni, Bárbara e Yasmin, por toda a convivência, parceria e amor. Ao meu tio e padrinho, Marcelo, por nossa amizade de uma vida inteira. Ao meu sogro e minha sogra, João e Lucimar, por todo o carinho e atenção.

Agradeço aos que já não partilham mais o dia a dia comigo, mas que foram pessoas centrais em toda a minha vida: à minha mãe, Flávia (in memoriam), e aos meus avós, Jaunner e Therezinha (in memoriam). A estes, as palavras me faltam, tamanho é o meu amor e admiração por vocês. Pra sempre, obrigado!

Agradeço ao meu orientador, Dr. Ulisses do Valle, por toda a generosidade, disposição e paciência. Minha admiração por você já é antiga; porém, ao trabalharmos juntos nestes últimos anos, ela só cresceu. Um pesquisador insaciável, que, a cada encontro, enriqueceu com toda a sua sabedoria cada página deste trabalho.

Aos membros da banca, Dra. Vera Alves Cepêda e Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais, agradeço por todas as contribuições e por todas as palavras de incentivo e carinho que manifestaram durante as duas bancas.

Aos amigos, seria impossível listar todos, então fica registrado aqui o meu amor e admiração por cada um de vocês. Dois, porém, merecem uma menção especial por estarem diretamente envolvidos neste trabalho. Ao amigo Brendon Husley Rimualdo Rodrigues, que conheci durante as aulas do mestrado e com quem pude ter o prazer de aprender a cada encontro: ouvir Brendon falar sobre o sertão e suas veredas é encantador e muito me inspirou a continuar. Ao amigo João Divino, agradeço pela compreensão e pelo incentivo; trabalhávamos juntos quando ingressei no mestrado e, sem o seu apoio, jamais teria conseguido frequentar as aulas.

Por fim, agradeço a todos os técnicos e colaboradores da Faculdade de História e do PPGH. O trabalho invisível de vocês é fundamental para a consolidação da pesquisa e do ensino de História em Goiás. Agradeço também a todos os professores da Faculdade de História, onde me formei e, doze anos depois, voltei para concluir o mestrado.

SUMÁRIO

Introdução	13
 1. A trajetória de Celso Furtado até a CEPAL e o pensamento político-econômico na América Latina pós-guerra: a caracterização do subdesenvolvimento periférico.....	26
1.1 A entrada de Celso Furtado na CEPAL e o encontro com as teorias de Raúl Prebisch: a formação do estruturalismo latino-americano (1949-1953).....	36
1.2 Celso Furtado e a CEPAL no Brasil (1953-1957)	48
1.3 Formação Econômica do Brasil e Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: teoria da história e as teorias do desenvolvimento e subdesenvolvimento.....	55
1.3.1. Formação Econômica do Brasil: a camada histórica do subdesenvolvimento.....	56
1.3.2. As teorias do desenvolvimento em contraste com o fenômeno do subdesenvolvimento: o trabalho teórico de Celso Furtado na década de 1950 e a camada econômica do subdesenvolvimento.....	71
1.3.2.1 O que é desenvolvimento? As teorias do desenvolvimento em contraste com o subdesenvolvimento.....	72
1.3.2.2 A teoria do subdesenvolvimento econômico de Celso Furtado.....	84
 2. Do técnico ao político: as teorias do desenvolvimento em ação. A criação da SUDENE e a atividade político-intelectual (1958-1964).....	94
2.1 Aliança para o Progresso: a mudança da intervenção dos EUA no cenário geopolítico brasileiro e nordestino (1961-1962).....	106

2.2 Política e Desenvolvimento: A pré-revolução brasileira – o livro-manifesto em defesa das reformas de base (1961-1962).....	116
2.2.1 A política econômica e a pré-revolução brasileira: ensaios sobre política econômica e o contexto brasileiro na segunda metade do século XX.....	118
2.2.2 Ajustes na teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.....	125
2.2.3 A objetividade do economista e sua formação em um país subdesenvolvido.....	130
2.3 O Plano Trienal e os últimos anos do Governo João Goulart (1962-1964).....	132
2.4 – A Dialética do Desenvolvimento: classe, cidadania, cultura e a dimensão sociocultural do subdesenvolvimento.....	142
2.4.1 O alcance da dialética: uma questão metodológica.....	144
2.4.2 Um diagnóstico para a crise brasileira.....	150
2.4.3 A sociologia do desenvolvimento: uma análise do processo revolucionário do Nordeste.....	154
Considerações Finais.....	162
REFERÊNCIAS.....	165

1. Introdução

A obra de Celso Furtado é fonte para diversas pesquisas, tanto no campo da economia como na história e ciências sociais. As teorias do desenvolvimento/subdesenvolvimento foram elaboradas principalmente em obras do período entre os anos de 1949 e 1974, e um estudo detalhado do conceito de subdesenvolvimento na obra e trajetória intelectual de Furtado, e a formação coetânea de uma teoria do desenvolvimento, são os objetos de minha pesquisa no mestrado.

A proposta metodológica que apresento nesta introdução é a de uma tentativa de aproximar o estudo da história intelectual, compreendida como uma história social e política¹, ao trabalho de pesquisa sobre os conceitos na historiografia. A “história intelectual de um conceito”, se assim pudermos definir, é a proposta metodológica que proponho ao estudo das teorias do subdesenvolvimento/desenvolvimento de Celso Furtado. Tal abordagem permite perceber os ajustes entre as camadas que formam os conceitos e o itinerário percorrido pelo intelectual em sua vida social e política, sendo que esses vínculos não se dão em uma ordem direta apenas, uma vez que conceitos são passíveis de interferir no contexto social e modificar a realidade percebida².

Os elos entre a história social e a história dos conceitos foram bastante abordados por teóricos da área. Em um artigo publicado na sua obra *Futuro Passado* (2006), Koselleck propõe que “a história social que queira proceder de maneira precisa não pode abrir mão da história dos conceitos” (p. 118). Existem, para Koselleck, três níveis de relação entre a história social e a história dos conceitos: em um primeiro nível, a história dos conceitos colabora com a história social fornecendo subsídios à última; em um segundo nível, o autor alemão questiona até qual ponto a história dos conceitos é uma disciplina autônoma; e, por fim, em um terceiro nível, fica a questão de até que ponto a história social pode ser praticada sem atender à exigência textual mínima da história dos conceitos. A história do intelectual e político Celso Furtado é enriquecida com o estudo dos conceitos de subdesenvolvimento e desenvolvimento em sua obra, pois evidencia

¹ “A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (Sirinelli, 2003, p. 232).

² A questão existente entre os limites linguísticos de um conceito e a realidade social são esclarecidas por Breno Mendes no seguinte trecho: “o conceito não é apenas um indicador social – ele também interfere no contexto e modifica a realidade. Um conceito pode abrir determinados horizontes de ação política, ao mesmo tempo que pode limitar as possibilidades da experiência. Todo conceito está articulado a um contexto sobre o qual também pode atuar. Ou seja, assim como o contexto atua sobre o significado dos conceitos, os conceitos também podem modificar a realidade” (2021, p. 49).

como a sua produção teórica e trajetória político-intelectual se relacionam na elaboração de suas teorias do subdesenvolvimento e desenvolvimento.

O que é um conceito para as ciências humanas? Definições e metodologia da história dos conceitos

O que difere uma palavra de um conceito? Essa é a pergunta inicial que movimenta a teoria da história dos conceitos. Um conceito, diferentemente de uma palavra, possui uma característica que o difere: o conceito é sempre polissêmico e, especialmente os conceitos político-sociais, alvo de disputas por intelectuais, políticos e pela sociedade de maneira geral. Nas ciências humanas, a polissemia caracteriza os conceitos dessa área do conhecimento devido à grande diversidade de posicionamentos teóricos. De acordo com José D'Assunção Barros, “para que uma palavra ou expressão verbal se torne efetivamente um conceito, é preciso que ela ultrapasse a mera condição de ‘unidade de comunicação’ e se converta em ‘unidade de conhecimento’” (2016, p. 30).

O conceito é uma palavra, ou uma expressão verbal, dotada de complexidade, com a função de produzir um conhecimento científico. Sem conceitos, torna-se impossível fazer ciência, pois é através deles que o cientista consegue organizar o caos aparente da natureza e operar o seu método. É justamente essa possibilidade de uma certa variedade de sentidos (polissemia) que permite ao conceito uma função central nas ciências humanas: o conceito é interpretativo. Pelo fato de ser passível de interpretações múltiplas – apontando sempre para generalidades –, isso possibilita aos conceitos serem capazes de atuar nos campos político e social.

A historicidade de um conceito é um pressuposto central na teoria da história dos conceitos, pois os conceitos, além de possuírem uma história em si, eles mesmos são elementos históricos importantes e simultaneamente “transformam a própria história, não são apenas um produto dela” (Barros, 2016, p. 63). A história dos conceitos estuda tanto as variações históricas dos sentidos e recepções de um conceito, assim como trata o próprio conceito como um elemento de importância histórica, na medida em que os conceitos são importantes agentes nas transformações sociais e políticas no decorrer da história.

Koselleck destaca que a formação de um conceito através da história se dá por meio de camadas de significado, ou “estratos de significado”³, que vão sendo incorporados ou abandonados durante a trajetória histórica de um conceito. As camadas que compõem o conceito o de subdesenvolvimento foram elencadas por Celso desde o início de sua produção intelectual: a camada política, histórica, social e econômica estão presentes no conceito desde os primeiros textos que abordaram a questão do subdesenvolvimento – ressalva feita à camada ambiental do conceito, que aparecerá somente na produção do autor em livros da década de 1970. Em sua obra intelectual, Furtado vai conduzindo ajustes às teorias na medida em que o diagnóstico sobre o subdesenvolvimento vai se alterando, de acordo com as mudanças sociais e econômicas ao longo de quase cinco décadas na qual o autor se dedicou ao tema.

Koselleck atenta para uma preocupação hermenêutica, problematizando o conceito de *consciência histórica* de Dilthey, ao mesmo tempo que analisa a historicidade das palavras (aqui influenciada pelo giro linguístico da obra de Gadamer)⁴. Assim, a história dos conceitos ressalta também o contexto social e político em que as palavras se articulam em meio à ação social. Nesse ponto, o discurso se projeta como protagonista da análise dos conceitos e a exegese dos textos se torna um imperativo, uma vez que é através do discurso que o historiador articula os conceitos estudados em meio aos impactos e consequências que tal discurso poderá proporcionar na ação social dos indivíduos.

A História dos Conceitos projeta-se no tempo e no espaço, pois o seu objeto está imerso em temporalidade e linguagem específicas. Os conceitos também possuem por si só as suas próprias durações⁵ e podem ser tanto registrados em seu surgimento original como também podem ser continuados por meio de sua reprodução ou reescritos. As

³ A história dos conceitos põe em evidência, portanto, a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes. (...) A profundidade histórica de um conceito, que não é idêntica à sequência cronológica de seus significados, ganha com isso uma exigência sistemática, a qual toda investigação de cunho social e histórico deve ter em conta (Koselleck, 2006, p. 115).

⁴ A importância que a análise linguística tem na obra de Koselleck é evidenciada pela seguinte passagem de um artigo de Tereza Cristina Kischner: “Koselleck denomina História dos Conceitos o procedimento que permite apreender o complexo processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo. Mais do que um método a ser aplicado ou uma disciplina autônoma, a História dos Conceitos seria um instrumento complementar e necessário para a interpretação histórica” (2007, p. 50).

⁵ Sobre a temporalidade dos conceitos em Koselleck: “E como se trata de um pensador cuja obra revela a todo instante a coerência de um verdadeiro sistema, em que certos pressupostos possuem sempre uma articulação mais geral, pode-se dizer que também a experiência em relação aos conceitos segue este mesmo princípio. Com efeito, a existência dos conceitos se manifesta por meio de três operações análogas à da produção de experiências: conceitos podem ser registrados em seu surgimento original, podem ser continuados por meio de sua reprodução ou reescritos. Também aqui há um nexos com relação à temporalidade: curta, média e longa duração” (Bentivoglio, 2010, p. 126)

relações existentes entre os conceitos, a história e a sociedade⁶ é outro aspecto que a História dos Conceitos atua de forma a desvendar as várias camadas temporais e os seus diferentes significados ao longo de um período.

Buscamos assim relacionar os conceitos às suas descontinuidades históricas em direção a recuperar uma experiência histórica do tempo através de um esforço hermenêutico em estabelecer os seus significados. Dessa maneira, torna-se necessário esclarecer contextos histórico-sociais, no sentido de compreender a atuação desses sujeitos históricos através do discurso produzido pelas suas obras⁷. A terminologia da história social depende da história dos conceitos e esta, por sua vez, remete à história social, que marca a diferença entre a realidade desaparecida e os testemunhos linguísticos remanescentes:

A história dos conceitos não é um fim em si mesma, ainda que tenha um aparato metodológico próprio. A história dos conceitos também pode ser definida como parte metodologicamente autônoma da pesquisa social e histórica. Dessa autonomia decorre uma premissa metodológica específica, que aponta para a existência das premissas teóricas comuns à história dos conceitos e à história social (Koselleck, 2006, p. 114).

Os conceitos possuem uma temporalidade própria, o que Koselleck define como uma “estrutura temporal interna”. Existe assim um caráter duplo na linguagem: em um primeiro plano, ela atua de maneira receptiva de caráter registrador e, em um segundo plano, ela atua de maneira produtiva, incorporando as experiências à linguagem. Nesse sentido, pode existir uma mudança recíproca entre os conceitos e o estado de coisas, de maneira que o significado de um conceito e o estado de coisas permanecem iguais ou ambos se modificam; há ainda as possibilidades de que o significado permaneça, porém o estado de coisas muda, de modo que pode também acontecer de mudar o significado e permanecer o estado de realidade ou, por fim, conceito e estado de coisas desenvolverem-se de maneira divergente ao longo do tempo.

⁶ “A história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social e político” (Koselleck, 2020, p. 103).

⁷ “A história social investiga justamente esse vínculo entre eventos sincrônicos e estruturas diacrônicas. E a história dos conceitos tematiza um vínculo análogo entre o discurso vocalizado, no plano sincrônico, e a linguagem previamente dada e sempre efetiva, no plano diacrônico. Aquilo que ocorre pode ser singular e novo, mas nunca é tão novo a ponto de não ter sido viabilizado por condições sociais preestabelecidas no longo prazo. É possível cunhar um novo conceito capaz de verbalizar experiências ou expectativas inéditas, mas este nunca pode ser tão novo a ponto de não residir virtualmente na linguagem previamente dada e de não extrair seu sentido do contexto linguístico herdado” (Koselleck, 2020, p. 28).

Justamente devido à complexidade que os conceitos possuem em sua própria temporalidade interna, a história dos conceitos se coloca como um método essencialmente interdisciplinar, pois os conceitos remetem sempre a unidades textuais maiores, fazendo da análise do discurso imprescindível em toda obra que se propõe a estudar histórias de conceitos. A preocupação hermenêutica, a atenção à historicidade das palavras e a história social conjugada com outros saberes, como economia, sociologia, antropologia, dentre outros, são características fundamentais para a elaboração de um consistente trabalho em história dos conceitos, o que faz desse método um desafio⁸ enorme para o pesquisador que se propõe ao seu uso, uma vez que quanto mais diversa for a tipologia das fontes, mais consolidado será o resultado de seu trabalho.

Koselleck propõe uma tipologia para as fontes, elaborada em três níveis de temporalidade. Em primeiro lugar, existem as fontes que captam certa singularidade temporal – podemos destacar aqui todas as publicações de periódicos, como jornais, revistas e contratos; em segundo lugar, existem fontes que captam uma duração temporal maior em comparação com a temporalidade dos conceitos, destacando aqui os dicionários e léxicos, que ao longo de um determinado espaço de tempo alteram as suas definições em relação a conceitos específicos; por fim, existem os textos clássicos, que possuem uma validade mais duradoura e são passíveis de repetibilidade infinita; os textos clássicos são fontes de tipo singular e ao mesmo tempo exigem uma leitura em uma perspectiva da repetibilidade duradoura⁹. Nessa dissertação optei por trabalhar com as fontes textuais mais clássicas de Celso Furtado, ou seja, dentro do recorte proposto, minha atenção voltou-se mais para os livros publicados no período, do que às fontes jornalísticas ou de arquivo. Ressalva seja feita aos diários e correspondências publicadas de Celso, que estarão presentes ao longo do texto, principalmente por revelarem certos aspectos da sociabilidade do autor importantes para a compreensão da produção de suas obras.

⁸ O historiador francês Jean François Sirinelli, ao se referir à pesquisa em história intelectual, destaca a abundância de documentos e fontes que se depara o historiador empenhado na pesquisa intelectual e define este tipo de pesquisador como um “historiador papívoro” (2003, p. 245). A pesquisa sobre Celso Furtado que conduzi enfrenta esta mesma dificuldade: uma simples pesquisa em *sites* de artigos acadêmicos revela centenas de pesquisadores de todas as áreas do conhecimento que se debruçam sobre a obra de Furtado. Para além dos comentaristas de sua obra, a própria produção de Furtado é extensa, com mais de 30 livros escritos e vários artigos publicados em revistas acadêmicas e jornais. Somam-se à sua enorme produção os arquivos contendo cartas, manuscritos, diários e documentos pessoais.

⁹ “Um texto clássico cumpre, portanto, o paradoxo de ser singular e, ao mesmo tempo, exigir uma leitura da perspectiva da repetibilidade duradoura. A singularidade situacional do nosso primeiro tipo de fonte adquire então a pretensão quase extratemporal do texto clássico, de preservar sua singularidade no longo prazo. Estruturas temporais nunca podem ser fixadas ontologicamente – e é por isso que existe a história dos conceitos” (Koselleck, 2020, p. 106)

História intelectual e as possíveis conexões com a História dos Conceitos

A história intelectual é um campo de estudos fundamentado na interpretação dos agentes, práticas e produtos classificáveis como intelectuais. Apesar de desde sempre existirem pessoas que ocuparam posições na sociedade como sábios, homens de letra ou profetas, o termo *intelectual* só passou a ser empregado no século XIX. A origem do termo intelectual nos remete ao termo *intelligentsia*, de origem polonesa¹⁰ e muito difundido na Rússia na segunda metade do século XIX. O termo referia-se a um compromisso moral e patriótico que envolvia acadêmicos, professores e religiosos em prol da transformação da sociedade por intermédio de sua atuação político-social.

Claudia Wasserman (2015) elaborou um histórico das principais abordagens sobre os intelectuais. A autora destaca que o termo passa a ganhar relevância no ocidente a partir de 1898, com a publicação do “Manifesto dos Intelectuais” – uma reação de professores, acadêmicos e escritores ao caso Dreyfus¹¹. A mais antiga abordagem sobre os intelectuais remete a Arthur Lovejoy, autor norte-americano precursor da história das ideias. Na Alemanha, a abordagem se inspirou na hermenêutica de Dilthey e o termo intelectual passou a se relacionar com uma noção de “alta cultura”. A tradição francesa, por sua vez, inaugura a prática de uma espécie de cartografia dos intelectuais, introduzindo as noções de redes de sociabilidade, filiação política, itinerários e gerações (inspirados pela sociologia do conhecimento de Karl Mannheim). Por fim, existe uma abordagem anglo-saxã que se aproxima mais de uma filosofia da linguagem e que percebe como o discurso intelectual necessita de uma interpretação a partir dele mesmo, introduzindo a noção de “contexto de enunciação”. Dominick La Capra, herdeiro dessa escola anglo-saxã, defenderá a ideia de uma “especificidade relativa” da história intelectual, destacando a sua articulação fundamental com a história social.

Dado o histórico das abordagens e a pluralidade de enfoques teóricos e estratégias de investigação, fica ainda a pergunta central: o que é um intelectual? Sirinelli propõe a definição do termo como um “grupo social reduzido, indistinto e elitista” (Sirinelli, 2003,

¹⁰ “O termo ‘*intelligentsia*’ foi usado pela primeira vez na Polônia pelo filósofo e escritor Karol Libelt, no livro ‘*On Love of the fatherland*’, de 1844. (...) A palavra foi amplamente divulgada na cultura russa na época da modernização empreendida por Nicolau II” (Wasserman, 2015, p. 67).

¹¹ “O termo intelectual apareceu quase quarenta anos depois na sociedade francesa, por meio do manifesto que exigia a revisão da acusação de traição imputada ao oficial de artilharia do exército francês, o judeu Alfred Dreyfus. Mesmo depois de descoberta a farsa que atribui o crime ao oficial, a xenofobia e o antissemitismo disseminados impediram que Dreyfus fosse inocentado. Isso causou a indignação de escritores, jornalistas, professores e artistas que fizeram publicar no jornal *L’Aurore*, sob a liderança de Émile Zola, o ‘Manifesto dos Intelectuais’, em 14 de janeiro de 1898” (Wasserman, 2015, p. 67).

p. 235). A partir dessa definição, Sirinelli propõe duas acepções ao conceito de intelectual. A primeira, de carácter mais amplo e sociocultural, compreende os intelectuais como criadores e mediadores culturais, grupo do qual fazem parte escritores, jornalistas, professores e eruditos. A segunda, de natureza mais estreita, define o intelectual como um ator engajado na vida da cidade. Sirinelli, porém, alerta que “o historiador do político deve partir da definição ampla” (idem, p. 243).

Para o historiador italiano Norberto Bobbio, um intelectual é caracterizado muito menos pelo tipo de trabalho que ele exerce na sociedade de classes, mas sim por sua função nessa sociedade. O historiador aproxima-se de uma noção do intelectual inspirada na obra de Karl Mannheim, que percebia os intelectuais não como uma classe, mas sim como uma espécie de “camada social” formada por pessoas de diferentes classes sociais. Para Bobbio, “uma das funções principais dos intelectuais, se não a principal, é a de escrever” (1997, p. 67). Compreendendo o intelectual como uma pessoa que exerce uma função na sociedade de classes, não eliminamos aquilo que Norberto Bobbio definiu como um “velho problema” dos intelectuais:

O tema é antigo e perene porque, bem vistas as coisas, ele nada mais é do que um aspecto de um dos problemas centrais da filosofia, o da relação entre teoria e práxis (ou entre pensamento e ação), ou, em termos ainda mais gerais e filosoficamente ainda mais tradicionais, entre razão e vontade (...) Que esses sujeitos históricos sejam prevalentemente chamados “intelectuais” apenas há cerca de um século, não deve obscurecer o fato de que sempre existiram os temas que são postos em discussão quando se discute os problemas dos intelectuais, quer esses sujeitos tenham sido chamados, segundo os tempos e as sociedades, de sábios, sapientes, doutos, *philosophes*, *clercs*, *hommes de lettres*, literatos etc (Bobbio, 1997, p. 110).

O “velho problema” apontado por Bobbio é um tema central na história dos intelectuais do século XX e é razão do crédito ou da desconfiança que o termo atravessou ao longo desse período. Seria possível o intelectual interferir na sociedade? As teorias elaboradas pelos intelectuais exerceriam alguma prática nas sociedades e no tempo em que viveram? No livro *Microfísica do poder*, em um diálogo com Foucault, o filósofo Deleuze resume bem essa concepção da teoria como uma ação em si: “Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante [...] é preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma” (2022, p. 132).

Esse aparente contraste entre teoria e a ação do intelectual leva a uma segunda questão: qual a relação entre os intelectuais e o poder? Bobbio (1997) distingue os tipos

intelectuais de acordo com a sua relação com o poder: os intelectuais foram divididos em dois grupos, de um lado os “ideólogos”, ligados ou não ao poder constituído – um tipo intelectual incumbido de fornecer os “princípios-guia” para partidos, sindicatos e grupos políticos. O outro tipo intelectual é formado pelos “expertos”, que entregam os “conhecimentos-meio”, um tipo de conhecimento mais técnico e muito útil para o Estado e a política. Bobbio complementa essa tipologia sugerindo que, em uma espécie de “estado puro”, o ideólogo seria o utopista e o experto, um técnico.

O itinerário intelectual de Celso Furtado mostra bem que é impossível existir um tipo de intelectual em um “estado puro”, como apresentado por Bobbio. Furtado, devido à influência da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, percebia na atividade do intelectual um importante papel para a sociedade: “entender o mundo é uma maneira de agir sobre ele” (Furtado, 1985, p. 102). O itinerário de Furtado mostra bem as variações entre o intelectual ideólogo e o técnico: nos anos que ficou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Celso desempenhou um papel muito mais técnico; já nos anos de Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Ministério do Planejamento, o ideólogo e o técnico se alternavam constantemente; por fim, durante o seu período em exílio, como professor na França, o ideólogo se afirmou com maior potência, porém as atividades técnicas e burocráticas do exercício docente o acompanhariam, com destaque para as burocracias que envolviam sua permanência na França como exilado, que o levava a ter que constantemente procurar a embaixada brasileira, seja para validação de documentos pessoais e de sua família, seja para pedir permissão para viagens a congressos internacionais que era convidado.

Outro importante aspecto que devemos buscar para a compreensão da história de um intelectual é aquilo que Sirinelli (2003) definiu como “estruturas de sociabilidade”. Segundo o autor, os intelectuais organizam-se sempre em torno de alguma “sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes (...) São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar” (2003, p. 248). Essas estruturas de sociabilidade são apreendidas pela análise de revistas acadêmicas, conselhos editoriais, jornais, manifestos e abaixo-assinados, fontes presentes ao longo dessa dissertação e que fornecem indícios para o historiador compreender melhor a ação social de um intelectual. Sirinelli (2003) propõe uma dupla acepção ao conceito de *sociabilidade*:

Mas a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As redes secretam, na verdade microclimas (...). A palavra sociabilidade reveste-se de uma dupla acepção, ao mesmo tempo ‘redes’ que estruturam e ‘microclima’ que caracteriza um microcosmo intelectual particular (2003, p. 252).

O que Sirinelli define como “microclima” são objetos da história intelectual, assim como as obras literárias, os manifestos, os itinerários políticos e a trajetória intelectual. O microclima seria justamente esse campo mais afetivo da sociabilidade, englobando afetos e desafetos, os amores e os reencontros. As ideias e produções dos intelectuais devem ser reinseridas em seu ambiente sociocultural, realocando-as em um contexto histórico.

Mas também existe um outro microclima, de perspectiva mais íntima, que se revela principalmente nas publicações póstumas de diários e correspondência de intelectuais, como foi o caso da recente publicação dos diários e correspondências de Celso Furtado¹². A organização dos diários, publicados em 2019, suscita uma série de questões para os historiadores. Destaco, aqui, dois problemas cruciais nessa publicação: em primeiro lugar, o livro que se apresenta é uma edição compilada de vários cadernos, nos quais Celso Furtado, ao longo de 65 anos, registrou suas impressões sobre os acontecimentos cotidianos, portanto, não se esclarece na apresentação do livro, escrita pela organizadora, se estes cadernos foram publicados na íntegra ou se houve alguma espécie de edição nos textos. Um segundo problema é a intencionalidade do autor em não publicar este material ainda vivo, uma vez que, enquanto vivo, publicou livros de caráter memorialista e guardou estes diários. Enquanto a sua obra autobiográfica publicada possui um caráter, definido pelo autor¹³, de testemunho, os seus diários são o espaço para registro de encontros, apontamentos para escrita de livros e de uma revisão do passado em que o sujeito “narrador de si” elabora memórias dos acontecimentos de sua vida.

¹² *Diários Intermitentes* (2019) e *Correspondência Intelectual* (2020).

¹³ A proposta de Celso diverge sobre essa perspectiva retrospectiva, que tenta dar um sentido inteligível à vida e a história e se aproxima muito mais de um caráter testemunhal, no estilo “eu estive lá”, como podemos perceber na introdução do livro *A fantasia organizada* (1985): “As páginas que seguem originaram-se de notas sobre o grande debate dos anos 50 em torno do subdesenvolvimento, fenômeno que acabava de ser descoberto e causava perplexidades. As notas evoluíram para um ensaio de história das ideias, mas no caminho transformaram-se em reflexão sobre as circunstâncias em que uma sociedade toma consciência das opções que tem diante de si, empreendendo que o destino também depende dela mesma. Contudo, esse desvio ambicioso foi corrigido a tempo, canalizando-se o discurso para simples testemunho pessoal. O risco de desvio para o autobiográfico também foi atalhado. A vida pessoal tem o mistério desses tesouros de fábula que, quando expostos à luz, perdem seu verdadeiro significado. O testemunho pessoal ganha relevância quando inserido no contexto histórico, em particular se o cronista é personagem do drama” (1985, p. 11).

O diário íntimo é uma prática cultural da modernidade ocidental e se difundiu a partir do Renascimento europeu. É deste momento em diante que a sociedade europeia passa a valorizar e se interessar por uma narrativa de “si mesmo”: “a escrita de si tornou-se uma prática habitual nos lares burgueses, dando à luz a uma diversidade de textos marcados pela autorreflexão, pautada na particularidade de cada experiência individual” (Lima, 2010, p. 25). O diário íntimo possui tanto uma dimensão de registro de uma experiência de vida original e única, como também possui um caráter de elaboração psicanalítica, a partir de uma “historicização da vida” em que o sujeito escritor de diários produz ao elaborar uma narrativa de si:

A historicização da vida faz parte do próprio método psicanalítico. A divulgação das “ideias psicanalíticas” e do método psicanalítico foram fatores decisivos para a busca pela historicização da vida, como forma de procurar compreender “a origem” dos sintomas e como forma de tratamento. Há uma valorização da historicização da vida, feita pelo sujeito em seu processo de análise. A primeira concepção de inconsciente da teoria psicanalítica é a de que ele é uma história. [...] O sujeito em análise “reconstrói a sua história” (Lima, 2010, p. 31).

Outro aspecto que a história intelectual aborda é a da relação dos intelectuais com o tempo. A contemporaneidade é uma marca dos intelectuais, como define Bobbio: os intelectuais devem estar sempre comprometidos com “os problemas cruciais do seu tempo” (1997, p. 92). Essa relação dos intelectuais com a temporalidade revela a superposição dos tempos históricos e colabora para a compreensão do social, pois “a história intelectual poderá fornecer uma chave para a explicação das sociedades no tempo: os problemas do seu tempo (contemporaneidade), com base na experiência (passado), projetando expectativas de porvir (futuro)” (Wasserman, 2015, p. 73).

A história intelectual, compreendida como uma prática de história social, política e cultural, fornece elementos suficientes para o estudo das sociedades e suas transformações ao longo do tempo. Da mesma maneira, na exegese do texto, os conceitos político-sociais ganham uma importância social e histórica pelo fato de ser essa uma “exigência metodológica mínima” da história dos conceitos: “compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então” (Koselleck, 2006, p. 103).

A proposta de uma investigação dos conceitos de subdesenvolvimento e desenvolvimento na produção de Celso Furtado é um aspecto que pode revelar muito da trajetória desse intelectual e político. Subdesenvolvimento é inegavelmente um conceito

que esteve em disputa nas décadas de 1950 e 1960¹⁴ e influenciou bastante o debate público e a atuação da população em um momento de importantes transformações na sociedade brasileira, que se industrializava e urbanizava em ritmo acelerado. O estudo da história do conceito de subdesenvolvimento através dos ajustes que ele foi sofrendo ao longo de sua trajetória é influenciado e influenciador das decisões políticas e sociais que Celso Furtado veio a manifestar publicamente ao longo de sua trajetória. Os estudos do técnico sobre as desigualdades regionais estruturais do subdesenvolvimento influenciaram o político idealizador da SUDENE, assim como as consequências do Golpe Militar de 1964, que o levaram para o exílio, influenciaram seu diagnóstico de estagnação para os países subdesenvolvidos: texto e contexto se fundem na trajetória intelectual de Celso Furtado.

A história intelectual e a história dos conceitos, como métodos para fontes em pesquisa histórica, possuem um interesse em comum, que é justamente estabelecer uma relação com as histórias social e política. Estudar o conceito de subdesenvolvimento na obra do autor brasileiro que mais se dedicou ao tema, Celso Furtado, possui interfaces diretas com as histórias social e política do Brasil das décadas de 1950 e 1960. O subdesenvolvimento foi um conceito de ação política e toda a discussão teórica sobre o assunto acabou gerando duas teorias distintas e paralelas: a teoria do subdesenvolvimento e a teoria do desenvolvimento. Enquanto a primeira vai em direção ao passado e busca recuperar as estruturas que formaram a economia colonial brasileira, a segunda aponta para o futuro através de um diagnóstico do momento presente da economia e sociedade brasileira.

O primeiro capítulo dessa dissertação é dedicado à trajetória de Celso Furtado entre os anos de 1949 e 1957, período em que esteve à serviço da CEPAL e no qual ele iniciou a sua ascensão aos quadros mais altos da política brasileira. Fazem parte desse capítulo um breve itinerário do autor antes de entrar na CEPAL, com destaque para alguns artigos publicados por Celso no período e a sua tese de doutorado defendida na França, que já trazem consigo alguns elementos que balizarão sua produção posterior.

¹⁴ Para termos uma breve noção da difusão do conceito de subdesenvolvimento, elenco aqui algumas obras de autores relevantes que possuem o conceito em seu título (excluindo as referências em títulos de artigos acadêmicos e de jornais): *Geografia do Subdesenvolvimento* (Yves Lacoste, 1966), *Dialética do Subdesenvolvimento* (Ramón Losada Aldana, 1968), *Estado e Subdesenvolvimento industrializado* (Luiz Carlos Bresser Pereira, 1977), *Arte, Folclore, Subdesenvolvimento* (Souza Barros, 1971), *Vanguarda e Subdesenvolvimento* (Ferreira Gullar, 1969), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (Florestan Fernandes, 1968), *Alegorias do Subdesenvolvimento* (Ismail Xavier, 1983), *Subdesenvolvimento e Revolução* (Paulo de Castro, 1962), *Ensayos sobre el Sub-Desarrollo* (Josué de Castro, 1965), *Subdesarrollo y revolución* (Ruy Mauro Marini, 1969).

Optei por dividir este primeiro capítulo em três itens: o primeiro (1.1) é dedicado aos primeiros anos de Furtado na CEPAL (1949-1953) e ao encontro com as teorias de Raul Prebisch. O segundo item aborda um curto período em que Celso esteve de volta ao Brasil, ainda a serviço da CEPAL e os anos finais dele na comissão. Fazem parte desse segundo item uma análise da primeira obra publicada por Furtado em 1954 (*A economia brasileira*) e os embates com os economistas liberais e ortodoxos no Brasil, com destaque para o confronto entre Celso Furtado e Otávio Bulhões na imprensa brasileira, que resultaria em uma divisão entre os economistas liberais de um lado, e do outro, os desenvolvimentistas liderados por Celso Furtado.

O terceiro item (1.3), por fim, traz uma análise de duas obras lançadas pelo economista brasileiro um pouco após o período da CEPAL, mas que, por motivos diversos, ligam-se ao debate e aos estudos conduzidos por Furtado na década de 1950: *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961). A primeira é responsável por consolidar o método histórico-estrutural do autor e associa o subdesenvolvimento às condições históricas da formação do capitalismo brasileiro. A segunda obra é recheada de artigos publicados ainda no período em que esteve na CEPAL e complementada com alguns artigos inéditos, nos quais o autor inicia de maneira mais sistemática a sua produção de uma teoria do desenvolvimento e, de modo paralelo, refina a sua teoria do subdesenvolvimento, em um movimento no qual as duas teorias se retroalimentam e apuram a compreensão do autor acerca da economia brasileira.

No segundo capítulo abordo a trajetória política de Celso Furtado através de um itinerário que o conduz de um lugar técnico para uma posição política de destaque no cenário brasileiro e internacional. É nesse período (1958-1964) que Furtado vai criar e administrar a SUDENE e, também, terá a sua primeira experiência ministerial como responsável pelo Ministério do Planejamento, ainda de forma extraordinária. A introdução deste capítulo é dedicada aos movimentos políticos que resultaram na criação da SUDENE e analisa os primeiros anos de Celso na instituição.

Optei por dividir as seguintes seções do capítulo 2 em quatro itens: o primeiro (2.1) é sobre a criação da Aliança para o Progresso em 1961 e os impactos na política brasileira advindos de uma maior intervenção dos EUA no cenário nacional. No segundo item (2.2) desenvolvo uma análise da obra *A pré-revolução brasileira* (1962), dividindo-a em mais três subseções de acordo com os eixos temáticos propostos por Celso para a obra. O terceiro item (2.3) é sobre o Plano Trienal e os anos finais do governo de João

Goulart e, por fim, no quarto e último item deste capítulo (2.4), analiso a última obra publicada por Furtado neste período: *Dialética do Desenvolvimento* (1964).

1. A trajetória de Celso Furtado até a CEPAL e o pensamento político-econômico na América Latina pós-guerra: a caracterização do subdesenvolvimento periférico

Celso Furtado desembarcou no Rio de Janeiro, vindo de Pombal (PB), sua cidade natal em 1939. Nascido em 1920, Celso chega à capital federal com o desafio de ser aprovado no exame de seleção para a Faculdade Nacional de Direito. O ambiente intelectual e artístico do Rio de Janeiro, no início da década de 1940, era bastante estimulante para um “jovem matuto” vindo do interior do Nordeste, como registra Celso em trecho de seu diário, datado de 14/07/1940: “Tenho aproveitado muito a temporada artística, já assisti a mais de vinte concertos (...). Quem me vê tomando café na Cinelândia com Villa-Lobos (...) não dirá nunca que eu sou um pobre-diabo” (2019, p. 58).

A necessidade de angariar um emprego que possibilitasse uma condição mais confortável de vida no Rio de Janeiro levou Celso a colaborar com algumas revistas¹⁵, até ser aprovado em primeiro lugar no concurso público para o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)¹⁶, em 1943. A entrada de Furtado no departamento inaugura a trajetória do jovem estudante de direito nos quadros da administração pública brasileira e marca o início de uma carreira como técnico-administrativo.

As primeiras produções teóricas estão conectadas com a opção de Furtado por estudar os princípios da teoria da administração do Estado, ainda durante o curso de Direito. Foi na *Revista do Serviço Público* que Celso publicou o seu primeiro artigo de cunho teórico, intitulado *A estrutura da Comissão de Serviço Civil dos Estados Unidos* (2014 [1944]) e, entre fevereiro de 1944 e maio de 1946, Celso publicou quatro artigos¹⁷ destinados ao estudo da teoria da administração nessa revista. O que interessa captar dessa produção inicial do jovem Furtado são alguns elementos que marcariam a sua teoria mais adiante, como o método comparativo e a influência do pensamento de Karl Mannheim

¹⁵ Os primeiros trabalhos que Celso Furtado conseguiu no Rio de Janeiro foram na *Revista da Semana* e no *Correio da Manhã*. Para mais detalhes sobre essas primeiras produções de Celso na imprensa brasileira, ver D’Aguiar (2014, p. 9-15).

¹⁶ O Departamento Administrativo do Serviço Público foi um órgão administrativo fundado em 1938 durante o governo de Getúlio Vargas. “O DASP foi um departamento primordial na execução dos objetivos do governo, organizando os orçamentos, classificando cargos do funcionalismo, introduzindo novos métodos e novas técnicas para os serviços burocráticos (universalizando procedimentos), organizando processos seletivos de funcionários por meio de concurso (meritocráticos) e criando cursos de aperfeiçoamento em administração pública, os primeiros no Brasil” (BRASIL et al, 2014, p. 16).

¹⁷ Os artigos de Celso Furtado escritos para a *Revista do Serviço Público* foram compilados na coleção “Arquivos Celso Furtado”, organizados por sua viúva Rosa Freire D’Aguiar e lançados na sexta edição da coleção, em 2014. Indico a leitura do artigo de Roberto Pereira Silva (2013) que faz uma análise mais profunda dessas primeiras publicações.

nas suas concepções acerca da planificação e do papel dos intelectuais em uma sociedade democrática.

A “arqueologia” do pensamento dos intelectuais é algo necessário e muito importante no caso dos acadêmicos: “remontar a seus jovens anos escolares e universitários, numa idade em que as influências se exercem sobre um terreno móvel e em que uma abordagem retrospectiva permite reencontrar as origens do despertar intelectual e político” (Sirinelli, 2003, p. 250). O método comparativo é uma dessas marcas teóricas presente nos escritos de Furtado desde as primeiras publicações. Os artigos publicados na *Revista do Serviço Público* tratam da organização do serviço público civil nos EUA e teoria da organização administrativa. O estudo da organização administrativa do Estado norte-americano serviria como um contraste ao modelo em curso no Brasil e apontava para uma necessidade de reformulação da administração pública brasileira em oposição à moderna estrutura presente nos EUA. A interpretação da história do Brasil, em contraste com a história dos EUA, é um tema recorrente e contribuiu para o desenvolvimento do método histórico-estrutural que alicerçou obras futuras de Furtado, como o caso de *Formação Econômica do Brasil*, escrito em 1958.

A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim¹⁸ é uma outra influência presente nos primeiros escritos de Furtado¹⁹, principalmente a concepção de *intelligentsia* e de planificação democrática. A concepção de Karl Mannheim sobre *intelligentsia* era mais voltada para os interesses sociais e defendia a ideia da reunião de um grupo de intelectuais interessados nas questões globais da sociedade e que deveriam exercer uma espécie de autocrítica de si próprios e de outros grupos, no sentido de se evitar a construção de uma ideologia de grupo. À *intelligentsia* caberia a função de auxiliar o Estado na formulação de políticas que captassem os anseios de diversos grupos,

¹⁸A influência do pensamento e da obra de Karl Mannheim foi também partilhada pela geração de Furtado: “A obra *Ideologia e Utopia* de Mannheim também é destaque nesse período. Mannheim está presente nos escritos de Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos e Costa Pinto, que buscavam traçar a sociologia que deveria ser feita no Brasil” (Bortoli e Galon, 2015, p. 172).

¹⁹Celso Furtado, por diversas vezes em seus livros de memórias e entrevistas, cita a influência fundamental que a obra de Karl Mannheim exerceu sobre o seu pensamento ainda quando jovem. Transcrevo aqui um trecho de uma entrevista concedida por Furtado à Rosa Maria Vieira, em 2001: “**CF**: Para mim, Mannheim foi fundamental. Ele me iluminou, me tirou do tecnicismo. Pude perceber que há valores, que o planejamento não decorre apenas de uma boa estratégia. Há que estar iluminado por valores, para ser democrático. Mannheim me ensinou a ver a sociedade como um sistema de valores, antes de tudo. **RM**: Quando se dá esse contato com o pensamento de Mannheim? **CF**: Muito cedo, na época que chegavam aqui as traduções de suas obras feitas pelo Fundo de Cultura. Eu estava na Faculdade de Direito. O livro de Mannheim publicado por essa época, início da Segunda Guerra, foi *Ideologia e Utopia*. (...) **RM**: Essa ideia, essa concepção do intelectual que o senhor tem, como alguém capaz de intervir... **CF**: É inspirada em Mannheim... No conceito de *intelligentsia*... (2004, p. 33).

pertencendo aos quadros institucionais do Estado sem possuírem filiações partidárias. Para Karl Mannheim existe uma função social no conhecimento associada ao papel da *intelligentsia*, no que se refere ao papel que o conhecimento desempenha na estruturação e na transformação da sociedade. Entender como o conhecimento é produzido, disseminado e recebido é essencial para compreender como as sociedades funcionam e como elas podem mudar ao longo do tempo.

A técnica que permitiria à *intelligentsia* atuar junto ao Estado era a planificação, que com a Crise de 1929 e a exposição das falácias liberais do mercado, conjuntamente com a ascensão do fascismo na Europa e a consolidação da União Soviética como um país socialista, inauguravam um debate acerca dos modelos de planificação possíveis para o desenvolvimento das nações. Mannheim analisa os modelos fascista e soviético de planificação, indicando as restrições à liberdade dos indivíduos em modelos de planificação que tiveram sucesso no crescimento da economia e no desenvolvimento das forças produtivas, porém com graves retrocessos sociais. A saída para Mannheim era a defesa de uma planificação democrática, como define o autor:

Planejamento, mas não planejamento restricionista que favoreça os monopólios de grupos, (...) pleno emprego e total exploração dos recursos; planejamento para a justiça social, mais que igualdade absoluta, (...), planejamento não para uma sociedade sem classes, mas para uma sociedade que suprima os extremos de riqueza e pobreza; (...), planejamento, mas não arregimentação (1972, p. 49).

A concepção do planejamento como técnica para a condução do desenvolvimento dos países da periferia foi um tema que perpassou toda a obra de Furtado e que se encontra presente desde os seus primeiros escritos. Furtado apostava na racionalidade técnica dos planejadores para a elaboração de projetos políticos que permitissem o desenvolvimento das forças produtivas em maior consonância com a justiça social. Em um texto preparado para a apresentação da planificação a um grupo de jovens estudantes em um simpósio realizado em 1946, na Academia Fluminense de Letras, Furtado defendeu a planificação social como “solução para se conseguir o florescimento de uma cultura verdadeiramente democrática” (2014 [1946], p. 215).

Ainda em 1944, Celso Furtado publica um artigo na *Revista Cultura Política*²⁰, intitulado “A feição funcional da democracia moderna”, em que o autor analisa o papel

²⁰ “A *Revista Cultura Política* insere-se na proposta atribuída aos intelectuais pelo *staff* varguista, na luta pela obtenção de hegemonia e política ideológica do governo. Importantes intelectuais ligados a este campo nela escreveram, como o próprio Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes

do Estado e as capacidades da sociedade civil em uma sociedade democrática aplicados ao modelo dos Estados Unidos. Furtado destaca como funções do Estado moderno o bem-estar, a segurança da coletividade e o seu papel como uma força ativa do desenvolvimento em oposição à função neutra do modelo clássico-liberal. A democracia, para Celso, é parte da solução para o desenvolvimento social, cabendo ao Estado uma função técnica e orientadora do desenvolvimento, e não a representação dos interesses dos grupos dirigentes. Desse modo, Vera Alves Cepêda destaca que estão presentes nos primeiros textos de Furtado uma relação intrínseca entre economia e política: “podemos associar a esse período também a reflexão mais profunda entre a dinâmica econômica e suas fortes conexões com a dimensão política” (2015, p. 163).

O período do governo Getúlio Vargas (1930-1945) ampliou o Estado burocrático moderno com a criação de uma série de órgãos, conselhos e institutos com o intuito de dotar a condução da modernização econômica do país de uma maior racionalidade técnica. Como exemplos, podemos citar o “Departamento Administrativo do Setor Público, o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Conselho Nacional do Petróleo, o Conselho Nacional de Águas e Energia e tantas outras” (Bielschowsky, 2004, p. 127). O objetivo era conduzir a industrialização do país e provê-lo de mecanismos modernos, ampliando a intervenção do Estado na economia com um sistema de planejamento abrangendo os investimentos. O DASP contribuiu muito para a formação de quadros técnicos para o Governo, porém as dificuldades econômicas do período da Segunda Guerra Mundial e a necessidade de manter os projetos de modernização e industrialização do país exigiam a formação de técnicos com um conhecimento mais profundo da ciência econômica. Em dezembro de 1944, seria inaugurada a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o objetivo de formar quadros técnicos nos campos da administração e da economia, tendo como membros destacados economistas liberais, como Eugênio Gudín e Otávio Bulhões²¹.

Após a conclusão do curso de Direito em 1944, Celso Furtado foi convocado para participar da *Força Expedicionária Brasileira*, e passou de fevereiro a julho de 1945

e Cassiano Ricardo. Mas autores não alinhados também colaboraram com artigos, como Graciliano Ramos, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré e Celso Furtado” (Cepêda, 2015, p. 166).

²¹ Eugênio Gudín (1886-1986) foi Ministro da Fazenda no governo Café Filho, em 1954, e esteve bastante presente na consolidação da FGV e do pensamento liberal no Brasil. Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990) foi Ministro da Fazenda interino no governo Café Filho e posteriormente ocupou o cargo no governo de Castelo Branco, entre 1964 e 1967. Assim como Gudín, Bulhões também foi bastante atuante na FGV.

atuando no apoio da ofensiva final dos Aliados no Norte da Itália. Após o fim dos combates, Celso foi até Paris, e retornou ao Brasil em setembro de 1945.

Em 1946, ele apresenta um estudo intitulado “Trajetória da democracia na América”²², que representa uma virada na sua iniciante produção. O estudo faz um balanço sobre a experiência democrática nos EUA, apoiando-se na história da formação da sociedade norte-americana para explicar as virtudes e incompletudes da democracia na América do Norte. É nesse artigo que, pela primeira vez, Celso Furtado vai se apoiar no método historiográfico para a fundamentação dos argumentos propostos pelo texto. Muito influenciado por Max Weber e sua análise da relação entre o puritanismo e a formação da sociedade americana, Furtado expõe nesse artigo as leituras mais recentes que vinha fazendo: “os cinco volumes de *O Capital*, de Marx, os quatro de *Economia e Sociedade*, de Max Weber” (D’Aguiar, 2014, p. 22), que ampliaram a sua produção sobre o papel do Estado para além das funções técnicas-administrativas, introduzindo métodos históricos e sociológicos. O ponto central do artigo é a contradição entre a democracia política e a concentração do poder econômico, acarretando a redução do espaço de ação criativa do homem. A análise de Furtado capta os aspectos autoritários e mecanicistas da sociedade industrial americana e explicita que “havia uma contradição inerente na matriz cultural-política americana, decorrente do papel da religião e da ênfase no conhecimento científico” (Boianovsky, 2014, p. 202).

As novas leituras com as quais Celso Furtado vinha tendo contato ampliaram a sua percepção da realidade social e o motivaram a estudar “economia, sociologia, filosofia na busca de subsídios para entender o mundo, convencido de que essa também é uma maneira de sobre ele agir” (1985, p. 19). A passagem pela Europa devastada no final da Segunda Guerra Mundial impressionou bastante Celso. A reconstrução dos países europeus era considerada por ele uma “tarefa mais árdua do que se havia inicialmente imaginado” (1985, p. 13). Furtado ficou “fascinado pelo inusitado da cena social e humana que aí se armara, certamente sem precedentes, por sua amplitude e complexidade na história dos homens” (1985, p. 13). O fascínio em experienciar uma Europa em reconstrução o levou a fomentar a ideia de passar um período complementando seus estudos no exterior. Ele cogitou Inglaterra, União Soviética, mas acabou optando pela

²² Esse estudo foi inicialmente apresentado em 1946, porém só seria publicado em 1947 na *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos*. A publicação foi consequência do Prêmio Franklin D. Roosevelt, com o qual Celso foi agraciado com o 1º lugar. Um detalhe que chama atenção foi o fato de ele ter assinado o artigo sob o pseudônimo *Americano* (D’Aguiar, 2014, p. 219).

França, devido ao contato que havia feito com o professor Maurice Byé, durante o período em que ele havia estado no Rio de Janeiro em decorrência da guerra.

Furtado vai para Paris em janeiro de 1947 e se depara com uma França em reconstrução política, social e econômica. A retomada econômica da França enfrenta sérias dificuldades, porém o “ambiente intelectual de Paris no pós-guerra é dos mais estimulantes” (D’Aguiar, 2014, p. 24). Celso dedica o primeiro semestre aos cursos de ciência política, com destaque para o curso de história do socialismo, ministrado por Jean Baby. O segundo semestre foi dedicado à economia, a conselho de seu orientador, o economista Maurice Byé.

Do conteúdo da tese, alguns pontos são interessantes para compreendermos a maneira como Furtado elaborará futuramente o conceito de subdesenvolvimento como definição para a condição histórico-socioeconômica do Brasil. Primeiramente, Furtado opta pela especialização em economia, porém apresenta uma tese cujo objeto de pesquisa é a história da economia brasileira nos séculos XVI e XVII, utilizando-se do método historiográfico para a compreensão das estruturas econômicas presentes no país naquele momento. A tese de 1948 marca o início de uma década na qual ele se dedicará ao estudo da história econômica do Brasil, passando por *Economia Brasileira* (1954) e finalizando com seu livro mais conhecido, *Formação Econômica do Brasil* (1959), escrito dez anos depois de seu doutorado na França. A tese teve como suporte o vasto acervo da coleção brasileira, do *Museu do Homem*, o qual Celso Furtado teve acesso graças a Paulo Emílio Sales Gomes²³, e que teve papel fundamental para a escolha de seu objeto de estudo.

O método histórico comparativo é mais uma vez utilizado por Furtado – uma espécie de marca metodológica que acompanhará toda a sua produção teórica – principalmente sua produção mais historicista. A operação historiográfica que Furtado elabora no texto encaminha-o para a ação no presente, em uma espécie de uso da história como diagnóstico e da economia, como terapia. A história aponta as estruturas malformadas ou atrasadas da sociedade brasileira, e a economia é a ciência escolhida por

²³ Paulo Emílio foi um dos responsáveis pela criação da Cinemateca Brasileira e foi um nome fortemente vinculado ao cinema brasileiro, tendo sido professor no curso de audiovisual da USP até a sua morte. Morou em Paris entre 1946 e 1954 e foi casado com Lygia Fagundes Telles. Furtado comenta no trecho a seguir a importância que teve o acesso a essa coleção: “Logo pude comprovar que se tratava de belíssima coleção de livros sobre o Brasil, provavelmente doação do governo brasileiro. Decidi-me de imediato. Estudaria a economia colonial brasileira no período do açúcar, época em que ao Brasil coubera papel eminente no comércio internacional. Quando expus a ideia ao professor Byé, ele pensou um pouco e observou: “De acordo, sempre que você faça um paralelo com a economia açucareira da Antilha francesa, concorrente da brasileira” (1985, p. 28).

Furtado para a intervenção político-social, tendo no planejamento a técnica capaz de corrigir e superar o atraso relativo.

A ação no presente que Furtado pretende efetivar através de sua obra é outra marca que caracteriza o intelectual contemporâneo: a contemporaneidade. O intelectual no século XX estará atento aos problemas do seu tempo e é convocado pela sociedade e pelos seus leitores a intervir no presente, especialmente em momentos de crise, como as guerras e os problemas econômicos. Claudia Wasserman (2015) define essa situação do intelectual frente ao tempo pelo conceito de “temporalidades superpostas”, em que, em momentos de crise, o intelectual se percebe entre a preservação ou a mudança social, entre passado e futuro, entre tradição e modernidade. O intelectual que opta pela contemporaneidade deseja produzir uma espécie de aceleração do tempo histórico, muito influenciado pela associação entre modernidade e progresso: uma consciência que percebe a capacidade de transformar o mundo ao seu redor.

O diagnóstico que Furtado elabora sobre a economia colonial brasileira resulta no que ele definiu como os “atavismos coloniais do Brasil atual” (2001[1948], p. 141), tema ao qual ele dedica a terceira e última parte de sua tese. A herança colonial havia legado ao país alguns entraves ainda presentes, como: a) permanência da monocultura como modelo de produção do setor exportador nacional; b) atraso técnico; c) domínio municipal patriarcal. Estes elementos explicavam o “atraso” do Brasil em relação a outros países colonizados:

Tais fatos devem ser considerados de perto no estudo da vida política do Brasil. E o problema básico com que se depara o país – e de cuja solução dependem a constituição de uma ordem política estável e a formação de uma mentalidade democrática – não poderá ser enfrentado sem uma perfeita inteligência das condições econômicas e sociais que o criaram (2001[1948], p. 169).

O segundo ponto que destaco desse momento da passagem de Furtado por Paris foi a sua aproximação com as teorias marxistas. O marxismo se apresentava a Celso como “a doutrina daqueles que pretendiam modificar o mundo” (1985, p. 30), uma filosofia e uma teoria econômica voltadas para a ação. Apesar de já haver tido contato com a obra de Marx antes de sua ida à França, principalmente através de suas leituras de Mannheim, é na tese de 1948 que Furtado começa a operar a sua ação social através de uma teoria da história do Brasil, fornecendo os argumentos teóricos necessários para uma intervenção no presente. Interessava a Furtado um “marxismo-vivo, (...), voltado para a ação” (1985,

p. 31). A análise dos “atavismos coloniais” forneceu à teoria de Furtado os pressupostos para a ação social no presente e explicitava os pontos frágeis e sensíveis à modernização social e econômica do Brasil. Os dois elementos que destaquei, o método histórico-comparativo e a filosofia voltada para a ação, são, por ora, o que me interessa trazer da tese e que permanecerão como elementos ativos durante o recorte de análise desta dissertação.

O discurso sobre o desenvolvimento econômico emerge no pós-guerra e, inspirado pela economia política keynesiana, passa a trabalhar com as noções de “produto, consumo, investimento, exportações, importações” (Mallorquin, 2005, p. 27). Outra característica do emergente debate sobre o desenvolvimento foi a necessidade de “planos de ação”, como o Plano Marshall, que visavam dotar o Estado de uma racionalidade técnica acerca da aplicação dos recursos em vista da necessidade de reconstrução econômica da Europa devastada pela Guerra.

Furtado volta ao Brasil no segundo semestre de 1948, após defender a tese de doutorado em Paris, em 1º de julho daquele ano. O ambiente que Celso encontra em seu retorno é bastante diferente do momento de sua saída: “publicava-se, lia-se, debatia-se por todos os lados. Após o longo período de autoritarismo, o brasileiro reaprendia a fazer política e retomava o gosto de andar de cabeça erguida” (1985, p. 39). O governo Dutra (1946-1951) enfrentava as consequências econômicas dos esforços de Guerra e as efervescências políticas de um ambiente mais plural, que após mais de uma década de ditadura varguista, vislumbrava as possibilidades de inserção de múltiplos personagens no debate político nacional.

A questão do desenvolvimento econômico e o planejamento começavam a penetrar no debate brasileiro e o governo Dutra decide lançar o Plano SALTE (iniciais para Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), em 1948, um primeiro ensaio de maior racionalidade econômica, mas ainda muito modesto. Na sequência do plano, veio ao Brasil a missão Abbink, “chefiada por um homem de empresa privada, mas com o *status* de embaixador, para estudar e avaliar os problemas da economia brasileira” (Furtado, 1985, p. 44). Furtado acompanhou as controvérsias da missão Abbink de uma “posição privilegiada”. Após retornar da França, ele se integrou à redação da revista *Conjuntura Econômica*, da FGV, que ocupava uma sala no Ministério da Fazenda e servia de “ponto de encontro de muitas pessoas que se interessavam por problemas econômicos e financeiros, via de regra com uma posição crítica com respeito à política seguida pelo Governo” (idem, p. 48).

A FGV lançou, em 1947, duas revistas que inauguraram a produção sistematizada sobre economia como um campo do conhecimento específico no Brasil, a *Revista Brasileira de Economia* (trimestral) e a *Conjuntura Econômica* (mensal); “esta última, organizada pelo Centro de Análise da Conjuntura Econômica do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas (...) dedicou-se ao estudo e elaboração de índices econômicos” (Silva, 2013, p. 8). O breve período no qual Celso Furtado esteve presente no grupo que coordenava a *Conjuntura Econômica* é fundamental para a compreensão dos motivos que o fizeram se afastar nos meses seguintes. As revistas são um importante índice para a compreensão da trajetória dos intelectuais e “conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas” (Sirinelli, 2003, p. 249).

As primeiras publicações, após a tese de 1948, marcam o início da produção de artigos tendo a economia como um “objeto específico” da análise furtadiana. Furtado ia se inserindo na sociabilidade intelectual dos economistas brasileiros por intermédio das estruturas das revistas e instituições e, apesar do breve período em que esteve na revista *Conjuntura Econômica*, é de suma importância para compreendermos a sua trajetória intelectual, como define Sirinelli: “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dupla dimensão” (2003, p. 249). A “fermentação intelectual” da FGV foi se encaminhando para o pensamento liberal, como explica Bielschowsky:

O principal núcleo de militância intelectual dos economistas neoliberais foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pouco depois de sua fundação, em 1944, os economistas Eugênio Gudín e Octávio de Gouveia Bulhões lograram formar uma sólida divisão de pesquisas econômicas que, em 1950, ganhou o nome de Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). A partir de 1948, a equipe passou a editar a *Revista Brasileira de Economia* (...). Em 1952, a equipe passou a controlar a outra importante revista da FGV, ou seja, a *Conjuntura Econômica*, que desde a sua primeira edição, em 1947, estivera sob a direção de intelectuais da linha desenvolvimentista (2004, p. 38).

A crescente difusão do pensamento neoliberal nas estruturas da sociabilidade dos economistas brasileiros era algo que incomodava Celso Furtado. Ele escreve em seu livro-testemunho sobre a passagem pela FGV e a sensação de que a crescente divisão entre

economistas desenvolvimentistas e neoliberais²⁴ estava “simbolizada na parede, mais espessa que a Muralha da China, que nos separava dos membros da missão Abbink – reunidos em sala próxima da nossa no edifício do Ministério da Fazenda –, com os quais nunca tivemos qualquer contato” (Furtado, 1985, p. 50). A forte presença dos neoliberais nas posições de comando econômico do Governo Dutra tornava o ambiente político-econômico do país muito desinteressante para Furtado, que desejava “ganhar um horizonte aberto” (idem, p. 50).

A oportunidade de romper com esse ambiente veio através da “informação de que no Gabinete do Dr. Bulhões buscavam um economista para servir na nova Comissão Econômica das Nações Unidas, que se instalava em Santiago do Chile” (idem, p. 49). As Nações Unidas haviam criado uma Comissão Econômica para a Europa, sob a chefia do economista sueco Gunnar Myrdal²⁵: “o mais heterodoxo e imaginativo dos membros da escola sueca” (idem, p. 50). A nova Comissão a ser formada seria dedicada à América Latina.

A ocupação política dos neoliberais nas posições de comando econômico do Brasil é o motivo que Furtado aponta em sua obra testemunhal como decisivo para que aceitasse um cargo em uma comissão recém-formada e abandonasse um posto de prestígio dentro dos quadros do Ministério da Fazenda e da FGV. Roberto Pereira Silva aponta outros elementos que fizeram Furtado optar por essa mudança tão drástica e em tão curto período de tempo:

Esses outros atrativos foram o casamento com a argentina Lucia Tosi, e o nascimento do primeiro filho do casal. Entretanto, sem desconsiderar esses fatores de ordem pessoal, talvez seja possível demonstrar que sua estadia no Brasil e os trabalhos que publicou enquanto funcionário da FGV tenham contribuído para a formação e o estabelecimento de alianças e de confrontos com outros economistas no Brasil (Silva, 2013, p. 5).

²⁴ A tipologia que adoto nesta dissertação para os economistas brasileiros foi elaborada por Ricardo Bielschowsky em seu livro *Pensamento Econômico Brasileiro*. O autor propõe uma divisão “em termos de correntes de pensamento econômico, definidas a partir de seus projetos econômicos básicos” (2004, p. 33). As correntes de pensamento estão divididas entre neoliberais, socialistas e desenvolvimentistas; os últimos ainda estariam subdivididos entre desenvolvimentistas do setor privado, setor público não nacionalista e nacionalistas. Celso Furtado é vinculado ao grupo dos desenvolvimentistas do setor público-nacionalista.

²⁵ Gunnar Myrdal foi um relevante economista sueco e secretário executivo da Comissão Econômica para a Europa, da ONU, entre 1947-1957. A comissão chefiada por Myrdal foi a inspiração para a criação da CEPAL. Mais adiante, retomarei nesta dissertação ao nome de Myrdal e a sua importante influência no debate sobre o subdesenvolvimento brasileiro na década de 1950.

1.1 A entrada de Celso Furtado na CEPAL e o encontro com as teorias de Prebisch: a formação do estruturalismo latino-americano (1949-1957)

Celso Furtado inicia seu período na CEPAL em 11 de fevereiro de 1949, primeiramente incorporado ao grupo de estudos de economia industrial, coordenado pelo economista norte-americano Milic Kybal. O *staff* inicial²⁶ da comissão não passava de dez pessoas, em sua totalidade homens, com idades entre 25 e 35 anos, que aceitaram a proposta de integrar uma comissão que teria 3 anos de atividade e, após este período, seria dissolvida. A secretaria executiva da comissão foi inicialmente ocupada pelo mexicano Gustavo Martinez Cabañas, porém, ao final do mês de fevereiro, chegou a Santiago o economista argentino Raul Prebisch, que um ano depois assumiria o comando da instituição.

Prebisch havia sido o criador do Banco Central da Argentina e por quase uma década foi o seu presidente (1935-1943). Sua “performance na política de estabilização, após a crise de 1938, recebera elogios dos mais variados círculos internacionais” (Furtado, 1985, p. 58). O economista argentino trouxe à instituição a experiência política e transformou a CEPAL em um agente relevante, sobretudo nas questões do desenvolvimento e da economia latino-americana. Seu impacto se fez sentir desde o primeiro ano, quando apresentou em Havana, em uma conferência organizada pela comissão, o estudo *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas* – uma espécie de documento fundador da CEPAL.

Celso Furtado não teve “dúvida de que aquele documento poderia vir a ser um *tournant* no pensamento político-econômico na América Latina, pelo que continha e por quem o escrevia” (Furtado, 1985, p. 63). O impacto em Celso foi tamanho que decidiu traduzir e publicar o texto na *Revista de Economia Brasileira* ainda em setembro de 1949. Para compreender melhor a recepção que o texto teve entre os economistas brasileiros, faz-se necessário uma breve introdução ao contexto histórico que permeava o ambiente do debate econômico no Brasil do final da década de 1940 e início da década de 1950.

O período entre a Crise de 1929 e o fim da Segunda Guerra Mundial foi de grande avanço para a indústria brasileira. Enfrentando restrições para importação, as indústrias

²⁶ “O *staff* técnico da CEPAL não passaria de dez pessoas. Havia dois economistas agrícolas, o boliviano Jorge Alcazar e o salvadorenho Francisco Aquino (...). O peruano Jorge Rose (...). Dois argentinos, Raul Rey Avarez e Alizón García, ambos economistas, eram os menos jovens. (...). Bruno Leuschener, engenheiro de minas chileno (...). A figura realmente interessante era o cubano Regino Boti (Furtado, 1985, p. 54).

nacionais expandem a sua produção através do mercado interno, adotando o modelo de industrialização por substituição de importações. As dificuldades estruturais do projeto de industrialização se consolidaram no início da década de 1940, com o agravamento da Guerra e a dificuldade de importar bens de capital e produtos básicos para a indústria, como metais e derivados. O período do pós-guerra marcou um amplo debate sobre o desenvolvimento do país, podendo ser considerado “um ponto crítico na evolução do desenvolvimentismo: o do início de seu amadurecimento” (Bielschowsky, 2004, p. 316). O quadro, no início dos anos 1950, foi assim descrito por Furtado:

Ao se iniciarem os anos cinquenta, esse conflito entre o desejo nacional de intensificar a política de desenvolvimento e a limitação da capacidade para importar alcançara o seu ponto crítico. A demanda de importações estava submetida à pressão de três forças convergentes: os metais industriais, os combustíveis líquidos e os equipamentos. A substituição de importações, em qualquer desses setores, tinha de ser lenta e difícil, pois o período de maturação é, quase sempre, longo e a tecnologia a assimilar, complexa. O único setor que havia sido abordado de frente era o da metalurgia do ferro (Furtado, 1962, p. 113).

Entre 1948 e 1952 a indústria brasileira crescia a uma taxa média de 7% ao ano (Bielschowsky, 2004, p. 318-319), em decorrência de uma maior diversificação da composição do produto industrial, tendo as indústrias de base obtido taxas de crescimento superior à média do setor. O pensamento econômico brasileiro vivia o “período áureo da ideologia do nacionalismo econômico” (idem, p. 317) representado pela campanha nacionalista do petróleo. Em contraste com o governo Dutra, Vargas assumiu a presidência, em 1951, com o compromisso de industrialização. A ascensão de Vargas foi o primeiro movimento de inserção da ideologia desenvolvimentista nos quadros oficiais do Estado brasileiro, o que representou o afastamento de alguns economistas neoliberais do comando da política econômica do governo.

É nesse ambiente cada vez mais dividido entre as correntes neoliberais e desenvolvimentistas que, em setembro de 1949²⁷, Furtado publica uma tradução do texto de Prebisch apresentado em Havana. O texto de Prebisch aborda temas que por mais que

²⁷ Em seu livro-testemunho *A Fantasia Organizada*, Furtado rememora os bastidores que envolveram a publicação do artigo na *Revista de Economia Brasileira*, destacando que “as decisões sobre o que valia ou não a pena publicar eram tomadas pelo Professor Eugênio Gudín” (1985, p. 65). Apesar de estarem em campos ideológicos distintos, Gudín publicou através da Revista os primeiros textos cepalinos no Brasil. O rompimento entre cepalinos e neoliberais ocorreria entre os anos de 1952 e 1953, com a ofensiva de Gudín contra as ideias de planificação elaboradas pela CEPAL. Destaco também nessa nota a ausência no site do acervo da *Revista de Economia Brasileira* das edições na íntegra, sendo possível apenas consultar os artigos, o que impossibilitou trazer para esta pesquisa uma análise do editorial da revista ao longo dos anos.

não fossem inéditos em sua obra, seriam inauguradores do enfoque cepalino e caracterizariam o estruturalismo latino-americano: a relação centro-periferia, a tese sobre a deterioração dos termos de troca, o desequilíbrio externo da balança de pagamentos e a industrialização problemática dos países latino-americanos.

O texto de 1949 inicia em tom alarmante: “A realidade está destruindo na América Latina aquele velho esquema da divisão internacional do trabalho” (Prebisch, 1949, p. 47). O economista argentino esclarece que a argumentação das “vantagens comparativas”, advinda da velha divisão internacional, “se baseia em uma premissa terminantemente negada pelos fatos” (idem, p. 47) e expõe através da análise de séries econômicas que, desde a década de 1870, até a década de 1930, houve uma deterioração constante dos preços de exportação dos produtos primários produzidos na América Latina: “nos anos trinta só se podiam comprar 63% dos produtos finais da indústria que se compravam nos anos setenta do século passado com a mesma quantidade de produtos primários” (idem, p. 55).

Prebisch deixava claro que a opção pela produção primária-exportadora não era a mais viável para o desenvolvimento dos países da região, explicitando a falácia das vantagens comparativas da divisão internacional do comércio de modo combativo. Essa oposição entre os estágios de desenvolvimento dos países latino-americanos em face aos EUA e países europeus industrializados caracteriza o que Prebisch definiu como uma relação tipo “centro-periferia”, uma consequência que a divisão internacional do trabalho provocou e que aumentava a distância entre elas na medida em que a revolução industrial ia atravessando os seus diversos estágios.

O período entre a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial abriu uma janela de oportunidade para que os países periféricos iniciassem um processo de industrialização. As dificuldades econômicas que os países centrais enfrentavam no momento, possibilitaram aos latino-americanos a formação de um complexo de indústrias atuantes na substituição de importações de produtos manufaturados e de alguns bens de capital e equipamentos. A industrialização voltada para o mercado interno possibilitou um aumento na renda dos trabalhadores industriais, dado que a indústria remunerava seus funcionários além do que recebiam os trabalhadores empregados em atividades primárias.

A elevação da renda dos trabalhadores urbanos, conjugada com a necessidade das indústrias de importar matérias-primas e bens de capital, acabava gerando o que Prebisch definiu como desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos: uma vez que essas necessidades pressionavam as demandas por importações e com a baixa das exportações

de produtos primários no período, os recursos eram cada vez mais escassos para importações. Esse desequilíbrio explicitava a vulnerabilidade das economias primário-exportadoras aos ciclos econômicos do capitalismo industrial e era uma resultante direta da especialização em atividades de exportação. A análise dos ciclos econômicos e as diferenças entre o centro e a periferia em momentos de alta ou baixa ocupam boa parte do texto e explicitam a influência de Keynes no pensamento de Prebisch²⁸.

Prebisch defende a industrialização como a única alternativa viável ao desenvolvimento econômico da América Latina em face dos ciclos econômicos característicos do capitalismo industrial: “não se apresenta a alternativa entre seguir crescendo vigorosamente desse modo ou crescer para dentro, mediante a industrialização. Esta passou a ser o modo principal de crescer” (Prebisch, 1949, p. 53). A formação de uma poupança nacional era o principal entrave à industrialização naquele momento, exigindo dos governos da região “lutar contra uma tendência muito acentuada para certas modalidades de consumo, que muitas vezes resultam incompatíveis com um alto grau de capitalização” (idem, p. 51). O consumo de produtos manufaturados de alto custo pelas elites locais não favorecia a capitalização dos Estados no intuito de uma política de industrialização, sendo um dos principais entraves ao crescimento da indústria na região. Prebisch defendia a subordinação das políticas monetárias, fiscal e cambial à industrialização, o que ele definiu ao final do texto de 1949 como uma “política anticíclica de industrialização”:

Esta política é um complemento indispensável da política de desenvolvimento econômico a longo prazo. (...) Não basta aumentar a produtividade, absorvendo, por intermédio dela, fatores desocupados e mal ocupados. É mister evitar, também, que, uma vez alcançada a ocupação produtiva desses fatores, volte-se a desocupá-los por força das flutuações cíclicas.

Ambas as políticas, entretanto, não só não são compatíveis no que diz respeito à meta que se tem em vista, mas, também, quanto aos meios de alcançá-la. Pois, uma e outra, requerem o reajustamento do coeficiente de importações. A política anticíclica exige-o para que um país possa satisfazer, de maneira estável, suas necessidades correntes e manter o máximo de emprego, apesar das exportações flutuantes (1949, p. 93).

²⁸ A interferência de Keynes sobre o pensamento econômico de Celso Furtado é sempre debatida em textos que procuram compreender as suas influências. Joseph Love (2001) credita a aproximação teórica de Celso com Keynes à convivência com Prebisch: “Mas muito mais importante para o desenvolvimento da economia de Furtado foi o trabalho de John Maynard Keynes. Embora Furtado tivesse estudado Keynes na França, o economista inglês teve pouca influência sobre a tese de doutorado do brasileiro, e é possível que o contato importante de Furtado com Keynes tenha se dado por intermédio de Prebisch. Este último chegou a Santiago em fevereiro de 1949 – depois de Furtado –, já tendo porém publicado sua *Introdução a Keynes* dois anos antes. De qualquer forma, a influência de Keynes sobre Furtado fica evidente no primeiro ensaio produzido por este último na CEPAL, “Características gerais da economia brasileira”, escrito em 1949 e publicado no ano seguinte” (Love, 2001, p. 223).

O texto de Prebisch ficaria conhecido pelo nome de “Manifesto latino-americano”²⁹, muito devido ao seu discurso inflamado em prol da defesa da industrialização. Prebisch aponta a necessidade da formação de “economistas capazes de penetrar, com critério original, os fenômenos concretos latino-americanos” (1949, p. 54) e apontava a insuficiência das teorias econômicas que continham um “falso sentido de universalidade” (idem, p. 54). É interessante notar como a divulgação do estudo de Prebisch acabou provocando um impacto que veio a somar uma camada de ação política ao rigor explicativo do texto, podendo compreendê-lo como um verdadeiro manifesto intelectual, responsável por amalgamar ao seu entorno um vasto grupo de intelectuais de toda a América Latina empenhados em compreender melhor o fenômeno da industrialização na condição periférica do capitalismo.

O historiador francês Jean François Sirinelli compreende os manifestos como uma das “estruturas mais elementares” (2003, p. 249) que possibilita ao historiador compreender melhor a sociabilidade dentro da trajetória do intelectual. Os manifestos “permitem aos participantes ‘contarem-se num protesto’ (Charles Maurras)” (idem, p. 249). A estrutura de sociabilidade que surgiria em torno de Prebisch e da CEPAL nos próximos anos foi inicialmente amalgamada pela divulgação do “Manifesto latino-americano”, em 1949. A tradução publicada por Furtado foi muito sagaz e possibilitou o contato dos economistas brasileiros com as ideias e o pensamento estruturalista latino-americano fundado pela CEPAL. A tradução do texto de Prebisch, em 1949, e a publicação no ano seguinte de um texto de sua autoria³⁰, ambos na *Revista Brasileira de Economia*, deram um forte embasamento teórico para a linha desenvolvimentista dos economistas brasileiros que começavam a se aglutinar em torno das ideias advindas da CEPAL. Furtado testemunhou a recepção do texto de Prebisch no Brasil, destacando o seu impacto no cenário brasileiro:

Já em dezembro de 1949 me havia escrito Arizio Viana, diretor da *Revista Brasileira de Economia*, informando da grande repercussão que tivera a publicação do primeiro ensaio de Prebisch. E acrescentara: “Esperamos que Haberler e possivelmente Jacob Viner nos remetam dos Estados Unidos alguns comentários, conforme prometeram ao Dr.

²⁹ Segundo Ricardo Bielschowsky, quem batizou a obra com o nome “Manifesto latino-americano” foi o economista Albert Hirschman (2000, p. 26).

³⁰ FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. *Revista brasileira de economia*, v. 4, n. 1, p. 7-38, 1950.

Gudin”. Assim, a partir de 1950, abriu-se, por iniciativa deste, uma ofensiva no plano acadêmico contra as ideias da CEPAL (1985, p. 138).

A importância que teve o primeiro estudo de Prebisch publicado pela CEPAL foi suficiente para que o argentino aceitasse permanecer na comissão por mais um tempo. Agora ele dirigiria um “Centro de Pesquisas dotado de excepcional autonomia” (Furtado, 1985, p. 72). Celso Furtado foi então convocado por Prebisch a se integrar ao grupo que seria responsável pela “preparação do estudo anual da economia latino-americana” (idem, p. 72). A ideia de Prebisch era elaborar um estudo de caráter anual, reunindo estatísticas e dados econômicos das quatro grandes economias da região: México, Argentina, Chile e Brasil. Para esse primeiro estudo, que seria divulgado em uma conferência da CEPAL a ser realizada em Montevideu, em 1950, a intenção de Prebisch era publicar uma análise macroeconômica do último quarto de século das quatro grandes economias latino-americanas.

Furtado seria incumbido da missão de realizar os estudos sobre o Brasil e foi autorizado a ir ao seu país para colher materiais. A breve passagem de Celso pelo país fez com que ele percebesse que a sua “ideia de retirar o texto [Prebisch, 1949] dos canais burocráticos e fazê-lo presente à comunidade de economistas e pessoas interessadas em política econômica fora mais do que feliz” (Furtado, 1985, p. 73). A divulgação do texto no Brasil possibilitou a difusão precoce das ideias da CEPAL no país, e, durante essa passagem, Celso foi responsável por transmitir o convite do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo para que Prebisch pudesse vir “a debater com empresários os problemas das indústrias paulistas” (idem, p. 73). O texto também havia impressionado economistas do setor industrial, como Rômulo de Almeida, Evaldo Correia Lima e Heitor Lima Rocha (idem, p. 73).

A inserção de Furtado na CEPAL possibilitou ao economista brasileiro uma maior internacionalização de suas produções e uma ampliação do seu conhecimento sobre a realidade da economia latino-americana. Os primeiros anos de Celso na comissão foram repletos de viagens a países até então desconhecidos para o economista paraibano e de encontros com vários intelectuais e políticos de toda a América Latina. Os quatro primeiros anos que Celso Furtado passou em Santiago (1949-1952) foram quase todos eles dedicados ao trabalho técnico em cooperação com o grupo comandado por Raúl Prebisch.

Essa fase inicial na CEPAL caracteriza uma diferença entre o trabalho intelectual produzido por Celso em oposição ao trabalho conduzido por Prebisch. Segundo o

historiador italiano Norberto Bobbio, existe uma distinção quanto à função do intelectual no contexto político. Furtado, nesse primeiro momento, se aproxima mais dos intelectuais do tipo expertos, enquanto Prebisch desempenhava mais uma função de ideólogo, como explica Bobbio:

por ideólogos entendo aqueles que fornecem princípios-guia, e, por expertos, aqueles que fornecem conhecimentos-meio. Toda ação política, como de resto qualquer outra ação social (...) tem necessidade, de um lado, de ideias gerais sobre os objetivos a perseguir (...); e, de outro, de conhecimentos técnicos que são absolutamente indispensáveis para resolver problemas cuja solução não basta a intuição do político puro, mas se fazem necessários conhecimentos específicos que só podem ser fornecidos por pessoas competentes nos diversos campos singulares do saber. A necessidade de conhecimentos técnicos aumentou na sociedade moderna, especialmente a partir do momento em que o Estado passou a intervir em todas as esferas da vida, particularmente na das relações econômicas e das relações sociais (1997, p. 73).

Furtado estava hierarquicamente abaixo de Prebisch nesse momento na CEPAL, e essa relação é um dado muito importante para compreender a trajetória de Furtado dentro da comissão. Essa estratificação “significa dizer que alguns indivíduos obtêm mais prestígio e atenção, ocupam posições proeminentes, alcançam o centro e adquirem maior reputação” (Wasserman, 2000, p. 71). Os estudos preparados pela equipe de Prebisch na comissão eram sempre divulgados nas conferências em leituras e debates conduzidos pelo próprio.

Era Prebisch quem ocupava uma posição proeminente na CEPAL, o que não impediu a sagacidade e expertise política de Furtado florescer. Desde a sua iniciativa em publicar o Manifesto de Prebisch, em 1949, Furtado vinha costurando apoio entre economistas desenvolvimentistas nacionalistas, que recebiam as ideias da CEPAL com bastante entusiasmo. A posse de Vargas, em 1951, marca a introdução de economistas desenvolvimentistas³¹ nos quadros oficiais do governo, e foi através de contatos

³¹ Bielschowsky mostra em seu aprofundado estudo sobre o pensamento desenvolvimentista que foi a partir desse momento (eleição de Vargas) que as duas correntes antagônicas da vertente desenvolvimentista começaram a ocupar cargos de relevância no governo federal – de um lado os desenvolvimentistas nacionalistas do setor público e do outro, os desenvolvimentistas que defendiam a industrialização com apoio do capital estrangeiro – como explica Bielschowsky nesse trecho: “Nesse momento, começavam também a desdobrar-se com maior clareza, nas instituições do Estado Brasileiro, duas correntes desenvolvimentistas. Horácio Lafer, que, como deputado federal durante o governo Dutra, já falava na necessidade de criar uma ‘mistica do desenvolvimento’ no país, seria o patrono de uma elite de técnicos favorável, ao mesmo tempo, ao planejamento da industrialização e à intensa participação de capitais estrangeiros (...) favoráveis ao que viria, muito mais tarde, a ganhar a denominação de projeto de ‘capitalismo-associado’ –, formariam a base da sessão brasileira da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

articulados por Celso Furtado que, ainda em agosto 1951, Getúlio Vargas recebeu presencialmente Prebisch e ele no Palácio do Catete. O presidente mostrou-se interessado pelos trabalhos desenvolvidos pela comissão e esse encontro foi fundamental para o apoio brasileiro³² à continuidade da CEPAL, que seria votada na Conferência do México, alguns meses depois.

Após a conferência realizada na Cidade do México, em 1951, foi acertada a permanência em definitivo da Comissão e Prebisch ordenou a Celso que fosse ao Brasil agradecer pessoalmente o apoio do governo brasileiro para a continuidade da CEPAL. Enquanto isso, Prebisch foi para Nova York acertar o futuro da organização e solicitou a promoção de Furtado para o cargo de diretor. Furtado revela que, após a passagem pelo Rio de Janeiro, ele até pensou em regressar ao país, porém “a ideia de um regresso próximo tinha de ser afastada. O desafio estava lançado. A CEPAL se transformava em símbolo do esforço de união da América Latina” (1985, p. 119). Furtado voltaria a Santiago, agora ocupando a Diretoria da Divisão de Desenvolvimento Econômico e coordenando um grupo de trabalho bem mais completo, “com grupos autônomos com competência específica em várias áreas” (idem, p. 125).

O trabalho de Furtado à frente da nova divisão criada na CEPAL seria o de formatar planos de desenvolvimento econômico, no intuito de auxiliar os países latino-americanos com técnicas de planificação para o desenvolvimento econômico calcado na industrialização. O período entre as conferências do México, em 1951, e a do Brasil, em 1953, foi de intenso trabalho técnico, com o intuito de apresentar um estudo sobre as alternativas de planejamento na conferência a ser realizada no Brasil.

Furtado pensava a planificação de um modo global³³ e, desde a volta do México, em 1951, havia exposto a Prebisch a necessidade de incluir “no *staff* da CEPAL estudiosos de outras ciências sociais, que nos protegessem contra nossa tendência ao economicismo” (1985, p. 117). O planejamento proposto por Furtado, sob influência da

e a base da primeira diretoria do BNDE. (...) Na Assessoria Econômica de Vargas, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira e Ignácio Rangel, entre outros, constituíam o principal núcleo da outra corrente de economistas desenvolvimentistas em destaque naqueles anos: a de orientação nacionalista” (2004, p. 342-343).

³² Furtado narra, em *A Fantasia Organizada*, os bastidores das negociações que envolveram a votação sobre a continuidade ou não da CEPAL. Ele apresenta um quadro bastante desfavorável à comissão, com a oposição explícita do governo dos EUA e esclarece como o apoio do Brasil, através de representantes de Getúlio Vargas na reunião, foi essencial para que a CEPAL se tornasse uma comissão fixa dentro dos quadros organizacionais das Nações Unidas. Para mais detalhes, ver Furtado (1985, p. 111-116).

³³ Wilson Vieira definiu o planejamento global pretendido por Furtado na CEPAL como a “racionalização dos recursos humanos e materiais que a economia tem à sua disposição, observando-a na sua totalidade” (2021, p. 3).

planificação democrática de K. Mannheim, era sobretudo um esforço multidisciplinar conduzido pela *intelligentsia*, com o propósito de “inventar técnicas que permitissem colocar diante da sociedade o horizonte de opções permitido pela estrutura existente e pelo esforço de mudança consentido” (idem, p. 130). Furtado convidou pessoalmente o prestigiado sociólogo José Medina Echavarría a integrar a comissão, sendo o responsável por um núcleo de estudos sociológicos; José Medina “viria a ser o grande mestre da sociologia do desenvolvimento na América Latina” (idem, p. 117).

O estudo elaborado por Furtado e seu grupo foi finalmente apresentado na Conferência de 1953, realizada no Hotel Quitandinha³⁴, em Petrópolis (RJ). Com o título “Estudo preliminar sobre a técnica de programação do desenvolvimento econômico”, o texto foi apresentado em um clima de “grande tensão política e sob cerrado fogo na frente ideológica” (1985, p. 158). A reação de Eugênio Gudin foi quase imediata, com a publicação de uma série de artigos no jornal *Correio da Manhã* sob o título de “A mística do Planejamento”. Gudin criticava as intenções do modelo cepalino em também planejar as inversões do mercado privado, afirmando que “a divergência começa quando se pretende invadir o setor da iniciativa privada desnecessariamente” (Gudin, 1953). O economista elabora ao longo de cinco artigos, publicados entre 29/05/1953 e 11/06/1953, uma forte crítica ao documento apresentado pela comissão econômica das Nações Unidas, e afirma:

É quando o Estado entra no planejamento do setor privado que se levantam os protestos daqueles que, como eu, não acreditam no Estado Providencial, nem na superioridade de sua capacidade técnica e administrativa (no Brasil), nem na possibilidade de sobrevivência das

³⁴ Silva alerta para o uso excessivo dos livros de memória e testemunho produzidos pelo próprio Celso Furtado como fontes para compreender a sua trajetória: “Estes escritos autobiográficos, ao mesmo tempo em que iluminaram o contexto imediato da atuação de Celso Furtado, (...) de certa forma prenderam os intérpretes numa espécie de camisa de força conceitual, de forma que as reconstituições de sua trajetória se associam, em grande medida, ao próprio relato autobiográfico” (2013, p. 2). Um caso que ilustra essa discrepância entre o seu testemunho e a pesquisa historiográfica é o da Conferência do Hotel Quitandinha: “ainda que a conferência de Quitandinha seja evocada por Furtado (1985, p. 158) como um momento crucial, há alguns lapsos nas reminiscências do autor. Furtado afirma que a conferência ocorrera em maio de 1953, quando, na verdade, ela ocorreu entre 9 e 25 de abril. Sugere também que Vargas não teria participado da conferência, quando o presidente foi o responsável pela abertura dos trabalhos, tendo seu discurso amplamente reproduzido pela imprensa carioca. Ainda que algo protocolar, o discurso continha palavras elogiosas à CEPAL, afirmando que seu ‘governo considera com especial apreço os esforços’ daquela instituição, ‘no sentido de formular uma teoria do desenvolvimento econômico que, pelos seus próprios méritos, seja capaz de impor-se aos governos latino-americanos, como fundamento racional de sua política econômica (...)’ (Vargas, 1953, p. 1). Furtado (1985, p. 158) também afirma que a conferência fora ‘relegada à sombra’, o que também não parece correto, dado que houve ostensiva cobertura da imprensa da capital federal. *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e o *Jornal do Commercio*, por exemplo, cobriram diariamente o evento, com reprodução de debates, discursos e entrevistas” (Andrada et al., 2018, p. 727).

liberdades políticas dentro de um Estado economicamente totalitário.
(Gudin, 1953).

A resposta de Prebisch veio alguns meses depois, com a publicação de uma outra série de artigos intitulada “*A mística do equilíbrio espontâneo da economia*”, entre 08/11/1953 e 15/11/1953, no jornal *Diário de Notícias*. O economista argentino deixa claro, logo no início do texto, a intenção da CEPAL em criar um ambiente de pensamento emancipatório na América Latina: “a nossa posição é diversa. Recusamo-nos a ver sentido de universalidade que frequentemente se pretende atribuir às teorias formuladas nos grandes centros mundiais” (Prebisch, 1953). O economista argentino insiste na tese de que a programação das inversões particulares não procura substituir os empresários pelo Estado, mas sim deseja criar condições favoráveis para que as inversões possam lograr a economia nacional um certo ritmo de crescimento.

Gudin também criticou em seu texto as previsões futuras sobre as tendências de exportações e seus preços relativos, insistindo na tese da impossibilidade de se poder prever tais variáveis, o que inviabilizaria toda a proposta de programação definidas no texto apresentado durante a conferência no Hotel Quitandinha pelos técnicos da CEPAL. Prebisch rebate esse argumento do economista brasileiro, defendendo a ideia de que “um programa deve ter flexibilidade suficiente para ser adaptável às modificações circunstanciais da realidade” (Prebisch, 1953). Para os cepalinos o diagnóstico do subdesenvolvimento é um elemento dinâmico, que requer constante reavaliação no decorrer da implementação de um programa de desenvolvimento, sendo assim, as previsões podem facilmente ser reavaliadas à medida que o programa esteja em execução.

Prebisch finaliza o texto defendendo o argumento central do projeto de planificação apresentado pela CEPAL: mediante a incapacidade de formação de capital nas economias subdesenvolvidas da América Latina, a programação das inversões torna-se um imperativo no intuito de se acelerar o ritmo de crescimento na região, como ele explica no trecho a seguir:

De fato, se o ritmo de crescimento de um país for satisfatório e se não houver fatores adversos que tendam a reduzi-lo no futuro, não seria tão imperiosa a necessidade de um programa. Mas não é este o caso da maior parte dos países latino-americanos: a proporção da renda que é poupada e capitalizada é relativamente baixa e, portanto, é

relativamente lento o seu ritmo de crescimento. Para acelerá-lo, seria indispensável aumentar o coeficiente de poupança, tanto no setor público da economia como no particular. Este é um dos pontos fundamentais de um programa de desenvolvimento. (Prebisch, 1953)

Houve também uma reação de Octávio Bulhões, que publicou um longo artigo sob o título de “A programação do desenvolvimento econômico”, em 24/05/1953, no *Jornal do Commercio*. O autor afirma que o documento da CEPAL foi examinado com muita atenção por ele e sua equipe da FGV e ressalta que a opção da comissão por um modelo de programação através da escolha de uma taxa de crescimento da renda nacional pré-estabelecida era, “portanto, um processo exógeno de desenvolvimento. Em vez de pressupor-se a existência de ânimo de progresso entre os produtores, capazes eles mesmos de levar a efeito os investimentos dos quais resultem o aumento da renda, os autores da teoria da programação partem da hipótese da inexistência desse espírito” (Bulhões, 1953).

Bulhões baseia seu argumento na teoria do empresário de Schumpeter, que imputa aos empresários um papel determinante em qualquer processo de desenvolvimento econômico, e afirma que “o desenvolvimento econômico é essencialmente um fenômeno de produção, ou seja, um fenômeno de oferta” (Bulhões, 1953). Ele critica o documento cepalino por se basear em um desenvolvimento pelo lado da demanda, o que segundo ele poderia provocar um aceleração da inflação, pois a comissão não levava em conta a teoria dos preços e não examinava a fundo o problemático processo de formação do capital.

Celso foi o encarregado de responder as críticas de Bulhões, e as respondeu rapidamente, em texto publicado no dia 21/06/1953 no *Jornal do Commercio*, pois percebia a necessidade de “ocupar um espaço no mundo das ideias e de influir em círculos onde se tomavam decisões” (1985, p. 160). Furtado rebate o argumento de Bulhões de que a CEPAL não levava em conta o processo de formação de capital, mostrando que em diversas partes do documento apresentado esse tema foi discutido e abordado, inclusive a comissão levava em conta os diferentes momentos que cada economia na América Latina atravessava e a proposta exemplificada fazia referência ao Chile, não sendo aplicável ao caso brasileiro, que já possuía um grau de desenvolvimento que o diferenciava dos demais países latino-americanos, com ele explica ao leitor no trecho adiante:

Seja o desenvolvimento espontâneo ou não, a análise do processo de formação de capital é indispensável se se pretende elaborar um programa de investimentos, qualquer que seja o tipo deste último, O prof. Bulhões pensa, entretanto, que a formulação daquelas hipótese é uma prova decisiva de que a Cepal não reconhece “a existência de forças econômicas em progresso” e “dá a entender que a evolução da América Latina é destituída de ânimo próprio de progresso”. (Furtado, 1953)

Após o encontro no Hotel Quitandinha, a divisão entre os neoliberais e os desenvolvimentistas se tornou irreversível. Desde essa polêmica, envolvendo, de um lado, Octávio Bulhões e Eugênio Gudín, e do outro, Raúl Prebisch e Celso Furtado, os desenvolvimentistas foram progressivamente perdendo espaço nas revistas coordenadas pela FGV e, conseqüentemente, enfraquecendo sua penetração no mundo acadêmico. Apesar das dificuldades impostas pelos neoliberais no campo acadêmico, no cenário político, os desenvolvimentistas iam ocupando cada vez mais espaço no governo de Getúlio Vargas. A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, ilustra muito bem a penetração do grupo naquele momento, tendo sido nomeado para o seu primeiro Conselho de Administração o “nome de Cleantho de Paiva Leite (então chefe de gabinete de Vargas) e, na lista de primeiros técnicos, já se encontravam nomes como os de Ewaldo Correia Lima e Américo Curri” (Bielschowsky, 2004, p. 343).

A equipe econômica do governo Vargas gostou do projeto de planificação elaborado pelo grupo coordenado por Celso Furtado e convidou a CEPAL a instaurar uma comissão mista em conjunto com técnicos do BNDE, no intuito de elaborar um projeto de planificação para o triênio 1954-1956 e formar quadros técnicos capazes de contribuir com o projeto de industrialização da economia brasileira. Furtado foi nomeado como diretor dessa Comissão Mista CEPAL-BNDE, o que promoveu a sua volta ao Brasil, após quatro anos dedicados à CEPAL em Santiago, no Chile.

1.2 Celso Furtado e a CEPAL no Brasil (1953-1957)

Celso Furtado volta ao Brasil, mediante convite feito por Roberto Campos³⁵ que, interessado nas técnicas de planificação desenvolvidas na CEPAL, viajou até o Chile e costurou com Prebisch o apoio da comissão para a fundação de um grupo misto de trabalho em uma cooperação entre a CEPAL e o BNDE.

As dificuldades políticas que Vargas enfrentava em 1953 eram proporcionais aos afetos e desaíetos políticos criados ao longo de quase duas décadas em que ele esteve como presidente do Brasil. A União Democrática Nacional (UDN) utilizava-se da imprensa em uma virulenta oposição, denunciando casos de corrupção e a ineficiência dos órgãos da administração federal; os militares acusavam o governo de estar formando uma “república sindicalista” e denunciavam a política trabalhista de João Goulart, então Ministro do Trabalho do governo Vargas. Bielschowsky (2004) destaca que a política varguista estaria representando um “golpe contra o pacto conservador de poder”:

É possível que a chave para o entendimento da crise política resida numa análise do grau em que a política de Vargas representou um golpe contra o pacto conservador de poder estabelecido em 1947³⁶. (...) o ano de 1953 teria sido crucial. (...) os movimentos grevistas, em particular a greve dos 300 mil de São Paulo, bem como a atitude de Vargas com relação aos mesmos, significaram um afastamento das condições de controle do movimento operário estabelecido em 1947. A proposta de João Goulart de elevação de 100% no salário mínimo, que foi a iniciativa populista mais expressiva dos anos 50, teria reforçado a percepção dos conservadores de que, além do problema de alimentar o conflito de classe e contrariar a manifesta intenção de combater a inflação, Vargas tinha o objetivo de controlar a classe operária para afirmar uma base autônoma de poder (2004, p. 366).

³⁵ Roberto Campos (1917 – 2001) foi um dos mais destacados economistas da corrente liberal no Brasil, tendo também atuado como embaixador do Brasil nos EUA (1961-1964) durante o governo de João Goulart e em Londres (1974-1982), durante o regime militar. Foi presidente da Comissão Mista CEPAL-BNDE e depois assumiu a presidência do banco, entre agosto de 1958 e julho de 1959, período no qual manteve maior contato com Celso Furtado. Campos sucederia a Furtado como o segundo ministro do planejamento do Brasil, assumindo o cargo após indicação do presidente Castelo Branco. Bielschowsky considera Roberto Campos pertencente à corrente desenvolvimentista dos “economistas do setor público não nacionalistas” (2004, p. 79), que apontavam para a necessidade de um desenvolvimento capitalista brasileiro associado ao capital estrangeiro. Após 1964, Campos se aproximaria ainda mais do campo liberal de pensamento econômico, sendo um dos economistas responsáveis pela condução da economia durante o início do regime militar (1964-1967) e, posteriormente, exercendo uma carreira como senador e deputado federal nas décadas de 1980 e 1990, o que o afastou definitivamente do convívio com Furtado.

³⁶ Bielschowsky faz referência à tese de José Luiz Fiori, que trata sobre a união estabelecida entre UDN e Partido Social Democrático (PSD) na disputa das eleições de 1947 como um “pacto conservador do poder”. A aliança foi a base do governo do General Dutra, que “fez um governo austero: afastou e reprimiu violentamente o Partido Comunista, combateu os movimentos operários e saudou o Acordo Interpartidário (PSD-UDN-PL), que foi o símbolo do pacto conservador de poder” (2004, p. 321).

A iniciativa populista de Vargas de acomodar as classes trabalhadoras e conciliar os interesses dessas com os interesses das elites oligárquicas encontrava os seus limites no ano de 1954. O populismo decorria do atraso da introdução da democracia no país (Boianovsky, 2014, p. 207) e inibia a formação de uma autêntica consciência de classe dos trabalhadores. O populismo colapsa quando “os conflitos internos da classe dirigente tomam o comando do Estado (...) e fazem com que o processo político tenda a se dar na forma de uma luta de poder entre os grupos que constituem a classe dominante” (idem, p. 207).

O governo Vargas havia iniciado uma política econômica voltada para a industrialização: a criação da Petrobrás já estava definida, havia investimentos previstos para o Fundo Nacional de Eletrificação, foi criado o BNDE e órgãos consultivos, como o Conselho de Desenvolvimento Industrial e a Assessoria Econômica do Gabinete da Presidência. Para Bielschowsky, o mais importante aspecto que ressalta a influência do pensamento desenvolvimentista, na condução político-econômica do início do governo Vargas, foi a subordinação da política cambial às necessidades de importação do setor industrial, “cuja prioridade só era ultrapassada por produtos indispensáveis à produção e de consumo crescente, como o trigo e o petróleo” (2004, p. 365).

Os dois primeiros anos de Vargas como presidente foram de expressivo crescimento econômico, com uma taxa média acima de 7%; muito em função do crescimento alcançado pela indústria, que superava os 10% no biênio 1951-52. O governo brasileiro havia afrouxado as rígidas regras de importação, que marcaram o período do presidente Dutra, o que favoreceu as importações do setor industrial, porém criou uma pressão no balanço de pagamentos, o que causava a suspeição do FMI e do capital estrangeiro. A instabilidade na balança de pagamentos, em 1952, veio a somar-se ao inflamado cenário político: havia uma crescente elevação do custo de vida nas grandes cidades e insuficiências estruturais nos setores de energia elétrica e transportes.

As instabilidades econômicas começariam a repercutir na base ministerial, pressionando Vargas a trocar o seu Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, por um nome mais conservador. O advogado e diplomata Osvaldo Aranha foi o escolhido. Essa mudança no ministério colocava em xeque a permanência de Furtado no BNDE, poucos meses após o seu retorno ao Brasil. A situação se complicou quando Vargas decidiu nomear Maciel Filho para o cargo de Superintendente do BNDE, segundo Furtado: “um homem totalmente estranho” (1985, p. 170). Roberto Campos renunciou poucos dias após

a nomeação de Maciel e a continuidade da comissão mista CEPAL-BNDE ficou em suspenso.

O confronto entre o neoliberalismo e o desenvolvimentismo era uma consequência do amadurecimento acerca da industrialização planejada. Já não se falava em uma outra opção para o Brasil que não fosse a da industrialização. Os espaços de sociabilidade entre os intelectuais de ambas as vertentes se firmavam em instituições, universidades, empresas públicas e nos conselhos industriais³⁷. O suicídio de Vargas, em agosto de 1954, interromperia o avanço do grupo desenvolvimentista, e quem assumiria o Ministério da Fazenda do governo Café Filho seria Eugênio Gudin, ferrenho opositor das ideias da CEPAL.

As redes intelectuais fazem parte do objeto deste estudo e são importantes fontes para a compreensão dos “vínculos que unem os intelectuais em torno de uma estrutura de sociabilidade” (Wasserman, 2015, p. 70). A formação e trajetória dos vínculos estabelecidos entre os intelectuais são importantes temas para a compreensão da ideologia elaborada por esses grupos, pois existe uma relação entre as ideologias e a cultura política de uma determinada época. Essa relação entre ideologia e cultura política é o que, segundo Sirinelli, interessa como objeto para a história intelectual: “o meio intelectual. Esse meio é, em essência, o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais que do político (as disputas eleitorais, sobretudo)” (2003, p. 261). O “meio intelectual” é estabelecido por “conexões constituídas a partir dos itinerários, das gerações e das afinidades” (Wasserman, 2015, p. 70). A trajetória de um intelectual é marcada por aproximações e afastamentos, sendo objeto para o estudo da história intelectual a “saúde, amores, evoluções políticas, as adesões e defecções, rupturas, reencontros, brascas conversões e as ilusões perdidas” (Sirinelli, 2003, p. 252).

A volta ao Brasil, em 1953, possibilitou o acesso de Celso Furtado às novas redes e estruturas de sociabilidade intelectual que vinham se consolidando no país. Recém-chegado ao Brasil, ele recebeu convites para ministrar palestras e conferências na *Escola*

³⁷ Bielschowsky (2004) define a localização institucional do pensamento econômico no período 1951-1954. Segundo o autor, os neoliberais dominavam as revistas da FGV, o Departamento Econômico do Conselho Nacional de Economia e tinham presença minoritária no Conselho Técnico da Confederação Nacional de Comércio. Os desenvolvimentistas não nacionalistas foram muito influentes na primeira direção do BNDE, principalmente até 1953, quando chegou ao fim a comissão mista do banco em cooperação com os EUA. Os desenvolvimentistas da área privada editavam a revista *Estudos Econômicos* através do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e dominavam a Ordem dos Economistas de São Paulo. Os desenvolvimentistas nacionalistas tinham espaço de prestígio no Ibsp e fundaram o *Clube de Economistas*. Os socialistas se faziam presente na *Revista do Clube Militar*, um importante veículo de ideias durante a campanha do petróleo, e na *Revista Brasiliense* e *Revista Estudos Sociais*.

Superior de Guerra (1985, p. 163) e foi convidado por Héli Jaguaribe³⁸ a realizar uma série de conferências no *Ibesp*³⁹ (idem, p. 167). Celso se apresentava nesses espaços sempre como um membro da CEPAL e havia de pedir autorização a seus superiores para poder realizar esses eventos externos.

No ano seguinte, Celso Furtado decide movimentar o cenário do debate econômico no Brasil criando o *Clube de Economistas*. O Clube pretendia fazer um contraponto ao pensamento ortodoxo e neoliberal que pairava sobre a FGV e suas duas revistas. Para essa missão, ficou acordado entre os seus membros fundadores a criação de uma revista – a *Econômica Brasileira* – que teve o seu primeiro volume publicado em 1955. Quando Furtado decide lançar sua própria revista, ele estava experimentando um momento de amadurecimento intelectual. Em 1955, Furtado havia já lançado um livro por iniciativa própria, *A Economia Brasileira* (1954), e havia recentemente publicado um artigo na revista *International Economic Papers*⁴⁰.

O *Clube de Economistas* foi pensando dentro de uma dimensão acadêmica, com o intuito de servir como uma referência documental para os economistas. A promoção de seminários e encontros, juntamente com a publicação de textos originais de seus membros, teria a função de realizar uma “socialização no interior dos aparelhos burocráticos” (Andrada et al, 2018, p. 734). Existia uma preocupação com a profissionalização dos economistas e com o aperfeiçoamento da contabilidade nacional. De acordo com o artigo de Andrada et al (2018), depois de Celso Furtado, os autores que mais publicaram na revista *Econômica Brasileira* foram, em ordem decrescente, Annibal Vilela, Américo B. Oliveira e Ignácio Rangel.

A comissão mista CEPAL-BNDE acabou se dissolvendo em meados de 1955, interrompendo precocemente o trabalho que Celso vinha executando no Brasil. A concepção de planejamento que Furtado tentava implementar no Brasil parte de uma “meta macroeconômica de crescimento, predefinida de acordo com o levantamento das possibilidades de expansão do sistema como um todo e calculada com base em

³⁸ A relação entre Héli Jaguaribe e Celso Furtado foi de grande amizade e durou até a morte de Celso. No capítulo que analiso o conceito de subdesenvolvimento nas obras de Furtado pós-golpe militar, abordarei melhor a relação entre os amigos através de correspondências que trocaram no período.

³⁹ O Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) foi criado em 1953 através da iniciativa de um grupo de intelectuais chamado “Grupo de Itatiaia”. O Instituto era inicialmente mantido por um “convênio financeiro-cultural com o Ministério da Educação, através de um de seus órgãos, a CAPES, apoio também obtido pela intermediação de Anísio Teixeira que era secretário dessa entidade” (Souza, 2010, p. 152). O feito mais amplamente difundido pelo Ibesp foi a revista *Cadernos do Nosso Tempo*, publicada entre 1953 e 1955, e constituiu um primeiro esforço no intuito de sistematizar e divulgar os trabalhos deste grupo” (Jaguaribe, 2014, p. 237).

⁴⁰ Ambas serão analisadas na próxima seção deste capítulo.

estimativas da relação capital-produto, da taxa de poupança e dos termos de troca” (Bielschowsky, 2004, p. 153). Bielschowsky ressalta que o planejamento estruturalista formulado pela CEPAL guardava diferenças sensíveis com o planejamento do tipo keynesiano, introduzido por Prebisch no Manifesto de 1949:

O planejamento, na perspectiva keynesiana, destina-se a reconduzir o sistema econômico à situação de pleno emprego e aí preservá-lo. No estruturalismo, destina-se a coordenar os esforços de industrialização, de forma a reunir condições para superar os obstáculos estruturais que dificultam o desenvolvimento” (2004, p. 136).

A proposta de planejamento elaborada na CEPAL visava evitar os desequilíbrios externos advindos da expansão das atividades industriais. Essa necessidade se estabelecia devido à escassez de poupança nos países periféricos, exigindo destes uma racionalidade acerca do uso do excedente acumulado, que tende a ser mal aplicado, seja pela ineficiência administrativa da gestão do Estado, ou pelo consumo de artigos de alto custo pelas elites locais. O trabalho desenvolvido por Furtado, e seu grupo no BNDE, acabou sendo aproveitado “quando Juscelino Kubitschek pensou em formular um programa de governo voltado para a industrialização, [buscando] apoio na equipe do BNDE, a qual tinha à mão o estudo que vínhamos a concluir fora de toda a visibilidade” (1985, p. 175).

O Plano de Metas foi apresentado por Juscelino Kubitschek ao público ainda durante a sua campanha em 1955. O Plano elegeu cinco áreas prioritárias de investimento (energia, transportes, indústrias, alimentação e educação) e, como meta adicional, a construção de Brasília. Furtado não acompanharia de perto os primeiros anos do governo JK, tendo voltado à CEPAL, em Santiago, no fim de 1955. Furtado passaria o ano de 1956 elaborando um estudo sobre a economia mexicana e, em maio de 1957, realizou sua última “missão” formal pela CEPAL, ao passar alguns meses na Venezuela, imbuído de um estudo sobre o país.

Furtado já havia passado por problemas, em relação a suas publicações, com a CEPAL. Após publicar o livro *A economia brasileira* em 1954, “surgiu uma campanha contra mim na Sede Central em Nova York. (...) e logo em seguida a direção da CEPAL estatuiu um conjunto de normas regulamentando a publicação de trabalhos sob responsabilidade pessoal” (1985, p. 183). Furtado havia solicitado a Prebisch autorização para a publicação do livro e recebeu de uma carta em resposta, datada de 13 novembro de 1953, com a autorização para a publicação do trabalho: “formulo os meus mais sinceros

votos para que este seu novo trabalho seja tão bem recebido como os anteriores” (2021, p. 393-394).

Em uma carta enviada em dezembro de 1953⁴¹ a Prebisch, Furtado cogita pela primeira vez se afastar por um período da CEPAL, no intuito de realizar alguns estudos acadêmicos. O rompimento viria apenas em meados de 1957⁴², após os estudos de Celso Furtado sobre a Venezuela terem sido proibidos de “circular na Venezuela e muito menos fora dela” (1985, p.195); uma medida adotada pelo governo venezuelano que havia solicitado conhecimento prévio do material. A direção da CEPAL acabou acatando o pedido do governo venezuelano, o que desagradou a Celso. Ele já havia decidido ir para a Inglaterra estudar no King’s College, tirando uma licença não remunerada de um ano da CEPAL. Antes de partir, faria uma série de conferências no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em uma parceria entre ISEB-CEPAL-BNDE, que resultaria no livro *Perspectivas da Economia Brasileira*, lançado em 1958 pelo ISEB.

As presenças de Celso Furtado no ISEB⁴³ (nome definitivo do instituto criado como Ibesp) foram mais frequentes e acabaram decorrendo em importantes textos e livros publicados. As primeiras conferências ministradas, em 1953, tornaram-se um “ensaio que intitulei ‘Interpretação Histórico-analítica do Desenvolvimento Econômico’” (idem, p. 168) e integra-se ao livro *A economia brasileira* (1954) (Mallorquin, 2005, p. 47). Furtado ainda publicou outro livro pelo ISEB, *A operação nordeste* (1959).

A obra *Perspectivas da Economia Brasileira* aborda alguns temas sobre as “políticas econômicas específicas que o Estado brasileiro deverá seguir em matéria comercial, financeira e industrial” (Mallorquin, 2005, p. 152). Mallorquin ressalta, em sua análise sobre o texto, que muito do discurso técnico se faz perceber, principalmente na maneira como Furtado procura limitar “as contradições econômicas do Brasil às suas

⁴¹ Em seu livro de correspondências consta uma carta enviada a Prebisch, datada de 21 de dezembro de 1953, na qual Furtado manifesta seu interesse em se afastar por um ano e “fazer alguns estudos e estágios, de preferência na Inglaterra” (2021, p. 394).

⁴² Celso narra seu encontro com o economista e professor inglês Nichola Kaldor (1985, p. 196), quando estava a serviço da CEPAL no México. Existe uma carta publicada, com data de 30 de janeiro de 1957, na qual Celso solicita informações a Kaldor sobre as possibilidades de passar um ano na Inglaterra (2021, p. 303).

⁴³ Contrariando as tendências gerais do governo Café Filho, em 1955, o Ministro da Educação, Cândido Mota Filho, resolve apoiar a fundação ISEB, inicialmente inspirado pelos Collège de France e Colégio do México. O ISEB foi então criado, em 14 de julho de 1955, pelo Decreto nº 37.608, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. O ISEB passaria a ter uma sede própria no Rio de Janeiro. A direção do ISEB ficaria a cargo de um Conselho Curador, indicado pelo MEC, que designaria o seu diretor executivo. O primeiro diretor executivo foi Roland Corbisier, que criou cinco departamentos responsáveis por pesquisas internas, eram eles: “Ciência e Política, chefiado por Hélio Jaguaribe; Economia, Ewaldo Correia Lima; Filosofia, Álvaro Vieira Pinto; História, por Cândido Mendes de Almeida, e Sociologia, Alberto Guerreiro Ramos” (SOUZA, 2010, p. 153).

mínimas consequências quando expõe em conferências oficiais” (idem, p. 152). O discurso de Furtado em publicações oficiais da CEPAL era mais tolhido politicamente e é mais um dos motivos que fizeram com que ele abandonasse a comissão.

O livro trata sobre os principais problemas da economia brasileira da primeira metade da década de 1950, apresentando dados atualizados e colhidos durante a sua permanência no BNDE. Furtado aponta a necessidade de uma moderna agricultura capitalista, capaz de resolver os desequilíbrios internos derivados da transferência da população da zona rural para os grandes centros urbanos e industrializados. A modernização da produção primária acarretaria um aumento da produtividade de alimentos, melhorando assim as condições de renda dos trabalhadores do campo e ampliando a oferta de alimentos nos grandes centros. Em contrapartida, a população urbana trabalhadora se beneficiaria com a manutenção e elevação dos salários, devido a uma menor oferta de mão de obra nos grandes centros.

A industrialização deveria conduzir a política econômica do governo, destacando a implementação de uma indústria de equipamentos, base de formação das indústrias mais avançadas. A implementação de um parque industrial complexo encontrava limites na formação da poupança interna e na dependência tecnológica. Nesse sentido, a formação de uma poupança interna deveria ser incentivada pela limitação da importação de produtos de consumo de luxo e da diversificação das exportações brasileiras. A dependência tecnológica deveria ser corrigida com maior incentivo à pesquisa, como expõe Furtado:

É preciso reconhecer de antemão a dependência tecnológica de uma economia como a brasileira. O seu desenvolvimento consiste, principalmente, em uma tentativa para assimilar a técnica criada por outros sistemas econômicos que lideraram o desenvolvimento industrial. A importância qualitativa dos recursos externos aumentará na medida em que a economia brasileira deixar de ser um sistema produtor, principalmente de produtos primários. O desenvolvimento industrial exigirá assimilação cada vez mais rápida da técnica. O ingresso mais intenso de recursos externos – na forma de patentes, equipamento e capacidade para manejá-los – pode ser o modo mais rápido de assimilar a técnica. Contudo, não se deve perder de vista que a importância quantitativa desses recursos será sempre pequena e que o desenvolvimento depende basicamente da poupança interna. (...) A importância relativa das inversões em pesquisas terá que crescer mais que proporcionalmente com o desenvolvimento econômico (2012[1958], p. 59-60).

Furtado reafirma a necessidade de um diagnóstico prévio à elaboração do planejamento, o que reforça a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de análise macroeconômica do governo. A programação do desenvolvimento industrial visava evitar os desequilíbrios setoriais que só poderiam ser conhecidos mediante um estudo prévio da situação global da economia. Mallorquin destaca que, para Furtado, “a economia e seus ‘poderosos’ impulsos não são suficientes para manter uma taxa elevada de crescimento. Para isso serve a ‘programação’: manter o crescimento em seu grau ótimo” (2005, p. 154).

Dos temas abordados no livro, dois são relevantes para compreender a formação do conceito de subdesenvolvimento na obra de Celso Furtado. Primeiramente, ele aborda, de forma inédita em sua produção, a questão dos desequilíbrios regionais existentes entre o Nordeste e a região Centro-Sul. Em segundo lugar, o conceito de subdesenvolvimento é utilizado com bastante frequência. Estes dois temas farão parte das análises nas seções seguintes.

1.3 Formação Econômica do Brasil e Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: teoria da história e teoria do desenvolvimento

Celso Furtado inicia sua temporada como aluno no King’s College em outubro de 1957, após quase uma década trabalhando como funcionário da CEPAL. Nesse período, ele publicou apenas um livro de autoria própria, *A Economia Brasileira*⁴⁴, em 1954. O livro, segundo Furtado, reuniu as principais frentes de trabalho que ele vinha travando no início da década de 1950: “a) teoria do desenvolvimento: gênese histórica e mecanismos de acumulação; b) a economia brasileira: perspectiva histórica e problemas atuais; c) crítica das ideias sobre desenvolvimento econômico” (1985, p. 170). O item “b” foi desenvolvido em *FEB*, enquanto os itens “a” e “c” foram abordados em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, por isso a opção por inserir essas obras, neste primeiro capítulo, deve-se ao fato de ambas terem como conteúdos as questões que Furtado vinha

⁴⁴ O livro *A Economia Brasileira* é a única obra de Celso Furtado que não teve nenhuma republicação. A primeira edição foi financiada pelo próprio autor (Furtado, 1985, p. 204) e teve baixíssima circulação. É importante ressaltar que, até o ano de 1957, Furtado havia lançado um outro livro, em 1956, intitulado *Uma economia dependente*, porém seu texto se apresenta como uma espécie de resumo de *A economia brasileira*, de 1954. Indico a leitura do artigo de Rômulo Manzatto (2020), para mais informações sobre a semelhança entre os textos.

elaborando ao longo da década de 1950 e por conterem a influência direta em seus textos da obra de 1954.

A *FEB* é o resultado de “dez anos de análise e interpretação dos processos de desenvolvimento econômico” (Furtado, 2021, p. 302) e são muitas as conexões existentes entre *A Economia Brasileira*, de 1954, com o texto final de *FEB*, publicado em janeiro de 1959; assim como as conexões existentes entre essas duas obras e sua tese de doutorado defendida na França, em 1948. Um dos interesses de pesquisa de Furtado na década de 1950, a economia brasileira em sua perspectiva histórica, terá sua formulação definitiva em *FEB*. O livro consolidou a perspectiva histórica do subdesenvolvimento brasileiro e, posteriormente, não fez parte da revisão teórica elaborada por Furtado após 1964.

Já o livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, publicado em 1961, reúne três artigos fundamentais escritos por Furtado na década de 1950, com outros três capítulos finais escritos entre 1958 e 1960. A opção por situar a análise do conceito de subdesenvolvimento, presente na obra como parte da produção de Furtado da década de 1950, deve-se ao interesse do economista por questões teóricas e metodológicas das teorias do desenvolvimento, que marcaram sua produção em artigos publicados em revistas do período. Apesar de publicada apenas em 1961, a obra diz mais sobre o Furtado técnico e teórico do desenvolvimento do que sobre o político, que viria a se consolidar com sua nomeação para a SUDENE em 1959.

1.3.1. Formação Econômica do Brasil: a camada histórica do subdesenvolvimento

FEB foi escrito durante o ano letivo que Furtado passou na Inglaterra entre outubro de 1957 e julho de 1958. Celso havia recusado republicar *A Economia Brasileira* poucos meses antes de viajar para Londres, pois considerava “o livro uma obra de circunstância” (1985, p. 204) e estava decidido pela “hipótese de reescrevê-lo, destacando a parte sobre o Brasil para publicação autônoma” (idem, p. 204). De fato, foi no livro de 1954 que o conceito de subdesenvolvimento aparece pela primeira vez em uma obra publicada pelo autor. A primeira aparição do conceito de subdesenvolvimento na obra de Furtado foi em *A Economia Brasileira*; apesar de o conceito já estar presente no artigo escrito em 1952⁴⁵, entendo como a sua primeira obra publicada⁴⁶ o livro de 1954.

⁴⁵ Uma segunda versão desse artigo está presente no livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*.

⁴⁶ Antes de 1954, Furtado havia escrito sua tese de doutorado na França, que não havia sido publicada no Brasil. Considero *A Economia Brasileira* seu primeiro livro publicado, pois, até este ano, Celso havia

É importante destacar a recusa de Celso Furtado em republicar o livro de 1954, compreendendo esse ato do autor através da consolidação de sua concepção histórica da economia brasileira em *FEB*. Outro importante dado é o alcance da publicação de *FEB*, que seria traduzido para vários idiomas e teria várias edições, enquanto *A Economia brasileira* tornou-se um livro raro e de pouca circulação. Podemos, então, fazer uma história do conceito de subdesenvolvimento na obra de Celso Furtado a partir da publicação de *FEB*, sem deixar de destacar a presença do livro de 1954 em seu texto final. Coutinho (2017) faz uma análise minuciosa da relação existente entre *FEB* e *A Economia brasileira*, apontando “elementos gerais e característicos” (p. 58) presentes nas abordagens teóricas das duas obras:

a estrutura e o conteúdo do texto de 1954 são praticamente definitivos em tópicos tão decisivos como a crise da economia primário-exportadora, a industrialização, a passagem de um modelo primário-exportador a outro essencialmente baseado no mercado interno. (...) Pode-se dizer que em todos os aspectos – e não apenas na antecipação de um ou outro elemento – *A Economia Brasileira* representa a matriz de *Formação Econômica do Brasil* e do método histórico-estrutural de Furtado (Coutinho, 2017, p. 59).

O método histórico-estrutural foi uma das principais elaborações que Celso Furtado desenvolveu junto à CEPAL. O estruturalismo latino-americano diferenciava-se do estruturalismo francês desenvolvido pela *École des Annales*, por colocar em evidência os padrões sociais e históricos nos modelos macroeconômicos. Segundo Furtado, ambas as escolas procuravam o “entrosamento da História com as Ciências Sociais” (1985, p. 167), porém o ponto de partida dos franceses se dava através da História, enquanto o estruturalismo latino-americano acenava um movimento contrário, inserindo conceitos econômicos e sociológicos à análise de períodos históricos.

O estruturalismo, fundado por Prebisch na CEPAL, era um sistema analítico baseado na oposição entre centro e periferia e descortinava a especificidade da inserção internacional da economia latino-americana no processo de industrialização dos países centrais. A industrialização da América Latina era percebida por Prebisch como um processo altamente problemático que gerava: a) baixa diversidade de investimento; b) especialização em bens primários; c) heterogeneidade tecnológica com uma

publicado apenas artigos em revistas, que seriam consolidados como parte de seus livros apenas em 1961, devido à compilação de alguns dos principais artigos na obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*.

produtividade média baixa. Todos esses fatores somavam-se ao desperdício de consumo do excedente gerado em consumo supérfluo por parte das elites locais.

A contribuição de Celso Furtado ao método estruturalista foi justamente a injeção da história na análise econômica proposta pela CEPAL. Enquanto Prebisch possuía uma abordagem sincrônica da história, Furtado se empenhava em compreender a economia colonial brasileira sob uma perspectiva mais diacrônica da história. Diferentemente do economista argentino, para Celso interessava “captar o desenrolar dos acontecimentos no tempo, o encadeamento dos fatores que perpetuavam o atraso clamoroso da economia brasileira. O atraso era um fenômeno global (...), o que interessava era desvendar o seu encadeamento na História” (1985, p. 67).

Tal atraso estava intimamente ligado ao subdesenvolvimento econômico experienciado ao longo de quase quatro séculos de colonização. É interessante notar que o conceito de subdesenvolvimento aparece apenas cinco vezes durante todo o texto de *FEB*, e a minha análise desse conceito na obra será guiada pelas aparições de tal conceito ao longo do texto. A primeira aparição do conceito de subdesenvolvimento em *FEB* ilustra bem as diferenças entre Furtado e Prebisch. Na página 151, o autor questiona o porquê de a economia dos EUA ter conseguido se industrializar na virada do século XVIII para o XIX, enquanto o Brasil “evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida” (2007 [1959], p. 151). A resposta, para Prebisch, dava-se pela exposição de uma “descontinuidade estrutural no sistema capitalista geradora de dinâmicas distintas nos segmentos central e periférico” (Furtado, 1985, p. 67).

A perspectiva sincrônica de Prebisch possibilitava perceber as diferenças da penetração do avanço industrial em países e sociedades diversas em um mesmo tempo, porém não levava em conta os aspectos históricos que distanciaram a formação das economias periféricas em face do desenvolvimento das economias centrais. A perspectiva diacrônica de Celso Furtado corria o risco do anacronismo, ao se utilizar do conceito de subdesenvolvimento e dos demais conceitos econômicos, remetendo a uma anterioridade na qual estes conceitos não existiam. Porém, alguns conceitos possuem um potencial generalizador diacrônico, que José D’Assunção Barros define como uma “capacidade de ser extensível para situações históricas diferenciadas” (2016, p. 166). E talvez esteja aí um dos grandes trunfos de *FEB*: a capacidade de Celso Furtado em se apoiar em conceitos com alto potencial generalizador diacrônico, como é o caso do objeto de estudo desta dissertação, o conceito de subdesenvolvimento.

Ao se apoiar na História para estabelecer o seu argumento acerca do subdesenvolvimento, Furtado rompe com as análises que prevaleciam na primeira metade do século XX no Brasil e que ligavam os atrasos econômico e social brasileiro a questões de clima e de raça. Furtado expõe, em *FEB*, a formação da economia brasileira como colonial e dependente, sempre impulsionada por elementos exteriores ao seu território, que determinaram a sua dinâmica por quatro séculos. A economia brasileira não era subdesenvolvida apenas por uma posição periférica na divisão internacional do trabalho, como propunha Prebisch. Furtado prefere a expressão “economia colonial”, ante a “economia periférica”: “não observei a economia primário-exportadora brasileira como ‘periférica’, e sim como de ‘tipo colonial’, o que me permitia reinseri-la em seu quadro histórico” (1985, p. 68).

O quadro histórico no qual Furtado insere a economia brasileira parte da análise dos grandes ciclos econômicos coloniais. O principal destes ciclos foi o da cana-de-açúcar, que formatou as relações sociais e econômicas do Brasil colônia: uma concepção totalmente inspirada em Gilberto Freyre⁴⁷ e na sua interpretação da sociedade escravista-açucareira realizada em *Casa-Grande & Senzala*. Furtado analisava o complexo econômico nordestino através de conceitos com um forte potencial generalizador diacrônico da economia moderna, como *fluxo de renda*, *renda monetária interna* e *produtividade média*, imputando à essa formação a formatação cultural da sociedade brasileira, mas também a gênese da economia brasileira, em um modelo que seria replicado até o início do século XX.

A economia colonial brasileira era fundamentada por um impulso dinâmico externo: a demanda por parte dos países europeus por metais preciosos e produtos primários. No Brasil, diferentemente do que ocorreu nos EUA, a renda gerada pelas empresas coloniais revertia-se quase que completamente em capital estrangeiro, seja na remessa dos lucros aos investidores estrangeiros ou por meio de importações de bens de luxo por parte das elites locais. A renda monetária interna era praticamente nula, o que impedia a formação de um mercado interno capaz de promover um desenvolvimento mais autônomo da economia brasileira.

⁴⁷ A influência da obra de Gilberto Freyre na vida de Celso Furtado foi destacada pelo próprio em um texto em que aponta as suas influências intelectuais: “A terceira corrente de pensamento que me influenciou foi a da sociologia norte-americana por intermédio de Gilberto Freyre. *Casa-grande & senzala* revelou-me a dimensão cultural do processo histórico” (1998, p. 9). Para além da influência destacada, fica nítido em *FEB* a relevância da obra de Freyre, principalmente a análise freyriana sobre a formação da sociedade brasileira calcada na formação do complexo canavieiro e na economia patriarcal.

A situação altera-se com o ciclo minerador, que apesar de possuir uma renda média inferior ao complexo açucareiro, era menos concentrada, pois a “parcela da população livre era muito maior e, ademais, estava reunida em grupos urbanos” (Bielschowsky, 2004, p. 171). A população europeia aumentou consideravelmente durante o período minerador e houve também um crescimento da demanda por alimentos e animais de transportes, o que abria um curto ciclo de prosperidade em outras regiões.

A implantação das minas gerou, conseqüentemente, um crescimento volumoso no preço dos alimentos e dos animais de transportes, dado que não havia nas regiões esse tipo de produção e, ademais, os altos custos de transporte para abastecer as regiões mineradoras que se localizavam em locais muito distantes dos grandes centros comerciais exportadores da colônia. O fim do ciclo minerador e a longa decadência da economia canavieira formavam um quadro econômico em que a “estagnação teria sido o aspecto marcante” (Bielschowsky, 2004, p. 14), rompida apenas com o ciclo do café em meados do século XIX.

A segunda menção ao conceito de subdesenvolvimento em *FEB* faz referência justamente ao panorama da economia brasileira entre o último quarto do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Celso Furtado ressalta que os “problemas específicos de subdesenvolvimento com que se confronta a economia brasileira no presente” (2007 [1959], p. 217) estão associados ao fato de o Brasil não ter se integrado “nas correntes em expansão do comércio mundial durante essa etapa de rápida transformação das estruturas econômicas dos países mais avançados” (idem, p. 216).

Utilizando-se do método comparativo, Furtado procura evidenciar o acerto de Prebisch em perceber uma desvantagem na inserção dos países periféricos no comércio mundial em expansão no século XIX. Porém, para Celso, o subdesenvolvimento brasileiro não se relacionava com o “ritmo de desenvolvimento dos últimos cem anos” (2007 [1959], p. 216), como apontava Prebisch em 1949, mas tinha suas origens no desempenho risível da economia brasileira após o fim do ciclo minerador, ainda na segunda metade do século XVIII. Até esse momento, EUA e Brasil eram economias equiparáveis, porém, enquanto o Brasil experimentaria quase um século de estagnação econômica (1775-1850), os EUA conduziram um esforço de industrialização que diversificou a economia do país e possibilitou a sua inserção no comércio internacional em uma posição de protagonismo, ainda no século XIX.

A oposição entre o centro e a periferia possibilitou um duplo papel analítico. Por um lado, marcava um padrão específico de inserção na economia mundial que colocava

a periferia como produtora de bens de baixa dinâmica e importadora de bens e serviços com uma demanda em alta expansão. Por outro lado, apontava para um modelo próprio de industrialização, um processo singular que distinguia a expansão do emprego e a distribuição de renda dos países periféricos em relação aos países centrais.

O processo de industrialização é outro fator que caracteriza o subdesenvolvimento em sua camada histórica. A industrialização conduzida no Brasil exigia cada vez mais uma ampliação da demanda por bens de capital – um reflexo da expansão do mercado interno brasileiro – que impedia o avanço da indústria no Brasil. O baixo estímulo para a instalação de indústrias de bens de capital imputava à indústria brasileira uma baixa competitividade no mercado internacional, o que reforçava a dependência do Brasil em relação aos países centrais. Furtado explica que “as indústrias de bens de capital são aquelas com respeito às quais, por motivo do tamanho de mercado, os países subdesenvolvidos apresentam maiores desvantagens relativas” (2007 [1959], p. 279).

A gênese problemática do modelo de industrialização brasileiro é mais uma característica que reforça a noção do subdesenvolvimento como um fenômeno histórico, ligado às raízes coloniais e dependentes da economia brasileira. Uma economia do tipo colonial, como a brasileira, ao se inserir no mercado global do século XIX, não conseguia sua autonomia frente aos países colonizadores. A razão para essa dificuldade estava justamente no fato de a poupança interna no Brasil se impor como um obstáculo, dado que o fluxo de capitais provinha basicamente da exportação de bens primários: nos momentos de alta demanda, o excedente formado não tinha uma direção determinada para a industrialização e era desperdiçado no alto volume de importações de bens de luxo consumidos pela elite brasileira. Nos momentos de queda da demanda externa por produtos primários, o mercado interno não diminuía a sua demanda por importações na mesma velocidade da queda dos preços de exportação de produtos primários, implicando uma depreciação cambial que pressionava a balança de pagamentos.

A volatilidade dos preços do café no mercado internacional gerava uma instabilidade que tornava a inflação um problema estrutural para a economia brasileira. No momento em que Vargas assume o Governo, em 1930, o centro dinâmico da economia brasileira era externo a ela, ou seja, a nossa economia reagia passivamente à política de controle de preços dos produtos primários pela demanda do mercado externo. A tese da inflação estrutural “íntegra, em caráter pioneiro, fenômenos monetários e distributivos na

análise da inflação brasileira” (Coutinho, 2017, p. 52) e foi apresentada por Furtado ainda no livro *A Economia Brasileira*, de 1954, e reaparece em *FEB* sem grandes alterações⁴⁸.

O diagnóstico estrutural da inflação brasileira é uma contribuição “inovadora, podendo mesmo ser considerada uma espécie de primeira versão dos diagnósticos estruturalistas da inflação latino-americana, que nos anos subsequentes caracterizaram a contribuição da CEPAL” (idem, p. 51). A inovação de Furtado⁴⁹, ao perceber a inflação como uma estrutura crônica em países subdesenvolvidos, o levou a formatar uma outra tese relevante, ainda em 1954, que foi a tese da “socialização dos prejuízos”, que analisava os efeitos na distribuição de renda causados pela inflação resultante da deterioração dos termos de intercâmbio:

Em termos resumidos, a tese sustenta que a mudança da taxa de câmbio efetua uma transferência de renda do numeroso contingente dos que pagam as importações para o pequeno grupo de exportadores, agravando a concentração de renda e riqueza já típicas da economia colonial. Por outro lado, o prêmio aos exportadores atenua o desestímulo à expansão do cultivo do café, gerando pressão permanente de oferta em um mercado internacional que tem no Brasil o grande produtor. Origina-se uma permanente tendência à superprodução, a qual, por sua vez, impede a correção dos efeitos da crise (Coutinho, 2017, p. 48).

Havia na economia cafeeira uma tendência à superprodução, em razão da elevação da produção do café pela mobilização de fatores ociosos, seja a mão de obra disponível no setor de subsistência, ou através da expansão das terras cultiváveis. A concentração dos poderes econômico e político que os cafeicultores detinham impediu a formação de uma economia mais dinâmica apoiada na exportação do café. Furtado relaciona o subdesenvolvimento à essa tendência verificada na história econômica do Brasil, na qual um “aumento brusco e amplo da renda monetária dos grupos que derivavam suas receitas da exportação não podia, evidentemente, deixar de provocar pressão inflacionária” (2007 [1959], p. 261).

⁴⁸ A análise estrutural da inflação, em *A Economia Brasileira*, viria a ser reiterada em *FEB*. Para mais detalhes sobre as semelhanças entre os dois textos, ver Coutinho (2017) e Boianovsky (2012).

⁴⁹ A tese da inflação estrutural foi um dos temas mais influentes para o pensamento econômico latino-americano desenvolvidos pela CEPAL. Segundo Bielschowsky (2000), “a ideia de estrangulamento permanente do balanço de pagamentos também é a tese central da inflação estrutural. A tese foi desenvolvida por Juan Noyola Vásquez (1956) e refinada por Osvaldo Sunkel (1958) e Aníbal Pinto (1960). O desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos aparece nesses textos como causa estrutural ‘básica’ da inflação ao lado da rigidez da oferta agrícola, desencadeando um processo alimentado por ‘fatores de acumulação’ e por ‘mecanismos de propagação’” (2000, p. 31). Coutinho (2017) aponta o caráter inovador da tese de Furtado apresentada em 1954, dois anos antes do texto de Vásquez.

A pressão inflacionária, segundo Furtado, derivava de um comportamento histórico das elites brasileiras. Ao analisar os ciclos de alta e baixa da demanda por produtos primários, Furtado demonstra que as altas cíclicas decorrem de um impulso externo, que aumenta a concentração de renda, em detrimento do aumento do fluxo de renda no mercado interno. A concentração da renda anula o *efeito multiplicador* que a elevação dos preços nas altas cíclicas poderia causar, em função do consumo de produtos importados de alto custo pelas elites locais. Aliado ao consumo mimético das elites locais do Brasil, havia a compressão salarial dos trabalhadores das lavouras, que não recebiam aumentos em seus salários na mesma medida em que se ampliavam o preço e a demanda dos países centrais pelo café.

Essa reserva de mão de obra disponível é um outro fator que caracteriza o subdesenvolvimento. A formação dessa mão de obra ociosa deriva da permanência do que Furtado denominou “economia de subsistência”, que derivava dos ciclos econômicos coloniais e teve função decisiva para a ocupação do território brasileiro e na absorção da mão de obra ociosa gerada nas baixas cíclicas. A tese de Furtado é bastante semelhante à tese de William Arthur Lewis, economista britânico que, no mesmo ano de 1954, começa a publicar artigos sobre um “modelo de crescimento com oferta ilimitada de mão de obra”. Furtado chama a atenção de Juan Noyola Vásquez à teoria de Lewis em uma correspondência datada de 22 de fevereiro de 1955: “Considero-o a coisa mais bem lograda que já vi sobre teoria do desenvolvimento” (2021, p. 352). A teoria de Lewis “define os países atrasados como um sistema dual, dividido entre um setor capitalista e outro de subsistência” (Borja, 2011, p. 95) e está presente no diagnóstico histórico do subdesenvolvimento brasileiro.

O setor de subsistência é o alicerce da teoria furtadiana do dualismo estrutural da economia brasileira. Essa dualidade revela uma outra camada histórica do subdesenvolvimento brasileiro: o atraso tecnológico da economia brasileira. O impacto da expansão do capitalismo industrial criou essas estruturas híbridas que definem o subdesenvolvimento, com uma parte da economia se portando como um sistema capitalista moderno-industrial e outra, mantendo-se dentro da estrutura de subsistência preexistente, o que gera uma heterogeneidade tecnológica⁵⁰ característica das economias subdesenvolvidas.

⁵⁰ O conceito de “heterogeneidade tecnológica” foi cunhado “nos anos 1960, por Aníbal Pinto, mas aplica-se à formulação dos anos 1950 – abrangia um amplo excedente real e potencial de mão de obra, e uma baixa produtividade média *per capita* que reduzia a possibilidade de elevar as taxas de poupança nessas

Furtado demonstra em *FEB* que a “pobreza de capital e técnica de que padece uma economia subdesenvolvida” (2007 [1959], p. 301) são características históricas da formação da economia brasileira. A falta de incentivos para a poupança, aliada ao consumo das elites locais, dificulta a formação de capital interno, o que leva o governo a contrair empréstimos internacionais com o intuito de favorecer o setor exportador. O setor bancário financia a produção agrícola através de taxas subsidiadas, muito em função da influência política das elites oligárquicas nesse ramo, impedindo o avanço do crédito aos setores mais populares. A pobreza de capital na qual se encontra a economia brasileira tem suas origens no comportamento histórico de nossa elite local, que nas altas cíclicas não investe os seus lucros em produção para o mercado interno e nas baixas, mantém suas altas taxas de lucro através do mecanismo inflacionário de socialização das perdas, explicados por Furtado.

A concepção estruturalista do desequilíbrio externo decorre da associação feita entre o crescimento econômico e a alta diversidade tecnológica presente nos países subdesenvolvidos. A economia canavieira manteve um padrão técnico por mais de três séculos, com pouca inovação, deixando como legado à economia brasileira um atraso tecnológico marcante: o atraso tecnológico da economia brasileira não deriva apenas da sua inserção problemática nas correntes de expansão da economia industrial nos séculos XVIII e XIX, mas remonta ainda ao período colonial e a sua baixa dinâmica tecnológica.

A queima dos estoques de café durante o governo Vargas funcionou como uma política anticíclica inconsciente, uma vez que mantinha o nível de renda dos trabalhadores do café, ao mesmo tempo que financiava os produtores através de empréstimos internacionais, gerando uma forte pressão inflacionária que, segundo Furtado, “é particularmente grande numa economia subdesenvolvida” (2007 [1959], p. 261) e a caracteriza. A queima do café conduziu a política de substituição de importação da década de 1930 pela fuga de capitais do setor cafeeiro para outras atividades, beneficiando principalmente o setor industrial, que pôde expandir a sua produção por meio da capacidade ociosa já instalada, em um primeiro momento. A expansão da substituição de importações pela capacidade ociosa encontrava seus limites ainda nos primeiros anos da

economias, limitando a acumulação de capital e o crescimento. A situação se complicava pela insuficiente capacidade de poupança do setor público, devido à estrutura fiscal obsoleta e, no que se refere à poupança do setor privado, aos suntuosos padrões de consumo praticados pelas classes ricas, um hábito que tenderia a se agravar como resultado da acentuação dos efeitos de demonstração” (Bielschowsky, 2000, p. 32). Aníbal Pinto foi um economista chileno e dirigiu o escritório da CEPAL no Rio de Janeiro entre 1960 e 1965, período em que se aproximou bastante de Furtado, iniciando uma amizade que duraria até o falecimento de Aníbal em janeiro de 1996.

década de 1930 e impôs ao governo Vargas a necessidade de conduzir esse processo com maior racionalidade.

O início da industrialização é fonte de um interessante debate historiográfico provocado pelo argumento de Celso Furtado em *FEB*, que colocava a crise cafeeira e a grande depressão de 1930 como elementos definitivos para explicar o crescimento industrial verificado no período. A explicação furtadiana relacionava o crescimento industrial com uma política governamental favorável, porém não intencional. A *não-intencionalidade* dessa política baseia-se no argumento de que o governo não teria um projeto industrializante para o país e ao tentar proteger os produtores de café da crise – por meio da desvalorização cambial e da compra e queima dos estoques do café –, acabaria involuntariamente favorecendo a industrialização, em uma espécie de política anticíclica keynesiana.

A crítica feita a essa abordagem foi elaborada por Carlos Manuel Peláez, mostrando que Furtado subestimou o crescimento industrial pré-1930, observando que havia mais continuidade do que uma ruptura: “a indústria crescia em função da dinamicidade do setor exportador, e não em decorrência de políticas indutoras” (Fonseca e Salomão, 2016, p. 89). Peláez denominava essa tese de Furtado pelo termo “teoria dos choques adversos” e refutava o argumento de Celso por intermédio de dados do período anterior ao da Primeira Guerra Mundial, mostrando que a industrialização brasileira remontava ainda ao período Imperial. Fonseca e Salomão (2016) apontam para uma síntese dialética entre as duas teorias:

Nos períodos de crise da agroexportação, com a desvalorização do mil-réis, como no Encilhamento e suas consequências (1895-1905), Primeira Guerra e Grande Depressão, aumentava a produção industrial, o que referenda a análise de Furtado. Todavia, os investimentos cresceram nos períodos de auge da economia cafeeira, como entre 1885 e 1895 e 1906 e 1914. Nestes, a capacidade produtiva industrial expandiu, contando com as divisas geradas pelo setor exportador, que possibilitava importar bens de capital e matérias-primas necessárias à produção, bem como pelo “efeito renda”, o qual ampliava o mercado interno e as fontes de financiamento necessárias para inversões em infraestrutura (portos, estradas, eletricidade). Assim, as teses de Furtado e Peláez, antes de contraditórias, poderiam ser compreendidas em uma espécie de “síntese” (2016, p. 91).

A política varguista deslocou o centro dinâmico da economia brasileira para o mercado interno em um movimento impulsionado pela crise da economia cafeeira. O conceito de *centro dinâmico* é utilizado em *FEB* com a intenção de apresentar ao leitor o

grau de dependência decisório da economia brasileira em relação às economias centrais. O centro dinâmico da economia brasileira esteve exterior a ela até a década de 1930. Foi por intermédio da política de industrialização que começou a haver o deslocamento deste centro em direção ao mercado interno. Após a Segunda Guerra Mundial, não havia outro caminho possível para o crescimento econômico independente da economia brasileira, pois o centro dinâmico da economia passou a ser o próprio mercado interno. A superação do subdesenvolvimento passava pela necessidade de se programar a substituição de importações.

Outra tese importante apresentada em *FEB* diz respeito à passagem do modelo escravista de mão de obra ao modelo assalariado. A mão de obra sempre foi um problema desafiador à empresa colonial portuguesa. O fracasso da tentativa de escravização dos indígenas nativos fez com que a Coroa optasse pelo lucrativo mercado de escravizados africanos ainda no século XVI, adaptando um modelo já testado em algumas colônias portuguesas. As duas grandes empresas coloniais que se estabeleceram no período colonial – os engenhos de cana-de-açúcar e a atividade mineradora – utilizaram-se do modelo escravista de mão de obra. O modelo escravista impossibilitou o estabelecimento de um pujante mercado interno na colônia, dado que o fluxo da renda era apropriado pela Coroa e por uma elite colonial que monopolizava esses mercados. O modelo escravista será substituído pelo assalariamento durante o período do surto cafeeiro na metade do século XIX.

A abolição do trabalho escravo (1888) resultou em uma ampliação do setor de subsistência e na redução da produtividade, uma vez que a jornada do trabalho assalariado é de menor duração. A opção pelo trabalho do imigrante branco europeu em detrimento do ex-escravizado é justificada assim por Furtado:

Para bem captar esse aspecto da questão, é necessário ter em conta alguns traços mais amplos da escravidão. O homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas “necessidades”. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio (2007 [1959], p. 203-204).

Celso Furtado defende a tese da inadequação do trabalhador ex-escravizado ou livre nas lavouras de café (Sampaio, 2019) e imputa indiretamente à população negra recém-liberta o subdesenvolvimento brasileiro nos finais do século XIX e começo do século XX. A tese de Furtado não leva em conta as diferenças das condições de entrada no mercado de trabalho existentes entre os brancos europeus e os ex-escravizados. Enquanto o imigrante europeu recebia incentivos para se integrar ao mercado de trabalho brasileiro, a população escravizada recém-liberta foi condenada à própria sorte e empurrada para os setores periféricos das grandes cidades e à subsistência nas zonas rurais. Celso também não faz referência alguma às opções racistas que influenciaram a escolha do trabalhador imigrante europeu em detrimento da população negra. Essa opção se deu por uma forte influência do pensamento eugenista entre as classes dirigentes do Brasil, que pretendiam, por intermédio dessa prática, conduzir um embranquecimento da população brasileira e ignorava os homens e mulheres livres, frutos da miscigenação ocorrida durante os quatro séculos de colonização.

Existia, na elite brasileira, um empenho de “ressignificar o trabalho, antes inferiorizado pela escravidão” (dos Santos et al, 2020, p. 2), e o mito da autoexclusão do negro não levou em conta o racismo presente na sociedade brasileira, como também não pormenorizou as características do trabalho agrícola desenvolvido nas lavouras cafeeiras. O trabalho nas lavouras de café apresentava descontinuidades advindas da sazonalidade da própria produção e nos momentos de colheita do café, havia a exigência de um número maior de trabalhadores, sendo interessante a manutenção de um “exército de reserva” da mão de obra.

O discurso da “falta de braços”, para a produção cafeeira, ignorava a existência de “uma população ociosa muito maior que o número de imigrantes” (dos Santos et al, 2020, p. 9), e imputou ao negro uma incapacidade para o trabalho assalariado advindo de seu “rudimentar desenvolvimento mental”, a “preferência pelo ócio” e uma incapacidade para a acumulação, dado que o trabalho assalariado remunerava acima da subsistência e, segundo a teoria furtadiana, uma vez satisfeita as condições de subsistência, os ex-escravizados optavam pelo ócio ao invés da acumulação. O “trabalhador nacional” livre também era alvo desse preconceito, sendo atribuída a essa população uma tendência à vadiagem e à preguiça.

Formação Econômica do Brasil consolidou a interpretação da história do Brasil de Furtado e lançou o alicerce⁵¹ para a explicação do subdesenvolvimento brasileiro nos quadros históricos da formação estrutural de sua economia e sociedade. Segundo Bielschowsky (2004) e Francisco Oliveira (2003), *FEB* é “muito mais um ensaio de interpretação histórico-analítica de orientação estruturalista e keynesiana do que uma pesquisa histórica em grande profundidade” (Bielschowsky, 2004, p. 164); *FEB* “não é uma pesquisa histórica” (Oliveira, 2003, p. 87), e entendê-la em sua dimensão interpretativa possibilita compreender que o que havia de novo em Celso Furtado era uma complexa relação entre teoria econômica e teoria da história.

A tese apresentada por Furtado ao longo de *FEB* é a de como a especialização agrária advinda de um modelo de expansão colonial europeia, formatou a economia brasileira em uma estrutura dual através dos ciclos econômicos. Ele apresenta uma interpretação nova acerca das consequências de cada ciclo para o mercado interno e externo nacional, explicitando a condição subdesenvolvida do Brasil do século XX como consequência de uma divisão internacional do trabalho, que condenou os países colonizados ao papel de exportadores de matéria prima, do qual o excedente de boa parte desse comércio acabou se revertendo às nações colonizadoras através das importações e do consumo de bens de luxo por parte das elites locais.

A crítica feita pelo historiador Nelson Werneck Sodré, após o lançamento de *FEB*, ainda em 1959, apontava para a falta de descrição das fontes historiográficas (Sampaio, 2019, p. 82). A ausência das fontes foi justificada por Furtado na introdução do livro⁵², por escapar “ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos, e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos” (2007 [1959], p. 22). Para Francisco de Oliveira, a “ausência se deve, a meu ver, ao que pode ser tido como o ‘estilo Furtado’: a ausência de qualquer polêmica

⁵¹ Foi Bielschowsky quem definiu o sistema analítico de Celso Furtado como possuidor de “um alicerce e três pavimentos” (2001, p. 110). O alicerce é o método histórico-estrutural sob o qual são edificados os outros três pavimentos deste sistema. O primeiro pavimento é o da análise do subdesenvolvimento econômico em quatro níveis de análise econômica: teórico, histórico, análise aplicada e política econômica. O segundo pavimento é composto pelas análises socioeconômicas e sociopolíticas. Por fim, o terceiro pavimento comporta o plano cultural.

⁵² É interessante notar que o tema dos créditos voltou a figurar em *A Fantasia Organizada*, livro-testemunho de 1985, mostrando que o debate acerca das referências bibliográficas em *FEB* não havia se restringido ao momento de sua publicação. Furtado apresenta uma outra justificativa para a ausência de fontes: “O tempo que dispunha não me permitiu levar muito longe esse trabalho de garimpagem nas bibliotecas, mas era tão vasto o horizonte de escolha que decidi limitar minhas referências bibliográficas a obras para as quais desejava chamar expressamente a atenção, ademais daquelas que fossem fontes dos dados que estava usando” (1985, p. 215). Nessa retrospectiva, Furtado corrobora a tese de Bielschowsky e Francisco Oliveira apresentadas acima, definindo *FEB* como “um livro de análise, e não de história” (1985, p. 215).

explícita e a busca constante de procurar manter-se, e aparecer, como estritamente científico” (2003, p. 65).

A não citação das fontes no livro exigiu dos estudiosos de sua obra uma busca por fontes em outras obras, como *Economia brasileira* e na sua tese de doutorado. Furtado não cita na relação de fontes nomes como Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., que estiveram presentes na relação bibliográfica da tese de doutorado de 1948. Como apontei anteriormente, a interpretação do complexo canavieiro como fundador das relações econômicas e sociais da colônia é uma tese totalmente inspirada na obra de Freyre e, no caso de Caio Prado Jr., a ausência de citações a ele em *FEB* “pode ser considerada simplesmente imperdoável. Mesmo porque Furtado cita Roberto Simonsen abundantemente, e sabe-se das relações entre as equipes que trabalhavam para Simonsen e Caio Prado” (Oliveira, 2003, p. 60). A tese da defasagem da formação do mercado interno brasileiro durante o período colonial é totalmente debitável à tese apresentada por Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), que imputava à ação dos Estados colonialistas europeus um papel decisivo na história brasileira, em contraponto à insignificância do Estado brasileiro na condução desse processo. A opção de Furtado por destacar a influência decisiva do trabalho de Simonsen para a produção de *FEB*⁵³, contribui com a perspectiva de Francisco de Oliveira sobre o “estilo Furtado”: dos autores citados acima, Simonsen era o único falecido, o que não lhe causaria algum tipo de polêmica pessoal.

O significado histórico do conceito de subdesenvolvimento elaborado por Furtado em *FEB* nos revela que tal conceito tem uma dimensão histórica que não pode ser abandonada, só sendo possível sua existência em comparação com outras economias do mesmo período. O método comparativo está na base da formação do método histórico-estrutural, porém o que Furtado se esforça para apresentar em *FEB* é a dimensão histórica do processo de formação de uma economia subdesenvolvida. Cada país subdesenvolvido possuía uma trajetória única que o diferenciava em comparação com os demais. No caso brasileiro, Furtado se dedica a compreender as causas históricas que levaram o país a uma

⁵³ Furtado imputa a influência de Roberto Simonsen a um fato totalmente imprevisto: o avião que levaria Furtado do Rio de Janeiro para Londres teve um acidente no pouso, na escala em Recife, obrigando os passageiros a permanecer mais dois dias na capital pernambucana. Foi nesses dias que Furtado adquiriu “uma reedição recente da *História Econômica do Brasil* de Roberto Simonsen, que havia lido dez anos antes. Folheando esse livro e detendo-me na massa de informação quantitativa que contém sobre o período colonial, veio-me a ideia de tentar a elaboração de um modelo da economia do açúcar a meados do século XVII. Foi dessa ideia que surgiu *Formação Econômica do Brasil*, redigida entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958” (1985, p. 204).

situação de atraso em relação a outros países com trajetórias de colonização, como o caso da Argentina e dos EUA.

Furtado renegava a ideia de que o atraso brasileiro estaria associado ao clima tropical ou à miscigenação racial e, muito menos, à “inaptidão para a modernidade” do Estado português. Para ele, o projeto empreendido em *FEB* era o de “aproximar a História (visão global) da análise econômica; extrair desta perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História” (1985, p. 205). O interesse de Furtado era o de injetar novamente a História na análise econômica, em um movimento contrário ao da escola neoclássica que havia abandonado a história econômica das suas reflexões e impunha uma absolutização ideológica ao pensamento econômico. Ao realizar esse movimento, Furtado propõe um retorno às origens do pensamento econômico moderno, pois a história econômica faz parte dos objetos de interesse da economia política.

O conceito de subdesenvolvimento aparece apenas cinco vezes durante o texto de *FEB* e todas as citações ao conceito foram discutidas anteriormente no texto. As menções ao subdesenvolvimento o relacionam com o atraso relativo da economia brasileira, principalmente em comparação com os EUA, e destacam a inserção do Brasil nas correntes do comércio mundial dos séculos XIX e XX. A industrialização brasileira era marcada pelo subdesenvolvimento, dado que o processo específico de industrialização dos países periféricos proporcionava a manutenção de dois setores distintos da economia: um setor moderno e capitalista e outro, arcaico e de subsistência. Desse processo histórico distinto, resultavam a inflação estrutural e uma grande pobreza de capital técnico, o que, por sua vez, condicionavam a economia brasileira a uma dependência de bens de capital, tecnologia e investimentos em relação aos países mais desenvolvidos.

Furtado propõe a interpretação da economia colonial brasileira por intermédio da análise da relação entre poupança e investimento, renda-despesa, comércio externo e taxa de câmbio, economia monetária e não monetária, preços relativos e restrições fiscais. Dessa análise, Furtado buscou mostrar que o subdesenvolvimento brasileiro possuía causas históricas e, portanto, passíveis de modificação. A camada histórica do subdesenvolvimento permitia a Furtado propor uma intervenção nos planos político e econômico brasileiro; e o processo de escrita de *FEB* o levou a ter certeza disso:

Essas reflexões levaram-me a modificar a visão que tinha do trabalho teórico e induziram-me a alterar meus planos para o futuro no sentido de valorizar a atividade política.

Inclinei-me a pensar que ter escrito um livro como *Formação Econômica do Brasil*, poderia ajudar a nova geração a captar a realidade do país e identificar os verdadeiros problemas deste (...). Concluíra-o apontando para os dois desafios a serem enfrentados no futuro imediato: completar a industrialização e deter o processo de crescentes disparidades regionais. Como nordestino cabia-me prioritariamente dar uma contribuição na segunda dessas frentes de luta (1985, p. 227).

1.3.2. As teorias do desenvolvimento em contraste com o fenômeno do subdesenvolvimento: o trabalho teórico de Celso Furtado na década de 1950 e a camada econômica do subdesenvolvimento

Apesar de lançado em julho de 1961, o livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* faz referência ao melhor do trabalho teórico elaborado por Celso Furtado ao longo da década de 1950. Em uma carta escrita ao economista Víctor Urquidí, Furtado diz que o livro “trata-se de um apanhado crítico e de uma reformulação e ampliação de tudo que escrevi relacionado com a teoria econômica do último decênio” (D’Aguiar, 2016, p. 13). Devido à intrínseca relação do conteúdo do livro com os debates da década de 1950, o texto faz mais referência à trajetória de Celso Furtado durante essa década do que ao momento em que Furtado vivia em 1961, por isso, durante este capítulo, não farei uma análise do itinerário dele nesse período, pois será um tema de análise do próximo capítulo.

O livro é dividido em duas partes, cada uma contendo três capítulos, sendo a primeira relativa ao tema do desenvolvimento e a segunda, relativa ao subdesenvolvimento. Os três primeiros capítulos foram apresentados em suas primeiras versões, ainda na primeira metade da década de 1950. Os dois primeiros capítulos da segunda parte foram apresentados pelo autor em forma de uma monografia para o concurso à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, e foram escritos em 1958. O último capítulo merece um destaque nessa coletânea, pois foi o único escrito em 1960 e já reflete um pouco as mudanças de direção que a produção teórica de Furtado sofreria nos próximos anos.

1.3.2.1 O que é desenvolvimento? As teorias do desenvolvimento em contraste com o subdesenvolvimento

A primeira parte do livro é dedicada a análise das teorias do desenvolvimento e dos mecanismos que propiciam a sua execução. Desenvolvimento foi um conceito originado na biologia (Santos, 2012, p. 46) e fazia referência ao processo de evolução dos seres vivos em direção ao aperfeiçoamento de suas capacidades biológicas. A partir do trabalho produzido por Charles Darwin, o conceito passou a ter uma concepção de transformação, dando origem ao que ficou conhecido como “darwinismo social”, um pensamento surgido na segunda metade do século XIX, que associava o conceito a ideias como progresso e crescimento. Ao final do século XVIII e início do século XIX, o conceito passa a se aproximar cada vez mais das ciências sociais e, após a Segunda Guerra Mundial, passa a ser um conceito cada vez mais debatido e difundido em todo o planeta.

Os conceitos ajudam os seres humanos a organizar o relativo caos do mundo observado, e numa sociedade que atravessa um período de drásticas mudanças, como o caso da sociedade industrial europeia da segunda metade do século XVIII, o conceito de desenvolvimento propiciou uma maior compreensão daquele momento histórico. A sociedade industrial buscou formatar no conceito de desenvolvimento “variadas modalidades de fenômenos sociais [que] precisam ser compreendidas na sua especificidade através de um ‘conceito’” (Barros, 2016, p. 21).

Com a aproximação do conceito de desenvolvimento das ciências sociais, pressupunha-se uma motivação da população, que conduziria a sociedade a um processo de transformação e que possibilitaria a “evolução” desse corpo social. É a partir desse momento que o conceito de desenvolvimento passa a mobilizar a sociedade, pois os “conceitos favorecem, sim, a construção de certas ‘imagens de realidade’: imagens organizadas, problematizadas e de profundidade” (idem, p. 40).

O conceito de desenvolvimento foi bastante problematizado ao longo do século XX, período em que haviam vários modelos antagônicos de desenvolvimento, como demonstra a clássica oposição entre os modelos dos EUA e URSS durante o período da Guerra Fria. Segundo Santos (2012), o conceito de desenvolvimento possui quatro dimensões (ou estratos de significação, como propõe Koselleck): a primeira seria econômica; a segunda, política; a terceira, social; e mais recentemente, uma quarta dimensão, a ambiental. Furtado acrescentaria uma outra dimensão: a histórica.

A dimensão econômica do desenvolvimento é o objeto do estudo de Furtado na primeira parte de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. O primeiro capítulo do livro, intitulado “A teoria do desenvolvimento na ciência econômica”, foi apresentado em sua versão original como o VI capítulo de *A Economia Brasileira* e traduzido posteriormente para o espanhol em uma publicação do tradicional periódico mexicano *El Trimestre Económico*. Este primeiro ensaio aborda as ideias sobre desenvolvimento desde os clássicos ingleses, passando por Marx, até os pós-keynesianos. O objetivo, segundo Furtado, era o de indagar “até que ponto suas teorias lograram ‘explicar’ o processo de crescimento” (2016 [1961], p. 19). O autor, no início do texto, defende a tese de que existiriam duas abordagens entre os autores analisados, uma que buscava através de modelos abstratos captar os mecanismos do processo de crescimento econômico e outra, que partia da história em busca de um estudo crítico sobre o processo de crescimento econômico, em contraposição à realidade atual dos países, apresentando o desenvolvimento como um fenômeno histórico singular em cada região e cultura.

Ao analisar o ponto de vista da economia clássica, o autor destaca a teoria da divisão do trabalho apresentada por Adam Smith (1723-1790), que defendia a tese de que a divisão do trabalho proporcionou um aumento na destreza, uma economia de tempo e o uso de máquinas em substituição a trabalhadores. Porém, Smith afirmava ser a divisão do trabalho resultado da propensão natural do homem para o comércio e que o tamanho do mercado restringe a divisão do trabalho. Furtado refutava essa tese, pois ela caía “num círculo vicioso, pois o tamanho do mercado depende do nível de produtividade, este último da divisão do trabalho, a qual por seu lado depende do tamanho do mercado” (2016 [1961], p. 31).

Os clássicos da primeira metade do século XIX sugeriam serem três os elementos de produção: a terra, o capital e o trabalho. Ao trabalho estaria imputado a origem do valor, pois os salários não surgem em função de uma arbitrariedade, e sim da relação entre a oferta de trabalho e a capacidade de emprego. John Stuart Mill (1806-1873) elaborou uma teoria do crescimento econômico que apontava para a estagnação econômica como um destino fatal de todas as economias, ignorando o avanço da técnica, pois considerava os lucros como motor do progresso social e, segundo a teoria de Mill, os lucros estariam ameaçados pela elevação dos custos de mão de obra.

O modelo proposto por Karl Marx (1818-1883) para o desenvolvimento econômico era mais complexo e partia de uma posição filosófica (histórica) para a análise

econômica, em uma via em que a análise econômica fundamentava uma teoria da História de Marx. Segundo Furtado, “Marx não observava o capitalismo somente do ponto de vista dos fatores que entravaram o desenvolvimento (clássicos), mas sim do ponto de suas ‘contradições internas’, dimensões históricas, começo e fim” (2016 [1961], p. 37). Marx buscava o sentido histórico das instituições capitalistas, identificando as relações de produção do regime capitalista e determinando os fatores de desenvolvimento das forças produtivas.

As relações de produção do sistema capitalista levaram Marx a elaborar a sua teoria da mais-valia, que seria a parcela do trabalho não pago aos operários, formadora dos lucros e da poupança. Esta última seria consequência da grande concentração de renda em poucas mãos, e não um sacrifício dos empresários, como percebiam os clássicos. A poupança também seria a responsável por assegurar o monopólio dos bens de produção, o que levaria a um choque entre as classes produtoras e os trabalhadores, e tal contradição seria a propulsora do desenvolvimento econômico, como explica Furtado:

A produção tem caráter social, pois a única fonte criadora de valor é o trabalho social, aplicado em cada atividade de acordo com a técnica prevalecente, e que a apropriação do produto tem caráter privado, pois a força de trabalho é vendida como mercadoria aos proprietários dos instrumentos de produção. (...) aqueles que produzem estão impedidos de apropriar-se do fruto pleno de seu trabalho, devendo contentar-se em negociar sua força de trabalho com aqueles que detêm o monopólio dos instrumentos de produção. Os dois grupos estão, assim, em profundo antagonismo e o entrechoque desses interesses econômicos constitui a mola que impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas (2016 [1961], p. 43).

A teoria do desenvolvimento de Marx ressaltava as contradições internas do capitalismo, que propiciam desequilíbrios econômicos e sociais constantes, com tendência a uma ruptura. A taxa de poupança expressa bem as contradições e desequilíbrios do sistema capitalista, pois esta oscila entre o desejo de consumo das elites e a necessidade de acumular para não serem esmagados pela concorrência. Para Marx, o motor do desenvolvimento capitalista estaria na luta de classes, e não no avanço da técnica que alavanca a acumulação e aumenta a oferta de mão de obra, proporcionando o surgimento de um “exército de reserva”. O desemprego seria inerente ao regime capitalista, pois, segundo Marx, o exército de reserva mantém os assalariados em permanente posição defensiva, favorecendo aos interesses das classes dirigentes e

entorpecendo o mecanismo de desenvolvimento social através dos antagonismos de classes.

A ressalva que Furtado faz ao modelo de Marx é que segundo a “forma como Marx apresenta o seu modelo leva a crer que os maiores interessados na destruição do capitalismo são os próprios capitalistas” (2016 [1961], p. 57), pois o desemprego, para Furtado, é um índice que reflete uma grande quantidade de valor que os capitalistas estariam deixando de se apropriar, o que não faria sentido dentro de uma lógica capitalista. Para Furtado, o modelo que Marx apresentou para o desenvolvimento capitalista é um poderoso instrumento para as lutas ideológicas e “serviu de base a uma teoria da ação política, abrindo caminho para os grandes movimentos de reconstrução social que marcam o século atual” (idem, p. 59).

Furtado segue o texto do primeiro capítulo fazendo uma análise do enfoque da escola neoclássica do pensamento econômico. Os neoclássicos, segundo o autor, não imputavam um preço de oferta à mão de obra, pois esta não pode ser utilizada para além do trabalho. Destarte, o capital, sim, tem um preço de oferta, pois pode ser utilizado como fonte de renda e pode ser consumido. A teoria do desenvolvimento, elaborada pela escola, associava o aumento da produtividade do trabalho e a elevação do salário real à acumulação de capital, que seria dependente da taxa antecipada de remuneração dos novos capitais e do preço de oferta da poupança. Para Furtado, o que os neoclássicos não perceberam é que “diminuindo o ‘preço de procura’ do capital, haveria desestímulo da poupança e conseqüentemente redução no ritmo de acumulação do capital” (2016 [1961], p. 62), o que reforçaria uma teoria da estagnação.

Outra teoria elaborada pela escola neoclássica foi a respeito da natureza da taxa de juros, que refletiria um equilíbrio entre a oferta de poupança e a procura de capital. Furtado percebe que dessa maneira o salário reflete apenas a produtividade do trabalho, chegando-se à conclusão de que a melhoria de vida das classes trabalhadoras assalariadas resulta do bem-estar da classe capitalista. A diferença básica entre os clássicos e os neoclássicos, segundo Furtado, é que os primeiros tinham uma teoria inovadora, revolucionária em certos aspectos, enquanto os seus herdeiros neoclássicos possuíam uma ideologia defensiva e mais reacionária.

Furtado analisa a teoria do empresário, destacando o trabalho de Shumpeter, que colocava o progresso tecnológico como o fator dinâmico na economia capitalista. O processo acumulativo de capital se dava inicialmente pela poupança de recursos, mas

seria otimizado pela incorporação desses recursos poupados ao processo produtivo em um processo conceituado como *inversão*. O passo final no processo acumulativo era o de transformar os recursos invertidos em fonte de renda para o capitalista. Esse processo de acumulação seria facilitado pela ação criadora do empresário, responsável pela introdução de inovações no processo produtivo, facilitado pelo apoio do sistema de crédito. A falha na teoria de Schumpeter, para Furtado, é a sua falsa universalidade, que colocava o “espírito de empresa” como uma categoria universal. Além disso, Schumpeter isolava o empresário da sociedade em que vivia, o que para Furtado não fazia sentido, pois o empresário é um indivíduo ligado ao processo produtivo.

Esse artigo termina com uma análise sobre a teoria pós-keynesiana, formulada por, entre outros, Alvin Hansen. Keynes percebia que o elemento dinâmico do desenvolvimento estava ligado à coordenação das inversões. Oferta e procura, na teoria keynesiana, são dois lados de uma mesma coisa, não existindo entre elas uma relação de equilíbrio, como bradavam os neoclássicos. Do lado da oferta, não existem problemas fundamentais, pois os empresários conhecem os custos de suas organizações e, de acordo com as previsões do mercado, estabelecem seus planos de produção. A procura efetiva é justamente a renda invertida nas mãos da população, dessa forma, o desemprego é resultado de uma diversidade de motivos que levam a poupar ou inverter o capital. Segundo Furtado, “sempre que numa economia o impulso para inverter não seja suficientemente forte para absorver toda poupança que se forma, haverá desemprego” (2016 [1961], p. 78).

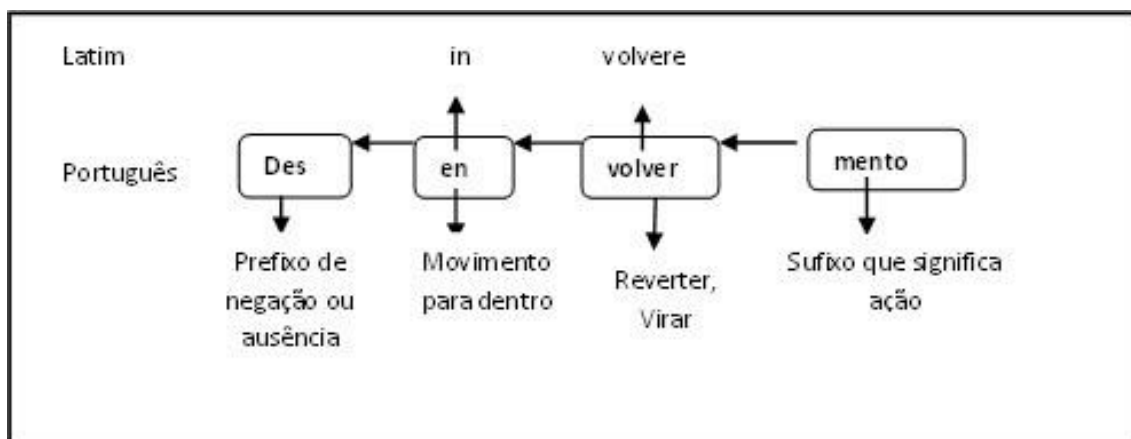
O segundo capítulo do livro é o mais importante da primeira parte. Originalmente publicado na *Revista Brasileira de Economia*, em 1952, o texto foi elaborado em resposta às conferências proferidas pelo professor Ragnar Nurkse no Brasil em 1951. Segundo Furtado, “a importância das conferências de Nurkse foi considerável, dado que canalizavam as atenções para a problemática do subdesenvolvimento” (1985, p. 149). O texto de 1952 marca a aparição, pela primeira vez em sua produção, do conceito de subdesenvolvimento e seria traduzido para o espanhol em 1953 e, posteriormente, publicado em inglês, no *International Economic Papers*, em 1954: a primeira vez que um texto de um economista brasileiro era publicado em uma revista de tamanho prestígio internacional.

Ragnar Nurkse escreveu um artigo em resposta à Furtado, publicado em abril de 1953, na *Revista Brasileira de Economia*⁵⁴. O artigo apresentava a defesa de um crescimento que fosse equilibrado e capaz de superar as relações circulares, como o círculo vicioso da pobreza, caracterizado por Nurkse pelo fraco mercado interno e de baixa qualificação de mão de obra, que inviabilizavam a formação de capital, acarretando uma concentração de renda nas classes altas que procuravam suprir as suas necessidades de consumo com importações, devido justamente à baixa oferta da produção interna de bens de consumo, derivada de um mercado interno incipiente. A inversão era desse modo insuficiente, pois a “elevação contínua do investimento é inibida pela limitada dimensão do mercado” (Borja, 2011, p. 90) e acaba revertendo aos países centrais na forma de consumo de bens importados.

Furtado critica o que ele percebe como uma tendência à estagnação embutida nas economias subdesenvolvidas, que estariam presas ao “círculo vicioso da pobreza”, conforme a teoria de Nurkse. Para Furtado, os países subdesenvolvidos haviam se integrado ao sistema da divisão internacional do trabalho, recebendo um estímulo que os direcionou ao crescimento econômico. O problema não seria de formação de capital, assim como Nurkse apontava, mas sim de assimilação das técnicas produtivas. O aumento da produtividade e as tecnologias poupadoras de mão de obra não seriam as mais indicadas em países subdesenvolvidos, pois aumentariam ainda mais o desemprego nessas economias.

Intitulado “O mecanismo do desenvolvimento”, o segundo capítulo da primeira parte de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* indaga quais seriam os indutores do desenvolvimento. A etimologia da palavra *desenvolver* apresenta essa inércia inerente ao objeto a ser desenvolvido: é preciso algo que provoque o movimento. A análise de Santos et al (2012) apresenta-nos uma etimologia bastante precisa da palavra *desenvolvimento*, apresentada no quadro a seguir:

⁵⁴ NURKSE, Ragnar. Notas sobre o trabalho do Sr. Furtado relativo à “Formação de Capitais e Desenvolvimento Econômico”. *Revista brasileira de economia*, v. 7, n. 1, p. 67-87, 1953.



Nesta análise, é possível perceber que, com a junção dos elementos que compõem a palavra desenvolvimento, formaremos algo que poderia ser expresso como: “sem movimento para reverter a ação” ou ainda “sem envolvimento”. Isso nos remete a uma conclusão de que é preciso algo para gerar o movimento e/ou envolvimento (2012, p. 46).

Furtado inicia o texto afirmando que “o problema do ‘ciclo’ econômico foi e continua a ser, para os países industrializados, o do seu desenvolvimento” (2016 [1961], p. 82). Os mecanismos que proporcionam o desenvolvimento de uma economia nem sempre são suficientes para mantê-la em crescimento contínuo, de modo que os clássicos e neoclássicos desejavam uma política de estabilização de preços que evitasse os grandes solavancos que o desenvolvimento das economias industriais apresentava. Keynes, ao propor uma política econômica fundada na ação coordenada das inversões, ao invés da estabilização, descortinou as políticas de ação anticíclicas e os keynesianos, de modo geral, passaram “a preocupar-se diretamente com o mecanismo do crescimento” (2016 [1961], p. 82). Furtado, como um leitor de Keynes e por causa do convívio com vários keynesianos ao longo de sua trajetória, também se debruçou sobre a questão fundamental da Teoria do Desenvolvimento: Quais são os mecanismos e ferramentas que a ciência econômica possui e que sejam capazes de proporcionar o crescimento econômico?

Ao iniciar a resposta a essa questão, Furtado esclarece as diferenças (2016 [1961], p. 85-90) entre uma economia desenvolvida em contraste com uma economia subdesenvolvida. Nas primeiras, o crescimento econômico é um problema associado aos avanços científicos e tecnológicos, pois quase não há desocupação dos fatores de produção, sendo somente possível aumentar a produtividade (o que Furtado denominava como “produção real *per capita*”) por intermédio da introdução de novas técnicas.

Já o caso das economias subdesenvolvidas, tem um quadro geral bastante diferente. A produtividade aumenta pela implantação de técnicas e máquinas conhecidas e, na maioria dos casos, já obsoletas. O crescimento nas economias subdesenvolvidas passa a ser muito mais um problema associado à assimilação das técnicas de produção, o que, por sua vez, coloca essas economias em uma situação desfavorável no comércio internacional, pois não conseguem competir com a produção de bens de consumo e equipamentos das economias desenvolvidas.

A camada econômica do subdesenvolvimento, explicada por Furtado no segundo capítulo de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, ainda possui outras características que a definem, como o problema da escassez de capital, consequência dos padrões de consumo das elites locais e das desvantagens nas relações de troca com as economias desenvolvidas, causando um desperdício de mão de obra que acaba se ocupando de atividades de subsistência. Existe, para Furtado, um desajuste entre a oferta dos fatores de produção e a orientação da implantação da tecnologia exterior, pois nem sempre as técnicas mais avançadas seriam as mais interessantes ao processo de desenvolvimento das economias subdesenvolvidas.

Furtado enumera, no desenrolar do texto, quais seriam os fatores econômicos que influem diretamente no mecanismo do desenvolvimento. O primeiro fator econômico analisado é a relação existente entre o aumento da produtividade e a acumulação de capital. O aumento das remunerações nas sociedades urbanas industriais modificou drasticamente a estrutura de procura por bens e serviços, de modo que acarretou uma oferta inelástica de mão de obra, aumentando a pressão dos trabalhadores por melhores remunerações. A única saída para o capitalista industrial seria o aumento da produtividade física do trabalho, o que somente é possível de ocorrer através da implantação de técnicas mais eficientes e modernas que necessitam de investimentos em pesquisa. O capital que financia estes avanços é fruto da própria acumulação de capital.

O segundo mecanismo do desenvolvimento analisado é o do crescimento da renda, que é fruto do aumento da produtividade, uma vez que crescendo a renda real da população, aumenta-se a renda real dos trabalhadores. Com o crescimento dos salários dos trabalhadores, aumenta-se também a diversificação da procura por bens de consumo. Para Furtado, “a evolução da procura, da mesma forma que o aumento da produtividade, é uma variável independente no processo de desenvolvimento” (2016 [1961], p. 92); a procura, por um lado, é consequência de comportamentos sociais e culturais ligados à

história dos povos e variam bastante de acordo com os países, a produtividade, por sua vez, por mais que decorra do investimento em pesquisa e educação, depende também da criatividade de cientistas e pesquisadores, o que torna estes dois fatores do mecanismo do desenvolvimento mais difíceis de prever e controlar.

Por fim, o terceiro mecanismo do desenvolvimento é a taxa de capitalização: uma medida macroeconômica relativa ao “grau de esforço que faz uma economia, num período dado de tempo, para crescer” (2016 [1961], p. 96). Essa taxa define a parte do produto, em um determinado período, que a população deixaria de consumir para investir em capacidade produtiva. Furtado ressalta o protagonismo de Keynes ao perceber as diferentes motivações psicológicas entre os agentes poupadores para os que invertem, destacando a contribuição de Max Weber sobre a influência religiosa nesse processo. Furtado resume bem o seu projeto de análise econômica e os condicionantes do desenvolvimento e do subdesenvolvimento:

Ora, a análise dos fatores que condicionam a inversão não deve ser realizada em termos puramente abstratos. Nesse ponto, a teoria do desenvolvimento tem que baixar ao plano histórico, o qual comporta o agrupamento das economias de acordo com certas categorias relevantes no caso. É nesse sentido que falamos de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas; de economias autônomas e dependentes etc. Consequentemente, a teoria do desenvolvimento, após haver sido apresentada em termos muito gerais, para adquirir maior precisão deverá assumir formulações especiais relativas a determinados processos históricos de desenvolvimento (2016 [1961], p. 100).

Furtado aborda o desenvolvimento econômico sempre em uma perspectiva histórica, e o terceiro e último capítulo da primeira parte de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* é dedicado ao processo histórico do desenvolvimento. Esse terceiro capítulo foi apresentado inicialmente na primeira edição da *Revista Econômica Brasileira*, em 1955, e posteriormente foi traduzido para o espanhol e publicado no periódico *El trimestre económico*, em 1956. Nas palavras de Furtado, este texto seria “um ensaio de integração da análise econômica com o método histórico, numa tentativa de explicação das origens da economia industrial, base da moderna cultura ocidental” (2016 [1961], p. 20).

A tese central que Furtado apresenta nesse capítulo é a de que a revolução industrial significou um processo profundo de mudanças em uma escala global. As mudanças afetavam não apenas as relações de produção, mas também modificavam as

estruturas sociais preexistentes, tendo efeitos diversos em cada país onde ia se expandindo. O problema a ser investigado é o de reconhecer os fatores que condicionaram o aumento da capacidade produtiva e os efeitos desse aumento sobre o comportamento do fluxo de renda.

Furtado volta ao conceito clássico de “excedente de produção”, no intuito de “significar a diferença entre o produto bruto e ‘as necessidades de vida de todos aqueles ligados à produção’” (2016 [1961], p. 106)⁵⁵. O conceito de excedente de produção foi retomado por Marx, em sua variante “taxa de exploração”, e operava como base do processo acumulativo de capital, uma vez que era retido por um grupo minoritário da sociedade que soubera se apropriar dos excedentes de produção. Porém, para Furtado, o essencial no processo acumulativo não é a retenção de uma parte do produto por um grupo minoritário, e sim a sua transformação em capacidade produtiva. Para Celso, a acumulação baseou-se inicialmente na escravidão, através da “apropriação compulsória, total ou parcial, por um grupo do excedente de produção criado por outro” (idem, p. 108). A escravidão possibilitou o aumento no nível de consumo dos grupos que exploravam esse tipo de comércio e de regime de trabalho, acarretando uma maior diversificação de consumo, dado que a expansão comercial da Europa no século XVI aumentou expressivamente as correntes internacionais de comércio, em um processo que facilitou a concentração de renda nas mãos dos comerciantes.

O desenvolvimento inicialmente opera como uma consequência da expansão comercial europeia, sendo, em seus primeiros estágios, um “processo de expansão geográfica do universo econômico” (2016 [1961], p. 112). O elemento dinâmico que provocava esse movimento era o grupo comerciante que se apropriava dos excedentes de produção. O crescimento das economias era basicamente um problema de expansão e abertura de novos mercados. Daí decorre, para Furtado, o surgimento dos Estados nacionais na Europa, que “não são uma aglutinação de unidades feudais, e sim uma armadura para proteger e regulamentar a nova sociedade de base urbana que se estava formando” (idem, p. 123).

A transformação da economia comercial europeia em direção a uma economia industrial começa ainda nos fins do século XVI e no início do século XVII. As corporações comerciais surgidas nesse período atuavam em um esquema de

⁵⁵ A referência que Furtado cita entre as aspas, nesse trecho, é de John Stuart Mill, do livro *Principles*, p. 163.

“concorrência perfeita”, o que, para Furtado, significou uma diminuição das margens de lucro, pois os “artesãos satisfaziam-se com lucros moderados e, em compensação, recebiam a exclusividade do mercado” (2016 [1961], p. 128). As corporações comportavam-se como um sistema de organização capitalista desprovido de um impulso próprio de crescimento, dependendo sempre da expansão externa de mercados e de monopólios no comércio de produtos.

Os custos de produção no capitalismo comercial, segundo Furtado, possuem remotas relações com o preço de venda. As inversões de capital, neste tipo de sistema, são destinadas a armas, navios de guerra e para proteger as caravanas comerciais, sendo mais produtivas do que qualquer redução nos custos de produção. As primeiras fábricas se organizaram como locais coletivos de produção e necessitaram de quase três séculos de história para que se apresentassem em sua forma máxima de produtividade no capitalismo industrial do século XIX. Nessas organizações, o custo de produção passa a ter um peso decisivo e a ascendência da técnica passa a ser o centro focal deste novo sistema de organização da produção. As novas organizações do trabalho nas fábricas dependem das novidades advindas da pesquisa empírica, que passa a ser o elemento motor deste novo sistema econômico. A nova economia industrial encontrava os seus limites na própria “capacidade do homem para penetrar no conhecimento do mundo que vive” (Furtado, 2016 [1961], p. 137), cabendo assim à tecnologia desempenhar um papel fundamental: o de fator dinâmico central.

Furtado destaca, ao final dessa primeira parte, a centralidade dos custos de produção, que seriam, segundo o autor, o problema básico da economia industrial. O protagonismo dos custos de produção colocava a questão da técnica produtiva em primeiro plano, transformando o processo de desenvolvimento em um processo de avanço da tecnologia. O avanço tecnológico abriu a oportunidade de incorporação dos capitais acumulados ao processo produtivo, sob a forma de inversões.

Existe, para Furtado, uma diferença entre o lucro monetizado do capitalismo comercial e o lucro industrial. Enquanto o primeiro possibilitou aos comerciantes atuar como casas bancárias, financiando a expansão comercial europeia dos séculos XVI e XVII, o lucro industrial, diferentemente do modelo anterior, se incorpora ao preço final do produto. Segundo Furtado, o novo sistema “não somente exige que seja utilizada a totalidade da renda, mas, também, que essa renda seja utilizada mais ou menos de

determinada forma. Está aí a causa da grande instabilidade das economias industriais” (2016 [1961], p. 141).

A economia industrial está condenada a crescer ou decrescer, por isso os ciclos são a característica mais básica que definem este modelo de produção. O problema do desenvolvimento no modelo de livre-empresa adotado nas origens do capitalismo industrial é um problema de produção e de distribuição, marcando o início da fase imperialista do capitalismo industrial. Não bastava apenas dominar as novas técnicas de produção e possuir o capital acumulado necessário para as inversões industriais, é necessário atuar também na ampliação da distribuição destes produtos a países periféricos ao redor do globo.

A expansão dos mercados compradores de produtos industrializados marca a segunda fase da expansão comercial europeia e será o pano de fundo que motivará os países industrializados a impor um novo modelo de trabalho e de consumo aos países colonizados. Não interessava mais, aos países desenvolvidos, o modelo de trabalho escravo e as exclusividades de trocas impostas no início do processo de colonização dos séculos XV e XVI. O trabalho livre e remunerado era a condição básica para formação de um mercado interno que, por sua vez, era abastecido por produtos industriais estrangeiros. O final do século XVIII e o início do século XIX são marcados por diversas experiências de independência política dos países colonizados, principalmente nas Américas. A independência política relativa destes países era acompanhada por uma dependência econômica cada vez maior de produtos importados.

A teoria das vantagens comparativas marcará a fase de expansão dos mercados industriais, definindo os papéis impostos pelos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos: enquanto os primeiros são os detentores dos meios de produção e dos avanços tecnológicos, cabia ao segundo grupo o papel de exportadores de matérias-primas, em uma relação que torna cada vez mais dependente os países subdesenvolvidos dos produtos importados dos países desenvolvidos. A teoria da dependência de Celso Furtado surge ainda nos seus escritos da década de 1950 e será aprimorada ao longo da década de 1960, quando boa parte da intelectualidade latino-americana irá discutir o tema.

1.3.2.2 A teoria do subdesenvolvimento econômico de Celso Furtado

A segunda parte do livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* é totalmente dedicada à explicação do subdesenvolvimento em sua dimensão econômica, partindo sempre de um método histórico-estrutural. Nessa parte do livro, Celso Furtado “delineou pela primeira vez a teoria do subdesenvolvimento” (Szmrecsányi, 2001, p. 350), em que mostra que economias subdesenvolvidas, como o caso do Brasil, também podem se industrializar, porém com alguns fatores diferenciais que as caracterizam, como o desequilíbrio estrutural externo, a inflação estrutural e o elevado grau de dependência.

O conceito de subdesenvolvimento apareceu pela primeira vez na literatura econômica através do artigo elaborado pelo escritor romeno Manuel Manoilescu⁵⁶, em 1929. A sua obra foi bastante difundida, principalmente na América Latina. O conceito de subdesenvolvimento surgia como um neologismo⁵⁷ derivado de um outro conceito, com a anexação do prefixo *sub-* ao conceito de desenvolvimento. O prefixo anexado indicava a qualidade de inferior, de uma posição anterior e abaixo ou subordinada. Daí deriva a noção de que não pode haver país subdesenvolvido se não houver o seu contraste, o país desenvolvido.

Subdesenvolvimento surge como um conceito transversal, uma das “modalidades conceituais que atravessam fenômenos ou objetos diversos” (Barros, 2016, p. 47) e capaz de se adaptar a diversas realidades devido ao seu potencial generalizador. No Brasil, o primeiro a se referir à uma situação de inferioridade foi Roberto Simonsen, porém preferiu o termo subcapitalismo para conotar o subdesenvolvimento (Cêpeda, 2010b). Este debate acerca do conceito e da teoria do subdesenvolvimento começa a se sistematizar na segunda metade da década de 1940 e se solidifica na década de 1950, pela publicação de artigos de Rostow, Nurkse e Myrdal:

Antecipo que esses teóricos, nos anos 1950, representavam a geração de economistas que consolidou as discussões e as teses sobre o subdesenvolvimento no centro capitalista, pois os debates até os anos

⁵⁶ *Théorie du protectionnisme et de l'échange international*.

⁵⁷ A percepção inicial dos primeiros teóricos a se utilizarem do conceito de subdesenvolvimento baseou-se na observação de que havia uma certa diferença no ritmo e no modelo de desenvolvimento entre os países da Europa Central e, no caso específico, os países do Leste Europeu, como é a Romênia, de Manoilescu. Barros (2016), ao apresentar o neologismo como uma das possibilidades de criação de um conceito, mostra que “a descoberta ou percepção de um fenômeno que não estava previsto no repertório da língua requereu a invenção de uma nova palavra” (2016, p. 25). O subdesenvolvimento surge como um neologismo que o diferencia por oposição e contraste ao conceito que o origina, o conceito de desenvolvimento.

1940 estavam dispersos em artigos reproduzidos pelos pioneiros, como Manoilescu, Gerschenkron, Rosenstein-Rodan entre outros. Ao longo desse período, rompeu-se o silêncio entre os teóricos que discutiam a questão do subdesenvolvimento, o que auxiliou a promover os diálogos dos teóricos do centro com os da América Latina (Gumieiro, 2020, p. 48-49).

É a partir da década de 1950 que os debates em torno da questão do subdesenvolvimento começam a tomar corpo na literatura econômica latino-americana, muito em função das publicações de Celso Furtado e Raúl Prebisch⁵⁸. Impactados pelas teses do subdesenvolvimento formuladas nos países europeus, os economistas latino-americanos da CEPAL percebiam nelas uma crítica às teorias econômicas clássica e neoclássica e, por manifestarem uma preocupação com a questão da pobreza e da desigualdade social, possibilitaram “pensar as condições de pobreza nos países marginalizados pela divisão internacional do trabalho e pelas trocas desiguais entre países subdesenvolvidos com os desenvolvidos” (Gumieiro, 2020, p. 51).

Celso Furtado inicia o quarto capítulo elaborando uma crítica aos modelos e teorias do desenvolvimento formuladas nos países centrais, que apresentam a “falha fundamental de ignorar que o desenvolvimento possui uma nítida dimensão histórica” (2016 [1961], p. 147). Furtado volta ao período pré-revolução industrial para apontar que o dinamismo da revolução industrial atuava muito mais pelo lado da oferta de bens industrializados do que ocorria anteriormente, quando “na classe comercial estava o agente dinâmico do desenvolvimento” (idem, p. 148). O primeiro núcleo industrial estabelecido na Inglaterra articulou uma aliança entre o processo de formação de capital e as novas descobertas da ciência experimental, modificando o fator dinâmico do desenvolvimento que a partir de então passaram a ser o avanço tecnológico e a acumulação de capital.

A primeira fase do desenvolvimento industrial possibilitou um aumento substancial da participação da indústria de bens de capital, que se beneficiava de uma grande oferta de mão de obra: nesse momento, crescia “a massa total dos lucros com mais

⁵⁸ Os principais textos que fundamentaram a teoria do subdesenvolvimento na América Latina foram elencados por Gumieiro (2020) e apresentados em sua pesquisa sob a forma de um quadro com a descrição cronológica de publicação (p. 49-50). Os três textos de Prebisch publicados ainda em 1949 (“Manifesto Latino-Americano”, “*Estudio económico de America Latina*” e “*Problemas teóricos y practicos del crecimiento económico*”), juntamente com as três obras de Furtado da década de 1950 (*A economia brasileira, Perspectivas da Economia Brasileira* e *Formação econômica do Brasil*), representaram a “formação e consolidação da ideologia nacional-desenvolvimentista, adotada pelo Estado para planejar a industrialização” (idem, p. 49).

intensidade que a folha de salários” (idem, p. 155). É a partir da segunda fase da Revolução Industrial, “quando a oferta de mão de obra se torna pouco elástica” (idem, p. 156), que passa a se ter um processo mais avançado de mecanização do trabalho e as técnicas de produção passam a ter um papel central na dinâmica do desenvolvimento. A tese que Furtado expõe, ao analisar os elementos dinâmicos que possibilitaram a Revolução Industrial, é a de que existe uma “íntima interdependência entre a evolução da tecnologia nos países industrializados e as condições históricas do seu desenvolvimento econômico” (idem, p. 159).

O problema central para Furtado é que, com o passar dos séculos XVIII ao XX, as condições econômicas nos países centrais desenvolvidos apresentavam um abismo em comparação com os países periféricos subdesenvolvidos, o que “exige uma formulação desse problema em termos distintos” (2016 [1961], p. 159). Furtado sustenta a tese de que “o advento de um núcleo industrial na Europa do século XVIII provocou uma ruptura na economia mundial” (idem, p. 160), e é nesse momento que se apresentam também as origens do subdesenvolvimento, que surge como uma consequência da expansão deste núcleo industrial europeu para regiões de velhas colonizações, formando economias híbridas (ou dualistas), diferentemente do que ocorreu na Europa, onde a revolução industrial desorganizou toda a economia artesanal, absorvendo a mão de obra e as novas tecnologias de produção.

Na América Latina, esse processo de modernização econômica formou economias dualistas que mantinham estruturas de subsistência, ao mesmo tempo que, impulsionadas pelo elemento dinâmico externo, industrializavam-se. Furtado explica que “o subdesenvolvimento é, portanto, *um processo histórico autônomo*, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (2016 [1961], p. 161, grifo meu). O conceito de subdesenvolvimento, em sua camada econômica, é o que possibilita diferenciar e singularizar o processo econômico de expansão do núcleo industrial europeu pelos países colonizados, onde a “economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (idem, p. 160).

Um dos elementos que especifica o subdesenvolvimento é as suas diferenças quanto ao elemento dinâmico que propicia o desenvolvimento. Enquanto na Europa esse processo se deu pelo lado da oferta, no Brasil, o fator dinâmico se dava via demanda. Existia no Brasil, neste período entre o final do século XVIII e o século XIX, basicamente

três setores econômicos: o de subsistência, o comércio exterior e o de manufaturas. O setor de subsistência era caracterizado pelo baixíssimo fluxo monetário e o de comércio exterior, era substancialmente composto pelas exportações de café, porém, “os lucros do setor cafeicultor tendiam a [se] concentrar neste mesmo setor, sem desempenhar qualquer papel fundamental no sentido de modificação da estrutura do sistema” (2016 [1961], p. 167).

O setor manufatureiro era bastante prejudicado pela oferta de produtos importados e pela penetração de empresas capitalistas estrangeiras que não integravam seus lucros gerados à economia local. Apesar da expansão das redes mundiais de comércio no século XIX, o sistema capitalista industrial de produção ainda não havia se propagado por todos os países. A “etapa superior do subdesenvolvimento” consistia, para Furtado, em um processo de substituição de importações que diversificando o setor industrial, torná-lo-ia capaz de produzir parte dos equipamentos necessários para a sua expansão. Mesmo nesta etapa, os frutos do desenvolvimento ainda não seriam disponibilizados ao conjunto maior da população, como explica Furtado:

O contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção para subsistência. Explica-se, deste modo, que uma economia onde a produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação e tem uma participação no produto que pouco se distingue da observada em países desenvolvidos apresente uma estrutura ocupacional tipicamente pré-capitalista e que grande parte de sua população esteja alheia aos benefícios do desenvolvimento (2016 [1961], p. 172).

Os frutos do desenvolvimento não seriam sentidos pela população nos países periféricos colonizados, pois, nestas estruturas econômicas subdesenvolvidas, a plena utilização do capital disponível ainda é insuficiente para a completa absorção da força de trabalho. Essas estruturas, segundo Furtado, além de apresentarem uma estrutura econômica dual, possuem uma heterogeneidade tecnológica nas formas de produção e apresentam uma elevada dependência do capital externo.

“O desequilíbrio externo nas estruturas subdesenvolvidas” (título do quinto capítulo do livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*) será o objeto de uma extensa análise de Celso Furtado. O desequilíbrio externo apresentava-se sob a forma de um extremo desequilíbrio no balanço de pagamentos, pois existe uma “tendência de elevação do coeficiente de importações que deriva do crescimento espontâneo das economias

subdesenvolvidas” (Szmrecsányi, 2001, p. 351), ou seja, o crescimento econômico das economias subdesenvolvidas é extremamente suscetível a deformações que não se verificaram nas economias desenvolvidas. A saída para essa armadilha estava em um planejamento de iniciativa governamental que desse uma orientação ao processo de formação de capital e orientasse as inversões, para que essas “provoquem modificações estruturais” (Furtado, 2016 [1961], p. 203).

O desequilíbrio estrutural externo apresentava-se sob a forma de um problema de natureza monetária, no qual uma “posição de equilíbrio” no balanço de pagamentos supunha uma taxa de câmbio que refletisse um duplo equilíbrio entre as necessidades do mercado interno e dos que produziam visando ao mercado externo. A causa mais aparente e mais percebida pela população era a inflação crônica e, segundo Furtado, “toda tentativa de elevar o ritmo de crescimento tende a criar uma pressão sobre o balanço de pagamentos” (2016 [1961], p. 198). Toda política de desenvolvimento há de assumir uma política inflacionária decorrente justamente da aceleração econômica e das deformações que este processo gera. Uma política de desenvolvimento para economias subdesenvolvidas cuja meta seja a inflação zero, ou mínima, terá como consequência a estagnação. Furtado, ao final desse capítulo, defende a substituição de importações como um importante mecanismo para o desenvolvimento, porém essas políticas esbarravam no complexo problema de formação de capital em economias subdesenvolvidas:

Destarte, faz-se necessária uma metódica reorientação das inversões objetivando reduzir o coeficiente de importação. Enfim, para que a política de desenvolvimento não prejudique a estabilidade, é necessário que ela assuma a forma de uma orientação positiva do processo de formação de capital. Não se trata, apenas, de criar condições propícias a que os empresários intensifiquem seu esforço de inversão: é necessário dar um passo adiante, garantindo que as inversões provoquem as modificações estruturais requeridas pelo desenvolvimento (2016 [1961], p. 203).

O sexto e último capítulo do livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* foi escrito em 1960, período no qual Celso já trabalhava como superintendente da SUDENE e, segundo o próprio: “é uma tentativa de aplicação das ideias formuladas nos dois capítulos anteriores à interpretação do desenvolvimento brasileiro nos últimos três decênios” (2016 [1961], p. 20). É interessante perceber, nesse capítulo, um ajuste conceitual do subdesenvolvimento, adicionando um tom mais político ao discurso, fazendo desse capítulo uma espécie de prévia dos trabalhos que Furtado publicaria ainda

no início da década de 1960 e que farão parte de uma análise mais robusta no próximo capítulo desta dissertação.

O conceito de subdesenvolvimento, no início da década de 1960, já gozava de uma difusão bastante ampla e era uma espécie de conceito da moda para se referir aos quadros econômico e social daquele período. Essa relevância do conceito de subdesenvolvimento frente a outros, como países atrasados ou como a noção de “país novo”⁵⁹ (que ainda possuía uma ampla possibilidade de realizações), possibilita perceber como a “história dos conceitos fornece indicadores para a história social” (Koselleck, 2006, p. 107), na medida em que um conceito que surge entre uma comunidade restrita de acadêmicos internacionais passa a ter funções política e social de explicar e possibilitar alteração de uma realidade por meio de compreensão linguística.

Celso Furtado propõe, nesse capítulo, uma análise da industrialização brasileira entre as décadas de 1930 e 1960, conjugada à uma teoria sobre a associação existente entre a inflação e o processo de industrialização conduzido no país. A primeira metade do século XX teve como orientação político-econômica revigorar o fluxo de exportações, principalmente os de café e borracha, que teriam sido responsáveis não somente pela grande parte dos produtos primários exportados no período, mas também pela ocupação e expansão do território brasileiro. A crise mundial de 1929, conforme perspectiva furtadiana, teria sido responsável por iniciar a desintegração do modelo econômico consolidado pela colonização, resultando em uma política de defesa do nível de emprego, que percebia no mercado interno uma importante fonte de capitalização a ser explorada por uma política de substituição de importações.

A economia cafeeira foi a primeira na história do Brasil a basear a sua produção no uso da mão de obra assalariada, o que, por um lado, elevava os custos monetários e, por outro lado, possibilitou o surgimento de um mercado interno através do fluxo de renda encaminhado ao pagamento dos trabalhadores. O surgimento desse maior fluxo monetário é o que possibilitou o desenvolvimento industrial no Brasil, e o grande avanço

⁵⁹ O autor que apresenta a tese sobre o “país novo” é o sociólogo e crítico literário Antonio Candido em um artigo escrito em 1970, sob o título “Literatura e Subdesenvolvimento”. Segundo Candido, até a década de 1930 prevalecia “a noção de ‘país novo’, que ainda não pudera realizar-se, mas que atribuía a si mesmo grandes possibilidades de progresso futuro” (1989, p. 140). O crítico literário aponta que o regionalismo foi a primeira escola literária a produzir literatura de “uma força desmistificadora que precede a tomada de consciência dos economistas e políticos” (idem, p. 142). O romance regionalista das décadas de 1930 e 1940 já havia tomado a consciência do que a noção de um “país novo” escamoteava. O conceito de subdesenvolvimento inaugura, na literatura latino-americana, o que Candido definiu como “a fase da consciência catastrófica de atraso, correspondente à noção de ‘país subdesenvolvido’” (idem, p. 142).

que o setor industrial brasileiro experienciou, durante a década de 1930, foi fruto de ações do poder público que criou “condições para uma rápida ampliação do setor industrial ligado ao mercado interno. (...) Assim, medidas de amparo ao setor exportador engendraram uma política de defesa do nível de emprego que resultou ser decisiva para a superação da estrutura tradicional” (Furtado, 2016 [1961], p. 209).

Tal tese apresentada por Furtado ficou reconhecida pelo caráter não intencional que o autor imputava à política industrial do início da década de 1930, ou seja, por meio da compra e da queima de estoques de café, o governo federal possibilitou a manutenção dos empregos no setor exportador, favorecendo a industrialização por substituição de importações, que se beneficiava de uma capacidade ociosa já instalada no país e de um mercado interno aquecido. Entre os anos de 1929 e 1937, a produção industrial aumentou em 50% e as importações decresciam em 23% (Furtado, 2016 [1961], p. 209), números que mostram que a “década de 1930 foi para a economia do Brasil de significativas transformações estruturais” (idem, p. 209).

A política de emprego trouxe como consequência o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o mercado interno, em oposição ao modelo colonial em que o centro dinâmico de nossa economia era exterior ao Brasil. Porém, Furtado destaca que o “processo de substituição de importações foi seriamente prejudicado pela falta de uma adequada orientação dos investimentos” (2016 [1961], p. 211). A solução adotada pelo governo federal, baseada na manutenção do nível de empregos e na inversão de capital em investimentos industriais, gerou uma forte pressão inflacionária – resultado do desequilíbrio entre a capacidade de importar e o volume de importações necessárias para manter a operacionalização das instalações já existentes – principalmente em insumos e materiais industriais que o Brasil não produzia, como aço e petróleo. Além da dificuldade de importar esses itens, somava-se a necessidade de atualização de máquinas e bens de capital mais modernos, que exigiam um alto volume de capital para a sua aquisição.

O processo de industrialização da década de 1930 consolidou, para Furtado, o fim da economia de modelo colonial e, progressivamente, possibilitou também a transferência para o Brasil dos centros de decisão de sua política econômica, que até este período ainda eram exteriores ao nosso país. A transferência do centro de decisão seria um fenômeno mais contemporâneo ao período em que Furtado escreveu o livro e teria ocorrido na segunda metade da década de 1950, na qual as indústrias e industriais ligados à produção

para o mercado interno passaram a ter maior grau de autonomia e de influência política. A década de 1950 ficaria marcada pela ideologia desenvolvimentista que Furtado definia como a “ideologia nacional do desenvolvimento” (2016 [1961], p. 216), que possibilitou ao setor industrial uma participação ainda maior na produção de capital nacional e consolidou a sua importância também no cenário político.

Furtado analisa, no decorrer do texto, três grandes ondas inflacionárias entre 1930 e 1960. A primeira, em 1932, foi decorrência da política de manutenção de empregos no setor cafeeiro; a segunda, na década de 1940, é atribuída como consequência da economia de guerra e se estendeu até o início da década de 1950 – resultado também do desgaste dos equipamentos e bens de capital instalados, que não conseguiam ser substituídos, pois as reservas acumuladas não foram suficientes para esta operação; a terceira onda inflacionária que abateu o país na segunda metade da década de 1950 foi resultado da concentração de investimentos em setores industriais menos essenciais e da falta de investimento em infraestrutura. Porém, é nesse momento que o Brasil desenvolve três setores industriais essenciais: o de combustível líquido (com a criação da Petrobrás), o de metais industriais e o de equipamentos. Furtado termina por associar a inflação ao próprio processo de industrialização, que exigia uma postura diferente dos grupos políticos dominantes ainda voltados ao modelo colonial-exportador:

A causa última da inflação não esteve no desenvolvimento, e sim na ausência de uma política autêntica de desenvolvimento. Ora, a estrutura política do país, favorecendo a permanência dos grupos ligados aos interesses agrário-exportadores nas posições de liderança, dificultava a ascensão de elementos representativos das novas forças em progresso e mais capacitadas para captar a nova realidade. Explica-se, assim, que uma autêntica política de desenvolvimento, apoiada na industrialização, encontrasse enorme dificuldades para abrir caminho contra a persistência das velhas ideologias que prevaleciam nas esferas dirigentes do país. Por conseguinte, a tese de que o desenvolvimento se poderia ter feito sem inflação e, portanto, com menor custo social torna-se acadêmica. Na realidade, a formulação dessa tese é uma última manifestação de descontentamento daqueles espíritos formados na tradição intelectual da velha economia ‘reflexa’ de exportação (2016 [1961], p. 223).

É interessante perceber que Celso Furtado começa a desvelar as camadas políticas que explicam o fenômeno do subdesenvolvimento brasileiro. O desenvolvimento ainda é percebido pelo autor como um processo de aglutinação de modelos econômicos totalmente distintos, formando uma economia que possuía setores amplamente modernos,

com a manutenção de uma enormidade da população mais pobre ligada a atividades econômicas de subsistência. Segundo Bielschowsky, existe nesse texto de Furtado uma “ideia mais pessimista de tendência à perpetuação do subdesenvolvimento, mesmo em caso de profundo avanço de industrialização” (2004, p. 139).

Furtado destaca que a industrialização no Brasil não se ocupou da mão de obra preexistente e, ao contrário, incentivou a imigração para ocupar estes novos espaços de trabalho. A primeira consequência notável desse modelo adotado foi a crescente disparidade salarial entre os trabalhadores ocupados nas indústrias e os trabalhadores rurais. A segunda consequência foi a disparada nos índices de desigualdade regional, principalmente os observados entre as regiões Centro-Sul e o Nordeste. Essa desigualdade entre as regiões do país trouxe uma terceira consequência que foi o êxodo interno, principalmente para a região Sudeste e, posteriormente, os deslocamentos para as obras da construção de Brasília. Esse exército de reserva de mão de obra trouxe uma última consequência: a estagnação dos salários, que possibilitou ao “grupo empresarial absorver uma parcela crescente do produto, o que explica a elevada taxa de inversão do setor privado no Brasil” (2016 [1961], p. 225).

Além de tais consequências, o tipo de desenvolvimento industrial conduzido no Brasil até o final da década de 1950 possibilitou uma elevada taxa de lucro no setor industrial, o que gerava uma baixa produtividade no setor. O crescente grau de injustiça social, a concentração de renda e da riqueza são outras consequências graves do modelo adotado. Diante desse quadro, as elites urbanas do Brasil começam a demandar cada vez mais por trabalhadores no setor de serviços, principalmente nos serviços domésticos, que não eram formalmente empregados com direitos reconhecidos, o que acabou acarretando também uma alta na população ocupada em subempregos, ou em atividades ocasionais, que não possuíam um fluxo constante de renda e salário.

A estrutura agrária brasileira também merece destaque na análise que Furtado estabelece sobre o processo de industrialização. O latifúndio foi a forma de organização da empresa agrícola no Brasil colonial, pois devido aos altos custos de investimento e instalação dos engenhos de açúcar, a coroa portuguesa recompensava os investidores com enormes faixas de terra. A expansão no setor agrário não se deu pela incorporação de novas técnicas que possibilitassem o aumento da produtividade no setor, mas sim pela incorporação de novas terras e pelo abandono de áreas menos produtivas, o que só era possível devido à abundância de terras ainda não ocupadas no território.

Paralelo ao latifúndio, permanecia uma “economia de pequena propriedade, desagregada do latifúndio, (...) como um precário meio de subsistência de parte da população rural” (2016 [1961], p. 229). Para Furtado, não houve no Brasil um verdadeiro desenvolvimento agrícola, e sim um crescimento de sua extensão, sem elevação do salário dos trabalhadores rurais, uma vez que a abundância de mão de obra, aliada à estagnação dos salários, atrasou a mecanização do campo.

O desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil aliou a estagnação dos salários dos trabalhadores industriais, péssimas condições de vida para os trabalhadores rurais com altas taxas crônicas de inflação. Apesar do deslocamento do centro dinâmico da economia para o mercado interno e da internalização dos centros de decisão, “os benefícios do desenvolvimento se distribuíam de forma regressiva” (2016 [1961], p. 232). Aparecem nesse texto os primeiros desvelamentos das camadas política e social do subdesenvolvimento e surgem, também, nos escritos de Furtado, projeções para o futuro da economia brasileira, traço marcante de sua produção da década de 1960, como podemos observar no último parágrafo do livro:

O desenvolvimento no futuro e, em particular, o seu custo social estarão na dependência de uma justa apreciação desses problemas. A falta de uma percepção objetiva da realidade deveu-se, no passado, à persistência de ideologias voltadas para a restauração de uma estrutura econômica superada. No futuro imediato, ela poderá resultar do temor à perda de privilégios que são a contrapartida do elevado custo social do desenvolvimento recente. Como no passado, a falta de objetividade muito provavelmente se traduzirá em políticas falhas e incoerentes. Mas, desde já, poderemos estar seguros de que o desenvolvimento somente se realizará se se criarem condições para uma participação mais ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais (2016 [1961], p. 234).

2 Do técnico ao político: as teorias do desenvolvimento em ação. A criação da SUDENE e a atividade político-intelectual (1958-1960)

Celso Furtado, ao terminar o período letivo no King's College, volta ao Brasil com um livro pronto para lançamento: *Formação Econômica do Brasil*. O livro colocava um ponto final em dez anos de pesquisas sobre a história econômica do Brasil, e Celso decidiu que, na volta ao Brasil, era hora de agir em prol do Nordeste e do desenvolvimento brasileiro.

Um passeio de fim de semana pela Inglaterra e as dificuldades de comunicação da época acabaram evitando que Celso assumisse o cargo de diretor-executivo da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC): Roberto Campos havia tentado entrar em contato com Furtado em Cambridge⁶⁰, via telefone, e não obteve sucesso em encontrá-lo, o que acabou livrando Celso desse “abacaxi inqualificável que é a SUMOC” (Furtado, 2021, p. 181). Posteriormente, em agosto de 1958, Roberto Campos seria nomeado presidente do BNDE e convidaria Celso a participar da direção do banco juntamente com sua equipe.

Celso havia respondido à tentativa de contato de Campos em uma carta enviada em 14 de julho de 1958, de Cambridge (Inglaterra), na qual confessava pensar “em termos de um verdadeiro plano a longo prazo objetivando incorporar o Nordeste à economia brasileira” (2021, p. 182). O economista paraibano já havia tomado a decisão de que era necessária uma atuação política mais incisiva de sua parte, com o objetivo de tornar-se influente nas decisões políticas do governo, e para isso era necessária uma atuação muito mais política do que intelectual. A intenção de Furtado coloca uma outra questão, levantada por Sirinelli (2003), à análise da trajetória dos intelectuais: “teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influído no acontecimento?” (2003, p. 235). No caso de Celso, com certeza a sua atuação política para a criação da SUDENE influenciou nos acontecimentos, pois a criação da superintendência modificou o cenário nordestino e concretizou algumas ideias que ele tinha a respeito da política econômica do Nordeste.

⁶⁰ A data desse contato é um tanto imprecisa e deve ter ocorrido entre maio e julho de 1958. Uma carta de Roberto Campos a Celso Furtado, escrita nesse período e publicada em *Correspondência Intelectual*, revela que Campos havia conseguido a nomeação de Furtado para o cargo na SUMOC, porém recebeu orientações de Juscelino Kubitschek, via Lucas Lopes (recém-nomeado para a pasta da Fazenda), de que haveria apenas 24 horas para a confirmação de Celso e que caso não ocorresse a nomeação, deveria nomear imediatamente outra pessoa (Furtado, 2021, p. 180).

As circunstâncias acabaram por favorecer Celso em seus intuitos, e uma seca assolou o semiárido nordestino naquele ano, trazendo à tona novamente as fragilidades da região. Juscelino já enfrentava problemas políticos no Nordeste e, após as eleições ao final do ano, seus opositores da UDN acabaram vencendo o pleito em dois importantes estados da região: na Bahia, foi eleito Juracy Magalhães e, em Pernambuco, Cid Sampaio.

A situação do Nordeste exigia uma presença mais ativa do governo federal na região. Dado o tamanho da crise, Kubitschek nomeou, ainda em finais de 1958, Celso Furtado como o interventor no Grupo de Trabalho do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (GTDN), grupo de trabalho que posteriormente daria origem ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO). Celso ficou encarregado pelo presidente de elaborar uma nova política de desenvolvimento e de chefiar uma equipe para auxiliá-lo nesta tarefa. Em 6 de janeiro de 1959, Juscelino convidou diversos especialistas ao Palácio Rio Negro (Furtado, 1985, p. 41), para discutir os novos rumos políticos para o Nordeste, e em 17 de fevereiro de 1959, Kubitschek lançava a Operação Nordeste.

Em seus diários, Furtado relatou diversas reuniões com o presidente Juscelino e com membros do alto escalão do governo federal⁶¹ durante o ano de 1959. O que ocorria de fato era a transformação de Celso: de um técnico de um órgão internacional em um ator político. É interessante notar que Celso não era requisitado pelo presidente a tratar apenas das questões do Nordeste como, por exemplo, em 07/06/1959, data na qual ele registrou em seu diário (2019, p. 160) um encontro com Juscelino e outros membros do governo convocados pelo presidente⁶², no qual foram debatidas questões relativas à relação do Brasil com o FMI, que não aceitava os termos da reforma cambial sugerida pela equipe econômica do governo.

Em abril de 1959, o GTDN publica o documento-livro *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*, texto que baseou o projeto de lei para a criação da SUDENE e definiu os traços iniciais da nova abordagem da empreitada perante os desafios de conduzir uma política de desenvolvimento para a região mais miserável do

⁶¹ No livro *Diários Intermitentes*, foram publicados muitos trechos do diário de Celso Furtado ao longo do ano de 1959. Houve mais de uma dezena de encontros realizados entre Juscelino e Celso relatados pelo último. Interessante é notar que não houve nenhum trecho de diário publicado referente aos anos seguintes, entre 1960 e 1964.

⁶² Furtado registrou a presença de Francisco Negrão de Lima (ministro das Relações Exteriores), Ernani do Amaral Peixoto (embaixador do Brasil nos EUA), Paulo Pook Correa (diretor da carteira de câmbio da SUMOC) e Casimiro Ribeiro (funcionário da carteira da importação e exportação da SUMOC). Além desses assessores do corpo diplomático e diretores da equipe econômica, também estavam presentes Henrique Fleiuss, que havia sido ministro da Aeronáutica e assessorava o presidente e Idílio Sardenberg, militar e presidente da Petrobras. Para mais informações sobre a reunião, ver Furtado (2019, p. 30-32).

Brasil naquele momento. O estudo apontava como solução a industrialização do Nordeste, com intuito de sanar a transferência de renda da região nordestina para o Centro-Sul, via fluxo de capitais para importação, e trazia uma análise das diferentes abordagens referentes à questão agrária, de acordo com as características ambientais e ecológicas das diferentes sub-regiões do Nordeste. A ideia de Furtado era de penetrar na estrutura de poder da região “por cima”, invertendo a ordem que prevalecia até então, em que os latifundiários e coronéis da região demandavam, via prefeituras e governos estaduais, por obras e recursos do governo federal, que beneficiavam diretamente as suas terras e regiões de interesse político em detrimento dos anseios de modificação expressados pelos camponeses nordestinos, principalmente através da organização das Ligas Camponesas que começavam a incomodar as bases coloniais do poder local.

O projeto de industrialização elaborado pelo GTDN é o texto mais completo redigido por Furtado acerca de um modelo de industrialização proposto pelo próprio. Nesse documento, ele propõe um projeto de industrialização com dois objetivos claros: primeiro, reorganizar as indústrias tradicionais já instaladas na região e segundo, promover a instalação de indústrias de base com caráter germinativo, ou seja, que poderiam se desdobrar em outros empreendimentos industriais de transformação. Ambas, porém, dependiam de um pré-requisito: modificar a estrutura da agricultura nordestina, pois naquele período o alto preço dos alimentos dificultava a industrialização da região, encarecendo o custo da mão de obra.

A intensificação dos investimentos industriais deveria ser realizada em quatro frentes de trabalho que contariam com a presença de membros do GTDN, BNDE e Banco do Nordeste coordenando esse projeto: a) Instalação de indústrias manufatureiras de maior viabilidade econômica, levando em conta a disponibilidade de mão de obra e a concorrência com os produtos manufaturados das indústrias do Centro-Sul; b) Construção de uma ou mais usinas siderúrgicas, possibilitando instalar indústrias de transformação do ferro e do aço; c) Incentivar a instalação de indústrias que se beneficiem de matéria-prima abundante na região e de mercado no Centro-Sul, como o caso das indústrias de cimento e adubo fosfatado; d) Reestruturação das indústrias já instaladas, com destaque para o projeto de modernização da indústria têxtil, responsável por grande parte dos empregos industriais já existentes na região.

O documento do GTDN, em momento algum, faz menção à reforma agrária, preferindo o termo “reestruturação da agricultura”. Imputando um caráter técnico ao intuito do plano, a proposta levantada por Furtado era a de realizar uma modificação na

estrutura da produção agrícola das melhores terras, reservando parte das terras da zona úmida para a produção de alimentos, pois com a aceleração da industrialização e urbanização previstas no plano geral de desenvolvimento para o Nordeste, previa-se também uma alta na demanda por alimentos, o que, à época, já era um dos pontos de maior atenção, pois o Nordeste já sofria com a escassez de alimentos e, com a aceleração do desenvolvimento, a questão se tornava ainda mais urgente.

Além da industrialização e modificação da estrutura da agricultura da faixa úmida, o documento também previa a transformação do semiárido nordestino mais resistente às secas. Na análise de Furtado, era inútil combater as secas, pois o próprio meio ambiente semiárido as proporcionava sazonalmente. Para ele, o combate às secas era de fato uma política assistencialista que acabava favorecendo os grandes fazendeiros e coronéis do semiárido. Desde a criação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) em 1909, o governo federal atuava na região sempre em resposta aos desafios impostos pelas secas sazonais que afetavam o semiárido, construindo açudes e cisternas que, em sua maioria, ficavam localizados em terras pertencentes aos grandes latifundiários da região, desviando-se assim a intenção do DNOCS, de modo a convertê-lo em um órgão parasitado pela velha elite oligárquica do sertão nordestino.

As secas se tornavam um problema justamente pela alta densidade populacional encontrada na região sertaneja e a solução passava pelo deslocamento da população da fronteira agrícola nordestina no sentido da faixa de terras úmidas do Maranhão e do então Norte de Goiás (atualmente essas terras pertencem ao estado do Tocantins). Para tal deslocamento, Furtado defendia a migração de grande parte da população do semiárido nordestino através de projetos de colonização coordenados pelo governo federal, via SUDENE.

Apesar de o documento prever modificações estruturais na agricultura nordestina, Furtado, nesse momento, não usava a expressão reforma agrária e, quando foi inquirido a respeito disso, em uma conferência realizada no ISEB em 13 de junho de 1959⁶³, ele revela que “me têm atribuído opinião contrária à reforma agrária” (2009 [1959], p. 61). A fala de Celso veio em decorrência de uma pergunta feita por uma pessoa do auditório que acompanhava a conferência, e é interessante notar que a resposta dele foi bastante completa e ocupa quase seis páginas do livro, nas quais o conferencista destaca planos

⁶³ Furtado realizou uma conferência no ISEB dentro da programação do curso “Introdução aos problemas do Brasil”. A conferência acabaria sendo publicada pelo próprio ISEB, sob o título *A Operação Nordeste* (1959), e foi republicado na íntegra na coleção *Arquivos Celso Furtado – Volume 3* (2009).

para modificação estrutural da agricultura de cada um dos grandes biomas nordestinos (caatinga, agreste e zona da mata), porém, ao final da resposta, Furtado mantém o discurso do técnico e afirma: “Eu não sou político. Limito-me a dar informações de técnico” (idem, p. 68).

Na fala acima, fica clara a posição de Celso Furtado, que através de seu discurso desejava manter uma postura técnica, como uma espécie de defesa do “intelectual puro”, como definiu Bobbio (1997). A definição do cientista político italiano coloca em oposição dois tipos de intelectual: o intelectual revolucionário e o intelectual puro. Ambos possuem “a consciência da importância do próprio papel na sociedade e da própria missão na história. (...) Estão destinados a não se encontrarem, melhor ainda, a se chocarem, porque para o primeiro é verdade aquilo que serve à revolução, ao passo que, para o segundo, a verdade é por si mesma revolucionária” (Bobbio, 1997, p. 124-125).

A SUDENE teve seu projeto de lei aprovado em 15/12/1959⁶⁴, após quase um ano de intensas negociações e debates, com destaque para a exposição de Furtado na “Comissão Parlamentar do Polígono das Secas” da Câmara dos Deputados em outubro de 1959, a partir da qual travou a primeira batalha com os deputados representantes da “indústria da seca”⁶⁵. É notório nos diversos discursos produzidos por Furtado (livros, cartas, discursos e diários), a respeito dos anos da SUDENE, o uso de expressões de origem militar, como quando confidencia em seu diário, datado de 27/12/1959, que “a batalha foi ganha em toda a linha” (2019, p. 182). Em seu discurso de posse, em 08 de janeiro de 1960, Furtado usa expressões, como: “estamos iniciando uma campanha” (2009 [1960], p. 165) e “luta pela vitória da Operação Nordeste” (idem, p. 168), que se tornarão mais presentes no vocabulário de seus textos sobre o período.

O discurso de posse de Celso Furtado na SUDENE deixa bastante claro as preocupações do governo federal na região. O novo superintendente questiona se o

⁶⁴ Lei nº 3.962, de 15/12/1959.

⁶⁵ A origem da expressão “indústria da seca” é comumente atribuída a Antônio Callado, contudo, em pesquisa realizada na hemeroteca digital, encontrei a expressão em artigos de outros jornalistas anteriores. O que importa, em termos do meu objeto de pesquisa, é que Callado vai difundir a expressão através da publicação de uma série de artigos no jornal *Correio da Manhã* (RJ), ainda em janeiro de 1959, após visitar a região em 1958. A expressão fazia referência às relações danosas à população entre o DNOCS e as elites locais que, segundo Furtado, faziam da “seca um grande e próspero negócio para muita gente. Callado, com sua fina ironia, revelava aos leitores perplexos do prestigioso *Correio da Manhã* a existência, no Nordeste, de uma classe social *sui generis*, os ‘industriais da seca’. E essa classe dispunha de importante bancada no Congresso nacional” (1989, p. 49). A expressão “indústria da seca” atuou conceitualmente e, politicamente falando, definiu uma relação escusa entre lideranças locais e um órgão corrompido pelas velhas relações de poder do sertão nordestino (DNOCS). Além de conceituar essa relação, as matérias explicitavam na imprensa nacional quais eram os políticos e lideranças locais que atuavam no sentido de favorecer a manutenção dessa relação perniciosa.

Nordeste é “uma área que poderá vir a constituir um problema para todo o hemisfério?” (2009 [1960], p. 165), e ressalta posteriormente que a criação da SUDENE “marcará definitivamente o governo do presidente Kubitscheck no Nordeste” (idem, p. 165). Furtado expõe, no início de seu discurso, as duas questões fundamentais que basearam a fundação da SUDENE: em primeiro lugar, havia um sério conflito de classes na região (que se agravou com a seca de 1958) entre latifundiários e camponeses organizados sob o comando das Ligas Camponesas⁶⁶. Durante o ano de 1959, as Ligas se espalharam ainda mais pelo Nordeste, com destaque para o estado da Paraíba, e passariam a ampliar sua influência política aliando-se a movimentos sindicais do proletariado urbano. Somado ao fato da expansão da organização dos trabalhadores rurais, a “ameaça comunista” começaria a assombrar o continente americano com a consolidação da Revolução Cubana, em janeiro de 1959, e marcaria o continente ao longo da década de 1960. Em segundo lugar, Celso evidencia a preocupação política de Juscelino em deixar uma “marca” de seu governo no Nordeste, região vista como crucial para o apoio à tentativa de reeleição do presidente.

Ao final do seu discurso de posse, Furtado destaca que a “SUDENE não é um órgão do Estado tradicional prestador de serviços, e sim do Estado moderno promotor do desenvolvimento” (2009 [1960], p. 168). Celso associa o desenvolvimento com a modernidade, e esse é um aspecto que diferencia as duas teorias elaboradas por Furtado ao longo desse período: enquanto a teoria do subdesenvolvimento aponta para uma crítica da modernidade, principalmente no aspecto mimético relacionado ao consumo das elites locais, a teoria do desenvolvimento e o plano de desenvolvimento para o Nordeste sugerem uma modernização da economia homogeneizante, desejosa de uma unidade nacional. A teoria do desenvolvimento que ele está elaborando nesses anos (1959-1964) é muito em consequência das questões que o político enfrentava em sua rotina de encontros e reuniões. Furtado volta a ressaltar, ao final de seu discurso, ser “um simples técnico” (idem, p. 168), como uma espécie de insistência de inspiração mannheiniana de se manter como um técnico pertencente à *intelligentsia* do governo. Porém, é impossível criar algo tão grandioso como a SUDENE sem muita batalha política, e a reposta técnica

⁶⁶ As Ligas Camponesas têm suas origens ligadas a movimentos camponeses por reivindicação de terras na década de 1940 e início da década de 1950. Em 1955, o movimento se organiza em Pernambuco e terá bastante destaque nacional após a seca de 1958. Furtado escreveu um excelente ensaio sobre a atuação das Ligas, incorporado ao livro *Dialética do Desenvolvimento* (1964), analisado na última seção deste capítulo da dissertação. Para além da análise de Furtado, as Ligas Camponesas foram objeto de diversos estudos, entre os quais destaco o artigo de Montenegro (2004), que elabora uma história da trajetória das Ligas às vésperas do Golpe de 1964.

que Furtado encontrará resultará em quatro livros que ele lançará ao longo da década de 1960, e que contêm a teoria do desenvolvimento elaborada pelo autor ajustada ao longo desse período⁶⁷.

O “problema do Nordeste” já havia sido exposto e elaborado por Furtado em uma série de conferências proferidas em setembro de 1957 e posteriormente publicadas em livro pelo ISEB. O livro acabou saindo apenas em 1958, sob o título *Perspectivas da Economia Brasileira* e, segundo Celso, naquele momento, ele já estava “despido do manto protetor e imobilizador de funcionário internacional” (2012 [1958], p. 17), em referência ao seu afastamento em definitivo da CEPAL. O livro trazia de original o problema dos desequilíbrios regionais, elaborados por Celso na sétima conferência intitulada “O problema dos desequilíbrios regionais”. Esse capítulo se inicia destacando que “a economia brasileira não é um sistema integrado” (2012 [1958], p. 61), ou seja, havia a necessidade de se integrar o Nordeste brasileiro às correntes de modernização em desenvolvimento no Centro-Sul do país.

Essa tese apresentada por Furtado ainda em 1957 seria o argumento-base que fundamentaria a criação da SUDENE alguns anos depois: a necessidade de se integrar o capitalismo nacional. É justamente este ponto que é o mais destacado por Francisco Oliveira⁶⁸ em sua crítica a Furtado: a SUDENE acabou propiciando uma “homogeneização monopolista do espaço econômico nacional” (2008, p. 264), pois através de sua atuação houve a integração da economia nordestina ao capital do Centro-

⁶⁷ Os quatro livros são: *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), *A Pré-revolução brasileira* (1962), *Dialética do Desenvolvimento* (1964) e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967). Dos quatro livros citados, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* foi analisado no capítulo anterior desta dissertação. *A Pré-revolução brasileira* e *Dialética do Desenvolvimento* farão parte da análise deste capítulo. O único livro que não será abordado nesta dissertação será o livro de 1967, por dois motivos: apesar de ser uma obra definitiva, em termos da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado, o seu texto é, em boa parte, uma revisão do texto de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* e, em segundo lugar, por uma questão do recorte temporal escolhido, que se encerra em 1964. Após o golpe militar, outras questões começam a aparecer na obra de Celso Furtado e seu itinerário pessoal também sofrerá bastante mudanças, devido ao exílio.

⁶⁸ Francisco de Oliveira (1933-2019) foi o substituto escolhido por Furtado ao cargo de superintendente da SUDENE e participou ativamente dos cinco primeiros anos da instituição. Sociólogo por formação, Oliveira posteriormente integrou os quadros do Centro Brasileiro de Análise de Planejamento (CEBRAP) durante a década de 1970 e, a partir de 1988, lecionou na Universidade de São Paulo (USP), sendo nomeado professor emérito em 2008. Francisco Oliveira elaborou uma crítica bastante robusta ao pensamento cepalino e às teorias de Celso Furtado, que foram apresentadas na obra *Economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972). Para além das críticas ao pensamento cepalino, Oliveira também elaborou uma perspectiva crítica de sua atuação conjuntamente com Celso e toda a equipe dos anos inaugurais da SUDENE, apresentada na obra *Elegia para uma re(li)gião*, de 1977. As críticas a Furtado não o afastaram do pensamento furtadiano, sendo ele um importante divulgador das ideias de Celso, tendo publicado *A navegação venturosa – ensaios sobre Celso Furtado* (2002), um livro que traz uma compilação de artigos que escreveu a respeito de sua relação com Celso e o pensamento furtadiano. As críticas feitas por Oliveira farão parte do texto apresentado nesta dissertação e serão apresentadas ao longo deste capítulo.

Sul do país, perdendo-se o sentido em falar em economias regionais no Brasil, pois “a expansão do capitalismo monopolista no Brasil aponta, no limite, para a dissolução das regiões enquanto espaços de produção e apropriação de valor especiais e diferenciados” (2008, p. 275).

Nas conferências apresentadas no ISEB, em 1957, Furtado apontava que a solução para o problema do Nordeste passava por uma nova “política nacional de colonização” (2012 [1958], p. 62), uma vez que o país se encontrava “subpovoado” (idem, p. 62). Baseado na perspectiva global de planejamento cepalina – durante a elaboração de “um plano de desenvolvimento é necessário considerar em conjunto toda a economia nacional” (idem, p. 62) –, fazia-se necessário ao Estado promover uma política de migração para regiões ainda deficitariamente povoadas, financiando o deslocamento da população de áreas mais povoadas, onde não havia estrutura básica, para aquela população sobreviver, como era o caso do semiárido nordestino. A defesa de uma política de migração apresentada por Furtado nessa conferência de 1957 seria outra tese que marcaria o surgimento da SUDENE e que aparecerá em documentos oficiais posteriormente elaborados por Celso.

O “problema do nordeste” já fazia parte do rol de questões trabalhadas por Furtado desde 1957 (no qual o tema é trabalhado pela primeira vez) e figurou como tema no capítulo final de *Formação Econômica do Brasil*, no qual Celso aponta que a “solução [do problema nordestino] exigirá uma nova forma de integração da economia nacional” (2007 [1959], p. 333). O problema do nordeste, na visão furtadiana, é um problema que se integra a outro ainda maior, o da construção na Nação, projeto que havia se iniciado ainda no período colonial e no qual a região nordestina apresentava-se como “problemática”, seja pelas diversas revoltas ocorridas no período colonial, como também nos primeiros anos da república, ou pela grave situação de miséria e desemprego que se encontrava a população do semiárido nordestino nos anos finais da década de 1950.

Furtado descrevia essa situação da economia nordestina frente a economia moderna do Centro-Sul do Brasil como a coexistência de “duas regiões dentro de uma mesma economia – integradas pelo mesmo sistema monetário” (idem, p. 331). Essa configuração da economia nacional era abordada por Furtado como dualista, ou seja, a possibilidade da coexistência de uma economia moderna com outra de caráter arcaico e artesanal dentro de um mesmo país era a marca do desenvolvimento capitalista no Brasil em meados da década de 1950. A tese do dualismo estrutural da economia brasileira foi o alvo de uma crítica bem elaborada por Francisco de Oliveira ao seu antigo parceiro de SUDENE, e foi

apresentada em sua obra *Economia Brasileira: Crítica à razão dualista* (1972). Segundo Oliveira, os empresários e industriais do Centro-Sul se beneficiavam da situação primário-exportadora da economia nordestina, ao mesmo tempo que a elite agrária da região também se beneficiava com suas largas faixas de terra dedicadas à agricultura exportadora. Não existia um dualismo, pois a condição de inferioridade produtiva da economia nordestina acabou contribuindo para o desenvolvimento da região Centro-Sul, como explica Oliveira:

No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. (...) De fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia (2018 [1972], p. 32).

Entre 1948 e 1967, Celso Furtado elaborou duas distintas teses⁶⁹: a teoria do subdesenvolvimento e a teoria do desenvolvimento. Enquanto a primeira busca na história argumentos que vinculem o processo de ocupação colonial, submetido a um centro de decisão externo a ele, à formação da economia brasileira, a segunda é fruto dessa união entre uma compreensão política das necessidades do desenvolvimento com o apoio da ciência econômica.

A teoria do subdesenvolvimento trazia um diagnóstico complexo da formação econômica do Brasil, singularizando a economia e a sociedade brasileira nos quadros da economia internacional capitalista; já a teoria do desenvolvimento, funcionaria como uma espécie de terapia ao diagnóstico, em um esforço de modernização que não percebeu aquilo que Francisco Oliveira definiu como uma “unidade de contrários” (2018 [1972], p. 32), ou seja, ao insistir no dualismo estrutural como característica do desenvolvimento brasileiro, a terapia proposta por Furtado através de seus planos de desenvolvimento (seja no documento do GTDN, ou nos dois planos diretores da SUDENE) se enfraqueceu

⁶⁹ A professora e pesquisadora da obra de Celso Furtado, Vera Alves Cêpeda, defende a tese de uma dupla teoria elaborada por Furtado entre os anos 1944 e 1967. Em um de seus artigos mais recentes, em coautoria com Guilherme Louis Henrique Pinto, eles expõem essa tese: “as duas teses que são construídas por Furtado no período recortado: a teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista. Elas são produções intelectuais distintas e operam diferentes configurações entre, por exemplo, a dimensão da economia e a da política” (Cêpeda e Pinto, 2021, p. 148).

enquanto política econômica, uma vez que apenas integrou o Nordeste às correntes de modernização em desenvolvimento no Centro-Sul do país.

Industrializar a economia nordestina, sem uma prévia reforma agrária na região, conduziria o desenvolvimento econômico da região ao subdesenvolvimento que caracterizava a industrialização do Centro-Sul do país. Desse diagnóstico, Furtado tinha conhecimento, porém, mesmo com todo empenho realizado ao longo de cinco anos, o esforço de desenvolvimento conduzido pela SUDENE foi incapaz de evitar as interferências políticas que impediam, com máximo empenho, qualquer proposta plausível de reforma agrária, ou de qualquer outra reforma estrutural na economia brasileira.

Após a criação da SUDENE, em dezembro de 1959, Furtado iria se dedicar no ano de 1960 a consolidar a superintendência dentro do quadro institucional do governo Juscelino. A função que Celso ocupava possuía um “*status*” de ministro, apesar de oficialmente não ser esse o seu cargo; na prática, Furtado era convidado a diversas reuniões ministeriais. O primeiro passo no sentido de organizar a nova superintendência foi a criação do seu conselho deliberativo, ainda em 1959, sendo o responsável pela aprovação dos Planos Diretores da instituição que *a priori* seriam válidos por um período de três anos. O Conselho Deliberativo da SUDENE possuía uma composição bastante ampla e era composto por todos os nove governadores de estados da região e do governador de Minas Gerais, além de diversos representantes de outras instituições do governo⁷⁰.

O primeiro grande projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo foi a Lei de Irrigação, ainda em agosto de 1959. Esse projeto foi aprovado por unanimidade no Conselho, mas não chegaria a ser aprovado na Câmara dos Deputados. Já em 1960, o tema que tomou conta dos debates no primeiro semestre foi o projeto para o I Plano Diretor da SUDENE. Em maio de 1960, em uma reunião ordinária do conselho deliberativo, Gilberto Freyre, que era membro do conselho e representava o Ministério da Educação e Cultura, “afirmou na ocasião que conhecia o plano e que nele encontrara

⁷⁰ O Conselho Deliberativo, segundo Lima (2009), era composto pelos governadores citados e por “representantes das seguintes instituições: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Estado-Maior das Forças Armadas (comandante do 1º Grupamento de Engenharia do Exército), Ministério da Agricultura, Ministério da Viação e Obras Públicas, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Comissão do Vale do São Francisco, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Banco do Nordeste do Brasil, além do representante do superintendente da SUDENE” (2009, p. 223).

conceitos de filosofia social dos quais discordava” (Lima, 2009, p. 231)⁷¹. O plano acabou sendo enviado ao presidente da República sem a anuência dos demais conselheiros. A urgência se justificava pela própria estrutura administrativa da SUDENE – sem um Plano Diretor aprovado, não conseguiria atuar, pois os investimentos federais na região seriam agora “submetidos a critérios de essencialidade, consubstanciados num Plano Diretor, a ser apresentado pelo sr. presidente da República ao Parlamento Nacional, que poderá assim exercer o seu trabalho crítico da forma mais fecunda” (Furtado, 1989, p. 81).

De fato, o I Plano Diretor da SUDENE só seria efetivamente aprovado no final do primeiro semestre de 1961 (já sob o governo do presidente Jânio Quadros), o que adiaria em muito os esforços de Celso e sua diminuta equipe, uma vez que sem um plano aprovado, os repasses e recursos do governo federal dependiam da anuência da maioria dos conselheiros e o membro do conselho representante do DNOCS adotava a “tática de protelar ao máximo as decisões da SUDENE. Sendo 1960 um ano eleitoral, ele esperava, com a substituição do presidente da República, destituir Celso Furtado da direção do órgão” (Lima, 2009, p. 232).

Outro momento de embate interessante entre os membros do conselho se deu entre Albuquerque Lima (representante das forças armadas) e Celso Furtado em julho de 1960. O Conselho discutia sobre um projeto de emenda parlamentar com recursos para a construção de portos, ferrovias e rodovias e o conselheiro representante do exército afirmou que a emenda era “decorrente de uma imposição de segurança nacional e a ela não podemos, nós, nos opor nem discutir do acerto ou não de suas exigências” (idem, p. 232). A resposta de Celso se baseou em seu argumento “técnico” e deixava claro a sua perspectiva em defesa do desenvolvimento pois, segundo o superintendente, “o plano

⁷¹ A relação entre Gilberto Freyre e Furtado nos anos que passaram trabalhando juntos no conselho ainda carece de uma pesquisa mais aprofundada, mas é interessante notar o choque de gerações que havia entre ambos. Havia da parte de Furtado uma admiração e um respeito enormes em relação à presença do pernambucano entre os membros do conselho, porém, ele não encontraria muita facilidade no convívio com Freyre naqueles anos. O representante do Ministério da Educação e Cultura “criticava a visão, segundo ele, economista do órgão, chegando mesmo a acusar os técnicos da SUDENE de desconhecerem os problemas do Nordeste” (Lima, 2009, p. 231). Lima (2009), em seu artigo que compõe o terceiro volume da coleção *Arquivos Celso Furtado* (Furtado, 2009), elabora uma investigação brilhante e bastante detalhada dos temas e debates travados nos encontros e sessões do conselho ao longo do período entre 1959 e 1964, e levanta a hipótese de que “Gilberto Freyre, brilhante pensador conservador, não aceitava é que a Sudene não convocasse para seus projetos os técnicos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, órgão que criara e dirigira” (2009, p. 231). A minha hipótese é que, para além das questões relacionadas à utilização de técnicos do Instituto Joaquim Nabuco, talvez parecesse a Freyre realmente reduzidas as possibilidades de compreensão do quadro social e político nordestino através de uma perspectiva da teoria do desenvolvimento formuladas por Celso em seus diagnósticos e proposições para a SUDENE. Freyre, como um pensador da cultura, possivelmente achava “pobre” as possibilidades de intervenção no Nordeste através de mecanismos “puramente econômicos” e que não levassem em conta as relações culturais e sociais.

diretor e, portanto, seu orçamento deveria ser elaborado com fins de desenvolvimento econômico da região, e não de segurança nacional” (idem, p. 232).

A defesa de Celso revela a confiança em adotar o desenvolvimento como o argumento central para a transformação do Nordeste e expõe a defesa dos argumentos técnicos frente a questões políticas. Se por um lado o argumento de Furtado expõe a teoria do técnico, por outro, o lugar e a razão de estarem aquelas pessoas ali reunidas é totalmente política. Celso Furtado, em sua incansável defesa da natureza técnica de sua atuação no Governo, acabou fazendo política baseado em seus conhecimentos técnicos e teóricos a respeito da realidade nordestina e o seu quadro social. Nesse período em que esteve à frente da SUDENE, a atividade política acabou por orientar a elaboração de sua teoria do desenvolvimento – teoria esta que imputa ao campo político o único meio viável para a superação do subdesenvolvimento e se apoia na economia para viabilizar o crescimento econômico e a modernização da economia nacional. Para Furtado, o desenvolvimento é a única via possível para garantir a tal “segurança nacional”.

Durante o segundo semestre de 1960, Celso Furtado iniciará uma série de viagens como representante do governo brasileiro, atividade que irá internacionalizar a sua produção e aumentará o seu prestígio entre os economistas e cientistas sociais, como também o proporcionará encontro com diversas lideranças políticas, de Che Guevara a John Kennedy. Um bom exemplo destas viagens e seus impactos na nova sociabilidade de Furtado ocorreu em agosto de 1960, e ele escreveu em seu diário, datado do dia 15 do respectivo mês, sobre uma palestra a que assistiu de Arthur Lewis⁷², em Tel Aviv (Israel), na qual o economista inglês expôs a sua tese central de que “o problema do desenvolvimento é *político muito mais que econômico*” (2019, p. 199, grifos meus). A exposição de Lewis e a maneira como isso chamou a atenção de Furtado, a ponto de ele escrever esse episódio em seus diários, traz à tona um novo momento que se inaugurava na trajetória de Celso e que impactaria de maneira relevante sua produção teórica: a política como a única via possível para o alcançar o desenvolvimento.

Ao final do ano de 1960, Juscelino não havia conseguido emplacar o seu sucessor no Palácio do Planalto e assistiu à vitória de Jânio Quadros em 3 de outubro daquele ano. Furtado relata em seu diário, com data de 06 de janeiro de 1961, o último encontro que

⁷² William Arthur Lewis (1915-1991) foi um renomado economista ligado à escola inglesa do pensamento econômico. Nascido em Santa Lucia, então colônia britânica, Lewis foi o primeiro economista negro a ganhar um Prêmio Nobel na área em 1979. Celso Furtado foi muito impactado pela teoria do crescimento com oferta ilimitada de mão de obra, elaborada por Lewis, e também pela relação entre política e desenvolvimento econômico apontadas pelo economista caribenho.

teve com Juscelino antes de deixar a presidência. Eles haviam prestigiado a inauguração de um novo açude em Orós e o presidente o convidou a regressar no mesmo avião que ele. Na viagem de volta, Juscelino confessou a Furtado a sua vontade de retornar ao cargo nas eleições de 1965 e disse precisar da “sua cooperação [de Celso Furtado, no caso] para defender-me no futuro” (2019, p. 217). Essa anotação no diário de Celso marca o início de um período em que não há nenhuma anotação publicada de seus diários, que voltam apenas em 27 de abril de 1964. Esse hiato de escrita nos aponta para duas questões: a primeira hipótese é a de que os anos que seguiram (1961, 1962 e 1963) foram de intensa atividade e que Furtado abandonou o hábito de escrever em diários durante este período. Uma segunda hipótese, e que não fica clara na publicação da compilação dos diários de Furtado, é se existiu algum diário sobre esse período de três anos e por qual motivo, caso confirmada a existência, não o teriam incluído nessa compilação.

A partir de 1961, um novo ator irá entrar no confuso quadro político e social brasileiro: os Estados Unidos, via Aliança para o Progresso (ALPRO). A trajetória da chegada da ALPRO ao Brasil e suas consequência na trajetória política de Furtado estarão presentes no livro que ele lançará em setembro de 1962 e que será objeto de análise da seção 2.2 deste capítulo.

2.1 Aliança para o Progresso: a mudança da intervenção dos EUA nos cenários geopolíticos brasileiro e nordestino (1961-1962)

O ano de 1961 inicia-se para Furtado com a incerteza de sua permanência à frente da SUDENE, em decorrência da posse do novo presidente Jânio Quadros ocorrida em 31 de janeiro daquele ano em Brasília. O superintendente da SUDENE confessa que “nunca havia visto Jânio Quadros, nem mesmo pela televisão” (1989, p. 101) e, para sua surpresa, no primeiro encontro com o novo presidente, ele mostrou conhecer e admirar a sua obra (idem, p. 102). Furtado revela que Jânio lhe disse que em seu governo ele “não será apenas superintendente do Nordeste. Será membro de pleno direito do governo. Participará das reuniões ministeriais que serão convocadas mensalmente” (idem, p. 102).

A permanência de Furtado à frente da SUDENE durante o novo governo demonstra que o discurso “técnico” que ele fazia questão de manter, aliado ao fato de realmente não ser filiado a nenhum partido político naquele momento, proporcionou a ele

que transitasse e mantivesse a sua influência política em prestígio durante um dos períodos mais tumultuados da política brasileira. No ministério da fazenda, por exemplo, durante o período em que Furtado esteve na SUDENE (entre dezembro de 1959 e 1º de abril de 1964), foram nomeados nove ministros efetivos e oito de caráter interino.

O novo governo que se iniciava enfrentava o desafio de saber diversificar a economia nacional, que via o setor público ganhando importância cada vez maior. Havia também um forte agravamento nos desequilíbrios setoriais e regionais da economia brasileira, aliado à ineficiência da administração pública em conduzir uma política de renegociação da dívida externa. Mas nenhum destes problemas afetava mais diretamente a população do que a alta crescente nas taxas de inflação: no final do ano de 1961, o índice de inflação acumulou alta de 38,1%. Jânio iniciou o seu curto governo adotando uma política anti-inflacionária e de renegociação da dívida externa que não geraria impactos até o fim de sua presidência.

Dentre as poucas práticas implantadas em seu governo que trouxe efeitos imediatos, Jânio Quadros adotou uma política externa independente em tempos de agravamento da Guerra Fria. Jânio ensaiou uma aproximação dos países recém-independentes na África, reconheceu a legitimidade do novo governo soviético pós-Stalin – com a retomada das relações diplomáticas –, enviou seu vice-presidente à nova República da China e condecorou Che Guevara em visita oficial do argentino ao Brasil. Porém, os EUA não ficariam nada satisfeitos com as “aventuras diplomáticas” do novo presidente brasileiro e, com a posse de John Kennedy, em janeiro de 1961, os rumos da geopolítica norte-americana relacionados com a América Latina seriam outros.

Desde o lançamento do *Plano Marshall*, os países latino-americanos esperavam do governo dos EUA um plano semelhante para o continente. Porém, o governo estadunidense só mudaria a sua perspectiva para a América Latina na metade da década de 1950, dez anos após o lançamento do plano de ajuda aos países europeus. Felipe Pereira Loureiro (2020) desenvolveu uma extensa e brilhante pesquisa sobre a ALPRO e as suas relações com o Brasil, e destaca que essa mudança decorreu sobretudo após a morte de Stalin e a nomeação de Nikita Khrushchev como novo governante da União Soviética, que “imprimiu uma postura mais aberta e favorável a países subdesenvolvidos. (...) A partir de então, o programa de ajuda soviético para Estados do Terceiro Mundo cresceria significativamente” (2020, p. 43). A agenda de desenvolvimento seguida por vários países subdesenvolvidos, na década de 1950, possibilitava a aproximação de

Moscou com alguns deles que buscavam compreender melhor a planificação soviética, como explica Loureiro (2020):

Na medida em que muitos desses novos países tinham como agenda a aceleração do seu processo de desenvolvimento, e tendo em vista a atração que o modelo econômico planejado e centralizado de Moscou exercia sobre várias lideranças políticas, é compreensível a preocupação demonstrada por autoridades americanas com programas de ajuda econômica soviéticos voltados para nações subdesenvolvidas. É nesse contexto, portanto, que diferentes núcleos do Estado norte-americano dariam início a estudos independentes para avaliar os programas de ajuda econômica do governo: para além de um estudo encomendado pela Casa Branca em agosto de 1956 (2020, p. 44).

A Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal dos EUA também encaminhou o pedido de um estudo para avaliar os resultados e novos rumos dos programas de ajuda externa do governo federal. Dentre os técnicos contratados, estavam os economistas Max F. Millikan e Walt W. Rostow⁷³. Um ano após o início dos estudos, publicaram alguns desses resultados da pesquisa em livro (*A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*), que “contêm algumas das principais ideias que constituíram a base da chamada ‘teoria da modernização’, e que estariam por detrás das concepções da Aliança para o Progresso” (Loureiro, 2020, p. 45). Os dois economistas apontavam para a necessidade de critérios técnicos para o provimento de assistência econômica por parte dos EUA, o que indicava que receberia ajuda “quem tivesse melhor condições de empregá-los, e/ou quem estivesse em uma etapa de desenvolvimento mais propícia para receber ajuda econômica” (idem, p. 45). Loureiro (2020) destaca a contribuição das ideias de Rostow para a formulação dos preceitos da política de ajuda econômica que prevaleceram após a criação da ALPRO:

A metáfora da decolagem, que já tinha sido concebida por Rostow no início da década de 1950, encaixava-se perfeitamente à ideia de que a ajuda econômica norte-americana, se bem empregada, podia produzir um “empurrão” fundamental (*big push*) a países que precisavam de capital para ingressar em uma fase autossustentável de crescimento e desenvolvimento econômico (2020, p. 45).

⁷³ Walt Whitman Rostow (1916-2003) foi um importante economista norte-americano, tendo participado como membro ativo de diversos conselhos de segurança e relações exteriores dos EUA. Celso Furtado chegou a encontrar pessoalmente com Rostow em 1951, durante uma viagem que o brasileiro fez até o complexo Harvard-MIT. Furtado recorda-se de receber do norte-americano “os originais mimeografados de um livro que estava escrevendo, *As Etapas do Crescimento Econômico*” (1989, p. 90). Este é mais um daqueles testemunhos de Furtado que carecem de uma investigação mais aprofundada, pois o livro de Rostow só seria publicado em 1960. Talvez Furtado estivesse referindo-se ao texto *The Process of Economic Growth*, de 1952, o que de acordo com a data do encontro citado por Furtado faria mais sentido.

O governo Kennedy propôs a criação da ALPRO em março de 1961. Precede à criação da ALPRO uma reunião que ocorreu em 1960 em Bogotá (Colômbia), em que se reuniram representantes de mais de vinte países da América Latina, conjuntamente com os EUA, e que posteriormente resultou na criação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). A reunião ocorreu por sugestão do então presidente Juscelino Kubitscheck, que desejava, desde 1958, lançar um projeto de aliança na região denominado “Operação Pan-Americana”⁷⁴.

Em julho de 1961, Furtado foi escolhido pelo presidente Jânio Quadros, para participar de um encontro com representantes de diversas agências de estado e com o próprio presidente dos EUA. O superintendente da SUDENE buscava apresentar o projeto de colonização proposto pelo órgão e expor aos norte-americanos os detalhes do I Plano Diretor. A viagem incluiu uma exposição no Senado, conversas com o presidente do Banco Mundial e um encontro pessoal com o presidente Kennedy na Casa Branca. O encontro ocorreu na manhã do dia 14 de julho e Furtado foi o encarregado de entregar uma carta escrita por Jânio Quadros ao presidente. Segundo o testemunho de Furtado, Kennedy desejou saber sobre as possibilidades da aprovação do Plano Diretor no Congresso brasileiro (no momento desse encontro, o plano ainda transitava e não havia sido aprovado), e “ouviu com atenção uma exposição sintética que fiz [Celso Furtado] sobre a grave situação do Nordeste” (1989, p. 114).

A viagem aos EUA frustrou as expectativas de Celso Furtado, pois o “Departamento de Estado pensou desde o início em algo na linha da antiga Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, (...). Fiz ver que no caso da SUDENE, os planos já estavam traçados, e os projetos, prontos” (1989, p. 116). Em relatório de viagem que apresentou ao presidente Jânio Quadros, Furtado resumiu as imposições do governo norte-americano em “duas propostas concretas: a do consórcio de financiamento, sob liderança multilateral, e a do envio de uma missão técnica” (idem, p. 116). O desejo de Furtado era o de conseguir um financiamento internacional aos projetos já iniciados na SUDENE, sem a interferência externa de outros agentes, mantendo o “centro de decisão” dos rumos do desenvolvimento do Nordeste sob responsabilidade de seu próprio país.

⁷⁴ A Operação Pan-Americana foi uma resposta de Juscelino Kubitscheck aos embates entre as duas superpotências mundiais durante a Guerra Fria. A ideia do presidente brasileiro era criar um órgão multilateral no continente americano em prol do desenvolvimento e o fim da miséria, pois esta facilitava a penetração da ideologia comunista na América Latina, que deveria ser combatida em benefício da democracia capitalista.

A ALPRO foi lançada oficialmente em um encontro em agosto de 1961 em Punta del Este (Uruguai), onde foi redigido e elaborado o documento conhecido como *Carta de Punta del Este*. A ideia era apoiar os desenvolvimentos econômico e social da América Latina como uma forma de se combater o avanço do comunismo na região. Ficou previsto um apoio de US\$ 20 bilhões em dez anos, de modo que a década de 1960 seria considerada pela ONU como a “década do desenvolvimento”. Inicialmente, o governo estadunidense daria prioridade aos países latino-americanos que “adotassem políticas de desenvolvimento incorporadoras de autênticas reformas estruturais, inclusive e principalmente a agrária, e se orientassem para a adoção de formas adequadas de planejamento” (Furtado, 1989, p. 117-118).

O plano inicial da ALPRO privilegiava o pensamento planejador cepalino, o que, na visão de Celso, passaria a “orientar a política do governo dos Estados Unidos nas áreas subdesenvolvidas do hemisfério” (1989, p. 118). Ficou estabelecido que os recursos seriam aprovados mediante apresentação de planos de desenvolvimento a um comitê tripartite composto pela CEPAL, OEA e BID. Nesse aspecto, a SUDENE levava vantagem, pois já havia um Plano Diretor pronto a ser apresentado. Porém, na prática, a comissão das Nações Unidas passou a atuar no comitê apenas como um órgão consultivo, cabendo aos outros dois participantes (OEA e BID) o poder de liberação dos recursos. Segundo Wanderley (2016), “a criação da ALPRO, que num primeiro momento havia significado uma adesão dos EUA às ideias da CEPAL, a partir de sua implementação, significou um declínio da influência da CEPAL na região e o início de seu encobrimento” (2016, p. 12).

A boa notícia para Furtado e sua equipe da SUDENE, em 1961, foi a aprovação do I Plano Diretor em 14 de dezembro de 1961⁷⁵, dois anos após a criação da superintendência. A renúncia de Jânio, em agosto daquele ano, dificultou um pouco a tramitação do projeto no Congresso, uma vez que implantado o parlamentarismo provisório, após a renúncia do presidente, havia “uma dispersão do poder” (Furtado, 1989, p. 125) e a incerteza tomou conta da política nacional até a confirmação da posse de João Goulart em sete de setembro de 1961. Além da articulação política em prol da aprovação do plano diretor, a SUDENE aprovaria por meio de seu conselho deliberativo a criação de um fundo para a industrialização do Nordeste, com recursos oriundos de renúncias fiscais e benefícios concedidos a empresários e industriais do Centro-Sul do

⁷⁵ Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

país pelo governo federal. Os recursos seriam administrados pela SUDENE que, na teoria, orientaria a alocação dos mesmos, porém, na prática, o que ocorreu, segundo Francisco Oliveira (2008), foi que o fundo de investimentos nunca foi adiante por causa da opção de investimentos diretos que se abriu com o Segundo Plano Diretor aprovado no ano seguinte.

Em fevereiro de 1962, encerrou-se uma missão técnica enviada pelo governo norte-americano ao Nordeste. A empreitada ficaria conhecida como “Missão Bohan”, sobrenome do diplomata responsável, Charles Bohan. Furtado imaginava que a missão viria “para fazer uma avaliação *in loco* de nossa capacidade de ação e decidir sobre o montante de apoio a nos dar” (1989, p. 129), mas, na realidade, “o relatório apresentado propôs uma política alternativa de espírito diverso da que estávamos executando” (idem, p. 129). O relatório apresentado pela missão ignorava completamente o recentemente aprovado I Plano Diretor da SUDENE e marcou o início do rompimento da superintendência com os representantes norte-americanos da ALPRO, que a partir de abril de 1962 firmaram com o governo brasileiro o “Acordo para o Nordeste” e:

O apoio deliberado dos Estados Unidos aos governadores adversários de Goulart, favorecendo o enfrentamento ao campo político de esquerda (anticomunista), tornou-se uma questão central para a ALPRO, o que resultou na intervenção norte-americana nas eleições estaduais de outubro 1962 e na relação direta com estes governadores através da ajuda financeira (Cêpeda et al, 2022, p. 46-47).

Furtado publica na revista *A Defesa Nacional*⁷⁶, em edição de maio/junho de 1962, um pequeno texto que resume bem os três anos iniciais da história da SUDENE. Celso assina o artigo como “superintendente da SUDENE” e é o único não militar a publicar naquela edição da revista editada pelo Ministério da Guerra. Ele inicia o texto retomando os nomes de Arrojado Lisboa (primeiro encarregado pela administração da Inspetoria de Secas, criada em 1909) e dos agrônomos José Augusto Trindade e Guimarães Duque, responsáveis por “desviar as atenções dos boqueirões e das represas para a utilização da água em programa de irrigação, da miragem da erradicação das secas para a adaptação do homem ao meio” (2009 [1962], p. 172). A intenção de Furtado, ao evocar tais nomes, era a de enaltecer o trabalho de cunho técnico promovido pelos pioneiros a se dedicarem à transformação do quadro de miséria da região nordestina, e ressaltou que “foram as condições políticas que levaram esse esforço à frustração e à esterilidade” (idem, p. 174).

⁷⁶ *A Defesa Nacional*, ano XLIX, n. 574-575, Rio de Janeiro, maio/jun. 1962.

Ao longo do texto, Furtado volta a afirmar que “a principal razão do fracasso [das iniciativas anteriores à SUDENE] esteve em que faltou à ação técnica apoio no plano político” (2009 [1962], p. 172). Celso destaca o esforço de seus predecessores, principalmente o projeto de irrigação da região semiárida levada a cabo por Guimarães Duque, porém, “havia um problema mais amplo, que permeava todos os outros: o da estrutura agrária da região” (idem, p. 173). A economia agrária do semiárido nordestino era dominada por grandes latifundiários que se utilizaram dos projetos do DNOCS em benefício de suas propriedades, o que impedia que os projetos de irrigação contribuíssem para a solução do “problema da seca”.

Referindo-se aos projetos iniciados pela SUDENE, Furtado esclarece que a nova estratégia da superintendência foi “fundada na análise da experiência daqueles que nos antecederam” (2009 [1962], p. 174), o que evidencia a retomada constante, por parte de Furtado, ao método histórico-estrutural. Ao se dedicar aos problemas nordestinos, o superintendente volta-se para a história da intervenção do governo federal no Nordeste com uma dupla intenção: primeiro, ao analisar os projetos anteriores, Furtado busca compreender as origens dessas intervenções, quais foram as suas intenções e o porquê de não conseguirem realizar os seus intuitos. É a mesma operação que Furtado utilizou ao elaborar o seu diagnóstico do subdesenvolvimento brasileiro. Em segundo lugar, ao ter um diagnóstico elaborado sobre as intervenções passadas, a SUDENE vai se dedicar a compreender as potencialidades atuais da região (através de levantamentos de recursos naturais, pesquisas sobre a estrutura produtiva, elaboração de dados econômicos, entre outras ações) e irá propor um plano para o desenvolvimento da região.

A estratégia da SUDENE é resumida por Furtado em três pontos. Em primeiro lugar, “é necessário abordar o problema do Nordeste como um problema de desenvolvimento” (2009 [1962], p. 174). Nesse ponto, a SUDENE compreendia que o desenvolvimento econômico do Nordeste não poderia ser tratado de maneira generalizada, pois a região exigiria uma “adaptação ao meio” (idem, p. 175) e a criação de uma “tecnologia própria” (idem, p. 175). O desenvolvimento econômico do Nordeste deveria “assumir a forma de um duplo processo de elevação da produtividade e de adaptação progressiva às condições ecológicas regionais” (idem, p. 174-175), em uma perspectiva que compreende a região nordestina em sua total complexidade, levando em conta principalmente as características ambientais de cada sub-região e as suas potencialidades dentro de um plano global de desenvolvimento, de inspiração cepalina, que aborde em conjunto “o problema nordestino: o desemprego nas regiões urbanas, a

subutilização da terra nas regiões úmidas, a inadaptação ao meio nas zonas semiáridas” (idem, p. 176).

O segundo ponto da estratégia da SUDENE apontava para o fato de a região nordestina atuar como “exportadora de capitais privados” (Furtado, 2009 [1962], p. 176) e atentava que grande parte dos investimentos tem sua origem no setor privado, imputando à iniciativa privada uma responsabilidade para o sucesso do projeto desenvolvimentista no Nordeste. Furtado acreditava que sem uma classe industrial empenhada nos esforços conjuntos do desenvolvimento nacional, seria impossível superar o subdesenvolvimento. Ao longo de sua trajetória, o economista paraibano nutriu a esperança da classe industrial brasileira de se associar ao projeto desenvolvimentista, o que em partes ocorreu em alguns momentos das décadas de 1940 e 1950. Furtado só irá desfazer essa fantasia a respeito da classe industrial após o golpe de 1964, ao perceber que, em sua maioria, os industriais brasileiros se associaram ao capital estrangeiro em apoio ao governo militar.

Essa crença de Furtado na existência de uma classe industrial brasileira é que explica, em parte, o fracasso dos projetos industriais contidos dentro de sua teoria do desenvolvimento. A própria existência de uma classe industrial no Brasil deve ser questionada, uma vez que, em sua maioria, esses personagens pertenciam às velhas oligarquias do café, e não existia entre eles uma mentalidade empreendedora como verificada entre os industriais da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Por outro lado, Celso encontrava certo apoio e prestígio político entre alguns industriais, o que nos possibilita compreender a posição de Furtado, em meio a disputas políticas, em permanecer ao lado dos industriais nesse momento e evitar maiores críticas.

Ao apresentar o segundo ponto da estratégia da SUDENE, Furtado escreve sobre as iniciativas executadas pela superintendência ao longo dos dois anos de sua existência, destacando a aprovação de mais de cinquenta projetos industriais, o que levou o “Nordeste [a] recuperar uma posição de liderança” (2009 [1962], p. 176) e se tornar a região do país com maior investimento industrial naquele biênio. Fez parte do projeto de industrialização a modernização do parque têxtil já existente na região desde a segunda metade do século XIX, com o reequipamento e treinamento dos funcionários de mais de sessenta indústrias já instaladas (idem, p. 177). Celso também ressalta as obras de infraestrutura em diversos setores (eletricidade, transportes e levantamento de recursos naturais), responsáveis por criar na região um “clima de otimismo necessário à fixação

dos capitais locais e à atração de capitais de regiões mais bem desenvolvidas” (idem, p. 176).

O terceiro ponto estratégico da SUDENE tratava da “necessidade de manter estreitamente unidos a ação técnica e o comando político” (2009 [1962], p. 177) e vai mais além, ao dizer que “não existe plano de desenvolvimento sem política de desenvolvimento” (idem, p. 177). No início do texto, Celso rememorou o nome dos técnicos que o precederam e relembrou os motivos políticos que impediram (aliados às limitações técnicas da época) que seus trabalhos modificassem a estrutura produtiva do Nordeste. Este trecho deixa claro que, para Furtado, não existe possibilidade de desenvolvimento que passe ao largo das decisões políticas, e a forma democrática de exercício da política é a única via possível de conciliar desenvolvimento econômico com as liberdades individuais – tema que será abordado minuciosamente em seu livro lançado meses depois desse artigo: *A Pré-revolução brasileira*.

No final do texto, Furtado retoma o discurso em prol da técnica e diz que “a ação do técnico, em nossa geração, tem necessariamente uma dimensão social” (2009 [1962], p. 178), o que explicita a função do conhecimento e da técnica no pensamento furtadiano: à serviço da ação. Entendendo a ação como “discursivamente elaborada” (Cabrera, 2001), compreende-se o porquê desse texto possuir um discurso de confronto, recorrendo diversas vezes à palavra “luta” para definir o empenho contra a “arcaica estrutura político-social do Nordeste” (2009 [1962], p. 173) e evocando expressões militares, como “abrir o horizonte contra o qual marchamos” (idem, p. 174), “forças que nos apoiam na retaguarda” (idem, p. 174), e “atacando simultaneamente em todas as frentes” (idem, p. 176). Expressões militares serão cada vez mais usadas por Furtado ao se referir aos anos iniciais da SUDENE e estarão, também, bastante presentes em seus livros escritos nesse período. Podemos compreender a maneira como o discurso e a teoria elaborados por Celso compõem a sua ação social, compreendendo a ação social como discursivamente elaborada, como explica Cabrera (2001):

A partir desse ponto de vista, qualquer ação é indubitavelmente, como sustenta a história social, uma resposta à pressão e às requisições do contexto social, mas ela é uma resposta discursivamente mediada, e não uma resposta estruturalmente determinada. (...) O que ela propõe é que o contexto social dá sua contribuição à configuração da prática, não como uma instância estrutural ou objetiva, mas simplesmente como um suporte e referente material. E que, portanto, embora este contexto indubitavelmente imponha limites aos significados que podem ser criados e atribuídos a ele e, conseqüentemente, sobre as ações que os

indivíduos podem realizar, eles são limites meramente materiais (físicos, espaciais ou de recursos), não limites estruturais. Em outras palavras, as condições sociais fornecem aos agentes os meios materiais de suas ações, mas não as categorias ou significados que embasam essas ações⁷⁷ (Cabrera, 2001, p. 15, tradução do Professor Ulisses do Valle).

Após a reunião com Kennedy em 1961 e devido ao aumento de encontros com diversos representantes do governo norte-americano, Furtado passou a ser acusado por setores mais radicais da esquerda de ser um “entreguista”, “o novo agente de *Wall Street*” (Furtado, 1989, p. 133). Se por um lado a direita o atacava desde 1959 e o acusava de ser um “perigoso elemento infiltrado do comunismo internacional”⁷⁸, a partir de 1961, Furtado passaria também a ser alvo de críticas de setores da esquerda. Essa situação política em que se encontrava em 1962 e todo o complexo quadro social nordestino (ligas camponesas, igreja católica, coronéis, latifundiários, industriais da cana-de-açúcar, entre outros) serão tema de seu livro lançado em agosto de 1962 (mesmo mês em que aceitava o convite para o cargo de Ministro extraordinário do Planejamento), intitulado *A Pré-revolução brasileira*.

⁷⁷ From this point of view, any action is undoubtedly, as social history maintains, a response to the pressure and requirements of social context, but it is a discursively mediated, not a structurally determined, response. New history never dispenses with social context nor minimizes its importance in explaining people's actions as traditional history and its revisionist revival do. What it claims is that social context makes its contribution to the configuration of practice, not as an objective or structural instance, but simply as a material support and referent. And that, therefore, although this context undoubtedly imposes limits on the meanings that can be created and attributed to it and, consequently, on the actions that individuals can undertake, they are merely material limits (physical, spatial, of resources), not structural limits. In other words, social conditions provide agents with the material means of their actions but not with the categories or meanings that underlie these actions.

⁷⁸ Em um trecho de diário datado do dia 31 de dezembro de 1959 e escrito em Recife, Celso revela que era do seu “conhecimento que a Polícia do Distrito Federal me havia ‘fichado’ como comunista em começos de 1948” (2019, p. 183). O economista paraibano confessa nunca haver se preocupado com essa ficha, até Argemiro Figueiredo (1901-1982), senador pela Paraíba e ligado à indústria da seca, distribuí-la e usá-la como argumento para denunciar Celso como “elemento perigoso” (idem, p. 183) em sessão no Congresso federal sobre o polígono das secas (idem, p. 178). A reação de Celso foi buscar ter acesso ao documento junto à polícia e ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o documento dizia que Furtado “seria um indivíduo de grande ascendente e prestígio no Partido Comunista, teria estado na Iugoslávia na época em que se criou o *Kominform* (...). Mas também se dizia, já em 1955, se fizera uma investigação sobre a minha pessoa e nada se apurara e que eu presentemente fazia sentir que ‘abandonara minhas ideias’, mas que continuava ‘tendo amigos entre os comunistas’” (idem, p. 184).

2.2 Política e Desenvolvimento: A pré-revolução brasileira – o livro-manifesto em defesa das reformas de base (1961-1962)

O livro *A Pré-revolução brasileira* foi lançado em agosto de 1962, com uma tiragem inicial de oito mil cópias e, devido ao sucesso da primeira tiragem, recebeu uma segunda impressão de mais dez mil cópias⁷⁹ em dezembro do mesmo ano. Ele é composto por nove ensaios e, apesar das diferenças temáticas e de origem (alguns ensaios já haviam sido publicados e outros são conferências realizadas anteriormente e transcritas para essa edição), Furtado consegue dar unidade ao livro através de um discurso de formação da consciência nacional frente aos desafios do desenvolvimento, convocando a juventude a uma reflexão sobre as vias políticas possíveis em uma época “pré-revolucionária”, como ele definiu o início da década de 1960.

A *PRB* foi um livro bastante debatido em seu momento de publicação e, através de sua natureza ensaística, com textos curtos e sem notas de rodapé, fomentou ainda mais os debates sobre os rumos da sociedade brasileira em um período em que o nome de Celso Furtado ganharia ainda mais visibilidade⁸⁰. Após a sua nomeação como ministro extraordinário do planejamento – e os impactos decorrentes da divulgação do Plano Trienal em dezembro de 1962 – podemos explicar a segunda tiragem superior a inicial. Se *FEB* é a obra mais longeva de toda a produção de Furtado, a *PRB* foi aquela obra cujo impacto no momento de sua publicação teve maior repercussão no debate nacional. A opção pelas reformas de base e por uma via democrática de desenvolvimento defendidas no livro trouxeram novos elementos ao cenário e Celso recordaria esse impacto em uma entrevista concedida em 2003 à Revista *Caros Amigos*: “Me recordo que quando escrevi

⁷⁹ Os dados das quantidades de cópias foram retirados do artigo de Saes (2020), *Celso Furtado, 100 Anos: A pré-revolução brasileira* (1962).

⁸⁰ A visibilidade do trabalho de Celso Furtado à frente da SUDENE rendeu diversas matérias nos principais jornais e revistas da época. Em 1962, por exemplo, ele foi escolhido “A personalidade do ano de 1961”, pela Associação Brasileira de Propaganda (ABP), o que lhe rendeu uma matéria de duas páginas completas na Revista *Manchete* (disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/43317>>, consultado em: 20/06/2024). A matéria é recheada de fotos desse encontro que ocorreu na sede da Editora Bloch, no início de fevereiro de 1962. É interessante notar que entre os convidados presentes estão o embaixador americano Lincoln Gordon, que entregou em nome da ABP o prêmio a Celso. Estavam presentes figuras notáveis, como Antônio Bloch (presidente do grupo Manchete) e jornalistas representantes dos principais jornais da época. Essa premiação ocorreu em um momento que Furtado ainda mantinha contato com os norte-americanos constantemente, meses antes do rompimento da SUDENE com a ALPRO. O encontro com Gordon é um bom exemplo da conduta de Celso à frente da SUDENE, que era percebida por setores da esquerda brasileira como “entreguista” e “aliada” aos interesses do capitalismo internacional. A exposição desses encontros na imprensa brasileira prejudicava a aproximação de Celso com a juventude universitária brasileira, principalmente com a juventude de orientação marxista; o que justifica o interesse de Celso em se dirigir a esse público em seus livros publicados em 1962 e 1964.

aquele livrinho, *A Pré-Revolução Brasileira*, ô repercussão que teve, puxa!” (Furtado, 2003, p. 31).

A epígrafe do livro é uma citação do historiador militar inglês B. H. Lindell Hart⁸¹ e explicita o contexto de batalha que Furtado encontrava no desafio de implementar os seus ideais de planificação e racionalidade no Nordeste brasileiro. O livro apresenta um texto convocatório à reflexão e à ação por parte da juventude brasileira, a quem o autor dirige o texto. Logo no segundo parágrafo da introdução do livro, Furtado apresenta a tese central da obra: “a economia de nosso país alcançou um grau de diferenciação – o que é distinto do nível convencional de desenvolvimento medido pela renda *per capita* – que permitiu transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica” (1962, p. 9).

Furtado percebia que o Brasil não se portava mais como uma economia reflexa e, como consequência de uma maior autonomia, o país encontrava-se em “condições de tomar as decisões mais fundamentais concernentes à atividade econômica do país” (1962, p. 10). O Brasil se distanciava das ideias liberais e compreendia a necessidade de “um aumento consciente do poder público” (idem, p. 10), não restando outra saída que não passasse por uma política econômica que privilegiasse o desenvolvimento. O conceito de subdesenvolvimento trabalhado pelos desenvolvimentistas brasileiros desde a década de 1950 conseguiu exercer uma função político-social no contexto brasileiro, mudando a percepção da sociedade brasileira em relação ao estilo de desenvolvimento que vinha sendo implantado até então. Subdesenvolvimento é um conceito que possibilita, como definiu Koselleck (2006) acerca dos conceitos político-sociais, “compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então” (2006, p. 103).

Porém, o contexto social durante este período era o de “uma época de angústia permanente e grande incerteza com respeito ao futuro” (Furtado, 1962, p. 10) e representava uma possibilidade de superação do subdesenvolvimento. Furtado percebia esse momento dentro de uma “brecha histórica”⁸² que permitiria ao país sair de suas

⁸¹ A epígrafe pertence ao livro *Strategy*, lançado em 1954 pelo historiador e estrategista militar Sir Basil Henry Liddell Hart (1895-1970). A epígrafe é um trecho do livro bastante famoso e segue em versão traduzida: “Evite um ataque frontal a uma posição há muito estabelecida; em vez disso, procure virar através de movimentos de flanco, para que um lado mais penetrável fique exposto ao impulso da verdade. Mas, em qualquer abordagem indireta, tome cuidado para não divergir da verdade – nada é mais fatal para o seu avanço real do que cair na mentira” (1962, p. 7, tradução nossa).

⁸² A noção de “brecha histórica” foi conceituada por Cêpeda (2024) e, segundo a autora, “corresponde à leitura que Furtado (1959, 1961, 1967) fez da expansão do capitalismo mercantil e nele a posição do Brasil” (2024, p. 22). Na teoria furtadiana, o Brasil se integrara ao comércio internacional desde os primeiros

condições subdesenvolvidas, e é daí que decorre o sentido de urgência⁸³ que seus dois livros publicados no período possuem. Era necessária uma conscientização nacional acerca da importância daquele período para a superação do subdesenvolvimento, incluindo aí os novos economistas e cientistas sociais (a quem o livro é dedicado), que deveriam realizar um “esforço de teorização” (idem, p.11) criativa e inovadora, pois a teoria econômica clássica utilizada até então apresentava-se como “um aparelho conceitual inadequado” (idem, p. 11) e não possibilitava compreender a distinta realidade dos países subdesenvolvidos. A intenção de Furtado era a de “estender uma ponte entre a análise econômica e a política econômica, visando a injetar nesta última alguns elementos de racionalidade, tanto com respeito aos instrumentos que utiliza como em função dos juízos de valor em que se apoia” (idem, p.11).

Os nove ensaios que compõem o livro apresentam três segmentos temáticos: o primeiro segmento é composto por quatro ensaios sobre política econômica e a economia brasileira, o segundo segmento possui dois ensaios sobre as teorias do desenvolvimento e subdesenvolvimento, e o terceiro possui três ensaios dedicados ao tema da formação de economistas. A análise dessa obra será dividida de acordo com os três segmentos apresentados.

2.2.1 A política econômica e a pré-revolução brasileira: ensaios sobre política econômica e o contexto brasileiro na segunda metade do século XX

Fazem parte desse recorte quatro ensaios sobre política econômica e economia brasileira⁸⁴. Nesses ensaios, Furtado atualiza a sua análise sobre a economia brasileira até o início da década de 1960 e aprimora a sua análise introduzindo mais elementos de análise sociológica, trazendo mais de suas leituras marxistas em um movimento intencional na direção de um maior contato com a juventude universitária do país. Ressalto que o terceiro ensaio, intitulado “O Problema do Nordeste”, é uma versão

momentos da colonização e esse impulso ganha força, ainda no século XVI, com o ciclo canavieiro. Os ciclos econômicos que se sucederam “restringiam a capacidade de transformação por sua dependência externa, pela deterioração dos termos de troca e, por largo período, pela adoção da mão de obra escrava” (Cêpeda, 2024, p. 22).

⁸³ Sobre a sensação de urgência percebida nos textos de *A PRB* e *DD*, indico a leitura de um artigo produzido por mim e publicado nos anais do V Congresso do Centro Internacional Celso Furtado, intitulado “Na véspera do Golpe: a ação transformadora do intelectual no debate do desenvolvimento econômico no Brasil e a urgência da ação social na obra de Celso Furtado (1960-1964)”. Disponível em: https://www.congresso2022.centrocelsofurtado.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=207 (consultado em 13/03/2024).

⁸⁴ Capítulos 1, 2, 3 e 9 de *A Pré-revolução Brasileira* (1962)

ligeiramente modificada do ensaio apresentado na Revista *A Defesa Nacional*, que fez parte da análise do capítulo anterior.

O primeiro ensaio do livro *A PRB* foi justamente o mais difundido e aquele que mais causou polêmica entre os intelectuais e políticos em seu momento de publicação. O ensaio derivou de uma conferência proferida por Celso Furtado, em São Paulo, em janeiro de 1962 e, em uma carta escrita a Albert O. Hirschman⁸⁵, datada de 29 de janeiro de 1962, o economista brasileiro questiona o colega norte-americano se “o Institute of Foreign Affairs, que está realmente interessado em difundir o que se pensa pelo mundo afora, não desejaria publicar esse estudo em sua revista” (2021, p. 260). Hirschman responde Furtado em 28 de fevereiro de 1962, dizendo ter achado o seu artigo “muito revelador e [que] gostaria de vê-lo publicado no *Foreign Affairs*” (idem, p. 261).

O artigo seria publicado com o título “Brazil: What kind of Revolution?” no volume 41 da revista em 1963. Furtado mantinha contato com vários economistas e intelectuais de todo o mundo e este é mais um exemplo de sua intenção em internacionalizar a sua produção, com a tradução de suas obras e artigos para as principais línguas do debate econômico ocidental, em um movimento consciente e planejado. Hirschman teria papel fundamental na vida de Furtado após a cassação de seus direitos políticos, tendo exercido a função de uma “espécie de centro de informações” (2021, p. 262), no momento em que várias universidades dos EUA procuraram Hirschman para oferecer a Furtado oportunidades de trabalho, e que ele posteriormente veio a aceitar, trabalhando no ano letivo de 1964-65 na Universidade de Yale.

Após a publicação de FEB e com a inauguração de cursos de economia e administração por todo o país, Furtado era constantemente requisitado para ser paraninfo de turmas de graduação ou para realizar conferências nas mais diversas cidades do Brasil. Furtado inicia o primeiro ensaio de *A PRB* constatando, após a sua intensa convivência com a juventude universitária, que “generalizou-se a consciência de que o país caminha para transformações de grande alcance; e de que, sob nossos pés, como uma torrente profunda, trabalham forças insondáveis” (1962, p. 13).

Celso deseja uma aproximação e um maior diálogo com a juventude do país, em um movimento de reconciliação com esse público, que o via muito próximo dos interesses

⁸⁵ Albert Otto Hirschman (1915-2012) foi um economista alemão que se estabeleceu nos EUA e, assim como Furtado, também participou da II Guerra Mundial. Após a Guerra, trabalhou no Federal Reserve, atuando na comissão responsável pela formulação e aplicação do Plano Marshall. Hirschman também lecionou em diversas universidades americanas e escreveu livros e ensaios sobre economia latino-americana e políticas de desenvolvimento.

norte-americanos, após a aproximação entre SUDENE e a ALPRO. Furtado percebe a difusão do marxismo entre a juventude universitária e reconhece na teoria de Marx uma filosofia que orienta a ação da juventude através de um diagnóstico da realidade social que ela proporciona. Uma dessas categorias que a filosofia marxista possibilitava perceber era a do “custo social do desenvolvimento” (1962, p. 14), que se fazia com base em uma crescente concentração de renda (tanto social como geográfica/regional), favorecida pelos subsídios cambiais e creditícios concedidos pelo Governo, que transferia para poucos as riquezas sociais do desenvolvimento. O desenvolvimento conduzido no Brasil, naquele período, imputava aos mais pobres (principalmente aos agricultores e camponeses) os maiores custos sociais da empreitada desenvolvimentista, e essa é a tese de Gláucio Soares ao analisar o tipo de Estado desenvolvimentista latino-americano:

Uma característica notável do desenvolvimento latino-americano, portanto, é que a principal linha de transferência de excedentes foi dos setores agrícolas baixos para os setores urbanos altos e médios. O Estado não só sacramentou essa apropriação, mas também tomou parte ativa nela ao assumir, em alguns países, a vanguarda do projeto desenvolvimentista: ao fazer do setor exportador a principal fonte de divisas e, em vários casos, dos ingressos públicos, e ao manter artificialmente baixos os preços internos dos produtos alimentícios, o Estado latino-americano intensificou a exploração dos camponeses; ao excluí-los dos benefícios sociais do desenvolvimento, particularmente dos benefícios distribuídos diretamente pelo setor público, o Estado transformou o camponês na grande vítima do projeto desenvolvimentista (1973, p. 72).

Apesar de apontar várias virtudes da filosofia marxista (a percepção da ordem social baseada na exploração do homem pelo homem e o historicismo marxista, concebendo a realidade social como histórica e em permanente movimento, entre outros pontos), Furtado destaca que, nos países socialistas, o desenvolvimento econômico se realizou com o cerceamento das liberdades individuais, em uma crítica ao marxismo-leninista, que perdera sua força revolucionária ao promover a Ditadura de um partido único e monolítico. Segundo Furtado, os países subdesenvolvidos, como o Brasil, estavam dispostos a pagar um preço alto pelo desenvolvimento econômico, uma vez que experimentam o “caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento” (1962, p. 23), expresso pela miséria e a fome.

A questão que Furtado traz ao debate era: “que viabilidade tem a revolução brasileira de se efetivar pelos métodos marxista-leninistas?” (1962, p. 29). A resposta de Celso aponta para duas chances de se efetivar esse tipo de movimento, uma ligada ao

problema agrário, em que os camponeses sem direitos políticos reconhecidos propiciavam um campo mais aberto para a difusão das técnicas revolucionárias e a outra possibilidade de se triunfar nesse tipo de revolução seria por um retrocesso da estrutura política na direção de uma “ditadura de direita”, que possibilitaria caminhos para uma revolução marxista-leninista no Brasil.

Furtado defende a ideia de que o desenvolvimento se transformou em um imperativo político e que o Brasil passava por uma fase pré-revolucionária naquele momento e que, para prevenir-se de métodos revolucionários ditatoriais, era necessária uma urgente mudança na estrutura agrária anacrônica e a preservação do Estado democrático, porém o Estado necessitava de reformas sem as quais os objetivos do desenvolvimento não seriam alcançados:

- Reformas Constitucionais: agrária, administrativa, fiscal e bancária;
- Retirar dos políticos locais a alocação de verbas;
- Disciplinar a ação do capital estrangeiro;
- Criar condições para que o Governo conheça todos os recursos aplicados na imprensa, que visam minar a “opinião pública” contra o Governo⁸⁶;
- Planificação para o desenvolvimento econômico, guiado pelo Estado em bases democráticas e com finalidade social.

O então superintendente da SUDENE reconhecia que um governo ditatorial talvez pudesse conseguir alterações sociais que possibilitassem alcançar os objetivos do desenvolvimento econômico; mas não importava para Celso os fins do desenvolvimento, o meio era o essencial. O autor deixa claro: a democracia é uma questão inegociável, pois é através da participação e organização popular que o desenvolvimento poderia finalmente alcançar um caráter social e humanitário no Brasil, com critérios sociais advindos da sociedade organizada e aberta. Furtado promove um debate com a juventude universitária aproximando seu pensamento ao marxismo que tanto encanta esse grupo, porém não defende um modelo revolucionário.

Definindo-se como um reformista e percebendo que as mudanças são necessárias e urgentes, Furtado as propõe dentro de um ambiente democrático aberto, e é aí que reside

⁸⁶ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foram entidades anticomunistas apoiadas pelo governo dos EUA e que atuavam financiando campanhas publicitárias, com apoio de empresários ligados aos interesses capitalistas estrangeiros no Brasil.

o caráter de manifesto apresentado no texto, que se coloca sob a forma de um discurso em defesa das reformas de base, na tentativa de se construir “ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam” (Sirinelli, 2003, p. 248); no caso do livro, a tentativa de Furtado era a de justamente criar um laço com a juventude universitária em prol da luta pelo desenvolvimento. No trecho a seguir, ele faz uma análise certa do ambiente político-social nacional que permitiria (e permitiu) um Golpe de Estado, e, mais uma vez, defende as reformas de base como único caminho político viável para a manutenção de um ambiente democrático aberto:

O retrocesso na organização político-social não virá ao acaso e sim como reflexo do pânico de certos grupos privilegiados em face da pressão social crescente. Não permitindo as rígidas estruturas de adaptações gradativas, a maré montante das pressões tenderá a criar situações pré-cataclísmicas. Nessas situações é que os grupos dominantes são tomados de pânico e se lançam a soluções de emergência ou a golpes preventivos. Fossem as modificações progressivas ou gradativas, e o sistema político-social resistiria (1962, p. 31).

Se no primeiro ensaio de *A PRB* Furtado apresenta um quadro “pré-cataclísmico” da sociedade brasileira e defende as reformas como único meio possível para manutenção do sistema político-social democrático, no segundo ensaio do livro, ele vai analisar o porquê das políticas econômicas clássicas (e keynesianas) estarem incapacitadas para perceber a natureza dos problemas de uma economia subdesenvolvida e a urgência das reformas de base, no caso específico do Brasil.

Furtado inicia o ensaio reconhecendo o mérito de Keynes ao perceber a inexistência dos automatismos na economia, porém critica os keynesianos por formularem modelos de correções macroeconômicas que restabeleciam o funcionamento dos automatismos da economia, o que, para Furtado, funcionava apenas em economias altamente desenvolvidas e com algumas ressalvas. Essa operação teórica de reconhecer o mérito de algumas teorias pregressas e formuladas por economistas do centro e, em outra via, perceber a sua ineficiência para as economias subdesenvolvidas, é uma marca da teoria do subdesenvolvimento furtadiana. Ele questiona uma teoria do desenvolvimento que tenta se impor, não levando em conta as especificidades históricas de cada nação, através de modelos quantitativos sem eficácia alguma para a compreensão de realidades sociais e econômicas dos países periféricos e subdesenvolvidos: a teoria do subdesenvolvimento, nesse sentido, apresenta-se como crítica da modernidade imposta

pelos países da Europa central e EUA às demais nações ocidentais no período pós-II Guerra Mundial.

Nos países subdesenvolvidos, as políticas econômicas devem privilegiar modelos qualitativos, pois os modelos quantitativos não conseguem compreender as dinâmicas dessas economias. Para elaborar políticas qualitativas, era necessária uma tomada de consciência nacional dos problemas estruturais da economia brasileira que veio a se consolidar com o projeto das Reformas de Base. Tais reformas visavam corrigir um desajuste estrutural que proporcionava tensões sociais advindas da distância entre as expectativas de desenvolvimento e o limitado acesso aos frutos do mesmo.

A hipótese que Furtado propõe para essa relação entre os desequilíbrios estruturais e o aumento das tensões sociais deriva de uma aceleração da industrialização (sem planificação), transformando a indústria no principal “centro dinâmico da economia” (1962, p. 40), de modo que gerasse consequências no campo político, como ele explica:

A extrema rapidez dessas transformações provocou sérios desajustamentos estruturais que se projetam de forma muito ampliada no plano político. Houvesse sido mais lenta a evolução industrial, e as estruturas econômicas ter-se-iam progressivamente acomodado. Neste caso, os desajustamentos entre a representação política e a realidade econômica não alcançariam certo ponto crítico, que é a causa das presentes tensões. Seria, entretanto, ingênuo pretender condenar o desenvolvimento industrial porque foi rápido. Trata-se, em realidade, de identificar as consequências da não adaptação dos demais setores a esse rápido crescimento. As reformas de base devem ser compreendidas como uma tentativa para eliminar os fatores que vêm dificultando essa adaptação. (1962, p. 40)

O principal problema estrutural da economia brasileira naquele período era a inflação, que aumentava ainda mais as tensões sociais, uma vez que o aumento dos preços dos alimentos e serviços nos grandes centros urbanos do país pressionavam os salários dos trabalhadores que vinham tendo reajustes abaixo do índice de inflação. Furtado defende nesse segundo ensaio de *A PRB* que a inflação operava no Brasil como um imposto incidente sobre a população mais pobre, “transformando o desenvolvimento econômico em um sacrifício para grande parte da população” (1962, p. 43). As reformas tributária e fiscal teriam a função de corrigir essa situação e poderiam diminuir as tensões sociais, dado que o “investimento público é financiado não com o esforço daqueles que se beneficiam dos frutos do desenvolvimento, e sim com o sacrifício daqueles que não têm acesso a esses frutos” (idem, p. 43).

O último ensaio que trata sobre a economia brasileira também é o nono e último ensaio de *A PRB*, intitulado “A economia brasileira na metade do século XX”. Nesse ensaio, Furtado atualiza o recorte temporal apresentado em *FEB*, que analisava a economia brasileira até meados da década de 1950, e o projeta até o início da década de 1960. Ele inicia o texto retomando a tese do primeiro ensaio: o desenvolvimento industrial do último decênio (1950-1960) concluiu uma fase decisiva de “transformação de uma economia colonial num sistema industrial diferenciado” (1962, p. 107). O termo “diferenciado” usado por Furtado é o que aponta para as características subdesenvolvidas que essa industrialização adquiriu, e para o alto custo social que o desenvolvimento tem representado para a parcela mais excluída, e majoritária, da sociedade brasileira.

Ao defender a ideia de que a economia brasileira havia conquistado os seus “centros de decisão” a partir da década de 1930 e que essa conquista estava se consolidando no início da década de 1960, Furtado apresentou um certo grau de otimismo que não se verificaria em suas produções pós-1964. Essa tese seria revista por Furtado, ao apontar para as dependências tecnológica e financeira que a economia brasileira ainda apresentava durante a década de 1960.

Apesar de seu otimismo quanto à autonomia de decisão por parte dos agentes econômicos nacionais, que se justifica pelo empenho político ao qual se dedicava durante o início da década de 1960, essa tese de Furtado apresenta um interessante movimento econômico percebido por ele: a conquista desses “centros de decisão” derivou de uma mudança “do centro dinâmico do setor externo para o industrial” (1962, p. 110). A industrialização teve como consequência a consolidação do mercado interno de produtos manufaturados, que agora já não sofriam tanto com as flutuações dos preços no exterior e poderiam finalmente integrar as dispersas regiões econômicas do Brasil em um sistema nacional. Nas palavras de Furtado, a industrialização “trouxo para dentro do país o centro dinâmico do seu crescimento, mas também vinculou as distintas regiões a esse centro dinâmico” (1962, p. 110).

A industrialização ocorrida até o final dos anos 1940 encontrava barreiras estruturais para a sua ampliação nos primeiros anos da década de 1950. O principal empecilho era o da “dependência da formação de capital com respeito às importações” (Furtado, 1962, p. 112), com destaque para a importação de equipamentos e de produtos semielaborados, como lâminas de aço, metais não-ferrosos e combustíveis. A necessidade de importar para consolidar o desenvolvimento da indústria encontrava limites de formação de capital, o que por sua vez, traduziu-se em uma enorme pressão inflacionária.

Essa deformação só começará a ser corrigida na segunda metade da década de 1950, com a implantação do parque metalúrgico e o surgimento da Petrobrás, reduzindo a “importância estratégica da capacidade de importar” (idem, p. 114), como Furtado explica:

Na medida em que isso ocorra, aumentará a flexibilidade de todo o sistema econômico, encerrando-se a etapa das pressões inflacionárias incontíveis. Já não existirá a dicotomia entre crescimento com inflação ou estagnação, pois os dois vetores do processo de formação de capital – a poupança e o investimento – poderão ser disciplinados mediante decisões internas que não se traduzam, necessariamente, em redução do ritmo de crescimento econômico.

Em síntese, o Brasil, ao iniciar-se a sétima década do século, encontra-se no umbral de sua transmutação em nação industrial (1962, p. 114).

Furtado termina o ensaio destacando que a geração do início dos anos 1960 havia tomado consciência do caminho do desenvolvimento e, ao internalizar os centros de decisão, passaria a ter em suas mãos a condução de um projeto desenvolvimentista. Após as iniciativas do governo de Juscelino Kubitschek, encontrávamos condições de tornar o Brasil uma das áreas de maior dinamismo econômico e social do planeta. O movimento para ultrapassar esse “umbral” em que se encontrava a economia brasileira deveria ter a sua liderança assumida pelo “Governo Nacional” (1962, p. 115), que conduziria a “busca da conquista final do Brasil, a realizar-se nos próximos decênios” (idem, p. 116).

Nesses ensaios sobre a economia brasileira e política econômica, Furtado ainda mantém um certo grau de otimismo e esperança que irão se dissolver em seus escritos posteriores. Após o seu exílio em 1964, Furtado incorporaria um discurso mais pessimista e passaria a elaborar uma teoria da estagnação e da dependência que seriam a marca de sua produção logo após o golpe militar.

2.2.2 Ajustes na teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento

O quinto ensaio de *A PRB*, intitulado “Subdesenvolvimento e Estado Democrático”, apresenta um ajuste à teoria do subdesenvolvimento apresentada anteriormente pelo autor em *FEB* e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Furtado defende nesse ensaio a tese da necessidade de se reformular as funções do Estado em bases democráticas, em um processo em que a “ressignificação da democracia ocorreu *pari passu* à compreensão mais fina do autor sobre o subdesenvolvimento, passando de

meta a ser alcançada na superação do subdesenvolvimento até a sua conversão em ferramenta ou *modus operandi* necessário à construção do desenvolvimento” (Cêpeda, 2015, p. 155). A democracia era a via política possível para a superação do subdesenvolvimento, logo, o seu enfraquecimento ou deterioração implicava um aprofundamento da condição subdesenvolvida.

O conceito de subdesenvolvimento passa a conter uma dimensão política mais relevante. A partir de sua trajetória política, desde a criação da SUDENE, Celso incorporou ao seu conceito de subdesenvolvimento a democracia e a dimensão política, com maior destaque para a definição conceitual da condição subdesenvolvida dos países periféricos, como o caso do Brasil.⁸⁷ O Estado só poderia atuar como promotor do desenvolvimento, em uma dimensão socioeconômica, dentro de um quadro democrático aberto. Para isso, era necessária uma tomada de consciência nacional da necessidade do caminho do desenvolvimento e que promovesse a eleição de parlamentares e chefes do executivo comprometidos com a via do desenvolvimento autônomo da economia brasileira.

Nesse ensaio, Celso ressalta que a condição subdesenvolvida é resultante de condições históricas, sendo assim, a pobreza relativa da maioria da população não é de uma ordem natural, muito pelo contrário, faz parte de um projeto nacional liderado pelas velhas elites oligárquicas concentradoras da renda e do poder no Brasil. Dessa forma, a superação do subdesenvolvimento necessitava “reformular as funções do Estado” (1962, p. 73), uma necessidade que diferenciava os países subdesenvolvidos perante os desenvolvidos: enquanto nos últimos a estabilidade econômica deriva do pleno emprego de todos os fatores de produção e “para alcançar esse objetivo, é necessário abandonar os ideias do *laissez-faire* em importante segmento da atividade social” (idem, p. 74), nos subdesenvolvidos esse “abandono” do *laissez-faire* deveria ser ainda mais profundo. O desequilíbrio estrutural dos fatores de produção levou a se pensar a estabilidade nos países subdesenvolvidos ao nível dos preços, mas é justamente esse desequilíbrio estrutural que reforça a importância da ampliação do papel do Estado frente à economia, que não vem

⁸⁷ A inclusão da democracia no conceito de subdesenvolvimento proporciona o que Barros (2016) definiu como uma ampliação da dimensão compreensiva de um conceito, ou seja, um maior “esclarecimento das características que o constituem” (2016, p. 72). Os conceitos possuem duas dimensões: a extensão e a compreensão, e cada vez que se aumenta a compreensão (ou o conteúdo), diminui-se a extensão, ou abrangência, daquele conceito. Essa operação resulta em um refinamento maior da compreensão do subdesenvolvimento brasileiro, em um movimento que dotará o conceito de uma maior especificidade. O “caso brasileiro” se diferencia dos demais países subdesenvolvidos e, na medida em que o autor delimita melhor as características do subdesenvolvimento, ele diminui a sua extensão aos demais países, porém define com mais precisão a situação brasileira.

para “coibir a atuação do empresário privado; vem criar condições para que este surja ou se consolide” (idem, p. 76).

A tese de Furtado nesse artigo ajusta o conceito de subdesenvolvimento elaborado até então pelo autor, que passa a considerar as funções do Estado nas economias subdesenvolvidas, em uma crítica ao modelo de Estado que prevalecia no Brasil. Era necessário para o autor um “debate aberto no campo da ciência política” (1962, p. 77), pois havia um “atraso relativo nas ideias políticas (...) entrevando o aperfeiçoamento do instrumental que dispõe o Estado” (idem, p. 77). Cabia um esforço em comum entre cientistas políticos e economistas, para que “o problema das funções do Estado em um país de economia subdesenvolvida seja compreendido à luz dos autênticos ideais da sociedade democrática” (idem, p. 77).

Deriva da condição subdesenvolvida um atraso político que só pode ser superado com o refinamento das funções do Estado dentro de uma sociedade democrática. Furtado mais uma vez recorre a um discurso convocatório e alerta para a urgência do período que passava o Brasil: “Nenhuma tarefa é mais urgente, neste país, do que a de aparelhar o Estado para a luta do desenvolvimento. De organização quase exclusivamente destinada a prestar serviços, o Estado está evoluindo para um dispositivo de ação com a responsabilidade de transformar a estrutura econômica” (1962, p. 78). Esse é o ponto que diferencia a teoria de Furtado das teorias dos demais desenvolvimentistas do período, pois, para ele, o Estado democrático não é o resultado de uma política de desenvolvimento capitalista, e sim o único meio político viável para a consolidação do desenvolvimento. A ação proposta pela teoria furtadiana não encontra seu espaço de atuação dentro de movimentos revolucionários, mas sim dentro do próprio aparelho estatal, por isso a necessidade de se reformular a estrutura administrativa com o intuito de aperfeiçoar a aplicação dos recursos disponíveis, atentando ao “valor social do investimento” (idem, p. 78).

O quarto ensaio de *A PRB* apresenta dois ajustes em relação à teoria do desenvolvimento apresentada anteriormente em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Intitulado “Desenvolvimento sem política de desenvolvimento”, o ensaio apresenta primeiramente a tese da “brecha histórica” que se abriu na sociedade brasileira rumo ao desenvolvimento: “Os três decênios que vão de 1930 a 1960 muito provavelmente passarão à História do Brasil como a etapa decisiva da desagregação da economia colonial e de luta pela conquista de novos caminhos de acesso ao desenvolvimento econômico” (1962, p. 64).

Furtado destaca que “até 1930, o Brasil continuou dominado pelo complexo ideológico colonial” (1962, p. 64) e, após esse período, o país passava por uma fase de transição para “superar o módulo colonial, dentro do qual o país se havia historicamente expandido” (idem, p. 65). A brecha histórica era percebida pelo economista paraibano como uma janela de oportunidade para o país finalmente superar a condição de subdesenvolvimento, e é daí que deriva toda a urgência percebida ao longo do livro: não era o momento de se desgastar em prol de uma revolução do tipo marxista-leninista, mas sim de se canalizar os esforços em busca da superação do modelo colonial de produção e comércio que condicionaram o subdesenvolvimento brasileiro.

O segundo ajuste que Furtado apresenta nesse curto ensaio (oito páginas no total) é a tese de que o desenvolvimento apresentado pelo Brasil nos três decênios entre 1930 e 1960 “resultou muito mais de uma imposição histórica do que da tomada de consciência da realidade nacional pelos homens que dirigiram o país” (1962, p. 65). Essa tese já havia sido apresentada em *FEB* e ficou conhecida por defender que a política de industrialização iniciada durante a década de 1930 foi de um caráter não intencional e derivou dos esforços para a manutenção dos preços do café em um período de enorme crise internacional.

A ajuda ao setor cafeeiro possibilitou uma “industrialização de tabela” (Furtado, 1962, p. 65); e se antes de 1962 Furtado definia como não intencional a política de industrialização ocorrida na década de 1930, ele agora redefine o termo e passa a classificar o período não mais como “não intencional”, mas sim “sem uma autêntica política de desenvolvimento”. Essa autêntica política seria composta por uma conjunção de outras medidas que alavancassem a produtividade da indústria, como medidas fiscais, cambiais, ajuste de salários e reformas institucionais que facilitassem a sua consecução. Porém, somente medidas e a iniciativa do Estado eram insuficientes; era também necessário o empenho da classe industrial e a livre organização dos trabalhadores, ou seja, a “autêntica” política de industrialização de Furtado é uma espécie de simulacro da experiência ocorrida na Inglaterra da Revolução Industrial.

Essa falta de orientação para a condução da industrialização “veio somar-se à ausência de uma política de investimentos de infraestrutura de parte do poder público” (Furtado, 1962, p. 66), resultando em uma industrialização sob forte pressão inflacionária. Em outras palavras, a falta de uma estrutura básica de transportes e energia elétrica, por exemplo, encarecem o custo de produção das manufaturas e da indústria em geral. Furtado explica como a falta de coordenação política da industrialização que ocorria na década de

1940 no Brasil, sobretudo a política cambial após a II Guerra Mundial, acabou impossibilitando o projeto de industrialização em curso no país:

Partimos, em 1946, com uma política cambial fundamentalmente anti-industrialista. A ideologia, então prevalecente, assegurava que a industrialização dos anos trinta e do período da guerra fora artificial, sendo necessário corrigir esse artificialismo através de amplas importações corretoras. A consequência imediata (...) foi a liquidação em menos de dois anos das reservas cambiais acumuladas durante a guerra. Como consequência indireta tivemos a adoção, a partir de 1948, de uma política cambial que veio a favorecer de forma ilimitada o setor industrial sem, contudo, obedecer a diretrizes de uma autêntica política de industrialização (1962, p. 65-66).

Esse período de desorientação política da industrialização se encerraria no início da década de 1950, resultando em “desequilíbrios estruturais acumulados” (Furtado, 1962, p. 67) e apresentando ao país basicamente duas alternativas pós-1954: adotar as medidas do Fundo Monetário Internacional (FMI), visando controlar a inflação através da diminuição dos investimentos, ou manter o nível de investimento frente ao crescimento da inflação. A opção pela segunda revela, segundo Furtado, que “as forças orientadas para o desenvolvimento econômico lograram finalmente a predominância na política nacional” (idem, p. 67), e é a partir de 1953 que começam a “estruturar-se as linhas de uma política de desenvolvimento” (idem, p. 68) com a criação do BNDE e do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Após 1954, o debate não girava mais em torno da manutenção de uma estrutura econômica colonial que definiu o subdesenvolvimento, frente à modernização via industrialização. O que a teoria do subdesenvolvimento proporcionava era um questionamento acerca da modernidade imposta pelos países centrais, que se apresentava apenas sob a forma de consumo, por parte das elites locais, de produtos de luxo importados. Modernizar, na perspectiva da teoria do subdesenvolvimento furtadiana, é confrontar a posição preestabelecida pelos países centrais com periféricos em um movimento consciente e planejado rumo à industrialização e à conquista dos centros de decisão da economia nacional.

Por fim, Furtado acerta ao prever que “esse desenvolvimento tem raízes profundas e alcançou uma fase de semiautatismo: quaisquer que sejam os obstáculos que se lhe antepõem, tudo indica que ele seguirá adiante” (1962, p. 68). Mesmo após o rompimento da experiência populista/nacional-desenvolvimentista de João Goulart, os militares, após o golpe de 1964, conduziram uma política desenvolvimentista, porém de

cunho autoritário. Isso mostra que “política econômica é política, antes de ser economia. E toda política deve partir de uma clara percepção da realidade, das forças profundas que já estão em movimento e que configurarão, em boa medida, o futuro” (idem, p. 68-69). Nessa passagem do texto, Furtado deixa claro que as forças políticas em movimento no país (sindicatos, trabalhadores rurais, classe média urbana, militares, empresários e industriais) já haviam tomado a decisão pela condução de uma política de desenvolvimento, sendo assim, não havia espaço, mesmo em um regime autoritário como foi o Governo Militar brasileiro, para o retorno a uma política econômica que privilegiasse as bases coloniais da economia brasileira. É certo que devido ao apoio da classe política, ligada à economia de cunho primário-exportadora, ao regime militar, certos privilégios dessa classe foram mantidos e a reforma agrária nunca mais foi adiante no Brasil, porém a opção política nacional pelo caminho da modernização, via desenvolvimento econômico, foi imperativa e mesmo com a manutenção de privilégios, os militares conduziram uma política de industrialização e desenvolvimento planejado.

2.2.3 A objetividade do economista e sua formação em um país subdesenvolvido

O terceiro bloco temático de *A PRB* aborda questões mais específicas sobre a formação dos economistas e é composto por três ensaios⁸⁸. Furtado remonta o argumento apresentado nos ensaios anteriores sobre a tomada de consciência nacional pela opção do desenvolvimento, destacando que, durante períodos de profundas e rápidas transformações, a responsabilidade social dos “trabalhadores do pensamento” (1962, p. 80) ganha ainda mais importância, daí a necessidade de uma reflexão sobre a formação desses profissionais dentro de um complexo arranjo que viabilizaria uma forma de desenvolvimento mais conectado com as verdadeiras transformações necessárias em nível de renda e qualidade de vida da população.

Furtado elabora uma epistemologia da ciência econômica, ao discorrer sobre a questão da objetividade em economia, principalmente ao compreender as limitações dessa objetividade. Ele afirma: “não acreditamos em ciência econômica pura, isto é, independente de um conjunto de princípios de convivência social preestabelecidos, de julgamentos de valor” (1962, p. 81). A ciência econômica no pensamento furtadiano é multidisciplinar, e não se limita a aplicações de modelos macroeconômicos,

⁸⁸ Os ensaios referidos são os capítulos 6, 7 e 8 de *A PRB*.

principalmente aqueles empurrados goela abaixo pelo FMI, elaborados por economistas que pretendem universalizar modelos de “estabilidade econômica” que em economias subdesenvolvidas, como a do Brasil, “poderia ter um custo social mais alto do que a própria inflação” (idem, p. 83).

Enquanto nos ensaios anteriores o autor buscou aproximar-se da juventude universitária através de um “marxismo vivo”, ao abordar a objetividade na economia, Furtado ataca diretamente os economistas liberais e os adeptos do *laissez-faire*, ao dizer que estes “parecem tão fora de realidade em um país como o nosso, particularmente nas regiões mais pobres. Nestas últimas, o *laissez-faire* significa, simplesmente, a perpetuação da miséria” (1962, p. 88).

Furtado é muito mais incisivo ao criticar os economistas liberais se comparado à crítica que ele faz aos marxistas. Ele reconhece muito mais méritos na abordagem de Marx e ressalta o seu caráter mobilizador, principalmente entre a juventude universitária. Ao defender as reformas de base como uma saída ao impasse nacional estabelecido entre os modelos liberais e a esquerda nacionalista, Celso passa a ser percebido muito mais como um intelectual de esquerda do que o contrário. E essa percepção se justifica pela postura do autor em seu texto, como ao ressaltar o que ele define como “aspectos econômicos do desenvolvimento social” (1962, p. 91). Em sua política econômica, a economia atua subordinada aos interesses da sociedade, que, por sua vez, anseia por um desenvolvimento que seja mais inclusivo e que beneficie todo o povo brasileiro. O desenvolvimento social é que é o verdadeiro imperativo, e é a sociedade quem deve se organizar e pautar o desenvolvimento, pois na perspectiva de Furtado, a economia atua como um “aspecto” desse esforço e essa tarefa “transcende da competência exclusiva dos economistas. A ciência política, a sociologia e outras disciplinas deverão ser igualmente mobilizadas” (1962, p. 90).

No segundo ensaio sobre a formação dos economistas, Furtado propõe um programa para a formação desses profissionais em países subdesenvolvidos. Essa proposta está inserida dentro da teoria do subdesenvolvimento furtadiana, ou seja, em uma crítica à modernidade imposta pelos países centrais. Ele destaca que um economista formado em um país subdesenvolvido deveria se especializar em três estudos principais: o primeiro, e mais urgente, é o do desenvolvimento econômico, “qualificado como o problema do século” (1962, p. 92); o segundo estudo seria o da compreensão das desigualdades entre níveis de vida; e o terceiro, o das disparidades entre ritmos de crescimento de sistemas econômicos.

As teorias econômicas dos países do centro são também objeto da crítica de Furtado por simplificarem em modelos altamente abstratos uma realidade que não leva em conta o caráter histórico dos fenômenos econômicos. Essa difusão de modelos econômicos matemáticos, que *a priori* teriam validade universal, ao serem ensinados em universidades de países periféricos e subdesenvolvidos não auxiliam na compreensão daquilo “que é mais específico de uma determinada realidade, e o que mais dificilmente pode ser previsto. Na medida em que o econômico se esvazia de seu conteúdo histórico e mais se aproxima de um protótipo abstrato, mais pode ser previsto” (1962, p. 98).

Fazia-se necessária uma renovação do pensamento econômico e esse foi o tema do oitavo capítulo de *A PRB* e o último dos três ensaios sobre a formação dos economistas. Furtado alertava para uma urgente necessidade de “reconsideração crítica do conjunto de ensinamentos teóricos que professamos e aprendemos em nossas escolas de Economia” (1962, p. 99). E a teoria do subdesenvolvimento fornecia as ferramentas críticas e inovadoras que poderiam iniciar esse movimento, pois até o presente momento, o Brasil era inexpressivo na produção acadêmica na área de Economia (idem, p. 100), justamente por essa formação se dar através de uma “doutrina” que exige um alto grau de abstração e simplificação da realidade, impedindo o esforço crítico e inovador. Furtado desejava criar um “ambiente científico no setor econômico” (idem, p. 101), a fim de fomentar e capacitar os quadros técnicos do Governo para a elaboração e prática de um projeto de desenvolvimento nacional, trazendo para o trabalho científico uma responsabilidade social.

2.3 O Plano Trienal e os últimos anos do Governo João Goulart (1962-1964)

Para compreender melhor o que foi o Plano Trienal, é preciso recuar um pouco aos meses que precedem o seu lançamento em janeiro de 1963. Desde agosto de 1961, o Brasil vivia sob um regime parlamentarista, o que fomentava uma crise política associada à uma crise inflacionária, aumentando ainda mais os conflitos sociais. Trabalhadores urbanos sindicalizados e camponeses associados às Ligas Camponesas protestavam nas cidades e nas zonas rurais pelo reconhecimento de seus direitos e por aumento de salários, enquanto na esfera política havia um divórcio em andamento entre o Poder Executivo, empenhado na aprovação das Reformas de Base, e o Poder Legislativo, freando qualquer movimento do governo na direção dessa aprovação.

Em 1962, ocorreriam eleições no final do ano e Celso Furtado, percebendo a importância que o pleito teria para a renovação do Congresso Nacional e de alguns governos estaduais, aproxima-se ainda mais de João Goulart na busca de esclarecer o presidente sobre a importância das eleições daquele ano para o desenrolar do restante de seu governo, que ainda teria mais três anos de duração e iria até o final de 1965. Furtado percebeu que a principal questão para Jango era “restaurar o presidencialismo” (1989, p. 142), e o presidente gastava todos os seus esforços para conseguir a antecipação do plebiscito que decidiria pela manutenção do atual regime, ou a volta do presidencialismo e a retomada de seus plenos poderes constituídos.

Foi nesse contexto que Furtado buscou apresentar a João Goulart a sua ideia de reunir as forças políticas progressistas para a defesa das Reformas de Base, e esclarecia ao presidente que “se não obtivermos agora um Parlamento capaz de levar adiante as reformas, uma verdadeira chance histórica terá sido perdida” (1989, p. 143). Goulart aprovou a ideia e Furtado ficou responsável pela elaboração de um documento-manifesto, além dos contatos com as diversas lideranças que poderiam apoiar a iniciativa.

Esse movimento de Furtado mostra o alcance que sua presença tinha na cúpula do governo, e teria sido o mais influente movimento político conduzido por ele após a campanha para a inauguração e consolidação da SUDENE. Teria sido; porque o manifesto de Furtado, mesmo aprovado por Goulart, não conseguiu apoio suficiente entre as lideranças políticas e, meses depois, o presidente, em uma conversa informal, mostrou a ele a ingenuidade do esforço do ministro, que “preocupado em salvar as instituições democráticas, teria forjado instrumentos para aqueles que queriam antecipar o seu enterro” (1989, p. 151).

O *Manifesto das Forças Progressistas*⁸⁹, título que Furtado deu ao documento, permaneceu inédito até a sua publicação na íntegra no livro *A Fantasia Desfeita* (1989). O manifesto iniciava apontando que a democracia brasileira estava assentada em um “marco institucional em grande parte obsoleto” (1989, p. 144), tese que Goulart disse a

⁸⁹ Norberto Bobbio tipifica os manifestos como “uma das manifestações características dos intelectuais como grupo à parte” (1997, p. 76). Os manifestos são reveladores das relações de apoio, traições e deserções, apresentando ao historiador uma importante fonte para a pesquisa sobre o “microclima” dos intelectuais, como definiu Sirinelli (2003). Bobbio também propõe uma tipologia dos manifestos, dividindo-os entre manifestos ideológicos e manifestos de expertos: “os primeiros fundam sua capacidade persuasiva na reafirmação de valores (o que é próprio de uma ética da convicção), os segundos dirigem a atenção para as consequências (o que é próprio de uma ética da responsabilidade)” (1997, p. 76). Dentro dessa tipologia proposta, percebo o manifesto de 1962 mais próximo de uma ética da responsabilidade, na qual Furtado fundamenta seu argumento da importância da ação dos intelectuais, e suas responsabilidades em um momento “pré-revolucionário”, como ele mesmo definiu o início da década de 1960.

Celso que “tem sido apreciada por várias pessoas. O Osvino [o general Osvino Alves, então no Comando do I Exército] achou que ele “está ótimo para ser utilizado num golpe” (idem, p. 151). O presidente esclareceu a Celso que, em política, muitas vezes o idealismo esconde uma certa ingenuidade e que era necessária muita astúcia em um período tão complexo como aquele do início dos anos 1960: qualquer movimento em falso poderia dar mais combustível para a sanha dos golpistas.

Além da tese central sobre o marco constitucional ultrapassado, precisando ser reformado, Furtado elabora críticas ao sistema fiscal que fez do desenvolvimento um mecanismo para enriquecer ainda mais a elite, e não poupa os latifundiários nordestinos de críticas, atribuindo à velha política dos coronéis um dos empecilhos para o desenvolvimento. Furtado poderia muito bem municiar os opositores de Goulart através dos argumentos apresentados pelo próprio, como quando diz que “o desenvolvimento acarretou injustiças sociais” (1989, p. 145) e que estávamos diante de um “marco institucional anacrônico” (idem, p. 145). Argumentos como esses cabiam bem aos golpistas de plantão, que poderiam argumentar que o marco institucional se encontrava defasado e um governo militar de transição poderia “arrumar a casa” e, alguns anos depois, restabelecer o regime democrático, argumento que seria usado por eles anos depois.

Foi nesse documento que pela primeira vez Furtado sistematizou as Reformas de Base, ainda que de forma inédita. O texto por hora produzido assemelha-se em muito ao do capítulo sobre as reformas, contido no texto final do Plano Trienal. Apesar de Furtado ter sistematizado a sua perspectiva das Reformas de Base em forma de texto em 1962, segundo Moreira (2014), elas “tramitavam no Congresso Nacional, desde 1956, e com a posse de João Goulart elas obtiveram caráter sistêmico” (2014, p. 239).

As Reformas de Base propostas tornaram-se o maior objetivo político de Goulart e “não foi algo exposto apenas durante o seu governo, pois vinha desde a sua atuação como ministro do trabalho no segundo governo Vargas e como vice-presidente da República durante o governo JK” (Moreira, 2014, p. 240). Apesar de constarem na plataforma política de Goulart desde a sua atuação como ministro no governo Vargas, as reformas só seriam oficialmente retomadas após a volta do presidencialismo, em 1963, pois até esse momento Goulart concentrou a sua atuação no restabelecimento de seus poderes constitucionais de Presidente, o que só seria possível com o retorno ao regime presidencialista.

O governo João Goulart desejou criar uma consciência nacional a respeito das necessidades de reformas que possibilitassem a continuidade da política econômica desenvolvimentista, e nesse aspecto, o governo logrou êxito: “O debate sobre o assunto empolgara a sociedade de tal modo, que, a partir de certo momento, tornou-se difícil encontrar alguém, ou alguma força política, que sustentasse explicitamente que o país não precisava de reformas” (Corbisier, 1968, p. 104, citação em Moreira, 2014, p. 244). Apesar de um aparente consenso sobre a necessidade das reformas, quando foram detalhadas e apresentadas como projetos de Lei a serem apreciados pelo Congresso Nacional, as resistências apareceram. Em um de seus últimos atos como Presidente do Brasil, Goulart lançou, em 6 de fevereiro de 1964, o Programa da Frente de apoio às Reformas de Base, documento que melhor sistematizou as reformas encabeçadas pelo governo e dividiu a proposta em três partes (Moreira, 2014, p. 248-251):

1. **Emendas à Constituição:** extensão do direito ao voto dos analfabetos; elegibilidade dos alistados com a exclusão dos analfabetos e com a inclusão de militares de qualquer patente (desde que passem para a reserva); abolição da vitaliciedade dos professores catedráticos e reformas nos artigos 141, 16 e 147 da Constituição de 1946, para permitir o pagamento de indenizações nas desapropriações por interesse social.
2. **Leis Ordinárias:** revogação da restrição ao registro de partidos políticos pela Justiça Eleitoral; direito de greve; disciplinamento do arrendamento rural, abolindo o sistema de “meias”, “terças” e trabalho gratuito; reforma do sistema tributário imputando às maiores rendas uma maior tributação; anistia para todos os presos políticos e reajuste geral e periódico dos salários.
3. **Atos do Executivo:** reforma agrária através da declaração de interesses sociais para fins de desapropriação da faixa marginal das rodovias e ferrovias e o início de uma reforma com o intuito de eliminar o latifúndio; política nacional de abastecimento para fornecer alimentos a preços baixos e estáveis; reforma urbana através do subsídio para a construção e financiamento de habitação popular nos grandes centros urbanos; controle e expansão do crédito concedido por bancos oficiais e particulares com fins de impedir o financiamento das atividades especulativas; fortalecimento da Petrobrás S/A e do monopólio estatal do petróleo; política de exportação de manufaturas

brasileiras; política educacional visando à erradicação do analfabetismo e a manutenção de uma política externa independente.

O que Furtado pretendia com a angariação de apoio e assinaturas ao Manifesto era estabelecer um compromisso político dos envolvidos com a democracia, o desenvolvimento e com as Reformas de Base. O documento é muito mais um manifesto político do que intelectual, e a não adesão de importantes lideranças progressistas da época deixa claro a divisão das forças políticas que apoiavam João Goulart em finais de 1962. Ao refletir sobre a não adesão por parte dos progressistas ao manifesto, Furtado mais uma vez alerta para as possibilidades reais de o país entrar em uma grande instabilidade política, o que proporcionaria o ambiente ideal para uma solução arbitrária da situação:

Mas, se as forças que se opõem a essas reformas prevalecerem nesta fase crítica, tudo indica que as transformações advirão de choques, sucedendo-se períodos de avanço e de atraso com enorme desgaste de energias sociais e regressão dos padrões da vida política nacional. Neste último caso, o rumo dos acontecimentos não resultará de um confronto de opiniões nem da agregação da capacidade cuidadora expressada espontaneamente por todas as correntes de opinião. Resultará principalmente de decisões arbitrárias, muitas vezes tomadas sob pressões dos acontecimentos e condicionadas principalmente pelos interesses de grupos minoritários (1989, p. 146).

Em setembro de 1962, Celso Furtado foi convidado pelo presidente João Goulart a assumir um ministério que seria criado de forma “extraordinária” e contemplaria a pasta do planejamento; convite que o então superintendente da SUDENE aceitou. O governo precisava de um plano econômico para apresentar à população, que iria às urnas em 6 de janeiro de 1963 para decidir, em um plebiscito, pela volta do presidencialismo ou a permanência do regime parlamentarista que vigorava no momento. A inflação de 53,3%, no ano de 1962, era a grande pedra no sapato da administração de Goulart, que ao perceber a necessidade de apresentar à população um projeto econômico para os três anos restantes de seu governo, convocou Celso e sua equipe para a difícil missão de elaboração de tal projeto de tamanha envergadura em apenas dez semanas, pois a ideia do presidente era de apresentá-lo ao público antes mesmo do plebiscito. Contudo, quem também pressionava Goulart era o governo norte-americano, que através de seus embaixadores e do FMI exigiam esforços do governo brasileiro na direção de uma política econômica de

estabilização dos preços. Loureiro (2013) destaca que o grande intuito do plano era retomar a credibilidade internacional do Brasil com os seus credores estrangeiros:

os Estados Unidos estariam propensos a ajudar financeiramente o governo Goulart somente junto com outros credores e baseados em um conjunto de condições, tais como a implementação de um “fundamentado programa de estabilização”, a resolução dos casos de expropriação de subsidiárias norte-americanas, o abandono da Política Externa Independente (PEI), e o fim dos vínculos de Goulart com “comunistas” (2013, p. 676).

O ano de 1962 foi difícil para João Goulart no plano internacional. O presidente permanecia convicto na adoção de uma política externa independente (PEI) e abria relações comerciais com países da África, México, China, e até ameaçou se aproximar da URSS para obtenção de recursos, uma vez que os EUA negavam constantemente as tentativas de negociação propostas pelo governo brasileiro. Loureiro (2013) conduziu uma pesquisa brilhante nos arquivos liberados pelo governo norte-americano após o período de sigilo expirado, e constatou que em outubro de 1962 “uma equipe norte-americana liderada pelo general William Drapper foi enviada ao Brasil para analisar a situação financeira do país” (2013, p. 675). O diagnóstico da equipe foi de que o Brasil caminhava para uma grave crise financeira e que os “Estados Unidos deveriam manter somente ‘ajuda limitada’ até que Goulart fosse retirado do poder” (idem, p. 675).

Para os EUA, a sentença de Jango estava dada desde o final de 1962, e o *modus operandi* definido foi o de financiar os seus principais opositores na eleição de 1962, aumentar a presença de funcionários a serviço da Embaixada americana no Brasil⁹⁰ e apoiar financeiramente institutos, como o IPES e o IBAD na confecção de material de propaganda anticomunista, associando Jango aos comunistas em uma campanha travada principalmente nos jornais durante os anos de 1963 e 1964. De acordo com Loureiro (2013), “o governo Kennedy foi o primeiro a ter acesso ao Plano Trienal” (2013, p. 179) em uma reunião em 18 de dezembro daquele ano e que contou com as presenças de Celso Furtado, do embaixador Lincoln Gordon⁹¹ e do assessor econômico da embaixada Ralph Korp.

⁹⁰ O número de oficiais a serviço dos EUA no Brasil aumentou consideravelmente entre os anos de 1961 e 1964. Furtado testemunha ter tomado conhecimento, por volta de 1962, de “que os pedidos de vistos nos consulados do Brasil para cidadãos norte-americanos com destino ao Nordeste cresceram brutalmente” (1989, p. 136).

⁹¹ Abraham Lincoln Gordon (1913-2009) foi embaixador dos EUA no Brasil entre 1961-1966 e teve atuação destacada quanto à decisão do governo norte-americano em apoiar as iniciativas dos opositores de João

O Plano Trienal foi oficialmente apresentado à população brasileira em um pronunciamento aberto em cadeia de rádio e TV, proferido por João Goulart em 31 de dezembro de 1962. Uma semana antes do plebiscito, como era da intenção de Jango, ele conseguiu entregar à opinião pública e à população um plano no qual “as preocupações com estabilidade, embora importantes, devem ficar subordinadas ao objetivo maior, isto é, ao desenvolvimento econômico” (Bielchowsky, 2004, p. 148). A preocupação com a estabilidade econômica foi uma condição do FMI para voltar a negociar com o governo Jango e o plano elaborado pela equipe de Furtado, que visava manter o crescimento econômico através de um combate gradual da inflação, estabelecendo metas de redução da inflação até alcançar o patamar de 10% no ano de 1965.

O Plano Trienal propunha a redução do déficit público via cortes de subsídios para importação, reajustes das tarifas de serviços públicos, uma política mais austera e transparente para o crédito, aumento de impostos e um incremento de 40% no salário mínimo. Apresentado como um plano de desenvolvimento, algumas medidas citadas acima soam bastante heterodoxas, vindas de um dos principais teóricos do desenvolvimentismo latino-americano, como foi Celso Furtado. Essa característica dual contida no Plano Trienal é também um dos motivos de seu fracasso enquanto política econômica, pois, por um lado, assegurava as imposições do FMI e, por outro, propunha manter o ritmo de desenvolvimento (com uma taxa média prevista para os três anos de 7% a.a.), acenando para as bases sindicais e mais populares do governo através da defesa da implementação das Reformas de Base: essas duas posições jamais se conciliariam e com a gradual aproximação de Jango de suas bases sindicais e de políticos de esquerda, os EUA, que já haviam tomado sua posição quanto à complexa situação política de Goulart, apoiariam os militares e golpistas que vieram a tomar o poder em abril de 1964.

Nos primeiros meses de 1963, os EUA apreciaram as iniciativas de Jango relacionadas ao Plano Trienal e aos acordos estabelecidos. Em janeiro de 1963, Goulart decide pagar uma compensação pela nacionalização das empresas norte-americanas desapropriadas por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Loureiro (2013) revela ainda que o governo Jango convidou o FMI para fazer uma visita sigilosa ao Brasil, mas que acabou vazando para a imprensa, prejudicando a imagem do presidente com setores da esquerda.

Goulart. O embaixador era considerado um especialista em América Latina e foi escolhido pessoalmente por John Kennedy para assumir a embaixada no Brasil.

Em março de 1963, o Ministro da Fazenda San Tiago Dantas vai aos EUA negociar recursos e avaliar o impacto, entre os americanos, das medidas tomadas desde a implementação do Plano Trienal. Furtado, ao escrever sobre esse encontro em *A Fantasia Desfeita* (1989), define-o como um momento crucial para a continuidade (ou não) das metas estabelecidas no plano, e observa que, no primeiro momento, San Tiago não teve dificuldades na recepção de sua apresentação aos técnicos do FMI, pois “na elaboração do Plano, eu [Celso Furtado] tivera o cuidado de embutir um conjunto de providências estabilizadoras que estavam longe de ferir a sensibilidade ortodoxa dos técnicos do FMI” (1989, p. 163). Era da intenção de Furtado e de todo o governo João Goulart se “acertar” com os EUA, e o empenho por parte do governo brasileiro foi enorme nesse sentido, mas como relembra Furtado, ao encontrar com San Tiago Dantas nos EUA no primeiro trimestre de 1963, ainda “pela metade de 1963, aparentemente os americanos já haviam feito a opção pelos grupos que queria abatê-lo [em referência ao presidente João Goulart]” (1989, p. 163).

O fracasso do Plano Trienal não se explica apenas pelo seu insucesso enquanto uma política econômica estabilizadora, visando ao mercado externo e às exigências de seus credores. Quando foi lançado, em janeiro de 1963, o governo estava em crise com as entidades empresariais e com os movimentos sindicais simultaneamente, pois ao aprovar a lei que implementou o 13º salário em 1962, o movimento dos trabalhadores passou a exigir o seu pagamento ainda para o mesmo ano, ao passo que empresários e industriais, alegando incapacidade financeira para o pagamento, solicitaram ao Governo ajuda, e o mesmo cedeu, abrindo linhas de crédito para financiar o pagamento aos trabalhadores, em uma operação que já extrapolava em 1000% a meta de crédito definida para o ano de 1963 pelo Plano Trienal.

Após a confusão política gerada pela questão do pagamento do 13º salário, os primeiros seis meses de 1963 foram de intensa agitação política: sindicatos e servidores públicos de diversas categorias reagiram contra a proposta de aumento de 40% previsto no Plano e que não cobria a inflação do período, defasando assim o salário dos trabalhadores. O governo Jango vai se colocando em um impasse insolúvel, pois por um lado era pressionado pelos empresários nacionais e industriais a reagir contra as demandas dos sindicatos e, por outro lado, não conseguia apoio no Congresso Nacional para aprovar nenhuma das Reformas de Base que eram reclamadas pela sua base sindical, que, por sua vez, ficavam insatisfeitas com as propostas de aumento do salário mínimo abaixo da inflação.

Em meados de junho de 1963, Celso Furtado é oficialmente afastado do ministério que ocupava e como consequência a pasta foi extinta, retornando apenas com a ditadura militar, após o golpe de 1964. Ele voltaria a ocupar o cargo de superintendente na SUDENE e simultaneamente ao seu retorno houve a aprovação do II Plano Diretor pelo Congresso Nacional, naquele mesmo mês. Furtado volta ao seu posto na SUDENE a tempo de conduzir, conjuntamente com sua equipe, a aplicação dos recursos aprovados, que totalizavam 115 bilhões de cruzeiros, o equivalente a 185 milhões de dólares na época (Furtado, 1989, p, 170).

Em maio de 1963, um mês antes do retorno de Furtado, durante uma reunião do conselho deliberativo com a presença de Lincoln Gordon, Miguel Arraes condena a atitude da maioria dos governadores que “com objetivos políticos de desestabilizar Celso Furtado e o governo Jango, procurava estabelecer acordos diretamente com os Estados Unidos” (Lima, 2009, p. 253). A SUDENE se tornara uma arena aberta para as disputas políticas que marcaram o fim do governo João Goulart: os EUA interferiam na região ajudando diretamente os governadores mais próximos de seus interesses, passando por cima das diretrizes estabelecidas pela superintendência e, para agravar a situação, Furtado não contava com o apoio do Governo no sentido de bloquear ou impedir esse tipo de intervenção. Furtado percebia, naquele momento, que não haveria muito mais tempo e que a queda do presidente Goulart já havia sido sentenciada, porém, isso não impediu que ele conduzisse uma série de projetos incluídos no II Plano Diretor, como:

- . Conclusão da linha de transmissão entre a Usina de Paulo Afonso/BA e a cidade de Natal/RN;
- . Conclusão da pavimentação da Rodovia Rio-Bahia;
- . Investimentos em saneamento básico, atingindo 55% da população nordestina;
- . Concessão de 510 bolsas de estudo para a formação de profissionais de nível superior;
- . Ampliação dos investimentos industriais, com a permissão de aplicação de recursos estrangeiros.

O II Plano Diretor da SUDENE acabou tornando-se um motivo de discórdia entre Francisco de Oliveira e Celso Furtado, devido a um mecanismo contido no plano que ficou conhecido como 34/18⁹², responsável por disciplinar e regulamentar a entrada de

⁹² “O Artigo 34/18 consistia na permissão de se abater até 50% da renda tributável de pessoas jurídicas do Brasil, desde que estas estivessem dispostas a destinar essa quantia para investimentos em projetos

capitais de outras regiões do Brasil e, a partir do II Plano, permitia também a entrada de capitais estrangeiros. A crítica de Oliveira ao mecanismo era a de não proporcionar ao Nordeste uma diferenciação do modelo de expansão capitalista promovido no Centro-Sul, muito pelo contrário: a SUDENE promoveu a integração nacional através da replicação de um modelo capitalista monopolista que homogeneizou a presença do capital da região Centro-Sul, e o mecanismo 34/18 foi justamente a ferramenta que possibilitou a transferência desse capital acumulado de uma região para outra que se encontrava com sérios problemas de formação de capital. Em resumo, os investimentos do Centro-Sul finalmente integraram a economia nordestina à nacional, porém mantendo uma relação de subordinação entre o Nordeste e o capital monopolista do Centro-Sul.

Em um depoimento dado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a SUDENE, em 2 de agosto de 1978, Francisco Oliveira revela que o “mecanismo foi criado precisamente por uma emenda dentro do próprio Congresso Nacional. Não constava, portanto, do plano original da Sudene” (2009 [1978], p. 205), e acrescenta que “na sua origem, o mecanismo do artigo 34, na verdade, assegurava que a União colocaria, ao lado de cada cruzeiro que os investidores privados quisessem trazer, um outro cruzeiro saído dos próprios fundos da União” (idem, p. 205). Esse depoimento esclarece as dificuldades políticas que o Governo, através de seus ministérios e órgãos, tinha de aprovar os seus projetos em um Congresso Nacional onde não encontrava apoio para nenhuma iniciativa proposta.

A alteração do projeto enviado aos parlamentares foi fundamental para que a SUDENE acabasse por promover uma industrialização associada ao capital monopolista nacional: uma vez que tivessem ocorridos os aportes da União previstos no projeto original, a região poderia ter condições em alguns anos de formar esse capital de maneira interna, pois os investimentos feitos pela União poderiam beneficiar a industrialização em setores de base que não interessavam aos investidores do Centro-Sul, que visavam instalação de indústrias e manufaturas que retornassem rapidamente os investimentos feitos.

industriais no Nordeste. Esses projetos deveriam ser aprovados previamente pela SUDENE, que iria julgar a prioridade deles para o desenvolvimento da região, e o valor recolhido seria destinado a uma conta bloqueada no BNB. Segundo Hirschman (1967), se os recursos depositados não fossem investidos em nenhum projeto aprovado num prazo de três anos após o recolhimento, o valor seria destinado à Fazenda Nacional” (Toledo, 2013, p. 27).

Furtado já levava em conta sair da SUDENE assim que Jango terminasse seu mandato, porém a tentativa de Goulart de proclamar um Estado de Sítio⁹³, em outubro de 1963, fez com que Furtado iniciasse a escrita de seu próximo livro, *Dialética do Desenvolvimento* (1964), lançado alguns meses após o Golpe de 1964 e no qual o autor empenhou-se em fornecer um “testemunho intelectual” (1989, p. 181) sobre aqueles que viriam a ser os últimos meses de democracia no Brasil.

No dia 1º de abril de 1964, Celso Furtado saiu do seu gabinete às 1h30min, após o anúncio de um nervoso vigia do prédio da SUDENE, que o avisou “que os militares haviam postado uma metralhadora em face do edifício” (1989, p. 190). Ele se dirigiu ao Palácio das Princesas, sede do governo de Pernambuco, e testemunhou a deposição do governador Miguel Arraes por ordem do IV Exército, comandado pelo general Justino Alves, durante a tarde daquele dia. Toda a jornada de saída de Celso Furtado de Recife, e posteriormente do Brasil, foi narrada pelo próprio em *A Fantasia Desfeita* (1989) e será em parte abordada na próxima seção, em que analiso a obra *Dialética do Desenvolvimento* (1964).

2.4 A *Dialética do Desenvolvimento*: classe, cidadania, cultura e a dimensão sociocultural do subdesenvolvimento

Dialética do Desenvolvimento (1964) foi lançado em junho de 1964 no Brasil, enquanto Celso Furtado estava no Chile ministrando um curso na CEPAL dedicado a revisar a produção da comissão nos últimos dez anos. Assim como em seu livro anterior, o autor dedica a epígrafe do livro a um historiador militar, citando Péricles através da obra de Tucídides, lembrando ao leitor que “não existe felicidade sem liberdade, e de que o fundamento da liberdade é a coragem” (1964, p. 7). Furtado dedica o livro aos companheiros da SUDENE, os quais ele define como “peregrinos da Ordem do

⁹³A tentativa de declaração de um Estado de Sítio pelo presidente João Goulart ocorreu em 4 de outubro de 1963, quando ele encaminhou ao Congresso Nacional um pedido de Estado de Sítio por 30 dias em todo o território nacional. O pedido do presidente ocorreu em reação à “Revolta dos Sargentos”, uma insatisfação dentro das Forças Armadas liderada por sargentos e suboficiais em 12 de setembro, em Brasília. O Estado de Sítio concederia amplos poderes ao governo, para reprimir movimentos considerados subversivos, suspendendo garantias constitucionais, como o direito de reunião e a inviolabilidade do domicílio. Essa medida gerou controvérsias e críticas tanto no cenário nacional quanto internacional. Muitos viam o Estado de Sítio como um retrocesso democrático, uma violação dos direitos humanos e uma tentativa de perpetuação do poder por parte de Jango. No entanto, para alguns de seus apoiadores, era uma medida necessária para conter a agitação política e garantir a estabilidade do país, enquanto outros, como foi o caso de San Tiago Dantas e da CGT, não apoiaram a iniciativa de Goulart. Para mais informações sobre essa tentativa de Jango, indico a leitura da dissertação de mestrado de Casela (2011).

Desenvolvimento” (idem, p. 7) e que enfrentavam no Brasil uma forte perseguição política, com cassação de direitos políticos (como foi o caso de Celso) e afastamento de cargos e prisões (como foi o caso de Francisco Oliveira, por exemplo).

Na curta introdução do livro, de apenas duas páginas, o autor destaca que a “responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente” (1964, p. 9), evocando a sua influência mannheiniana ao reconhecer “que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual” (idem, p. 9). Ele retorna à concepção original de Mannheim acerca da *intelligentsia*, destacando a responsabilidade social dos intelectuais em uma época na qual se omitir perante os acontecimentos poderia ser compreendido como um ato de covardia.

Furtado não se acomodou em face das articulações que conformariam no golpe militar de 1964 e se empenhou em escrever um de seus livros menos citados pelos estudiosos de sua obra⁹⁴. Escrito “em tempo extremamente reduzido” (1964, p. 10), o livro é mais uma coletânea de ensaios, no estilo de seus dois livros anteriores, do que uma obra sistematizada, como *Formação Econômica do Brasil*, por exemplo. O livro é dividido em duas partes, sendo a primeira totalmente inédita e dedicada ao que Furtado definiu como dialética do desenvolvimento. Essa primeira parte é composta por seis capítulos, em um estilo mais acadêmico, com notas de rodapé e referências bibliográficas citadas ao longo dos textos. A segunda parte é composta por três ensaios e possui o único capítulo que não era inédito à época do lançamento do livro. Essa segunda seção traz dois ensaios que Furtado definiu como “diagnóstico da crise brasileira” (1964, p.8) e um último ensaio, talvez o mais brilhante de todos da obra, em que o autor analisa o processo revolucionário no Nordeste dentro do quadro da crise brasileira. Nessa segunda parte, os

⁹⁴ *Dialética do Desenvolvimento* é, entre as obras publicadas por Furtado antes de 1964, a menos citada entre todos os artigos e livros que li para essa pesquisa. Como um bom exemplo desse esquecimento da obra, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) lançou durante a comemoração do centenário de seu nascimento, em 2020, uma série de artigos que analisavam todas as obras publicadas por Furtado ao longo de sua vida, e a única obra pré-1964 que não fez parte dessa série foi justamente *Dialética do Desenvolvimento*. Minha hipótese é a de que esse “esquecimento” da obra se deu justamente por sua aproximação com a teoria marxista e hegeliana, que não agradou muito nem os setores da esquerda, por sua abordagem crítica da mesma, e muito menos os desenvolvimentistas ligados ao governo Jango, que percebiam no texto uma espécie de “esquerdização” do pensamento de Celso. O autor dedicou nove páginas de seu livro-testemunho *A Fantasia Desfeita* à análise da obra, o que evidencia a relevância que ela teve na perspectiva do próprio, sendo a obra a qual ele dedica o maior número de páginas dentre todas as analisadas por ele em seus livros de testemunho. Por último, faço uma ressalva a Vieira (2012), Bolaño (2021), Wasques (2020), Mallorquin (2005) e Cêpeda (2021, 2022), que ressaltaram a importância da obra no pensamento furtadiano em suas análises.

ensaios são mais livres e não possuem notas de rodapé e nenhuma citação bibliográfica. Devido a essa divisão temática proposta pelo próprio autor, separei a minha análise da obra nas subseções 2.4.1 e 2.4.2 deste capítulo.

2.4.1 O alcance da dialética: uma questão metodológica

No primeiro ensaio de *Dialética do Desenvolvimento*, Furtado propõe o que ele definiu como um “reencontro com a dialética”. Ele retoma a dialética hegeliana trazendo a concepção do filósofo alemão na qual o mundo não está constituído por coisas acabadas, e sim por um conjunto de processos que “somente uma lógica do desenvolvimento nos capacita compreender” (1964, p. 13). Logo, a lógica do desenvolvimento é explicada pela dialética e, na perspectiva de Karl Marx, a dialética ganharia uma dimensão explicativa do sentido da história: “o impulso criador da história está no conflito de forças contrárias, por isso os processos históricos apresentam um sentido” (idem, p. 14).

No segundo ensaio da primeira parte de *Dialética do Desenvolvimento*, Furtado apresenta a teoria da mudança social de Marx como intimamente ligada à própria ideia do autor a respeito do desenvolvimento econômico, o que implicava na superação do capitalismo como organização social em consequência do próprio desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Porém, com o avanço da antropologia cultural, no início do século XX, houve a introdução do conceito de *mudança social*: uma reação ao caráter determinista das ideias de evolução e progresso, em que antropólogos, como Franz Boas, explicitavam como mudanças na cultura material, introduzidas por inovações tecnológicas (sejam internas ou exógenas à própria), tendem a provocar reações em cadeia naquela cultura. Essa reação em cadeia proporcionada pelas inovações tecnológicas “levou à compressão da cultura como um sistema e abriu portas às tentativas de aplicação de instrumentos de análise mais aperfeiçoados no estudo do comportamento desses sistemas” (1964, p. 26).

Ao abordar a cultura como um verdadeiro sistema, Furtado pode perceber que mudanças na estrutura econômica acarretam transformações em toda a estrutura social, não como uma causa simples, mas condicionadas a determinadas condições históricas. Esse é o ponto em que Celso se apoia para definir o desenvolvimento econômico como um modelo dinâmico, condicionado sempre pelas condições históricas de cada povo ou região. Ele definiu o desenvolvimento econômico como um “processo de mudança social pela qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela

própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas” (1964, p. 29). Aqui, a Teoria do Desenvolvimento elaborada pelo autor ganha novos aspectos que marcarão sua ampliação, com a introdução de uma noção mais refinada da relação existente entre cultura, tecnologia e teoria econômica.

Até essa obra, a teoria do desenvolvimento era muito mais uma teoria econômica-social do crescimento econômico, baseada principalmente na importância da industrialização das nações subdesenvolvidas em um processo de autonomia frente às imposições do mercado vinda dos países centrais. Ao introduzir a dimensão cultural/tecnológica do desenvolvimento, Furtado alarga a compreensão do que seria o desenvolvimento econômico, ao imputar simultaneamente uma dinâmica entre tecnologia, cultura e história. E como as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento em Furtado se implicam, mais uma vez ele alerta para as peculiaridades das economias subdesenvolvidas, nas quais as condições históricas particulares condicionam a penetração das modificações tecnológicas introduzidas exogenamente, criando o que ele definia como “dualismo da estrutura econômica” (1964, p. 33).

O dualismo acarreta uma distribuição desigual da renda em economias subdesenvolvidas, muito em função de uma complexa adaptação das estruturas sociais coloniais aos novos arranjos de produção introduzidos por inovações tecnológicas exteriores. Esse foi o segundo objetivo do livro, declarado por Celso Furtado em 1989: precisar o alcance da dialética enquanto um método para a análise dos países periféricos subdesenvolvidos. Na medida em que Marx universalizou o método dialético na direção da explicação do desenvolvimento das forças de produção que culminaram no capitalismo industrial europeu, o método perdia também a sua força explicativa em face da história particular da inserção dos países periféricos nas correntes de comércio internacional desde o século XVI, com o início da colonização das Américas e de outros continentes. Para Furtado, é necessário um “reencontro com a dialética” que seja capaz de perceber as particularidades históricas de cada povo ou região, pois a história é quem condiciona o modo como cada região de colonização foi impactada pela introdução de tecnologias de produção exteriores a elas.

O terceiro e quarto ensaios da obra fazem parte daquilo que Furtado definiu como o terceiro objetivo do livro: desmistificar o conceito de luta de classes. O conceito estabelecido por Marx é o que daria dinamismo ao processo histórico, pois os “elementos

infra-estruturais estão em permanente transformação, como decorrência de conflitos sociais criados pelo processo produtivo baseado na apropriação privada dos meios de produção” (1964, p. 35).

Nesse ensaio, Furtado elabora uma teoria do Estado a partir da análise do desenvolvimento do capitalismo industrial, que ao proporcionar uma maior instabilidade interna, devido ao agravamento da luta de classes, condicionou a criação de estruturas políticas modernas mais flexíveis e com maior participação popular. Por outro lado, o enriquecimento da sociedade urbana teve como consequência imediata o aumento das necessidades coletivas, o que proporcionou o crescimento de um aparelho estatal prestador de serviços. Daí deriva uma nova concepção das funções do Estado e “os regimes democráticos modernos são o resultado da ação convergente dessas duas forças” (1964, p. 41).

Furtado imputa à concepção moderna de Estado uma consequência do desenvolvimento dos fatores de produção: a tecnologia e a inovação como mudanças culturais impactaram profundamente as sociedades europeias dos séculos XVIII, implicando revoluções e reformas constantes nas funções do Estado, porém, o Estado democrático capitalista não representou uma tendência à eliminação de privilégios, pois a sua “característica essencial é a tendência à eliminação daqueles privilégios que entorpecem o desenvolvimento das forças produtivas” (1964, p. 45).

A teoria do Estado furtadiana, em sua perspectiva de desenvolvimento econômico, problematiza a burocratização, pois, por um lado, “ninguém duvida de que qualquer sociedade, ao nível da técnica atual, necessita apoiar-se em complexos aparelhos burocráticos para alcançar os objetivos do próprio desenvolvimento” (Furtado, 1964, p. 52), porém, por outro lado, a burocratização também proporciona o aumento da eficácia de controle do poder por meio de seus detentores, o que explica o porquê de o “progresso das liberdades cívicas nas sociedades burguesas [resultar] menos da efetiva participação da classe trabalhadora nas decisões políticas, do que da confiança que a classe capitalista foi adquirindo num quadro de instituições políticas flexíveis” (idem, p. 48). E foi nesse último caminho de burocratização intensa que surgiu o Estado fascista: uma tentativa de operar a economia capitalista com total eliminação de conflito de classes através de uma ideologia nacional unificadora.

No quarto ensaio, Furtado analisa as relações entre as ideologias de classe e a luta pelo poder, em um embate que proporcionou o aperfeiçoamento e desenvolvimento das instituições políticas modernas. O autor retoma o pensamento de Marx e define que “as

crises econômicas são inevitáveis e cada vez mais agudas, e elas se encarregam de criar a situação pré-revolucionária” (1964, p. 56). O próprio desenvolvimento econômico cria condições de crise através do permanente aumento da riqueza social, em consequência, a burguesia foi aos poucos cedendo às pressões proletárias “sem comprometer a estrutura básica do regime” (idem, p. 56) e criando condições para que as reivindicações dos trabalhadores fossem sendo contempladas.

Como exposto no parágrafo anterior, o elemento-motor da história, para Marx, estaria justamente na formação da consciência de classes, que proporciona um embate dialético com as classes dirigentes e resulta na criação de instituições políticas democráticas e mais flexíveis do Estado moderno. O desenvolvimento nas sociedades capitalistas possui uma dupla origem: primeiro, decorre do impulso à acumulação, onde uma minoria dirigente procura limitar o consumo da coletividade e aumentar o seu poder de controle sobre essa coletividade. O segundo impulso é o da melhoria das condições de vida, proporcionada pela elevação e diversificação do padrão de consumo. Porém, ambos os impulsos estão condicionados à “atuação das classes trabalhadoras, no sentido de aumentar sua participação no produto, que cria as condições para o avanço da tecnologia” (1964, p. 66). Na perspectiva de Furtado, é a inovação tecnológica quem tem a capacidade de ajustar um sistema que está permanentemente ameaçado por crises, tanto que as classes dirigentes procuram controlar o avanço da tecnologia e a alocação dos investimentos com o intuito de conservar suas posições de comando.

A existência dos conflitos de classe é inerente ao crescimento deste tipo de sociedade capitalista industrial, e é aí que entra o Estado como mediador dos diversos interesses públicos. Mais uma vez, Furtado destaca a necessidade de um Estado forte e que conduza a sociedade a um caminho de desenvolvimento através da consolidação de um poder administrativo capaz de salvaguardar “as conquistas obtidas pela cidadania” (1964, p. 76). O Estado tem um papel ainda mais proeminente em economias subdesenvolvidas, pois quanto mais tardia é a união entre capitalismo industrial e governos representativos, “mais limitados [são] os processos de democratização” (idem, p. 75).

Esse “atraso” na consolidação de um governo democrático em economias subdesenvolvidas será o tema do último ensaio da primeira parte do livro e que foi intitulado “Projeções políticas do subdesenvolvimento”, no qual Furtado elabora uma teoria do Estado dentro de uma perspectiva dos países periféricos e subdesenvolvidos, como o caso do Brasil. Furtado define o subdesenvolvimento “como um problema que se

coloca em termos de estrutura social” (1964, p. 79), em um movimento que alarga o horizonte de explicação do conceito, pois não se trata apenas de um subdesenvolvimento econômico, mas sim de toda uma estrutura social anacrônica que entorpecia as forças desenvolvimentistas nacionais.

É nesse ensaio que Furtado defende a tese de não haver no Brasil uma autêntica luta de classes, tese esta que foi contestada por intelectuais de esquerda, que recorrendo à história do início da República destacavam os movimentos anarquistas e grevistas nas fábricas de São Paulo e Rio de Janeiro como exemplos da existência da luta de classes no Brasil. Na perspectiva furtadiana, a mesma não existia, pois as classes dirigentes possuíam interesses antagônicos e não conseguiam formular um projeto em comum de desenvolvimento nacional, enquanto a classe trabalhadora também se dividia: o setor terciário abarcava grande parte da população urbana e representava muito mais um estrato social do que uma classe no sentido marxista; os trabalhadores industriais não representavam um décimo da população economicamente ativa do país, e, por sua vez, os trabalhadores rurais encontravam-se dispersos no território e não formavam uma consciência de classe em nível nacional, permanecendo articulados apenas em movimentos revolucionários locais.

Como não havia uma legítima e clara luta de classes no Brasil, na perspectiva de Furtado cabia ao Estado uma importância extraordinária nessas estruturas subdesenvolvidas. A não ocorrência de uma luta de classes que se portasse como “motor” do desenvolvimento, imputava ao Estado um papel de proeminência que não era compatível com as economias desenvolvidas, nas quais as funções do Estado estavam mais concentradas na prestação de serviços e regulação dos mercados. No caso das nações subdesenvolvidas, como o Brasil, o mercado interno necessitava de uma forte proteção cambial para se desenvolver; o setor agrícola era totalmente dependente do apoio creditício para se manter e o setor industrial necessitava de uma infraestrutura básica para se instalar, cabendo ao Estado a promoção de todos esses apoios.

Furtado promove uma associação entre o processo inflacionário no Brasil e o enfraquecimento da luta de classes e demonstra como as elevações salariais interessavam tanto aos patrões como aos empregados, pois quem pagava o preço era o consumidor, e o governo, em nome da estabilidade política e das alianças, contemplava os dois lados: os trabalhadores eram contemplados com aumento de salários, e os empresários e industriais tinham suas demandas atendidas através de linhas de crédito subsidiadas pelos bancos

públicos. Furtado definia a política econômica inflacionária dos governos JK e Jango como uma “política populista”:

A inflação, permitindo dar favores com uma mão e retirá-los com a outra, abre enormes possibilidades à ação populista. A consequência mais grave do populismo, do ponto de vista do desenvolvimento social, reside no fato de que desorienta os trabalhadores, incapacitando-os para distinguir os seus próprios interesses. Como observou o próprio Lênin: “Os demagogos são os piores inimigos da classe operária (...)” (1964, p. 86).

Furtado realiza uma associação entre política, economia e análise sócio histórica, no intuito de promover uma compreensão mais refinada entre a ausência da luta de classes (que seria o motor do desenvolvimento) e a inflação como uma política econômica populista. Além da política econômica que entorpecia as atividades sindicais urbanas, soma-se a ausência da participação democrática das massas camponesas no processo político brasileiro, que só conseguiam influenciar o jogo político através de organizações políticas com vistas à ação revolucionária, como foi o caso das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião⁹⁵. O autor define como objetivo político dos países subdesenvolvidos “criar condições para que os assalariados urbanos e a massa camponesa tenham uma efetiva participação no processo de formação do poder” (1964, p. 90). A política econômica inflacionária-populista, em um contexto de revolução social como vivia o Brasil no início da década de 1960, deixava em aberto uma questão: “Resta saber se esse processo revolucionário se desenvolverá sob a forma de *atividade prática crítica*, ou como a tragédia de um povo que não encontrou o seu destino” (1964, p. 90).

⁹⁵ Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999) era advogado por formação e em 1955 tornou-se líder das ligas camponesas no Engenho Galileia, um dos mais importantes núcleos de organização das ligas. Foi eleito em 1962 deputado federal pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), momento em que se aproximou de Celso Furtado. Julião, assim como Furtado, teve seus direitos políticos cassados em 1964 e seguiu para o exílio no México. Em 1974, Julião enviou uma carta a Celso Furtado (Furtado, 2021, p. 75) na qual elogia a “imparcialidade em sua Dialética” (idem, p. 75). A carta de Julião a Celso é a única no volume de correspondências compilado na qual algum dos interlocutores aborda a obra *Dialética do Desenvolvimento* e o interessante é notar a percepção de Julião, dez anos após o lançamento do livro, que mesmo contendo uma avaliação crítica da atuação das ligas agradou o advogado pernambucano. No restante da carta, Julião apresenta o nome do estudante Carlos Alba a Celso e pede que o economista o receba em Paris e o auxilie nos seus estudos. Celso receberia vários estudantes brasileiros e latino-americanos nos quase vinte anos em que passou lecionando em Paris e são vários os pedidos de ajuda que recebeu através de cartas. Infelizmente, não foi publicada a resposta de Celso no livro de 2021 e não é possível afirmar se Celso respondeu ou não à carta de Julião.

2.4.2 Um diagnóstico para a crise brasileira

A segunda parte de *Dialética do Desenvolvimento* inicia-se com o ensaio “A economia brasileira: visão de conjunto”⁹⁶ – o único do livro que não era inédito e que havia sido “escrito originalmente para público não brasileiro, e foi aqui incluído porque pôde servir de tela de fundo à análise apresentada nos dois capítulos subsequentes” (Furtado, 1964, p. 10). O ensaio analisa o atual estágio de desenvolvimento da economia brasileira e destaca a consolidação do mercado interno brasileiro e a sua relação com o recente desenvolvimento industrial. Porém, o mercado interno ainda era dependente de importações, definidas por Furtado como um “instrumento de transferência das tecnologias mais avançadas” (idem, 1964, p. 96).

Furtado apresenta vários dados econômicos dos últimos decênios anteriores e mostra que a agricultura brasileira entre 1952 e 1961 teve um aumento de produção de 57%, sendo que apenas 1/5 desse crescimento se deu pelo aumento de produtividade em áreas já ocupadas e o restante por aumento de áreas cultivadas. A abundância de terras proporcionava à agricultura brasileira uma situação bastante cômoda, na qual o seu desenvolvimento se dava muito mais pela ocupação de novas fronteiras agrícolas, através do desmatamento e da destruição dos biomas, do que pela introdução de novas tecnologias e formas de trabalho que fossem capazes de aumentar a produtividade por hectare já ocupado. Furtado alertava que havia no Brasil um precário conhecimento dos recursos naturais e esse desconhecimento “é uma das características do próprio subdesenvolvimento” (1964, p. 103).

O Brasil se desenvolvia mantendo características de uma economia e sociedade subdesenvolvidas. O desenvolvimento era um fenômeno ainda muito recente na década de 1960 e surgiu com base no que Furtado definiu como o marco institucional histórico brasileiro: latifúndios produtores de artigos primários para exportação; classe dominante proprietária de terras; população rural; tradição escravista e um poder executivo que operava de cima para baixo, sem representação popular.

O desenvolvimento operava como fator disruptivo desse marco, trazendo tensões sociais características de sociedades que se urbanizavam e industrializavam e que marcaram principalmente os governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e João Goulart (1961-1964). Essas tensões são percebidas por Furtado pela falta de representatividade

⁹⁶ The Development of Brazil. *Scientific American*, Nova York, v. 209, 1963.

que a população brasileira tinha nos órgãos de poder e, novamente, ele escreve em defesa das reformas, porém, nesse ensaio, ele elenca a reforma política como prioritária para uma maior estabilidade democrática, através da criação de “órgãos que atuem em nome do povo” (1964, p. 110).

No momento da escrita desse livro, que se deu entre o fim do ano de 1963 e início de 1964, para o autor ficou clara a urgência de reformas, pois continuando a política inflacionária e populista do governo Jango, as tensões sociais se agravariam e as possibilidades de uma solução disruptiva entre as classes dirigentes necessariamente levariam a uma tentativa de golpe de Estado. Furtado define como se deu a passagem de uma economia colonial em crise ao capitalismo industrial no Brasil:

A partir de 1930, com o colapso da economia colonial, o país entra numa fase de modificações estruturais irreversíveis, cujo alcance somente muito mais tarde seria percebido. A política de “defesa” do café é levada adiante, a despeito da impossibilidade de conseguir-se qualquer apoio externo. Estoques vultuosos serão acumulados e cerca de oitenta milhões de sacos destruídos (...). O objetivo dessa política era aliviar a cafeicultura, transferindo para o conjunto da população os prejuízos que de outra forma concentrariam nesse setor. Os efeitos práticos, entretanto, foram muito mais amplos, pois o que se obteve foi a defesa do nível de emprego nos demais setores, em condições de declínio da capacidade para importar. (...) Desta forma, a industrialização, suporte da nova classe capitalista, é uma decorrência da crise da economia colonial e da forma como esta continua a defender-se, e não um fator causante dessa crise (1964, p. 116-117).

A tese apresentada por Furtado não era de forma alguma inédita e já havia sido apresentada pelo autor em *FEB*, porém, como esse primeiro ensaio era destinado ao público estrangeiro, e entrou em *Dialética do Desenvolvimento* como uma introdução ao diagnóstico da atual crise brasileira, creio que Furtado optou pela repetição dessa tese como uma forma de divulgá-la a um público que não havia tido contato com o livro de 1959. Já o segundo ensaio que compõe a segunda parte de *Dialética do Desenvolvimento*, trata das causas econômicas da atual crise brasileira, e é nesse capítulo que podemos perceber a maneira como Furtado vai adaptando a sua teoria do subdesenvolvimento de acordo com o atual momento presente, como bem definiu Wilson Vieira (2012): “o diagnóstico de Furtado sobre o subdesenvolvimento é dinâmico, coerente com o método da sociologia do conhecimento de Mannheim, pois os fatos levam a uma reelaboração permanente das características do subdesenvolvimento” (2012, p. 200).

Em *Dialética do Desenvolvimento* e *A Pré-revolução brasileira*, Furtado adiciona mais elementos políticos à sua teoria do subdesenvolvimento e, simultaneamente, ao campo político é creditado maior importância para a manutenção da estrutura subdesenvolvida, uma vez que os representantes da velha ordem colonial ainda mantinham em alta a sua influência no cenário político brasileiro. Também defendendo a hipótese de que seja razoável creditar à atividade política que o autor vinha exercendo desde 1959 uma certa influência nessa guinada rumo ao estudo do subdesenvolvimento dentro do campo da política, debatendo com mais precisão uma teoria do Estado que se encaixasse na teoria do desenvolvimento, movimento que se dava em paralelo ao aprimoramento do diagnóstico do subdesenvolvimento.

Ao apresentar como a transição da economia colonial para o capitalismo industrial se deu através da decadência da última, e não pela contradição entre as novas forças produtivas (como ocorreu nos países desenvolvidos da Europa central), Furtado define a década de 1930 como uma fase de “realismo político” (1964, p. 115), na qual a consolidação do capitalismo industrial era a única via viável em face da decomposição estrutural da economia colonial brasileira. Foi nesse momento, entre o final da década de 1920 e no início da década de 1930, que houve a primeira grande onda inflacionária em fase de expansão do capitalismo industrial no Brasil, e ela decorreu justamente da política de subsídios ao setor cafeeiro através da estocagem e destruição da produção, o que Furtado definiu como o primeiro dos três casos de inflação. A queima do café acabou acarretando uma transferência de renda para o setor industrial, pois já não fazia mais sentido a inversão dos lucros na produção de um produto que se encontrava em crise no mercado internacional, e parte do excedente acabou deslocando-se para os investimentos industriais. A simultaneidade entre o aumento da oferta de produtos e o aumento dos preços (devido ao aumento da procura) caracterizou esse primeiro caso inflacionário.

A inflação operava no Brasil como um processo de redistribuição de renda em favor das classes industriais, pois com um nível de atividade (produção) em alta e com os preços dos bens industriais acompanhando a tendência de elevação, essa conjunção maximizava os lucros do setor industrial. Esse processo de concentração de renda se agravou ainda mais no pós-guerra, com a política cambial (o segundo caso inflacionário), pois “estabilizando-se a taxa de câmbio e introduzindo-se o controle seletivo das importações, ao mesmo tempo que se elevava firmemente o nível interno dos preços, criaram-se condições para as grandes transferências de renda” (Furtado, 1964, p. 120). Havia ainda um terceiro caso que contribuía para o aumento da inflação e que se dava

através da concessão de empréstimos bancários a grupos privados com taxas de juros negativas, subsidiadas com a emissão de papel moeda, como explica Furtado:

Nos dois primeiros casos referidos, a inflação redistribuiu uma renda real cuja formação foi em parte decorrência dela mesma, ou que teve lugar fora do sistema econômico. Tratava-se, portanto, de uma redistribuição dinâmica. No terceiro caso a inflação operou sobre a renda preexistente e pôs em movimento reações tendentes a anular o seu efeito inicial. (...), contudo, cabe reconhecer que a conjugação da inflação dos dois primeiros tipos com a do terceiro, durante certos períodos, operou como mecanismo favorável à acumulação, causando elevadas taxas de crescimento, particularmente no setor industrial (1964, p 122-123).

Somava-se à inflação o debilitamento de outros fatores dinâmicos da economia brasileira, como a baixa capacidade para importar, principalmente bens de produção mais modernos, que funcionavam efetivamente como uma transferência tecnológica. A inflação, nesse momento, tornava-se uma verdadeira barreira para o desenvolvimento e um obstáculo à classe que mais se beneficiava dela. Outra estrutura que se portava como entorpecente do desenvolvimento, era a agrária, que fez com que parte dos lucros industriais se transferisse para os latifundiários, devido à alta dos preços dos alimentos em uma agricultura anacrônica e de baixa produtividade. Por fim, os investimentos públicos em infraestrutura eram dependentes da emissão de papel moeda, o que gerava ainda mais inflação.

Segundo a tese apresentada por Furtado nesse segundo ensaio, o sistema colonial entrou em crise no Brasil na década de 1910, porém uma transição para o modelo industrial somente ocorreria de forma sistemática a partir da década de 1930. A opção por uma industrialização via substituição de importações não alcançou o setor de produção de bens de capital, o que mantinha uma posição dependente da economia brasileira em relação à transferência de tecnologia dos países centrais. Cada nova pressão sob a capacidade de importar tinha como consequência uma alta nos preços, dessa forma, o desenvolvimento brasileiro realizava-se em condições de permanente inflação.

Furtado afirmaria que “o processo de formação de um capitalismo industrial, no Brasil, encontrou obstáculos de natureza estrutural, cuja superação parece impraticável dentro do presente marco institucional e pelos meios a que estão afeitas as classes dirigentes” (1964, p. 133). Como no Brasil não houve o tipo de revolução burguesa que caracterizou o desenvolvimento industrial na Europa, havia na economia brasileira o que Furtado definiu como “obstáculos estruturais”: baixa capacidade para importar, padrões

de consumo supérfluos por parte das elites, dependência tecnológica e uma estrutura agrária anacrônica responsável pela extrema rigidez na oferta de alimentos.

O desenvolvimento brasileiro enfrentava sérios obstáculos, porém o mais grave é que a superação desses entraves “transcendem à capacidade de ação dos atuais grupos dirigentes” (Furtado, 1964, p. 139). A incapacidade política das classes dirigentes para a condução de uma política econômica desenvolvimentista ia de encontro aos anseios da população, pois “o desenvolvimento se transformou num imperativo social” (idem, p. 141) e a sociedade brasileira não aceitaria a estagnação econômica como resposta à crise. Esse embate entre a classe política dirigente e as demandas de uma sociedade que se urbanizava e industrializava em ritmo acelerado abria espaço para uma situação “pré-revolucionária”, como observou Furtado: “criaram condições para a busca eficaz de uma solução” (1964, p. 139). Havia ocorrido uma tomada de consciência nacional acerca dos obstáculos ao desenvolvimento e, principalmente, uma oposição clara entre a sociedade e os grupos políticos que se opõem ao desenvolvimento. Furtado resume bem a situação atual da sociedade brasileira e as opções (saídas) para esse momento pré-revolucionário:

Entre esta saída reformista, de menor custo social, e a revolucionária, de consequências imprevisíveis, existe, entretanto, a mesma probabilidade de exclusão mútua entre a lucidez das classes dirigentes para captar os autênticos interesses sociais e seu entranhado apego aos privilégios de que desfrutam (1964, p. 142).

2.4.3 A sociologia do desenvolvimento: uma análise do processo revolucionário do Nordeste

No terceiro e último ensaio da segunda parte de *Dialética do Desenvolvimento*, Furtado realiza um esforço de compreensão mais sociológica do processo revolucionário em desenvolvimento no Nordeste desde meados da década de 1950. Apesar de escrever sobre a região desde 1957, é nesse ensaio que Furtado elabora uma análise mais contundente e aprofundada do processo revolucionário em curso no Nordeste, compreendendo a situação revolucionária como decorrente da “acumulação de pressões na estrutura social, que se traduzem em tensões psicológicas crescente e tendem, por esta razão, a resolver-se em rupturas no equilíbrio de forças que asseguram a estabilidade social, ou seja, em revoluções” (1964, p. 143). As tensões sociais são percebidas pelo autor como um sinal de evolução política na sociedade nordestina e esse processo

revolucionário em curso no Nordeste é inevitável, devendo antes de ser combatido, ser orientado.

Celso Furtado divide a análise desse processo revolucionário nas zonas rurais do Nordeste de acordo com as três diferentes sub-regiões que a compõem: a zona úmida litorânea, zonas intermediárias e a caatinga sertaneja. O autor volta ao argumento fundador da SUDENE ao iniciar o seu texto, apontando ser a seca um falso problema na região, porém, dessa vez, vai além do argumento utilizado em textos anteriores e ressalta a precária ou “nenhuma forma de organização política” (1964, p. 146) existente entre a população rural nordestina. A questão da cidadania política torna-se um argumento central na análise do subdesenvolvimento nordestino, questão que até então não era abordada tão abertamente pelo autor em seus textos anteriores sobre os problemas do Nordeste. É nesse brilhante ensaio final que Furtado passa a destacar que para além de uma classe política totalmente anacrônica que exercia o poder na região, havia uma despolitização enorme, principalmente entre os trabalhadores e mulheres do campo, em sua maioria analfabetos e que, por consequência, nem mesmo o direito ao voto tinham. Furtado resume muito bem a associação entre a cidadania política e o desenvolvimento: “o homem que não participa diretamente de uma sociedade politicamente organizada, não toma consciência de que o mundo em que vive pode transformar-se mediante a sua atuação pessoal” (1964, p. 146).

A zona úmida era definida pela economia açucareira assentada em bases ainda coloniais. A plantação de cana nessa região se firmava como uma “grande unidade econômico-social”, bem na linha de análise de Gilberto Freyre, na qual o engenho portava-se como unificador das sociabilidades e espaço definidor das relações sociais. Furtado destaca que o trabalhador tinha direito a um pequeno pedaço de terra para plantar nas entressafras, período no qual diminuía consideravelmente a necessidade de trabalhadores nas plantações. Esses roçados eram voltados para a própria subsistência dos trabalhadores e formavam uma verdadeira economia de subsistência, traço que marcava o dualismo dessa estrutura agrária ainda presente na zona açucareira.

Dois fatores iriam atuar de maneira a desestruturar a economia de subsistência baseada na concessão de pequenos lotes de terra aos camponeses: a industrialização e urbanização do Brasil na década de 1950. Esse fenômeno ampliou o mercado de açúcar nacional e, após a Revolução Cubana, em 1961, os EUA embargaram a compra de açúcar da ilha, abrindo espaço no mercado internacional para o Brasil. Esses dois fatores atuavam de forma a pressionar os produtores a aumentarem a sua produtividade, que

recorreram à ocupação das terras destinadas para a produção de alimentos (terras menos produtivas, que aumentavam os custos de produção), gerando um aumento no preço dos alimentos.

Os trabalhadores rurais iniciaram uma demanda por igualdade de condições com os trabalhadores urbanos, exigindo como condição de negociação o assalariamento da categoria. Os trabalhadores que foram deslocados de suas terras nos latifúndios, agora encontravam-se agrupados em vilarejos estabelecidos às margens das rodovias. Esse agrupamento dos camponeses rompia séculos de isolamento da categoria, que se encontrava dispersa em terras longínquas cedidas pelos proprietários, e foi justamente através das novas formas de sociabilidade, como nas feiras livres que ocorriam nesses povoados e vilarejos, que as ideias revolucionárias das ligas camponesas encontraram espaço para sua difusão. Furtado recorre à análise social para compreender as razões que fizeram com que em menos de dez anos as Ligas Camponesas conseguissem se estabelecer na região da zona úmida e se fortalecessem a ponto de elegerem representantes no Congresso Federal, conseguindo apoio necessário para a aprovação, no início do ano de 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, que reconhecia a igualdade de direitos entre camponeses e assalariados urbanos.

O objetivo das ligas camponesas junto aos movimentos de trabalhadores da zona úmida era o de estender os direitos dos trabalhadores urbanos aos camponeses, e a velocidade com a qual conseguiram se organizar e viabilizar a aprovação do novo estatuto se deu também em consequência da política de embargo a Cuba liderada pelos EUA a partir do início de 1961. A alta nos preços de exportação do açúcar refletia a saída de um dos mais importantes produtores de cana-de-açúcar do mercado internacional, e como consequência, refletiu na elevação do salário dos trabalhadores rurais na região. A alta nos preços implicou em uma “frente de interesses comuns de proprietários e trabalhadores” (Furtado, 1964, p. 157), o que acabou contribuindo para o enfraquecimento do movimento revolucionário na região úmida a partir do momento em que os trabalhadores tiveram seus direitos conquistados, e os proprietários se satisfaziam com a alta nos lucros e a alta oferta de mão de obra (que atraía não somente trabalhadores da região, como também da caatinga e do sertão), que somada à falta de fiscalização acerca do cumprimento do novo estatuto, criavam um ambiente satisfatório para os donos das terras.

Ao final de sua análise sobre o processo revolucionário constituído na zona úmida do Nordeste, Furtado aponta seis consequências para o futuro da região, decorrentes das modificações introduzidas na economia açucareira do Nordeste:

1. O velho regime colonial “teve suas bases definitivamente liquidadas” (1964, p. 158);
2. Os camponeses que conseguissem conquistar uma estabilidade dentro de um regime assalariado transformariam-se em uma espécie de classe média rural;
3. Esvaziamento do potencial revolucionário da região. Com a ressalva de que o Nordeste voltava a uma situação de dependência em relação à demanda do mercado externo, e a produtividade do açúcar na região era uma das menores do mundo, ou seja, havendo alguma instabilidade econômica, o potencial revolucionário estava ainda latente e poderia retornar;
4. O Nordeste se manterá presente nos mercados externos somente “enquanto perdurar a situação de anormalidade do período recente” (1964, 159);
5. O complexo açucareiro precisa se modernizar, tomar forma de uma verdadeira indústria, se quiser competir com a produtividade de outros países, o que geraria uma desocupação da mão de obra e acarretaria uma onda de desemprego na região;
6. Os próximos anos exigirão da classe proprietária um novo comportamento, pois o movimento camponês “já se definiu em suas linhas básicas como um processo de consolidação do *status* de uma classe assalariada e de defesa de benefícios contratuais” (1964, p. 161).

A previsão é uma característica das ciências econômicas e, segundo Koselleck, tem o intuito de “diagnosticar o presente a partir do futuro” (2014, p. 189). Segundo o historiador alemão, as previsões são possíveis pois o passado já contém experiências verificadas empiricamente, e o prognóstico é baseado em uma série de experiências já vividas e experimentadas, sendo algumas previsões realizadas devido ao fato de que “a história nunca é completamente nova” (idem, p. 192): existem estruturas que se repetem e “velocidades diferentes de mudança” (idem, p. 193), e “quanto mais estratos temporais de possíveis repetições influíram no prognóstico, mais certo ele foi; quanto mais o prognóstico recorreu à incomparabilidade e à singularidade da revolução vindoura, menos ele se cumpriu” (idem, p. 198).

Furtado acertou ao destacar que para continuar competitivo no mercado internacional, o complexo açucareiro deveria se modernizar, o que ocorreria somente na década de 1970 com a reserva de mercado criada pela introdução do combustível etanol como alternativa à alta de preços da gasolina. A produção açucareira ganharia ainda mais impulso com a introdução das pesquisas da Embrapa na década de 1980, que potencializaram a produtividade do açúcar na região, tornando o produto brasileiro bastante competitivo no mercado internacional. E o “potencial revolucionário” da região perderia seu impulso não somente pela desmobilização de parte de sua categoria contemplada com empregos assalariados, mas muito em decorrência da perseguição ao movimento promovida pelo governo militar que se estabeleceria em abril de 1964.

A próxima região a ser analisada por Furtado, nesse ensaio, foi a zona intermediária, que ocupa a principal parcela do território nordestino e é composta por um bioma de transição entre a zona úmida e a caatinga, conhecido como Agreste. A região foi ocupada devido à necessidade de produção de gado, para a zona açucareira, e replicou a estrutura fundiária ocorrida na zona úmida: sua ocupação foi capitaneada por latifundiários e o capital da região era constituído pelo rebanho, tendo como autoridade o proprietário de terra, comumente denominado como coronel. A ocupação da região do Agreste se realizou através do deslocamento dos excedentes populacionais durante os longos períodos de estagnação e crise da economia açucareira.

A introdução da cultura do algodão, ainda no período colonial, alterou o modo de produção na região com a técnica da “limpa da caatinga”. Os roçados eram cedidos pelos proprietários e utilizados pelos agricultores para a produção de alimentos e subsistência da população local, como também para a produção do algodão e, terminadas as colheitas, o agricultor entregava as terras para que os proprietários de gado soltassem seu rebanho na época de maior pobreza nutricional dos pastos.

As ligas camponesas surgiram na região Agreste e a difusão das ideias revolucionárias encontrou um espaço de propagação muito mais rápido do que na zona açucareira, pois os camponeses nessa região viviam em pequenas comunidades, diferente dos agricultores da zona úmida que se encontravam isolados nos grandes latifúndios açucareiros. Outra diferença marcante da presença das ligas no Agreste era quanto à demanda dos agricultores: enquanto que, na zona úmida, o trabalhador da cana reivindicava o assalariamento da categoria, nas zonas intermediárias a luta se dava em torno da “defesa da posse da terra em que trabalhava” (Furtado, 1964, p. 167).

A situação social do Agreste se debilitaria ainda mais a partir do início da década de 1960, com a migração sazonal dos agricultores locais atraídos pelos salários mais vantajosos do complexo açucareiro. A solução proposta por Furtado era a de se reestruturar a economia da região através da concessão de terras e de uma maior capitalização que o nível atual presente. A proposta atacava simultaneamente as duas frentes que marcavam a luta social no Agreste: a defesa da posse de terra (que se não fosse feita por meio de uma reforma agrária, seria conduzida por métodos revolucionários) e o aporte de investimentos com o intuito de dinamizar a economia da região, cujo o único capital presente era o gado do patrão.

A última zona analisada por Furtado é a caatinga sertaneja, a única área do Nordeste que pertence ao clima semiárido. O autor descreve as condições hidrológicas e geológicas da região com dados que até então não apareceram nos textos anteriores sobre a economia nordestina. Celso enriqueceu a sua compreensão do problema nordestino ao longo dos anos de SUDENE, muito em função do acesso que teve a estudos multidisciplinares que foram conduzidos desde a implantação da superintendência. Fica perceptível ao leitor como o autor ampliou a sua análise após cinco anos dedicados ao tema, e é nesse ensaio que ele apresenta de maneira brilhante a sua proposta epistemológica da economia: conectando a análise econômica com a história, sociologia, ciência política e ciências naturais.

A ocupação do sertão se deu da mesma forma que no Agreste: por intermédio da implantação de imensos latifúndios pecuários, tendo neles a suas bases econômica e social. O povoamento da região ganhou impulso durante a Guerra Civil dos EUA, pois houve uma procura internacional elevada por algodão, devido às dificuldades de produção do maior produtor global, e a região se beneficiava por possuir uma espécie nativa da planta, o “mocó”. A produção do algodão era baseada em um regime de trabalho conhecido como meação, em que o proprietário da terra e o camponês tinham direito a metade da produção cada um, porém os agricultores sertanejos eram obrigados a vender a sua produção a preços controlados pelos latifundiários e a produtividade era baixíssima, tornando a renda ainda mais baixa do que a do trabalhador do Agreste.

A cultura do algodão se apoiava em uma economia de subsistência, uma vez que nas mesmas terras cedidas para a plantação do algodão os camponeses cultivavam uma diversidade de legumes e alimentos responsáveis diretamente pela alimentação da população local. Furtado apresenta como a união entre a pecuária preexistente e a cultura do algodão modificou “as bases da economia sertaneja e transformou as secas em um

problema social de grandes dimensões” (1964, p. 173), pois, nas secas, as plantações de algodão resistiam (a planta era nativa), enquanto os roçados dedicados à alimentação da população sucumbiam.

É a partir da seca de 1870 que o fenômeno se transformou em uma verdadeira catástrofe social e o governo federal decidiu intervir no “combate às secas”, porém o modelo de atuação adotado pelo governo dava maior estabilidade à pecuária, beneficiando diretamente os proprietários de terra. A crueldade era tamanha, que verbas destinadas à construção de açudes para os sertanejos eram desviadas para que o gado não morresse de sede durante a seca: valia mais preservar o único bem de capital da região (o gado) do que matar a sede e a fome de milhares de homens e mulheres. O modelo fomentou o poder local e foi um “instrumento de consolidação do latifúndio pecuário” (1964, p. 176), protegendo o proprietário e conservando um excedente de camponeses explorados como mão de obra barata pelos primeiros.

O problema social do sertão estava assentado em dois fatores: excesso de população (que foi atraída historicamente por melhores condições internacionais no mercado de algodão) e na oferta instável de alimentos. A solução passava por uma total reestruturação da economia agrícola da região, dado que, se a situação se perpetuasse, as tensões sociais caminhariam para soluções revolucionárias, como explica Furtado:

Qualquer movimento social que aí surja terá necessariamente uma marcada inclinação revolucionária. Sempre que uma estrutura econômica não permite que os interesses dos trabalhadores se conciliem com os do desenvolvimento, os movimentos sociais assumem a forma de processos revolucionários e pressionam no sentido de superação da estrutura (1964, p. 177).

Ao final do ensaio, Furtado define a agricultura nordestina como paradoxal: o crescimento econômico agrava os problemas sociais da região. O aumento da produção se deu através do deslocamento da produção de alimentos para regiões de mais baixa produtividade, gerando, em consequência, uma alta no preço dos alimentos nas cidades e diminuindo a qualidade de vida dos agricultores do Agreste e da caatinga, que não conseguiam ter um nível de renda que os possibilitasse comprar os alimentos básicos para viver. O desenvolvimento da agricultura nordestina comportou-se de maneira antissocial e Celso Furtado cunha um novo conceito para definir a situação dos agricultores nordestinos: subcidadania (1964, p. 179).

Ao regionalizar o processo revolucionário em curso no Nordeste, Furtado pôde perceber as diferenças quanto à demanda dos movimentos e às características de ocupação e clima que definiam cada região em torno de sua especificidade local. A análise leva em conta o processo histórico de formação da economia de cada região e a dinâmica da sociedade que se formava no Nordeste sertanejo, aliando história, economia, geografia e sociologia em um de seus ensaios mais brilhantes. Podemos definir esse ensaio de Furtado como um representante daquilo que ficaria conhecido como sociologia do desenvolvimento⁹⁷ e que estava presente nas intenções de Celso desde o convite que fez ao sociólogo José Medina Echavarría para entrar na CEPAL, ainda na década de 1950.

⁹⁷ A sociologia do desenvolvimento foi principalmente elaborada pelo bacharel em direito e sociólogo espanhol José Medina Echevarría (1903-1977). Medina foi convidado por Celso Furtado a integrar a CEPAL em 1952, que o conhecia pelas traduções de Weber ao espanhol lançadas no México, país em que se encontrava em exílio desde 1939. O autor ficaria na CEPAL até a sua morte e lançou um número enorme de ensaios e livros sobre os aspectos sociológicos do desenvolvimento latino-americano. Indico a leitura do artigo de Lopez (2016) que trata dos anos em que o sociólogo esteve a serviço na CEPAL.

Considerações Finais

Do objetivo central desse texto, que foi estabelecer uma conexão entre a formação dos conceitos e teorias do subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado, considerando sua trajetória como técnico e político durante o período entre os anos de 1949 e 1964, creio ter alcançado por meio desta pesquisa. A trajetória do maior economista brasileiro do século XX foi baseada na sua escolha em atuar politicamente, e as duas teorias formaram uma espécie de operação “diagnóstico/terapia”; de modo que a teoria do subdesenvolvimento o proporcionou uma análise eficaz da formação da economia e sociedade brasileira, e a teoria do desenvolvimento era a sua ferramenta de atuação política, através da economia política como prática.

Simultaneamente à elaboração dessas duas teorias, Furtado também operacionalizou os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, de maneira a contribuir com um refinamento maior de ambos os conceitos, principalmente no debate latino-americano. Este seria o segundo objetivo desta dissertação: esclarecer como a teoria do subdesenvolvimento de Furtado redefiniu o conceito de subdesenvolvimento, o compreendendo não mais como uma etapa para o desenvolvimento, mas sim como uma condição histórica específica que levou à formação de sociedades e economias subdesenvolvidas.

Por outro lado, o conceito de desenvolvimento absorveu a crítica da teoria do subdesenvolvimento à modernização enquanto consumo, porém, enquanto prática política, a teoria do desenvolvimento não conseguiu levar a cabo o seu projeto desenvolvimentista e enfrentou inúmeras dificuldades para implementar as reformas defendidas, culminando com o golpe militar de 1964 e a cassação dos direitos políticos dos principais envolvidos. O conceito de desenvolvimento seria objeto de um livro que Furtado lançaria em 1974, intitulado *O mito do desenvolvimento econômico*, no qual o autor questionaria as teorias do desenvolvimento e o próprio trabalho nesse campo. Estender a análise do conceito até esta obra é um dos objetivos que levarei para um futuro trabalho de doutorado.

Enquanto o Brasil se industrializava e modernizava sua produção, simultaneamente a ciência econômica se institucionalizava no país. Celso Furtado é um ótimo exemplo desses pioneiros da economia no país: em sua grande maioria homens, que não se graduaram dentro de faculdades de economia, pertencentes à tradição de

formação bacharelesca brasileira. Bacharéis em Direito e Engenheiros foram, em sua maioria, os primeiros a formatar um debate econômico mais moderno e atualizado no Brasil.

O encontro de Furtado com Prebisch na CEPAL foi definitivo na atuação do primeiro. A atividade técnica realizada pelo brasileiro nos primeiros anos da comissão, aliada à habilidade política do experiente economista argentino, projetaram as teorias da instituição por toda a América Latina, com destaque para o Chile e o Brasil. A atuação de Celso nos anos em que passou na comissão justificam a sua inspiração em Karl Mannheim: aliando conhecimento técnico com atuação política voltada para ação. É a partir desse encontro com Prebisch que Furtado inicia a elaboração de uma teoria do desenvolvimento e passa a trabalhar de maneira sistemática com o conceito de subdesenvolvimento. Esse é ainda um ponto que quero trabalhar em um futuro projeto, pois para além das influências teóricas de Prebisch, ficou também marcado em Furtado a maneira de atuar politicamente do argentino, e uma análise mais aprofundada dessa relação é uma das lacunas desta pesquisa de mestrado que pretendo investigar.

O subdesenvolvimento brasileiro foi definido por Celso como resultante da colonização europeia, que condicionou a formação da sociedade e da economia brasileira. Celso, como um bom leitor de Freyre, percebeu a formação de uma sociedade colonial no Brasil que se diferenciava do modelo europeu, porém, não se aprofundou na dinâmica econômica e social interna dessa nova formação, pelo contrário, sua teoria da formação da economia brasileira direciona-se mais para a perspectiva de Caio Prado Jr., e na leitura marxista do último, que fundamentou uma teoria do desenvolvimento da economia brasileira condicionada ao impulso do mercado externo.

Pretendo analisar as influências citadas acima em um futuro projeto de pesquisa para o doutorado, compreendendo a obra de Celso Furtado dentro de um quadro de modernização do pensamento brasileiro, buscando principalmente as várias conexões existentes com o pensamento e a obra de Gilberto Freyre. Furtado foi um leitor de Freyre, e a influência do último sobre toda a geração de intelectuais em formação nas décadas de 1930 e 1940 foi de extrema relevância. Pouquíssimos trabalhos abordam a relação dos dois e, quando abordam, em sua maioria procuram mais pelas diferenças e embates travados, do que pela influência de Freyre na formação da teoria do subdesenvolvimento de Furtado. Buscar pelos elos de continuidade e descontinuidade entre as obras de dois dos mais importantes intelectuais brasileiros do século XX, contribuirá para uma

compreensão mais refinada sobre a modernização do pensamento brasileiro através da relação entre intelectuais de diferentes gerações.

A atuação política de Celso Furtado, entre 1959 e 1964, foi determinante para as mudanças que ele propôs teoricamente no período, e esse é mais um objetivo desta dissertação que espero ter contribuído. O novo superintendente da SUDENE ganharia bastante destaque no cenário político brasileiro e internacional, sendo um dos primeiros responsáveis a discutir com os norte-americanos as questões de financiamento da ALPRO. A política e a teoria do desenvolvimento dão a tônica dos seus dois livros lançados nesse período, possuindo até mesmo um caráter de manifesto em prol do desenvolvimentismo. Ele passa a dar maior ênfase ao aspecto político do subdesenvolvimento, mostrando aos leitores como o anacronismo político-institucional brasileiro acabava por condicionar a miséria e o atraso econômico em relação aos países centrais, convocando os intelectuais e a juventude à reflexão e à ação política.

O fracasso do Plano Trienal ilustra muito bem as dificuldades que o grupo de Furtado enfrentava no cenário político. Desde a sua concepção, o plano já se apresentava como um esforço inglório para agradar as diversas correntes nas quais o presidente João Goulart buscava apoio. Essa confusão de orientação política na economia acabou agravando o processo inflacionário e o plano seria abandonado poucos meses depois de seu anúncio, marcando a última tentativa de se planejar o desenvolvimento econômico brasileiro a partir de uma elaboração advinda do pensamento desenvolvimentista.

Furtado, após 1964, continuaria produzindo intensamente até o seu retorno ao Brasil, em 1979. Ele traria novas questões à sua teoria, como a dependência tecnológica e de capitais, e contribuiria para o debate nacional acerca do modelo de desenvolvimento proposto pelo governo militar. A produção desse período (1964-1979) pretendo analisar em um futuro projeto de pesquisa para o doutorado.

Essa pesquisa iniciada durante o mestrado ainda possibilita muito trabalho. Uma melhor e mais aprofundada pesquisa de fontes é imprescindível, com destaque para o incrível volume de artigos e jornais disponíveis. A riqueza documental ultrapassou os limites que o tempo de execução de uma pesquisa de mestrado. Considero, na verdade, que os pontos que levantei neste texto, todos, precisam de aprofundamento. É o que pretendo fazer, dando continuidade à pesquisa durante o doutorado, adicionando obras do período posterior ao do recorte selecionado e inserindo o pensamento de Furtado no quadro de modernização do pensamento social brasileiro.

Referências

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. Organização: A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

ANDRADA, Alexandre Flávio Silva; BOIANOVSKY, Mauro; CABELLO, Andrea Felipe. O Clube de Economistas e a revista Econômica Brasileira (1955-1962): um episódio na história do desenvolvimentismo nacionalista no Brasil. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 48, p. 721-756, 2018.

BARROS, José D'Assunção. *Os conceitos: Seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Dimensões*, n. 24, 2010.

BIANCONI, Renata. Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado. *História Econômica & História de Empresas*, v. 19, n. 1, 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; REGO, José Márcio (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 109-25

_____. *Pensamento Econômico Brasileiro – O Ciclo ideológico do Desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Uma resenha. In: _____ (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CEPÊDA, Vera Alves; MEDEIROS, Tiago Batista. O DASP e a formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil. *Temas de Administração Pública*, v. 9, n. 1, p. 60-90, 2014.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOIANOVSKY, Mauro. A formação política do Brasil segundo Furtado. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 34, p. 198-211, 2014.

BOLAÑO, César. Celso Furtado e a antropologia: notas para o diálogo entre economia política e estudos culturais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 78, p. 223-239, 2021.

_____. Organização: *Cultura e Desenvolvimento: reflexões à luz de Celso Furtado*. Salvador: Edufba, 2015.

BORJA, B. Para a crítica da economia do desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional. In: MALTA, M. M. (Coord.). *Ecos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

_____. *A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado*. 2013. 202f. Tese Doutorado em Economia Política Internacional – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brevíssima história da teoria do desenvolvimento: de Schumpeter e Prebisch ao novo desenvolvimentismo. *Texto para discussão 554*. São Paulo: FGV, 2021.

_____. As três interpretações da dependência. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 38, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio. Organizadores: *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.

BUGELLI, Alexandre Hamilton; PIRES, Júlio Manuel. Uma revisão da Teoria de Estagnação de Celso Furtado e a crise econômica dos anos 1960. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 6, n. 9, p. 19-41, 2018.

BULHÕES, Octávio Gouveia de. A programação do desenvolvimento econômico. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24/05/1953. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_14/19891. Consultado em: 15/05/2024.

CABRERA, Miguel A. On language, culture, and social action. *History and Theory*, v. 40, n. 4, p. 82-100, 2001.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CANO, Wilson. *Introdução à Economia: uma abordagem crítica*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CASELA, Gabriel Teixeira. *Democracia Sitiada: discursos no Congresso Nacional e na imprensa sobre os instrumentos de exceção no Brasil. 1946/1988*. UFMG. 2011.

CEPÊDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. *e-l@tina*, Vol. 3, núm. 9, Buenos Aires, outubro-diciembre de 2004.

_____. Capital, Trabalho e Intelligentsia – Modernização e desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado. *Ideias*, v. 1, n. 2, p. 71-94, 2010a.

_____. A construção da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República. *Desigualdade & Diversidade—Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 7, p. 115-136, 2010b.

_____. Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 28, 2005. Contextos e funções da democracia no pensamento furtadiano (1944-1964). *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 46, 2015.

_____. Contextos e funções da democracia no pensamento furtadiano (1944-1964). *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 46, 2015.

CÊPEDA, Vera Alves; PINTO, Gustavo Louis Henrique. Duas interpretações do planejamento, desenvolvimento e democracia no pensamento cepalino: Celso Furtado e José Medina Echavarría. 2014.

CEPÊDA, Vera Alves; PINTO, Gustavo Louis Henrique. A teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista de Celso Furtado: reflexões sobre os limites do liberalismo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 135-155, 2021.

CEPÊDA, Vera Alves; GUMIERO, Rafael Gonçalves; PINTO, Gustavo Louis Henrique. A ideia de desenvolvimento, Aliança para o Progresso e a Sudene. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, v. 18, n. 01, p. 29-59, 2022.

COUTINHO, Maurício. A Economia Brasileira (1954), de Celso Furtado. *História e Economia*, São Paulo/Lisboa, v. 18, n. 1, p. 39-61, 2017.

_____. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, de Celso Furtado. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 19, p. 448-474, 2015.

_____. Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. *Economia e Sociedade*, v. 28, p. 741-759, 2019.

D'AGUIAR, Rosa Freire. Introdução: A batalha da SUDENE. In: FURTADO, Celso. *O Nordeste e a Saga da SUDENE*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. Organização, apresentação e notas: Essencial Celso Furtado. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

_____. Introdução: Anos de Formação. In: FURTADO, Celso. *Anos de Formação (1938-1948)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

_____. Apresentação. In: FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

_____. Organização: *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

DA VEIGA, José Eli. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. CAVC, Economia brasileira: perspectivas do desenvolvimento, p. 243-266, 2005.

DE PAULA, João Antonio. *Celso Furtado, a história e a historiografia*. Cadernos do desenvolvimento. Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, pp.144-165, jul.-dez. 2015.

DE PAULA, João Antonio; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. *A formação do pensamento de Celso Furtado, o imperativo tecnológico e as metamorfoses do capitalismo*. Revista Brasileira de Inovação, v. 19, 2020.

DOS SANTOS et al. O mito branco do desenvolvimento econômico: o trabalho escravo em Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado. *Anais do X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*, 2020.

FOCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. *Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico*. Tempo, v. 23, p. 86-104, 2017.

FURTADO, Celso. A estrutura da Comissão do Serviço Civil dos EUA. *Revista do Serviço Público*, ano 7, v. 1, n. 2. 1944.

_____. Trajetória da democracia na América. *Revista do Instituto do Brasil-Estados Unidos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1947.

_____. Características gerais da economia brasileira. *Revista brasileira de economia*, v. 4, n. 1, p. 7-38, 1950.

_____. “A programação do desenvolvimento econômico”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21/06/1953. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_14/20312. Consultado em: 01/06/2024.

_____. *A Pré-Revolução Brasileira*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Dialética do Desenvolvimento*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968a.

_____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968b.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Análise do “modelo” brasileiro*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1978a.

_____. *A hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Círculo do Livros, 1978c.

_____. *Brasil: Tempos Modernos (Les Temps Modernes)*. Org: Celso Furtado 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *A Fantasia Desfeita*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- _____. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *A invenção do subdesenvolvimento*. Brazilian Journal of Political Economy, v. 15, n. 2, p. 157-162, 1995.
- _____. *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Economia colonial nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. *Ouçam esta voz*. João Pedro Stédile, Plínio Sampaio Jr. e José Arbex Jr. Caros Amigos, São Paulo, ano VI, número 71, p. 30-35.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas* (Arquivos Celso Furtado, 1). Org: Rosa Freire D'Aguilar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2008.
- _____. *Raízes do subdesenvolvimento*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012a.
- _____. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura* (Arquivos Celso Furtado, 5). Org: Rosa Freire D'Aguilar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012b.
- _____. *Anos de Formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado* (Arquivos Celso Furtado, 6). Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- _____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- _____. Entrevista a Eduardo Kugelmas. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 6, n. 8, p. 379-415, 2018.
- _____. *Diários Intermitentes (1937-2002)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019a.
- _____. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 5ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- _____. *Correspondência Intelectual: 1949-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- GOMES e SOUZA, Julia . Estado, movimentos sociais e reforma agrária: as duas fases do pensamento de Celso Furtado no pré-1964. *Lutas Sociais*, n. 17/18, p. 156-169, 2007.
- GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

GUDIN, Eugênio. A Mística do Planejamento. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 29/05/1953. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=%22a%20m%C3%ADstica%20do%20planejamento%22&pagfis=26725. Consultado em 10/05/2024.

_____. A Mística do Planejamento: II. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 02/-6/1953. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_06/26856. Visualizado em: 10/05/2024.

_____. A Mística do Planejamento: III – A Filosofia. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 06/06/1953. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_06/26950. Consultado em: 10/05/2024.

_____. A Mística do Planejamento: IV – A órbita do Estado. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 09/06/1953. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_06/27042. Consultado em: 10/05/2024.

_____. A Mística do Planejamento: V As forças de equilíbrio. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 11/06/1953. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_06/27082. Consultado em: 10/05/2024.

GUMIERO, R. G. *A teoria do desenvolvimento de Celso Furtado: diálogo entre as teses do subdesenvolvimento*. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2020.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. Dependência e subdesenvolvimento. São Paulo: Alameda, 2012.

IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. A reflexão conceitual na prática historiográfica. *Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.*, v. 15, n. 1/2, p. 49-61, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

_____. *Histórias de Conceitos*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LIMA, Marcos Costa. O Conselho Deliberativo da Sudene: 1959/1964. In: O Nordeste e a saga da SUDENE (1958-1964).

LIMA, Neilaine Ramos Rocha de. Conceitos, intelectuais e ideias: o entrelaçamento de diferentes dimensões do campo da história, no caso do debate entre Eugênio Gudin e Celso Furtado (1950-1964). *História: Debates e Tendências*, v. 20, n. 1, p. 70-87, 2020.

LINS, Luiza Cristina de Oliveira; MARIN, Solange Regina. *Atualidade do pensamento de Celso Furtado na avaliação do desenvolvimento social da América Latina*. CEPAL, 2014.

LOPEZ, Laura Moya. José Medina Echavarría: an overview on Latin America from economic sociology and theory, 1952-1977. *Tempo Social*, v. 28, n. 3, p. 95, 2016.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Uma difícil conciliação: empresários e trabalhadores no contexto do Plano Trienal. *História Econômica & História de Empresas*, v. 13, n. 2, 2010.

_____. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 33, p. 671-691, 2013.

_____. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961 – 1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

LOVE, Joseph. Furtado e o estruturalismo. In: *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*, p. 157-165. São Paulo: Editora 34, 2001.

LÖWY, Michael. Ecossocialismo e planejamento democrático. *Crítica Marxista*, v. 28, p. 35-50, 2009.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado, um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

_____. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Sociologia da Cultura*. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MANNHEIM, Karl; STRAUCH, Ottolmy. Planejamento democrático e a nova ciência da sociedade. *Revista do Serviço Público*, v. 4, n. 3, p. 5-10, 1946.

MAZUCATO, Thiago. Ideologia e utopia em Karl Mannheim. *Revista Sem Aspas*, p. 187-195, 2013.

MENDES, Breno. *Limiar: estudos de teoria, metodologia e ensino de história*. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

MENDES, Flávio da Silva. No olho do furacão: Celso Furtado e Francisco de Oliveira nos primeiros anos da SUDENE. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 100, p. 283-311, 2017.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 29, n. 02, 2004.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. O subdesenvolvimento e as ideias da Cepal. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MOREIRA, Cássio Silva. O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964). Porto Alegre: Sulina, 2014.

NERY, Tiago. A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1960. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. A navegação venturosa: Ensaio sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. Brasil: Uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MORAES, Reginaldo Corrêa de. *Celso Furtado: O subdesenvolvimento e as ideias da CEPAL*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

PAKMAN, Élbio Troccoli. As conceitualizações do subdesenvolvimento e seus desdobramentos. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, n. 6, p. 49-60, 1988.

PAULA, João Antonio de; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. A formação do pensamento de Celso Furtado, o imperativo tecnológico e as metamorfoses do capitalismo. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 19, 2021.

PAULA, J. A. Celso Furtado, a história e a historiografia. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 17, p. 144-165, jul.-dez. 2015.

PINTO, Gustavo Louis Henrique. Celso Furtado, 100 Anos: Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (1959). *Economia & história: especial Celso Furtado*, IPEA, 2020.

_____. Celso Furtado, 100 anos: A Operação Nordeste. *Informações FIPE, caderno de economia & história: especial Celso Furtado*, IPEA, 2020.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1968].

_____. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2012 [1945].

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista brasileira de economia*, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

_____. A Mística do equilíbrio espontâneo na economia (I). Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 08/11/1953. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_03/28237. Consultado em: 10/05/2024.

_____. A Mística do equilíbrio espontâneo na economia (II). Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 15/11/1953. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/09371803/28393>. Consultado em: 10/05/2024.

QUINTELA, Adroaldo et al. Organizadores: Celso Furtado: os combates de um economista. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

RÉMOND, René. Organizador: Por uma nova história política. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZENDE, Maria José de. Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 26, n. 2, p. 239-250, 2004.

RODRÍGUEZ, Octavio. O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

ROCHA, Marco Antônio da. Revolução Brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP. Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

SAES, Alexandre Macchione. Celso Furtado, 100 Anos: A pré-revolução brasileira (1962). IPEA, 2020.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. *Dialogando com Celso Furtado*: ensaios sobre a questão da mão de obra, o subdesenvolvimento e as desigualdades raciais na formação econômica do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2019.

SANTOS, Ednaldo Leal et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Desenvolvimento Regional em debate*, ano 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.

SILVA, Roberto Pereira. O jovem Celso Furtado: história, política e economia (1941-1948). São Paulo: Edusc, 2011.

_____. *Da política à teoria econômica*: Celso Furtado na Revista Brasileira de Economia. 2013.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-270.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado. *Estudos Avançados*, v. 15, p. 347-362, 2001.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. O Novo Estado na América Latina. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, v. 13, 1973.

SOARES, José Alex R. Celso Furtado, 100 Anos: Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961). *Boletim Informativo FIPE*. Economia & História, Edição 477, p. 63-69, julho 2020.

SZMRECSÁNYI, T. Celso Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001, p. 347-362.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações. In: Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

_____. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. 11ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição; DAVID, Maurício Dias (Orgs.). *A economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

TENÓRIO, Fernando; WANDERLEY, Sérgio. Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964). *Revista de Administração Pública*, v. 52, p. 507-526, 2018.

VIANA, Diego. *Exumando o subdesenvolvimento*. In: Scovino, F; Coelho, F.; Duarte, P. e Martins, S. B. (orgs.). *1967, meio século depois*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Circuito. pp. 27-41, 2020.

VIEIRA, Rosa Maria. Entrevista com Celso Furtado. *História oral*, v. 7, 2004.

VIEIRA, Wilson. O subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado um diagnóstico dinâmico (1950-64). *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 7, n. 10, p. 191-201, 2018.

_____. Celso Furtado: planejamento e superação do subdesenvolvimento (1950-1964). *Revista Scientiarum Historia*, v. 1, p. 9-9, 2021.

VILLELA, Annibal V. Alguns Reparos a Um Projeto para o Brasil por Celso Furtado. *Revista Brasileira de Economia*, v. 22, n. 4, p. 14-25, 1968.

WANDERLEY, Sergio. Aliança para o Progresso, geopolítica do conhecimento e o encobrimento do outro: o caso da CEPAL no Brasil. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*. 2016.

WASQUES, Renato Nataniel. O pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 156-181, 2021.

WASSERMAN, Claudia. História intelectual: origem e abordagens. *Tempos históricos*, v. 19, n. 1, p. 63-79, 2015.